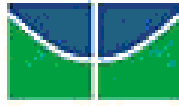


Cem anos de imigração japonesa: a construção midiática da identidade do imigrante japonês



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAL – IL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS - LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA

**Cem anos de imigração japonesa: a construção midiática da
identidade do imigrante japonês**

Luiza Hiroko Yamada Kuwae

Brasília
2013



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS - LIP

Comemorações do Centenário da Imigração Japonesa - 2008



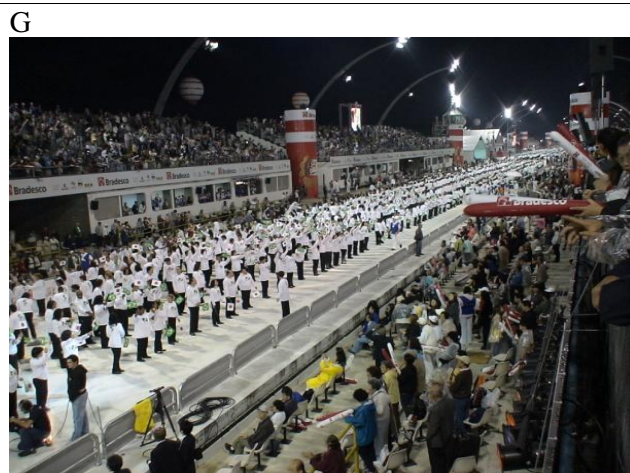
Grupo de Arte Nikkei de Brasília – 2008 – Teatro Nacional Cláudio Santoro



Jardim Japonês Belo Horizonte - 2008

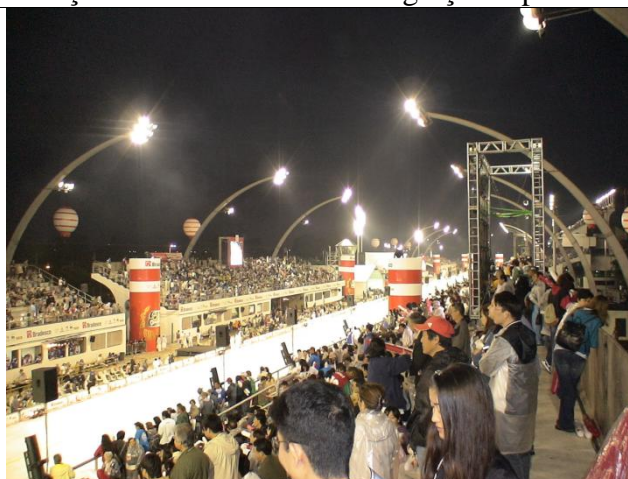


Grupo de tambores – dezembro de 2008
Câmara dos Deputados



São Paulo Sambódromo com bandeiras japonesa e brasileira – junho de 2008

Comemorações do Centenário da Imigração Japonesa - 2008



Sambódromo – São Paulo – Junho de 2008



Artista Plástica Tomie Ohtake colocando seu desejo na urna.

Artista plástica Tomie Ohtake - SP



Integração entre Origami e Sumô

Evento - Japão



Origami do Centenário – Metrô – São Paulo



Encontro com educadores - CEU Jaçanã - São Paulo

Encontro com educadores – CEU Jaçanã - SP



Encontro com educadores - CEU Meninos - São Paulo

Encontro com educadores – CEU Meninos



Grupo Kokyuu

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAL – IL
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS - LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA – PPGL



Ação em escola em Belém - 2008



Embaixador do Japão Ken Shimanouchi,
Coordenador –Geral do Movimento Origami do
Centenário Deputado William Woo, Luiza Kuwae –
dezembro de 2008



Ação em Rio Branco – RR - 2008



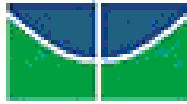
JCI – Brasil e Instituto Paulo Kobayashi –
dezembro de 2008



Ação em Londrina-PR - 2008



Estudantes bolsistas da Universidade de Brasília –
Curso de Japonês – dezembro de 2008



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS - LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL

Luiza Hiroko Yamada Kuwae

Cem anos de imigração japonesa: a construção midiática da identidade do imigrante japonês

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Linguística, do Departamento de Linguística, Português e
Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de
Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de
Doutora em Linguística, na área de concentração Linguagem
e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Josênia Antunes Vieira

Brasília
2013

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Dr.^a. Josenia Antunes Vieira
- Presidente


Prof.^a. Dr.^a. Maria Christina Diniz Lodi - Membro Externo


Prof.^a. Dra. Kazuê Saito Monteiro de Barros (UFPE/PE) - Membro Externo


Prof. Dr. Yuki Mukai (LEF/UnB) - Membro Externo


Prof.^a. Dra. Ana Adelina Lopo Ramos (UnB/LIP) - Membro Interno


Prof.^a. Dra. Francisca Cordélia Oliveira da Silva (UnB/LIP) - Suplente

Dedicatória

A Deus.

Aos meus pais, Mitsuro e Aiko.

A Antônio, Angélica, Fábio e Daniel.

A todos os emigrantes e imigrantes.

Eu sou ele como você é ele como você é eu e nós somos todos juntos. – John Lennon.

Talvez não exista pior privação, pior carência, que a dos perdedores na luta simbólica por reconhecimento, por acesso a uma existência socialmente reconhecida, em suma, por humanidade – Pierre Bourdieu.

O homem que acha seu país belo não passa de um principiante; o homem para quem cada país é como se fosse o seu já é um forte, mas apenas o homem que considera o mundo inteiro um país estrangeiro é perfeito - Eric Auerbach.

Agradecimentos

A Deus, pela vida que me proporcionou e que sempre me acompanhou em todos os momentos, por me apoiar e não permitir que eu desistisse.

Aos meus pais, Yamada Mitsuro (*in memoriam*) e Ai Yamada, pelos exemplos de luta e de busca de melhores perspectivas para seus filhos.

Ao meu marido, Antonio, e aos meus filhos, Daniel, Fábio e Angélica, companheiros incondicionais das minhas escolhas, apoiando-me e compartilhando os momentos difíceis e de vitória, sempre!!

Aos meus irmãos, Célia, Ione, Regis e Iara, e a todos os membros da família Kuwae pelos momentos de crescimento compartilhados.

Ao William Woo, com quem aprendi como continuar acreditando em um projeto e lutando por ele mesmo em momentos em que tudo parece estar dando errado.

À Professora Josenia Antunes Vieira, por acreditar na minha capacidade e incentivar a minha caminhada.

Às Professoras Dras. Denize Elena Garcia da Silva e Regina Célia Pagliuchi da Silveira, pelas palavras de incentivo e pela orientação tão engratedora recebida na banca de qualificação.

Ao Coordenador Dionei Moreira Gomes, pelo apoio, pela compreensão e pela presteza em sempre buscar os melhores caminhos para resolver todas as situações que lhe apresentei.

Aos professores do PPGL pelo convívio enriquecedor e esclarecedor dos caminhos da Análise do Discurso.

À querida Elda Alves Oliveira Ivo, minha irmã querida do coração, com quem descobri que os laços de sangue nada significam, não só pela companhia nos congressos, mas pelo compartilhamento das angústias e das incertezas do dia a dia.

À minha prima Elza Yaioi Icimoto, com quem compartilhei momentos de pesquisa no Museu Histórico da Imigração Japonesa e que me apoiou em São Paulo no Movimento Origami do Centenário.

Aos companheiros de jornada acadêmica, pelas palavras de incentivo: Janaína, Cordélia, Harrison, Cláudia, Cíntia, Bethânia, Érica, Roberta, Edgleuba, Jardélia, Eni, Rogério, Tiago, Erinaldo, Fernanda, Carlos. Compartilhamos inúmeros momentos de vitória e de incertezas.

Às funcionárias do PPGL Renata e Ângela, pelo profissionalismo e pela atenção constantes, o que tornou o meu trajeto acadêmico muito mais leve.

Ao Museu Histórico da Imigração Japonesa – São Paulo, que me permitiu acessar o seu

acervo para pesquisa e levantamento dos documentos em duas diferentes oportunidades que propiciaram momentos de grandes emoções e grandes descobertas.

À JCI – Brasil-Japão (nas pessoas do Hugo Amano, Leandro Hattori e Márcio Yochem), ao Instituto Paulo Kobayashi (nas pessoas do Victor Kobayashi e Sueli Kobayashi); à Clarice Aoto e ao Izaias da Silva, em Brasília; ao arquiteto Rafael Jun Mabe, ao Roberto Sekiya e às milhares de pessoas que trabalharam no projeto Origami do Centenário, a grande maioria delas voluntariamente.

Ao Grupo Parlamentar Brasil – Japão, nas pessoas dos Deputados Takayama, Walter Ihoshi e William Woo – Coordenador-Geral do Projeto Origami do Centenário.

Aos integrantes dos grupos *Requios – São Paulo e Brasília* e *Kokyou*, jovens e pais, que tanto trabalharam na divulgação da cultura japonesa e representam a identidade dos nisseis (filhos), sanseis (netos) e nikkeis.

A todos os imigrantes japoneses e familiares com quem convivi e convivo, por compartilhar comigo as suas histórias de vida dos momentos vivenciados no Brasil e no Japão, que muito enriqueceram o meu trabalho e enriquecem-me como pessoa e como cidadã.

A todos os emigrantes e imigrantes, que buscam uma vida melhor para seus descendentes.

Domo arigatou gozaimassu! MUITO OBRIGADA!!!

RESUMO

A pesquisa **Cem anos de imigração japonesa: a construção midiática da identidade do imigrante japonês** tem como objetivo analisar como o ator social **imigrante japonês** e o problema social **imigração japonesa** foram representados pelos meios de comunicação de massa em dois períodos: no início da imigração japonesa (1907-1908) e na Segunda Guerra Mundial. O estudo defende a tese de que, **em diferentes momentos, ao longo dos cem anos da imigração japonesa, o discurso sobre a imigração japonesa e sobre o ator social imigrante japonês na mídia tem caráter racial e sofre mudanças conforme as circunstâncias políticas e econômicas, com repercussões na construção da identidade do imigrante japonês**. A fim de alcançar o objetivo, são analisados dois textos midiáticos e dois documentos legais, um contrato e um decreto-lei, com metodologia qualitativa de cunho interpretativo, sob à luz da Análise de Discurso Crítica. As questões da pesquisa foram: 1 - Como os meios de comunicação de massa representam as identidades dos atores sociais da imigração japonesa?, 2 - Qual é a ideologia presente nas notícias midiáticas e como elas se manifestam ao retratar o imigrante japonês?, 3 - Ao longo dos cem anos, a construção da identidade do imigrante japonês foi polêmica? Houve racismo ou preconceito?. As categorias analíticas foram as de Fairclough (1995, 2006, 2012), de Van Leeuwen (1996, 1997, 2008) e de Thompson (1995). A interpretação dos textos analisados mostra que, segundo as categorias de análise, a construção da identidade do imigrante japonês foi polêmica e que ocorreram racismo e preconceitos com repercussão na sua vida social, econômica e cultural.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica; Identidade; Imigrante Japonês; Racismo.

ABSTRACT

The research **A hundred years of the Japanese immigration: the media identity construction of the Japanese immigrant** aims to analyze how the Japanese immigrant social actor and the Japanese social immigration problem were represented by the means of mass media in two periods of time: in the beginning of the Japanese immigration (1907-1908) and during the World War II. The study supports the thesis that, **at different times, over the one hundred years of Japanese immigration, the discourse on Japanese immigration and the social actor Japanese immigrant in the media have racial character and goes through changes, according to political and economical circumstances, with repercussion in the identity construction of the Japanese immigrant.** In order to achieve the research goals, two media texts, two legal documents, one contract and an ordinance were analyzed, with a qualitative methodology, in the light of the Critical Discourse Analysis. The research questions were: 1 – How does the means of mass communication represent the identities of social actors from the Japanese immigration? 2 – What is the ideology present in the media news and how they manifest themselves when portraying the Japanese immigrant? 3 – Taking into account, the period of one hundred years of the building the identity of the Japanese immigrant, was it polemic? Moreover, there were racism and prejudice? The analytical categories were based on Fairclough (1995, 2006, 2012), Van Leeuwen (1996, 1997, 2008) and Thompson (1995). The interpretation of the analyzed texts shows, that according to the categories of analysis, the construction of identity of the Japanese immigrant was polemic and there were racism and prejudices with repercussion in his/her their social, economical and cultural life.

Keywords: Critical discourse analysis; identity; Japanese Immigrant; Racism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa da Revista Veja – dezembro de 2007	28
Figura 2 - O Brasil do Sol Nascente	29
Figura 3 - Os nisseis	29
Figura 4 - Visita do Príncipe Naruhito – 18062013 – Brasília	30
Figura 5 - Sem cerimônias – Príncipe Naruhito	31
Figura 6 - Montagem final do Pannel Sonho Brasileiro	34
Figura 7 - Dobras de origamis – autoridades do Congresso Nacional	35
Figura 8 - Jornal da Câmara – Entrega do Pannel Sonho Brasileiro	36
Figura 9 - Entrega do Pannel Sonho Brasileiro	37
Figura 10 - Evento Pannel Sonho Brasileiro – ACEL – Londrina – 2008	38
Figura 11 - Visita Príncipe Naruhito – Palácio do Planalto – junho de 2008	40
Figura 12 - Sambódromo – São Paulo – junho de 2008	41
Figura 13 - Maurício de Souza e a personagem Keika	42
Figura 14 - Maurício de Souza e o Presidente Luís Inácio Lula da Silva	42
Figura 15 - Grupo Requios de Brasília – 2008	43
Figura 16 - Cartaz do show do grupo Requios – maio de 2008 – Brasília	43
Figura 17 - Correio Braziliense – Maio de 2008	44
Figura 18 - Cartaz de arregimentação – imigração japonesa – Japão	127
Figura 19 - Navio Kasato Maru no porto de Santos	133
Figura 20 - Imigrantes japoneses durante a viagem ao Brasil	134
Figura 21 - Imigrantes japoneses no Brasil	135
Figura 22 - Japoneses nos cafezais	136
Figura 23 - Japoneses na mata	137
Figura 24 - Labuta do japonês	137
Figura 25 - Residência do imigrante japonês	138
Figura 26 - Adaptação do imigrante japonês	139
Figura 27 - Atestado de Saúde – Nagao Kiyoshi	144
Figura 28 - Atestado de Saúde – Kazuyuki Takei	145
Figura 29 - Trabalho nos cafezais 1	147
Figura 30 - Trabalho nos cafezais 2	148
Figura 31 - Imigrante japonês – mudanças econômicas	149
Figura 32 - Cooperativa Agrícola de Cotia	150

Figura 33 - Capa do livro <i>A ofensiva japonesa no Brasil</i>	151
Figura 34 - Reportagem sobre a Segunda Guerra Mundial	153
Figura 35 - Escola de Japonês de Promissão – São Paulo	155
Figura 36 - Termo de Advertência – José Takayama	156
Figura 37 - Ato Policial – Segunda Guerra Mundial	157
Figura 38 - Salvo conduto	158
Figura 39 - Requerimento de transferência – Ikuiti Fukumoto – outubro de 1945	159
Figura 40 - <i>Jornal do Brasil</i> - Capa da edição inaugural em 1891	187
Figura 41 - <i>Jornal do Brasil</i> - Cobertura do Carnaval de 1901	188
Figura 42 - <i>Jornal do Brasil</i> - Capa de edição dominical em 1900	189
Figura 43 - Governo Getúlio Vargas	197
Figura 44 - Cartaz de arregimentação – imigração japonesa – Japão	335

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 1 - Categorias Sociológicas de Atores Sociais – Van Leeuwen	70
Quadro nº 2 - Modos de Operação da Ideologia – Thompson	73
Quadro nº 3 - Multifuncionalidade do Texto – Linguística Sistemico Funcional	82
Quadro nº 4 - Traços dos textos (FAIRCLOUGH, 2006)	85
Quadro nº 5 - Distribuição da população japonesa e seus descendentes por Estados da Federação - 1958	129
Quadro nº 6 - Número de imigrantes e número de anos	139
Quadro nº 7 - Características das imigrações japonesas nos Estados Unidos, Peru e Brasil	140
Quadro nº 8 - Características dos meios de comunicação – Thompson (1998)	165
Quadro nº 9 - Categoria analítica Inclusão – Representação Social	222
Quadro nº 10 - Categoria analítica Exclusão – Supressão – Representação Social	224
Quadro nº 11 - Categoria analítica Exclusão – Colocação em Segundo Plano – Representação Social	225
Quadro nº 12 - Categoria analítica Distribuição de papéis - Ativação – Representação Social	227
Quadro nº 13 - Categoria analítica Distribuição de papéis - Passivação – Representação Social	228
Quadro nº 14 - Categoria analítica Generalização – Representação Social	231
Quadro nº 15 - Categoria analítica Especificação – Representação Social	232
Quadro nº 16 - Categoria analítica Assimilação - Agregação – Representação Social	234
Quadro nº 17 - Categoria analítica Assimilação – Coletivização – Representação Social	235
Quadro nº 18 - Categoria analítica Individualização – Representação Social	237
Quadro nº 19 - Categoria analítica Associação – Representação Social	237
Quadro nº 20 - Categoria analítica Dissociação – Representação Social	240
Quadro nº 21 - Categoria analítica Indeterminação – Representação Social	242
Quadro nº 22 - Categoria analítica Determinação – Representação Social	243
Quadro nº 23 - Categoria analítica Diferenciação do outro – Representação Social	245

Quadro nº 24 - Características do Self e do Outro – Os japonezes em São Paulo	246
Quadro nº 25 - Categoria analítica Nomeação – Representação Social	248
Quadro nº 26 - Categoria analítica Categorização - Funcionalização – Representação Social	249
Quadro nº 27 - Categoria analítica Categorização - Identificação – Representação Social	250
Quadro nº 28 - Categoria analítica Personalização – Representação Social	252
Quadro nº 29 - Categoria analítica Impersonalização - Abstração – Representação Social	253
Quadro nº 30 - Categoria analítica Impersonalização – Objetivação – Espacialização - Representação Social	256
Quadro nº 31 - Categoria analítica Impersonalização – Objetivação – Autonomização do Enunciado – Representação Social	256
Quadro nº 32 - Categoria analítica Impersonalização – Objetivação – Instrumentalização – Representação Social	258
Quadro nº 33 - Categoria analítica Impersonalização – Objetivação – Somatização – Representação Social	259
Quadro nº 34 - Categoria analítica Sobredeterminação - Inversão – Representação Social	260
Quadro nº 35 - Levantamento das Ordens de Discurso	264
Quadro nº 36 - Discurso Administração Pública	267
Quadro nº 37 - Discurso Jurídico	268
Quadro nº 38 - Discurso Cívico	270
Quadro nº 39 - Discurso Militar	270
Quadro nº 40 - Discurso Processo Migratório	271
Quadro nº 41 - Discurso Vida Privada	273
Quadro nº 42 - Discurso Médico	274
Quadro nº 43 - Discurso Administração Geral – Contábil – Monetário	275
Quadro nº 44 - Discurso Bancário	276
Quadro nº 45 - Discurso Processo Agrário	277
Quadro nº 46 - Discurso Processo Produtivo	277
Quadro nº 47 - Discurso Área da Educação	280

Quadro nº 48 - Discurso Características Psicológicas	281
Quadro nº 49 - Discurso Cultura Japonesa	282
Quadro nº 50 - Discurso Vestimenta	283
Quadro nº 51 - Discurso Hábitos de Limpeza	284
Quadro nº 52 - Discurso Classe Social e Econômica	285
Quadro nº 53 - Discurso Científico – Raça	286
Quadro nº 54 - Discurso Racial	287
Quadro nº 55 - Modo de operação Legitimação - Racionalização – Thompson	293
Quadro nº 56 - Modo de operação Legitimação - Universalização – Thompson	297
Quadro nº 57 - Modo de operação Legitimação - Universalização – Flexibilização - Thompson	300
Quadro nº 58 - Modo de operação Dissimulação - Deslocamento – Thompson	303
Quadro nº 59 - Modo de operação Dissimulação - Eufemização – Thompson	306
Quadro nº 60 - Modo de operação Dissimulação - Tropo – Thompson	309
Quadro nº 61 - Modo de operação Unificação – Simbolização da Unidade – Thompson	312
Quadro nº 62 - Modo de operação Unificação – Estandardização ou Padronização - Thompson	314
Quadro nº 63 - Modo de operação Fragmentação - Diferenciação – Thompson	316
Quadro nº 64 - Modo de operação Fragmentação – Expurgo do Outro – Thompson	318
Quadro nº 65 - Modo de operação Reificação - Naturalização – Thompson	320
Quadro nº 66 - Modo de operação Reificação - Nominalização – Thompson	322
Quadro nº 67 - Modo de operação Reificação - Passivização – Thompson	323

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1 – O DIÁLOGO METODOLÓGICO	26
1.1 A IMIGRAÇÃO JAPONESA AO LONGO DO TEMPO: TESE DA PESQUISA	26
1.2 MOMENTO DA PESQUISA NO SÉCULO XXI	48
1.2.1 Pesquisa em comunicação	49
1.2.2 Pesquisa qualitativa x pesquisa quantitativa	49
1.3 CRUZANDO A METODOLOGIA NA HISTÓRIA	50
1.4 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA NA ANÁLISE SOCIAL	51
1.4.1 Cruzando a metodologia na Análise de Discurso Crítica	53
1.4.1.1 Na perspectiva cultural	54
1.4.2 Por uma Análise de Discurso Crítica	56
1.4.2.1 Pela prática textual	57
1.4.2.2 Pela prática discursiva	60
1.4.2.3 Pela prática sociocultural	60
1.5 EM UM PROCESSO DE ANÁLISE – GERANDO DADOS	61
1.5.1 Fontes documentais	61
1.5.2 Categorização do <i>corpus</i>	62
1.5.3 Construção da base de dados	62
1.5.4 Documentos – migratórios	63
1.6 MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	65
1.7 TRIANGULAÇÕES DIVERSAS	66
1.7.1 Categorias analíticas	68
1.7.2 Hermenêutica de profundidade	72
1.8 SITUANDO A PESQUISADORA	74
1.8.1 Ética	76
CAPÍTULO 2 – O DIÁLOGO TEÓRICO 1: ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA – MÍDIA – IDEOLOGIA	80

2.1	ABORDAGEM CRÍTICA DO DISCURSO	80
2.1.1	Análise de Discurso Crítica	80
2.1.2	Discurso e Texto	84
2.2	O PAPEL POLÍTICO E A POLÍTICA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	87
2.2.1	Mediatização das formas simbólicas	89
2.2.2	História mediada	90
2.2.3	Narrativas construindo o mundo	92
2.2.4	Análise do discurso jornalístico	94
2.3	IDEOLOGIA	95
2.3.1	Compreendendo a ideologia	95
2.3.2	Definindo a ideologia	96
2.3.3	Poderando e empoderando	99
2.3.4	Ideologia pelas identidades	101
 CAPÍTULO 3 – O DIÁLOGO TEÓRICO 2: IDENTIDADE – REPRESENTAÇÃO – RACISMO		103
3.1	IDENTIDADE	103
3.1.1	Conceituando identidades	104
3.1.2	Falando do Outro em Nós	107
3.1.3	A identidade cultural	107
3.2	OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO CONSTRUINDO/DESTRUINDO IDENTIDADES	110
3.2.1	Narrando ou construindo identidades	112
3.3	REPRESENTAÇÕES	112
3.4	VENDO RACISMO? VENDO A ETNIA?	116
3.4.1	Racismo nos meios de comunicação – proliferando	120
 CAPÍTULO 4 – HISTÓRIA – IMIGRAÇÃO – IMIGRAÇÃO JAPONESA		122
4.1	HISTÓRIA NOVA OU NOVA HISTÓRIA?	122
4.1.1	1908-1908 x 1942-1943 – Tempos históricos	123
4.1.2	Imbricando História e Análise de Discurso Crítica – ADC	124
4.1.2.1	O discurso na História	125

4.2	SAIR EM BUSCA DE...	126
4.3	EM DIREÇÃO À IMIGRAÇÃO JAPONESA... RACISMO?	129
4.3.1	E chegamos ao Brasil!!!	132
4.3.2	Um retrato do processo de imigração japonesa	140
4.3.3	Ficar ou voltar?	146
4.3.4	TORA! TORA! TORA!	154
4.4	QUANDO A GUERRA TERMINAR...	157
4.5	CRISE DE IDENTIDADE DO IMIGRANTE JAPONÊS – TORNANDO-SE O “JAPONÊS BRASILEIRO”	161
CAPÍTULO 5 – VIAGEM DA E PELA MÍDIA		162
5.1	TEORIA SOCIAL DA MÍDIA	163
5.1.1	Meios de comunicação de massa	163
5.1.2	Formas simbólicas	167
5.1.2.1	Recepção das formas simbólicas	169
5.2	A CONTRIBUIÇÃO DE OUTROS AUTORES	171
5.3	MAL ESTARES DO COTIDIANO	172
5.4	REDE DA HISTÓRIA	174
5.5	EM UMA VIAGEM PELO TEMPO	176
5.5.1	Viajando na História da mídia mundial	177
5.5.2	Voltando para o Brasil	178
5.5.2.1	A viagem guiada por Marinalva Barbosa	179
5.5.2.2	Viajando nos anos 1880-1900	180
5.5.2.2.1	Em busca do público	182
5.5.3	Tecnologias do novo século – 1900-1910	184
5.5.3.1	O poder das imagens	186
5.5.3.2	O cenário das redações	190
5.5.3.3	E o comercial	192
5.5.4	Viajando na direção dos anos 1940	192
5.5.4.1	O controle e as pressões no Estado Novo e a imigração japonês	193
5.5.4.2	A imprensa no Estado Novo – Governo Getúlio Vargas	194
5.5.5	A imprensa dentro da comunidade japonesa	198
5.5.6	Notícias em tempos de guerra	201

CAPÍTULO 6 – DESVELANDO OS DADOS	203
6.1 REPRESENTANDO O ATOR SOCIAL IMIGRANTE JAPONÊS	221
6.1.1 Exclusão x Inclusão	221
6.1.2 Distribuição de papéis	226
6.1.3 Generalização x Especificação	230
6.1.4 Assimilação x Individualização	233
6.1.5 Associação x Dissociação	237
6.1.6 Indeterminação x Diferenciação	242
6.1.7 Nomeação x Categorização	248
6.1.8 Personalização x Impersonalização	252
6.1.9 Sobredeterminação	260
6.2 COSTURANDO AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO IMIGRANTE JAPONÊS	261
6.3 CONCEITOS PRIMÁRIOS DE ADC – NORMAN FAIRCLOUGH	263
6.4 ORDENS DO DISCURSO DESVENDADOS NOS DADOS	264
6.4.1 As nossas notícias	266
6.4.2 Discurso Jurídico x Discurso Administração Pública	267
6.4.3 Discurso Cívico x Discurso Militar	270
6.4.4 Discurso Processo Migratório x Discurso Vida Privada	271
6.4.5 Discurso Médico	274
6.4.6 Discurso Econômico – Migrante Econômico	275
6.4.7 Discurso – Retrato do imigrante japonês	280
6.5 COSTURANDO OS DISCURSOS E OS DOMÍNIOS	288
6.6 DESVELANDO A IDEOLOGIA DOS DADOS	292
6.6.1 Legitimação	292
6.6.1.1 Legitimação – Racionalização	293
6.6.1.2 Legitimação – Universalização	297
6.6.1.3 Legitimação – Narrativização	301
6.6.2 Legitimação Legal	302
6.6.3 Dissimulação	303
6.6.3.1 Dissimulação – Deslocamento	303
6.6.3.2 Dissimulação – Eufemização	306

6.6.3.3 Dissimulação – Tropo	309
6.6.4 Unificação	312
6.6.4.1 Unificação – Simbolização da Unidade	312
6.6.4.2 Unificação – Estandarização ou Padronização	314
6.6.5 Fragmentação	316
6.6.5.1 Fragmentação – Diferenciação	316
6.6.5.2 Fragmentação – Expurgo do Outro	318
6.6.6 Reificação	319
6.6.6.1 Reificação – Naturalização	320
6.6.6.2 Reificação – Nominalização	322
6.6.6.3 Reificação – Passivização	323
6.7 DESVELADA A IDEOLOGIA – FAIRCLOUGH E THOMPSON	325
6.8 E O RACISMO – ONDE ESTÁ?	328
6.9 RACISMO NA REPRESENTAÇÃO DO IMIGRANTE?	333
CONSIDERAÇÕES...	337
REFERÊNCIAS	348

INTRODUÇÃO

A História, segundo Le Goff (2005), ao realizar interfaces com outras ciências sociais, além de inserir um movimento de fluxos e refluxos e de interdisciplinaridade, provocou diferentes voltas - a do acontecimento, a da história-narrativa, a da biografia, a da história política. Quanto à volta do acontecimento, ela propiciou transformações profundas com a

criação do acontecimento pela mídia, que lhe proporciona um estatuto privilegiado na história contemporânea como a ponta do iceberg a ser estudado como cristalizador e revelador das estruturas. Assim, temos o acontecimento como memória e mito que permite ler o imaginário de uma sociedade para a qual ele desempenha, ao mesmo tempo, o papel de memória e o de mito (LE GOFF, 2005, P. 6).

A comemoração dos 100 anos da imigração japonesa foi notícia nos jornais, na televisão, na internet, em todos os meios midiáticos, não somente no Brasil como em outros países. A sequência de imagens no início do meu trabalho mostra algumas das centenas de festividades e atividades que ocorreram no ano de 2008. Não foram somente os imigrantes japoneses e seus descendentes brasileiros que comemoraram, mas principalmente os brasileiros: foram centenas de comemorações, de projetos; de construções de memoriais, de monumentos; de criações de cursos e de intercâmbios; de homenagens. Um dos pontos culminantes foi a visita do Príncipe Naruhito a diversas cidades brasileiras. Um dos momentos de muita emoção foi a sua presença no Sambódromo, em São Paulo. Eram centenas de velinhos, que chegavam, muito com bengalas, subiam as escadas, ficaram na garoa e assistiram à festa o dia todo até à noite. Eu me emocionei, pois à época, estava lá presente não somente para assistir, mas com um grupo de jovens de Brasília que tocavam taikô (tambor japonês) e dançavam eisá (típica dança de Okinawa), do qual eu era uma das coordenadoras em Brasília. A finalização se deu com 1.000 tambores tocando o estilo wadaiko de taiko (um dos estilos japoneses de percussão em tambores).

A escolha do tema da minha tese foi em 2007, quando ainda eu não tinha consciência do tamanho das festividades que ocorreriam no ano de 2008. Eu sabia a importância de rever alguns fatos do passado quanto ao imigrante japonês e ao racismo e como a mídia havia abordado a representação desse agente social em momentos diferentes.

Para De Fina (2006, p. 36), “o passado não está na pedra, mas o significado dos eventos e experiências está constantemente feito dentro de nossas vidas atuais e em curso”. Portanto, lembrar e continuamente restaurar nossos passados reposicionam-nos e os outros das redes de relações, com o deslocamento da relativa importância do que nos tornamos e com a descoberta de conexões inconscientes (DE FINA, 2006). O reposicionamento do imigrante japonês e de seus

descendentes em 2008 já possuía conotação positiva; mas, sempre foi assim? Refletir sobre isso é refletir sobre a imagem de um imigrante.

Nesse contexto, defendo a seguinte tese:

em diferentes momentos, ao longo dos cem anos da imigração japonesa, o discurso sobre a imigração japonesa e sobre o ator social imigrante japonês na mídia tem caráter racial e sofre mudanças conforme as circunstâncias políticas e econômicas, com repercussões na construção da identidade do imigrante japonês

As perguntas norteadoras da presente pesquisa são:

Pergunta 1: Como os meios de comunicação de massa representam as identidades dos atores sociais da imigração japonesa?

Pergunta 2: Qual é a ideologia presente nas notícias midiáticas e como elas se manifestam ao retratar o imigrante japonês?

Pergunta 3: Ao longo dos cem anos, a construção da identidade do imigrante japonês foi polêmica? Houve racismo ou preconceito?

Para respondê-las, por meio da pesquisa qualitativa, com o *corpus* constituído de duas notícias (uma de 1908 e outra de 1943), de um contrato e de um decreto-lei, utilizo as categorias analíticas da Interdiscursividade de Fairclough, das Representações dos Atores Sociais de Van Leeuwen e dos Modos de Operação de Ideologia de Thompson.

A estrutura desta tese é a seguinte: o Capítulo 1 apresenta a metodologia utilizada - a qualitativa, a Análise de Discurso Crítica, as categorias analíticas e o *corpus*. Além disso, situa a pesquisadora e o papel da ética na pesquisa.

O Capítulo 2 dedica-se a apresentar o aporte teórico da Análise de Discurso Crítica, dos meios de comunicação de massa e o poder da ideologia.

O Capítulo 3 apresenta o suporte teórico sobre os temas Identidade, Representação e Racismo. Já o Capítulo 4 traz a revisão da literatura sobre História, imbrincando-a com a Análise de Discurso Crítica, a Imigração em geral e a Imigração Japonesa.

O Capítulo 5 – Viagem da e pela mídia apresenta-nos a Teoria Social da Mídia e faz uma viagem pelo tempo na história da mídia nos dois períodos estudados. Finaliza com os primórdios da imprensa dentro da comunidade japonesa e no período da Segunda Guerra Mundial.

O Capítulo 6 coteja os dados levantados por meio das categorias analíticas e do aparato teórico apresentado nos capítulos anteriores. É o momento de o leitor ver como o imigrante japonês foi retratado no início da imigração japonesa e na Segunda Guerra Mundial.

CAPÍTULO 1 – O DIÁLOGO METODOLÓGICO

Neste capítulo, discuto a metodologia adotada e as categorias analíticas. Faço um diálogo transdisciplinar entre a Teoria Social do Discurso, a História e a Teoria Social da Mídia, no sentido de enriquecer as análises dos processos e das mudanças.

Contudo, não me esqueço de que há a possibilidade de existências de múltiplas formas de conhecer para a compreensão do mundo e da humanidade. Segundo Pardo Abril (2007b), nos pilares da modernidade, o progresso centra-se nas múltiplas alternativas de explicar a realidade e, no presente trabalho, a possível identidade do imigrante japonês em dois momentos dos cento e cinco anos da imigração japonesa. Daí, quando necessário, faço o entrecruzamento dos caminhos possíveis na Análise de Discurso Crítica a fim de alcançar as inúmeras significações do enunciado segundo as inserções discursiva e política de cada um dos leitores. Por abordar tempos diferentes, entendo importantes as contribuições de diferentes autores no nosso caminho metodológico.

1.1 A IMIGRAÇÃO JAPONESA AO LONGO DO TEMPO: TESE DA PESQUISA

Os movimentos migratórios sempre fizeram parte da história do ser humano, pois ele sempre saiu em busca de algo. Com isso, tais movimentos provocam e provocaram impactos sociais, políticos e culturais. O ano 2008 tem uma especial característica: é o ano em que se celebravam os 100 anos da imigração japonesa, fato que mobilizou as comunidades brasileira e japonesa. Para mim, essa comemoração teve um sentido todo especial: sou filha e neta de imigrantes e, ao mesmo tempo, ouvi muito falar sobre a imigração, as dificuldades e as vitórias dos imigrantes japoneses, também senti o que é ser brasileira com feições orientais. Portanto, não só para mim, mas para milhares de brasileiros, descendentes e não-descendentes, 2008 era um momento não só de celebração, mas de reflexão, de resgate e de implantação de mudanças.

Após a conclusão do mestrado, pensei em fazer uma pesquisa sobre o discurso político e a mídia. Com o passar dos meses, no meu convívio social, vi o quanto era importante tal comemoração e como o tema imigrante era rico. Passei a ouvir muitas histórias dos imigrantes e dos primeiros descendentes, muitas delas contadas pelo meu pai que faleceu em 1975. À época, ouvia as histórias e não compreendia a intensidade do que havia ocorrido: como ele nasceu em 1926 e veio para o Brasil com quatro anos de idade, logo, nos anos pré e da Segunda Guerra Mundial, ele tinha entre 13 a 18 anos de idade. Ouvi outras muitas contadas por outros

familiares, amigos e integrantes da comunidade. Assim, a ideia de estudar como o imigrante, no caso, o japonês, era/foi/é representado pela mídia começou a tomar força. Entendo que fazer um cruzamento entre o passado e o presente dos movimentos migratórios, qualquer que seja, e das suas repercussões sociais é algo que muito tem a contribuir para a construção da sociedade.

Quanto ao papel da mídia, concordo com Coracini (2007) quanto à sua força na construção do imaginário, responsável pelo sentimento de identidade que une uma nação, um grupo social. Segundo a autora, a identidade são momentos de identificação com a ilusão de permanência de uma certa identidade. Portanto, analisar textos midiáticos escritos permite identificar os elementos responsáveis pelas representações da identidade.

Entendo que a Língua tem muito a contribuir neste estudo, pois, por meio dela, as relações sociais, as estruturas de pensamento e os modos em que a cultura se reproduz e se transporta geral e integralmente podem ser interpretadas e lidas (PARDO ABRIL, 2007a). Pode-se, ainda, desvelar as inúmeras vezes que incuntem fragmentos que levam a recalques, a inibições e a sofrimentos (CORACINI, 2007)

Com um olhar sobre os meios de comunicação e a construção social da identidade do ator social imigrante japonês, defendo a seguinte tese

:

em diferentes momentos, ao longo dos cem anos da imigração japonesa, o discurso sobre a imigração japonesa e sobre o ator social imigrante japonês na mídia tem caráter racial e sofre mudanças conforme as circunstâncias políticas e econômicas, com repercussões na construção da identidade do imigrante japonês

Investigo, em uma visão transdisciplinar, a construção social da identidade/imagem do imigrante japonês pela mídia em dois momentos diferentes: no início da imigração japonesa e na Segunda Guerra Mundial. O ano de 2008 não deixa de influenciar em virtude de as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa terem sido muito intensas em praticamente todos os Estados brasileiros, com a integração do Governo japonês.

Posto alguma imagens que demonstram como a mídia retrata os imigrantes japoneses nos anos de 2007 e de 2008.

Figura 1 – Capa Revista Veja – dezembro de 2007



Fonte: <http://www.japao100.com.br/arquivo/o-brasil-do-sol-nascente-os-100-anos-da-imigracao/>

Figura 2 – O Brasil do Sol Nascente



Fonte: <http://hidekohonma.com.br/siteantigo/telas/impressa.html>

Figura 3 – Os nisseis

OS NISSEIS

Hostilizada durante a guerra, a segunda geração de japoneses assistiu à violência da Shindo Renmei e viu ruir o sonho de voltar para o Japão

A segunda geração de japoneses no Brasil é dividida em dois grupos. O primeiro é formado pelos filhos mais velhos dos imigrantes, aqueles que viveram a tensão da II Guerra Mundial e trabalharam pesado ao lado dos pais — no campo e, depois, nos pequenos comércios na cidade. O segundo grupo é composto dos filhos mais jovens, que, por ser ainda pequenos no período da guerra, acabaram poupados da maior parte do sofrimento e, ao contrário dos primogênitos, puderam completar os estudos. A história deles é semelhante à dos japoneses de terceira geração.

Os filhos mais velhos puderam acompanhar de um antipponismo que vinha sendo gestado entre mesmo de o *Kasato Maru* aportar em Santos. No começo do século XX, grupos formados, entre outros setores, por representantes das oligarquias agrícolas do Norte e Nordeste acreditavam que era preciso “branquear o Brasil” para torná-lo um país desenvolvido — e a vida dos japoneses estava na contramão desse projeto. “Além disso, os japoneses eram vistos como um povo de vocação expansionista, o que inspirava cul-

dados”, diz o historiador Rogério Dezan. Essas ressalvas ideológicas acabaram ficando em segundo plano, a princípio, em função do imperativo econômico: os cafealistas paulistas precisavam de mão-de-obra. Mas quando Getúlio Vargas implantou sua política nacionalista, durante o Estado Novo (1937-1945), o antipponismo saiu do discurso e foi colocado em prática: em 1938, o governo ordenou o fechamento dos *shoin-gakus* — as escolas onde os filhos de imigrantes aprendiam não só a ler e escrever em japonês, mas a se orgulhar como japoneses. Em 1941, foi a vez de os jornais da comunidade serem fechados e, no ano seguinte, por causa da guerra, a embaixada japonesa cerrou as portas. Em 1942, o Brasil entrou oficialmente no conflito — tendo o Japão do outro lado do front. Famílias japonesas que moravam em áreas consideradas de segurança nacional, como a cidade de Santos, os bairros da região central de São Paulo, como a Liberdade, foram obrigadas a deixar suas casas às pressas e mudar-se para o interior do estado. A interiorização dos imigrantes fazia parte da chamada “geopolítica do controle”.

Mesmo com o fim da guerra e da ditadura Vargas, a situação não se acalmou. A própria comunidade japonesa se dividia: de um lado, ficaram os que aceitavam a derrota do Japão (*os mutogami*, ou derrotistas); de outro, os que acreditavam que a renúncia do arquipélago, anunciada nas rádios, não passava de propaganda americana (*os kochigami*, ou vitoriosos). O ceticismo de alguns em relação à derrota do Japão não era de todo irracional. Afinal, em 2.600 anos de história, o país nunca havia perdido uma guerra e estava em vantagem naquele conflito até 1941 — exatamente o ano em que os jornais japoneses foram fechados. As publicações brasileiras, que a maioria dos imigrantes e descendentes de segunda geração não lia, não eram consideradas confiáveis. O Brasil não estava do lado inimigo? E quem já ouvira falar em bomba atômica? Tudo parecia uma grande invenção. Os vitoriosos chegaram a fundar uma organização nacionalista com o objetivo de lutar dentro para propagandar o “espírito de invencibilidade” japonês. A Shindo Renmei, ou Liga do Caminho dos Sábios, chegou a ter 30.000 sócios registrados. Um braço radical dessa instituição foi responsável por um dos episódios mais trágicos da história da imigração japonesa no Brasil: Entre os anos de 1946 e 1947, por considerarem que os derrotistas eram traidores da pátria, extremistas da Shindo Renmei mataram 23 pessoas e feriram 147. Ainda em 1946, quase 400 deles foram condenados à prisão.

A vida aos poucos foi voltando ao normal, mas, a essa altura, os parentes

dos imigrantes japoneses que viviam no Japão já haviam mandado cartas para o Brasil, relatando a situação difícil em que se encontrava o país no pós-guerra. Para a maioria quase absoluta das famílias que aqui estavam, era o fim do sonho de retornar ao Japão. Os imigrantes se convenceram, então, da necessidade de preparar os filhos — ao menos os caçulas — para ascender na sociedade brasileira. Para isso, mudaram de cenário — foram do campo para a cidade. É no ambiente urbano que começa a história da terceira geração.

QUEM SÃO: filhos dos imigrantes japoneses **IMIGRANTES SÃO:** 21% do contingente negro brasileiro **BRASILEIROS SÃO:** 6% **IDADE MÉDIA:** entre 15 e 82 anos **PROFISSÕES MAIS COMUNS:** operadores, comerciantes e prestadores de serviços, no caso dos mais velhos, médicos e ginecologistas **RELAÇÃO COM O BRASIL:** muitos já vivem em outras cidades, no caso dos mais velhos, muitos já se casaram com brasileiras **COMUNIDADE:** 10 mil pessoas, em São Paulo e arredores

N.M.

VEJA A ORGANIZAÇÃO SHINDO RENMEI EM

1. Akemi Ito (14 anos) - 2. Akira K (10 anos) - 3. Chitara Sato (12 anos) - 4. Etsuko Ito (12 anos) - 5. Goroichi Akashi (15 anos) - 6. Hidemi Hama (10 anos) - 7. Inga Mae (12 anos) - 8. Osamu Miyoshi (12 anos) - 9. Miki Miyoshi (14 anos) - 10. Nobuo Nakamura (17 anos) - 11. Osamu Nakamura (17 anos) - 12. Ryoji Nakamura (16 anos) - 13. Ryoji Nakamura (16 anos) - 14. San Sakamoto (12 anos) - 15. Lary Toyaki (12 anos) - 16. Inga Akashi (16 anos) - 17. Jan Sakamoto (12 anos) - 18. Yoko Nakamura (12 anos) - 19. Yoko Nakamura (12 anos)

86 | 12 DE DEZEMBRO, 2007 | veja

87 | 12 DE DEZEMBRO, 2007 | veja

Fonte: <http://hidekohonma.com.br/siteantigo/telas/impressa.html>

Não somente em 2008, mas já em anos anteriores, as comunidades nikkeis (nipo-brasileiras) e brasileiras uniram-se para fazer e fizeram inúmeras comemorações ao longo do ano de 2008, sendo um dos pontos culminantes a vinda do Príncipe Naruhito.

Figura 4 – Visita do Príncipe Naruhito – 18062013 - Brasília



Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/galeria/2008-06-18/18-de-junho-de-2008>

Brasília - Ministra Dilma Rousseff, a primeira-dama Marisa Letícia, o ministro Celso Amorim e o presidente Lula cumprimentam o príncipe Naruhito, herdeiro do trono do Japão, na chegada ao jantar oferecido no Itamaraty Foto: Wilson Dias/Abr

Figura 5- Sem cerimônias – Príncipe Naruhito

Sem cerimônia

No Brasil, príncipe do Japão abdica da rigorosa etiqueta imperial

JONAS FURTADO



Naruhito é recebido com honras militares em Brasília

Fosse seguir ao pé da letra a etiqueta do império que representa, o príncipe herdeiro do Japão, Naruhito, em sua segunda passagem pelo Brasil, para as comemorações do centenário da imigração japonesa, ganharia uma inevitável pecha de antipático. Evitaria todo tipo de contato físico ou visual, não se deixaria fotografar sem estar devidamente preparado e exigiria como reverência uma curvatura de 90° de qualquer pessoa que a ele se dirigisse - exceção feita a autoridades de "grau superior".

Mas Naruhito tratou de quebrar o gelo e os rigorosos protocolos sem maiores cerimônias. Logo em seu primeiro dia de compromissos oficiais, na quarta-feira 18, teve as mãos calorosamente apertadas pelo presidente Lula - com quem chegou a bater cabeças ao abaixarem juntos para pegar o aparelho de tradução simultânea que havia caído no chão. Também foi tocado e fotografado à exaustão por parlamentares e convidados durante evento no Congresso Nacional. **A expectativa era que houvesse maior pompa nos rituais.** Para receber Naruhito em um jantar oferecido pelo governador José Serra no sábado 21, a equipe do cerimonial do Palácio dos Bandeirantes teve até curso de etiqueta e cultura japonesa para evitar gafes. A chefe do cerimonial, Cláudia Matarazzo, passou pessoalmente as recomendações ao governador.



Apesar de o título do meu trabalho **Cem anos de imigração japonesa: a construção midiática da identidade do imigrante japonês** gerar a expectativa de análise das notícias ou de material também do ano de 2008, não analisarei o ano de 2008. Trago as palavras de Moreira (2009) para justificar algumas mudanças ocorridas ao longo da minha trajetória de pesquisa. Tendo em vista a riqueza de material encontrado, disponibilizado e acessado (tanto por entidades, como por familiares, amigos e comunidades nikkeis), e na tentativa de utilizar o máximo de material, isso provocou um conflito com o tempo. Conforme a autora, quando se faz uma análise crítica do material encontrado, tenta-se constituir importante fio condutor para a memória de eventos, pessoas e contextos. O que aconteceu: a estimulação de diferentes e diversos aspectos ou ângulos de abordagem não previstos na fase de elaboração do projeto de pesquisa. Seguindo orientação recebida na Banca de Qualificação, decidi fazer um corte no meu tema, caso contrário, eu teria um sério problema com a finalização do trabalho no tempo devido. Contudo, considero isso um atributo fascinante no processo analítico de um trabalho. E considero, ainda, que o meu envolvimento com as festividades marcaram-me como pesquisadora e pesquisada pelo cenário de festividades do ano de 2008.

No meu caso, eu estava no turbilhão das comemorações, pois sou autora do projeto Painel Sonho Brasileiro – Origami do Centenário, que se tornou projeto do Governo brasileiro e resultou na entrega de um painel com quase 500.000 peças de origami modular encaixadas e no formato do símbolo do Centenário da Imigração japonesa no Brasil, com as bandeiras brasileira e japonesa. Ao apresentar o projeto em uma reunião na Câmara, em 2007, nunca pensei que ele poderia se tornar um projeto que mobilizaria milhares de pessoas, descendentes e não descendentes. A proposta foi a seguinte: pelo origami – arte oriental, as pessoas homenageariam os seus antepassados. Por meio da dobradura origami modular, uma peça que se dobra em mais ou menos vinte passos, antes de dobrá-la, a pessoa escreveria no papel de origami um desejo que gostaria que se tornasse realidade. Dobrava a peça e, com isso, imantava esse papel com a sua energia; colocava a peça em uma urna, retirando, assim, o seu papel social, pois, não importa quem seja, também estaria contribuindo para a construção. Foi muito interessante o que aconteceu em um evento em Belo Horizonte em que eu estava presente para a entrega do jardim japonês. Veio um gari a quem eu expliquei para que serviam os papezinhos presentes e ele me disse: “mas, eu não vou dobrar, porque eu sou somente um gari”. Eu lhe disse que não, ensinei-o a dobrar após ele escrever o seu desejo, e, então, ele depositou o seu origami na mesma urna em que, mais tarde, diversas autoridades presentes também depositaram os seus origamis.

E cada peça única, tão pequena, faz parte de um painel imenso, que demonstra que, se cada um fizer um pouco, pode-se mudar o seu lar, o seu bairro, a sua cidade, o seu país: se cada um de nós fizer um mínimo, podemos construir obras gigantescas, físicas ou não. Além do mais, estamos homenageando os nossos antepassados. E a obra de todos é para ficar no Congresso Nacional a fim de lembrar aos nossos parlamentares que eles lá estão para realizar o desejo de milhares de pessoas que neles votaram. Foi um projeto construído ao longo do ano, com o envolvimento de milhares de pessoas, muitos trabalhando os sete dias da semana para que muitos pudessem homenagear os seus antepassados. Vi o quanto as pessoas se doam, pois muitos trabalharam voluntariamente, após o seu dia de trabalho. As histórias vividas, lidas e vivenciadas dariam muitos livros!!

Somente para a sua montagem, foram dois turnos diários de cinco horas com 18 pessoas em cada turno. Os estagiários contratados para a sua montagem eram originários do curso de graduação em Japonês da Universidade de Brasília e, dos trinta jovens para a montagem, somente 3 pessoas eram descendentes de japoneses. Duas delas eram senhoras de mais de 60 anos de idade que fizeram questão de participar do projeto e de ajudar na montagem: de ônibus, vieram por mais ou menos quatro meses, todos os dias, do núcleo rural perto da cidade de Brazlândia, a quarenta quilômetros de Brasília, e seguiam o mesmo ritmo dos jovens. Como eles diziam: “elas estão melhores do que nós”. As dimensões do painel são de 9,5 m x 3,5 m e tem quase 500.000 peças encaixadas. E gente, mesmo os japoneses, quando o veem, dizem: “sugoi!!! (que maravilha!!!) E os brasileiros que fizeram e montaram!!!”. Ele está exposto no corredor do Anexo II da Câmara dos Deputados, desde dezembro de 2008.

Trago algumas imagens.

Figura 6 – Montagem final do Pannel Sonho Brasileiro



Fonte: <http://madeinjapan.uol.com.br/2008/11/21/origami-do-centenario-em-fase-de-conclusao/>

Figura 7: Dobras de origamis – autoridades do Congresso Nacional



Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2008/11/04/garibaldi-e-chinaglia-ajudam-a-fazer-origami-do-centenario>

Os então Presidentes da Câmara e do Senado em 2008, Arlindo Chinaglia e Garibaldi Alves, o Senador Flexa Ribeiro e o Coordenador Geral do Movimento Origami do Centenário, Deputado William Woo, colocam nas urnas os seus origamis dobrados. E a Presidente Dilma Rousseff, no então Governo Lula, também dobrou o seu à época.

Figura 8 – Jornal da Câmara – Entrega do Painei Sonho Brasileiro



Câmara conclui votação em primeiro turno de proposta que muda rito das MPs

Deputados também aprovam ingresso da Venezuela no Mercosul | 3

BALANÇO

Chinaglia destaca aprovações nas áreas de saúde, educação, segurança pública, emprego e de medidas anticrise | 2

Um Sonho Brasileiro

O presidente Arlindo Chinaglia inaugurou ontem o painel Sonho Brasileiro, feito com 450 mil origamis, construído ao longo de sete meses com a colaboração de descendentes de japoneses de vários estados brasileiros e de outros países. A obra, instalada no Espaço do Servidor, faz parte das comemorações, no Congresso, do centenário da imigração japonesa no Brasil.

Página 2



Figura 9 – Entrega do Painel Sonho Brasileiro



Fonte: Foto de Antônio Kuwae – arquivo pessoal

Esse painel é uma demonstração da integração nipo-brasileira, uma forma de brasileiros homenagearem seus antepassados. Suas peças foram recolhidas em escolas; em quiosque de aeroportos, de metrô; em eventos e em outros países, como Argentina, Estados Unidos, Coréia, a fim de possibilitar que milhares de pessoas participassem do Movimento Origami do Centenário, independente da idade, da classe social, de raça...

Há origamis que vieram do Japão (190.000 peças de lá vieram; abrimos alguns deles e lemos os seguintes desejos: ser jogador de futebol no Brasil; peace – paz; ter um mundo melhor). E pasmem: a última ação no Brasil foi uma reunião de idosos em Londrina, em que a grande maioria era imigrantes japoneses. Eles se emocionavam ao dizermos para que serviria o origami. Nessas andanças pelo Brasil (estive em grandes e pequenas festas), conheci centenas de pessoas, nikkeis e não nikkeis, que se emocionavam e traziam mais de uma geração para fazer a dobradura. Nesses momentos, vi a intensidade da palavra Brasília: “um pedaço de mim vai ficar em Brasília? Se um dia eu conseguir ir na Câmara, vou ver esse pedacinho lá?” Descendentes ou não, algumas pessoas choravam enquanto dobravam. São histórias internalizadas que somente elas conhecem.

Figura 10 – Evento Painel Sonho Brasileiro – ACEL – Londrina – 2008



Fonte: acervo da autora

Uma das ações do projeto Origami do Centenário – Painel Sonho Brasileiro foi a parceria com a Secretaria Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, em que tivemos encontros por cinco sábados seguidos em cinco unidades do CEU – Centro Educacional Unificado da Prefeitura de São Paulo, centros de referência para a prática de atividades educacionais, esportivas e culturais e polos de integração entre as diversas escolas municipais: Central – DRE Ipiranga – CEU Meninos, Oeste – DRE Butantã – CEU Butantã, Norte – DRE Jaçanã/Tremembé – CEU Jaçanã, Leste – DRE Guaianases – CEU Jambreiro e Sul – DRE Capela do Socorro – CEU Vila Rubi. Esses encontros tiveram como objetivo a formação de multiplicadores do Movimento Origami do Centenário, sob a minha coordenação e a

participação das equipes da JCI Brasil-Japão, do Instituto Paulo Kobayashi – IPK e da Secretaria Municipal de Educação. Além disso, também foram abordados a importância dos movimentos migratórios, a cultura japonesa, o origami e o origami como fonte de renda por ser o papel – sua matéria-prima – produto acessível e de baixo valor. No total, foram 281 educadores, na maioria professores de educação infantil e do ensino fundamental, que levaram o Movimento Origami do Centenário para as escolas públicas – com a distribuição de cartilhas de origami básico - e propiciaram a participação de milhares de estudantes.

Também como coordenadora de um grupo de eisa (estilo de dança com tambores japoneses da ilha de Okinawa), em Brasília, à época com mais de 45 integrantes, fizemos mais de 200 apresentações até o final de 2009 em diversos Estados brasileiros, sendo um dos pontos culminantes estarmos presentes na festa no Anhembi – São Paulo com a presença do príncipe Naruhito. Esse grupo se chamava Requios e era ligado ao grupo Requios de São Paulo, cuja coordenadora nacional é a Professora Hatsue Omine, e graças a ela foi possível que o grupo fosse implantado em Brasília e se tornasse um dos grupos de divulgação da arte do eisa no Planalto Central. O grupo desligou-se do grupo de São Paulo em 2009, passando a se chamar Kokyou, sob a coordenação de Iara Yamada e de um grupo de jovens, dando continuidade a um belo trabalho de divulgação da cultura japonesa.

Figura 11 – Visita Príncipe Naruhito – Palácio do Planalto – junho de 2008



Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/galeria/2008-06-18/18-de-junho-de-2008>

Brasília - O Príncipe Naruhito, herdeiro do trono do Japão, chega ao Palácio do Planalto para as comemorações dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil Foto: Antonio Cruz/ABr

Trago uma imagem que retrata o que foi a festa no Sambódromo de comemoração do 100 anos da imigração japonesa, com a presença do Príncipe Naruhito. Lá, vi diversos anciões japoneses, embaixo da garoa que caiu o dia inteiro, com bengalas, chegando para prestigiar não só o príncipe japonês, mas principalmente para comemorar o centenário da imigração japonesa, cuja história eles ajudaram a criar. Eu me emocionei com as diversas cenas vistas não somente nesses dias, mas também com as centenas vivenciadas nesse ano.

Figura 12 – Sambódromo – São Paulo – junho de 2008



Fonte: http://www.japao100.com.br/blog_redacao/2008/06/
Sra. Kikuko Yamanaka, 97 anos, desde cedo no Sambódromo – São Paulo – 20 de junho de 2006

Personagens de desenho em quadrinhos foram criados por Maurício de Souza para a comemoração do Centenário da Imigração Japonesa: a Keika e o Tikara, já caracterizados como integrados na sociedade brasileira.

Figura 13 = Maurício de Souza e a personagem Keika



Fonte: http://www.japao100.com.br/blog_redacao/centen%C3%A1rio/
Maurício de Souza e a personagem Keika criada para comemoração dos 100 anos da imigração japonesa

Figura 14 – Maurício de Souza e o Presidente Luís Inácio Lula da Silva



a

Maurício de Souza e o Presidente Luís Inácio Lula da Silva com Tikara (força, vigor e energia).

Trago imagens do então grupo Requios de Brasília em 2008.

Figura 15 – Grupo Requios de Brasília - 2008



Fonte: <http://requiosbrasil.blogspot.com.br/>

Figura 16 – Cartaz do show do grupo Requios – Maio de 2008 - Brasília



Fonte: <http://requiosbrasil.blogspot.com.br/>

O então grupo Requios de Brasília, juntamente com o grupo do Japão e a Professora Hatsue Omine, fez um show somente para as crianças de escolas públicas no Teatro Nacional Cláudio Santoro, a fim de que elas também participassem das comemorações do Centenário da Imigração Japonesa.

Figura 17 – *Correio Braziliense* – Maio de 2008

32 • Brasília, quarta-feira, 21 de maio de 2008 • CORREIO BRAZILIENSE

CIDADES

A dança das divindades

Crianças de escolas públicas se empolgam com grupo japonês que celebra o mundo dos mortos com música e alegria

DA REDAÇÃO

Quando as cortinas marrons da Sala Martins Pena do Teatro Nacional se abriram, na tarde de ontem, uma bandeira de tons branco e vermelho, símbolos da nação japonesa, com o verde-e-amarelo do Brasil apareceu. Nesse momento, surgiu diante dos olhos atentos de 500 crianças o primeiro ato do espetáculo musical do grupo Sosako Gueidam Requios. A platéia, composta por meninos e meninas, entre 7 e 15 anos, oriundos de abrigos e Centros de Orientação Socioeducativa (Cose), participou de uma sessão especial gratuita, às 15h.

O evento faz parte das comemorações do centenário da imigração japonesa no Brasil. Os governos dos dois países declararam 2008 como o ano do intercâmbio cultural entre os dois povos. No show, foram usadas coreografias de uma dança folclórica de percussão típica da região de Okinawa, no Japão, a eisa-daiko. Bailarinos, crianças e adultos, moviam-se vestidos em peças de cores fortes para cantar em homenagem aos mortos, em uma espécie de celebração de Dia de Finados. Para algumas comunidades orientais, os espíritos dos ancestrais podem visitar o mundo dos vivos e são elevados ao patamar de divindade.

O Sosako conta com 10 dançarinos e o cantor Hidekatsu. Eles fazem mais de 250 apresentações por ano no Japão e já estiveram presentes em Singapura, Nova York, Hawaii, Coreia, Arábia Saudita, Taiwan, China, Tailândia e Indonésia. Esta é a primeira vez que o grupo vem ao território verde-e-amarelo. As batidas do Taiko e do Shamisen, os instrumentos musicais utilizados, deixaram o público quieto e curioso, no primeiro momento.

Alegria
Porém, a música, mesmo cantada em um idioma incompreensível para a maioria, intermediou a comunicação entre os artistas e as crianças. Os movimentos dos dançarinos, precisos como os de um guerreiro, empolgaram os espectadores mais desinibidos, que bateram palmas e arriscaram passos de uma dança meio desengonçada. Contagiados pela animação das crianças, os simpáticos inte-

grantes da companhia convidaram os ocupantes das primeiras filas para bater e cantar no palco, mesmo sem saber a letra. O resultado foi uma grande festa multicultural.

Um dos momentos mais divertidos da peça foi a entrada de um dos mitos da cultura japonesa em cena, o Inoshishi. O animal é um tipo de cruzamento de leão, cachorro e ovelha. Ele interagiu com o público, na maior parte dos 40 minutos de peça. As ameaças de mordidas ficavam menos assustadoras à medida que o bicho de dois metros, em média, tentava rebolar e arrancava gargalhadas.

A menina Gislene da Silva, 14 anos, aluna do Cose de Brazlândia, assistia a tudo com muita atenção. "Eu não imaginava que era assim que eles se divertiam lá. Sabia que eles escrevem de um jeito muito diferente do nosso?", comentou Gislene com o colega ao lado, que logo fez sinal de silêncio com o dedo indicador para poder se concentrar. Os Coses fazem parte do projeto de educação em tempo integral do Governo do DE. No horário oposto ao da aula, os estudantes vão a passeios culturais ou envolvem-se em atividades complementares como esportes e educação ambiental.

População nipônica
No Brasil, existem cerca de 1 milhão e meio de descendentes de japoneses e, no Japão, vivem por volta de 315 mil brasileiros. Inicialmente, a companhia de dança iria somente a São Paulo, onde está a maior comunidade de japoneses no país. Porém, quando o grupo brasileiro de dança Requios Gueinou Doukou Kai soube da presença do Sosako Gueidam Requios, fez o convite para os shows na cidade. A iniciativa contou com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest), da Fundação Suely Nakao e de empresários.

APRESENTAÇÃO NO TEATRO NACIONAL ANIMOU OS 500 ESPETADORES MIRINS ESCOLHIDOS PARA COMEMORAR COM OS JAPONESES UM SÉCULO DE MIGRAÇÃO NIPÔNICA NO BRASIL

Para comemorar os 200 anos da marca Correio Braziliense, preparamos uma grande festa.

E você, que faz parte dessa história,

Fonte: *Correio Brasiliense* – Maio de 2008

Eu quis contar um pouco da minha história vivenciada no ano de 2008, pois ela demonstra e reforça a minha decisão de estudar a imigração já tomada em 2007 quando participei da seleção do doutorado, pois as notícias daquele ano mostravam o perfil do imigrante japonês e de seus descendentes já integrados, pois somos os “japoneses brasileiros”. Em determinada época, havia uma propaganda que dizia: “Os nossos japoneses são melhores que os outros”. Como nikkei e não falante da língua portuguesa até os sete anos de idade, vivenciei algumas atitudes de exclusão. Ao ler as notícias de 2007 sobre os imigrantes japoneses e a imigração japonesa, decidi ter como objeto de estudo o racismo na imigração japonesa, por ser o racismo de migrantes um tema que faz parte da história do homem e ainda tão atual. Não só nesses anos, as notícias e o discurso político sempre abordam a integração dos japoneses, a sua história de vitórias na economia nacional, e ressaltam as diferenças e a diversidade cultural de forma altamente positiva, sem resquícios de traços negativos. No projeto inicial, o ano de 2008 estava incluído, contudo, no decorrer do levantamento dos dados, verifiquei que, devido ao fator tempo e à riqueza do tema, não seria possível incluí-lo, apesar de que, após as experiências vivenciadas nesse ano, ele está internalizado em mim como pesquisadora e é um referencial norteador da análise. Portanto, os períodos estudados serão o do início da imigração japonesa e o da Segunda Guerra Mundial.

Para tanto, levanto, por meio da História, os elementos contextuais das notícias veiculadas pelos meios de comunicação da época a fim de ressaltar, por meio dos dados da pesquisa sobre o imigrante japonês, a reflexão sobre a identidade do imigrante em geral e as repercussões sociais, culturais, políticas e econômicas dos períodos mencionados.

As perguntas norteadoras da presente pesquisa são:

Pergunta 1: Como os meios de comunicação de massa representam as identidades dos atores sociais da imigração japonesa?

Pergunta 2: Qual é a ideologia presente nas notícias midiáticas e como elas se manifestam ao retratar o imigrante japonês?

Pergunta 3: Ao longo dos cem anos, a construção da identidade do imigrante japonês foi polêmica? Houve racismo ou preconceito?

Para tanto, utilizo a triangulação de Categorias analíticas de diferentes autores, como

veremos ao longo do capítulo.

Watson (1997) alega ter ocorrido um avanço na convencional abordagem nas humanidades e das Ciências Sociais para o mundo escrito e impresso, cuja abordagem trata a linguagem como um tipo de transparente “janela para o mundo”, um conduto, um canal direto para a “coisa real” no mundo social. Ao falar em linguagem, entendo importante abordar o tema construcionismo social, segundo o qual os processos de mudança social na gênese do conhecimento assumem uma significação especial e, particularmente, os conceitos utilizados. Segundo Gergen, são

pressupostos para um construcionismo social: os termos pelos quais damos conta do mundo e de nós mesmos não são ditados pelos objetos estipulados por essas nossas considerações(...) Os termos e os padrões pelos quais alcançamos uma compreensão do mundo e de nós mesmos são artefatos sociais, produtos das trocas histórica e culturalmente situadas entre as pessoas (...) O grau em que uma determinada consideração acerca do mundo ou de si mesmo sustenta-se através do tempo não depende da validade objetiva dessa consideração, mas sim das vicissitudes dos processos sociais (...) A linguagem obtém sua significação nos assuntos humanos a partir da maneira como funciona dentro dos padrões de relacionamento (...) Avaliar as formas existentes de discurso significa avaliar os padrões da vida cultural; essas avaliações dão voo a outros enclaves culturais (GERGEN, 1994 apud FLICK 2009, p. 80).

Para melhor situar a contribuição do construcionismo social para esta pesquisa, busco a contribuição de outros autores quanto ao conhecimento e ao processo de mudanças. Segundo Flick (2009), o conhecimento é construído em processos de mudança social, baseia-se no papel da linguagem nessas relações, e, sobretudo, tem funções sociais, assim, os atos relativos à pesquisa constituem também parte da construção social daquilo que é tratado na pesquisa social ou encontrado por ela, sendo os atos relativos à escrita contribuições à construção social das esferas em estudo.

A pesquisa social, para Goodman (1978) e Schutz (1962), é uma análise de modos de concepção do mundo e dos esforços construtivos dos participantes em sua vida cotidiana. Schutz posiciona-se da seguinte forma quanto ao que ele chama de construções de primeiro e de segundo graus: os construtos das Ciências Sociais são construtos de segundo grau, como constructos de constructos já produzidos pelos atores na cena social, que são os de primeiro grau. Temos, assim, a “versão do mundo” mais formalizada e generalizada de Goodman e a ideia de “realidades múltiplas” de Schutz, entre as quais o mundo da ciência é apenas uma, estando organizado, em parte, de acordo com os mesmos princípios da vida e, em parte, de acordo com outros princípios.

Com as construções sociais como pontos de partida, concordo com Alfred Schutz (1962) quanto aos fatos apenas se tornarem relevantes por meio de sua seleção e interpretação:

A rigor, coisas como fatos, pura e simplesmente, não existem. Todos os fatos são, desde o início, fatos selecionados por atividades de nossa mente a partir de um contexto universal. São, portanto, sempre fatos interpretados, quer sejam fatos observados isolados de seus contextos por meio de uma abstração artificial, ou fatos considerados dentro de seus cenários específicos. Tanto em um caso como no outro, eles carregam seus horizontes interpretacionais interiores e exteriores. (1962 apud FLICK, 2009. p. 85)

Concordo com Le Goff, Chartier e Revell (2005, p, 17) que

...repensar os acontecimentos e as crises em função dos movimentos lentos e profundos da história, interessar-se menos pela individualidades de primeiro plano do que pelos homens e pelos grupos sociais que constituem a grande maioria dos autores menos exibidos, porém mais efetivos, da história, preferir a história das realidades concretas – materiais e mentais – da vida cotidiana aos fatos que se apossam das manchetes efêmeras dos jornais, não é apenas obrigar o historiador – e seu leitor – a olhar para o sociólogo, a etnólogo, o economista, o psicólogo etc, é também metamorfosear a memória coletiva dos homens e obrigar o conjunto das ciências e dos saberes a situar-se em outra duração, conforme outra concepção do mundo e de sua evolução.

Quanto à metodologia, a elaboração e a prática de um método prudentemente regressivo são um dos legados essenciais de Marc Bloch, e que estavam sendo insuficientemente recolhidas e exploradas pelas ciências. Para ele, a “faculdade de apreensão do que é vivo, qualidade suprema do historiador, não se adquire e se exerce senão ‘por um contato perpétuo com o hoje’, ou seja, a história do historiador começa a se fazer ‘às avessas’” (LE GOFF, 2001, p. 28).

Complementa ainda que:

Estamos aqui em plena atualidade. Que objeto atualmente suscita mais a investigação e a reflexão dos historiadores, em colaboração com outros especialistas das ciências humanas e sociais, do que a investigação da memória coletiva, base da busca da identidade? (LE GOFF, 2001, p. 28).

Para Le Goff (2001), ao elaborar sua técnica, uma das glórias mais seguras da história é o de ter aberto aos homens uma estrada nova rumo à verdade e à justiça, pois reconhece que, em uma sociedade qualquer que seja, tudo se liga e se controla mutuamente: a estrutura política e social, a economia, as crenças, tanto as manifestações mais elementares como as mais sutis da mentalidade. Isso reforçava o meu pensamento de fazer um estudo transdisciplinar sobre a imigração japonesa.

Contudo, para Bloch (2001), o compreender nada tem de atitude passiva, pois, para se fazer uma ciência, serão sempre necessárias duas coisas: uma realidade, mas também um homem, cuja realidade humana, como a do mundo físico, é enorme e variada. Nesse ponto, Bloch levanta uma questão: “Dirão que, entre o foi e nós, os documentos já interpõem um primeiro filtro?”, para a qual responde que, sem dúvida, eliminam-se frequentemente a torto e a direito. E ainda há o fato de o historiador escolher e triar. Em uma palavra, analisar.

Por adotar uma visão transdisciplinar, entendo importante discutir a metodologia em diferentes abordagens.

1.2 MOMENTO DA PESQUISA NO SÉCULO XXI

Denzin e Lincoln (2010) ressaltam a necessidade urgente de mostrar como as práticas da pesquisa qualitativa podem ajudar a mudar o mundo e a buscar novo comprometimento com a ideia da pesquisa qualitativa como forma gerativa de investigação (DENZIN; LINCOLN, 2010) e como forma de prática democrática radical a fim de os discursos da pesquisa qualitativa serem empregados para auxiliar a imaginar e a criar uma sociedade livre, democrática, em um processo em que o ato da pesquisa qualitativa seja interpretado como um processo multicultural, marcado pelo gênero.

Laurel Richardson (1997 apud DENZIN; LINCOLN, 2010, p. 173) observa que esse momento foi influenciado por nova sensibilidade, pela dúvida, pela recusa em privilegiar qualquer método ou teoria. Contudo, Denzin e Lincoln enfatizam que, no início do século XXI, ocorreu a virada narrativa, em que muitos aprenderam tanto a escrever de um modo diferente, como a se situar em seus textos, e a luta deles hoje é no sentido de relacionar a pesquisa qualitativa às esperanças, às necessidades, aos objetivos e às promessas de uma sociedade democrática livre. Com relação a temas em pesquisa social, há a diferença social e a saliência de identidades sociais particulares (seja em relação às mulheres, às lésbicas, aos grupos étnicos, entre outros), que ressaltam aspectos importantes nas transformações recentes na vida social (FAIRCLOUGH, 2006a).

Concordo com De Fina, Schiffrin e Bamberg (2006) que a pesquisa em linguagem e em identidade tem experienciado um crescimento sem precedentes nos últimos tempos, não havendo mais a necessidade de os acadêmicos no campo advogarem a centralidade da linguagem no estudo da identidade. Pesquisadores em campos diversos, como Antropologia, Linguística, Psicologia, História, Literatura, Teoria Social, têm firmemente estabelecido o papel fundamental dos processos e das estratégias linguísticos na criação, na negociação e no estabelecimento das identidades.

Quanto ao tema identidade, abordá-lo-ei no Capítulo 3 – Diálogo teórico 2: Identidade – Representação - Racismo.

1.2.1 Pesquisa em comunicação

Como a minha pesquisa envolve os meios de comunicação, entendo importante trazer o conceito de pesquisa nessa área feita por Melo (2009), definição que conquistou legitimidade nacional e foi incorporada ao *Dicionário de comunicação* de Rabaca & Barbosa. Ao conceituar pesquisa em comunicação, ele o fez dimensionando esse campo de forma processual em níveis mais amplos, na tentativa de neutralizar a concepção restritiva então vigente: o estudo de todos os meios, formas e processos de informação ou de comunicação social. Do ponto de vista metodológico, considera não só as investigações que utilizam técnicas quantitativas, mas também aquelas que empregam técnicas qualitativas. Portanto, na sua visão, a pesquisa em comunicação compreende o estudo científico dos elementos que integram o processo comunicativo, a análise de todos os fenômenos relacionados à transmissão de informações ou gerados por ela, sejam dirigidos a uma única pessoa, a um grupo ou a um vasto público:

É o estudo do comunicador, suas intenções, sua organização, sua estrutura operacional, sua história, suas normas éticas ou jurídicas, suas técnicas produtivas. É o estudo da mensagem e do canal, seu conteúdo, suas formas, sua simbologia, suas técnicas de difusão. É o estudo do receptor, suas motivações, suas preferências, suas reações, seu comportamento receptivo. É o estudo das fontes, sua sistemática para a recuperação de informações. É, enfim, o estudo dos efeitos produzidos junto ao receptor, a partir das intenções do comunicador (MELO, 2009, p. 4).

Portanto, a pesquisa em comunicação assume a natureza de campo interdisciplinar de estudos, envolvendo investigações de diferentes áreas, como linguísticas, educacionais, jornalísticas, cibernéticas etc –, as pesquisas próprias das Ciências da Informação – e englobando também as iniciativas em outras áreas das Ciências Humanas – sociológicas, psicológicas, históricas, antropológicas etc.

1.2.2 Pesquisa qualitativa x pesquisa quantitativa

Utilizo a metodologia qualitativa conforme a visão de Pardo Abril (2007a, p. 78-79), para quem “as metodologias qualitativas resgatam dimensões que são deixadas de lado nas investigações científicas, as quais, no terreno das Ciências Sociais, são fundantes: a história, a política e os fatores situacionais que influem ou determinam os fenômenos investigados”. Trago ainda o termo “necessidade qualitativa”, introduzido por Pardo Abril (2007a, p. 104), que indica que alguns elementos, mais que outros, mesmo com mesmo valor de saliência quantitativa, são considerados como atributos necessários da representação da realidade social e são identificados

como os graus de consistência e de coerência, a transformação e a legitimação que se dão no discurso. Dessa forma, pode-se levantar os pontos de vista que se adotam e as maneiras como se organizam os saberes individuais e coletivos que se produzem e se expressam a propósito de um fenômeno social.

Os métodos utilizados para determinar a necessidade qualitativa objetivam assinalar como se formulam relações categoriais que conduzem a reconhecer que certas expressões linguísticas se constituem em modelos, podendo tecer formas de representar uma realidade complexa, em virtude de configurarem maneiras particulares de conceituar o ambiente e que são estáveis em um momento histórico determinado.

A autora adiciona um critério necessário que permite identificar e selecionar as distintas entidades por meio das quais é possível perceber os significados coletivos mais sobressalentes e estáveis em um grupo. Isso se logra mediante a construção do conceito de saliência cultural (PARDO ABRIL, 2007a), que provém da percepção do investigador de que os modelos têm seus cimentos em formas sociocognitivas que se reiteram nos processos de apreensão da realidade. Por saliência cultural, deve-se entender a propriedade que certas expressões discursivas possuem e, em virtude de sua inclusão dentro de um quadro de significados compartilhados culturalmente, apresentam-se mais sobressalentes, relevantes ou chamativas. Desse modo, a saliência cultural está determinada pelo uso de certas unidades discursivas, que, com base no discurso, nos modos de organização e no funcionamento do conhecimento de uma comunidade específica, têm uma maneira particular de distribuírem-se, hierarquizarem-se e fundamentarem-se na reconstrução, tendo como critério as formações de significado procedentes dos universos textuais nos quais se pretende materializar a realidade. Portanto, Pardo Abril (2007a) ressalta que o papel da saliência cultural na reconstrução do conhecimento está na possibilidade de identificar unidades conceituais que estão presentes em um amplo número de expressões, organizadas por meio de recursos e de estratégias linguísticas e dispostas conceitualmente como coerentes.

Como esta pesquisa faz um cruzamento com a História, na próxima seção, veremos como a pesquisa é vista no olhar da História.

1.3 CRUZANDO A METODOLOGIA NA HISTÓRIA

Trago a contribuição de diferentes autores quanto à pesquisa em diferentes contextos e momentos. Conforme Moreira (2009), a pesquisa em História e em outros campos passa por transformações semelhantes, impulsionada pela tendência nas últimas duas décadas do século

XX: a interdisciplinaridade como um dos recursos capazes de atender às exigências (rigor, amplitude e especificidade) dos estudos científicos. Quanto à análise documental, para Moreira (2009), compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim.

Para Le Goff (2001), a análise dedica-se particularmente a referenciar as ligações comuns a um grande número de fenômenos sociais, às constantes interpretações, sem esquecer as defasagens que conferem à vida social seu ritmo quase contrastante. Em seu livro *A história nova*, diz ter o objetivo de dar a

conhecer a um vasto público as mais modernas orientações da História, cuja importância tornou-se tão grande, que há uma “história nova” e que, embora permanecendo uma ciência de vanguarda, ela arrasta visivelmente uma parte cada vez maior da produção histórica atrás de si, nos domínios da pesquisa, do ensino, da edição (LE GOFF, 2005, p. 17).

Segundo Flick (2009), na análise de temas, deve ser feito o retorno tanto da análise de problemas temporalmente situados, bem como o desenvolvimento de soluções igualmente elaboradas dentro dos seus contextos históricos e temporais, para descrevê-los nesses contextos e explicá-los a partir deles. Portanto, a pesquisa qualitativa dirige-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais por meio das expressões e das atividades das pessoas em seus contextos locais.

1.4 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA NA ANÁLISE SOCIAL

Passo à discussão da Análise Crítica do Discurso sob a visão de diferentes autores.

Para Pardo Abril (2007a, p. 18), ao repensar a ciência e as críticas ao conhecimento científico, deparei-me com o acervo de reflexões realizadas pelos filósofos críticos que convergem na reconstrução disciplinar da Linguística, não como uma reconstrução normativa e pertinente à maneira como uma língua funciona em um contexto determinado, mas como uma etapa em que se podem interpretar e ler as relações sociais, as estruturas de pensamento e os modos nos quais se reproduz e se transporta a cultura. Portanto, há a linguagem como uma prática social com dimensões cognitivas, culturais e comunicativas, por meio da qual uma comunidade exerce poder e, desde seu surgimento, como alternativa e resistência às ideologias imperantes em seu momento histórico. Temos ainda a ciência como uma narrativa que,

ao tempo que desempodera o saber científico, fortalece os saberes populares e locais e estabelece uma sorte de relativismo cultural e de diversidade tolerante, que se faz evidente no multiculturalismo e suas relações de poder atravessadas pelo ressurgimento e potencialização de expressões de fanatismo e de dogmatismo (PARDO ABRIL, 2007a, p. 19).

Na trilha teórica dessa autora, temos os principais postulados da Escola de Frankfurt combinados com o trabalho de Habermas. A Escola de Frankfurt, para a elaboração de uma teoria crítica, dirigiu uma crítica às verdades absolutas como portadoras de formas autoritárias e totalitárias de poder e questionou as abordagens da filosofia hegemônica, o exercício científico imperante, o marxismo, a religião e demais ideologias e as teorias de identidades ante as quais se devia ter uma atitude suspeita. Assim, o olhar crítico frente às identidades implicou reflexão sobre o papel das indústrias culturais e a cultura de massas como ferramentas inibitórias da emancipação social.

Por se situar na tradição da teoria crítica, o objetivo da Análise de Discurso Crítica - ADC é dar visibilidades aos aspectos discursivos das disparidades e das desigualdades sociais, amparando os desfavorecidos e mostrando os instrumentos linguísticos que utilizam os privilegiados para estabilizar ou incluir e aumentar as iniquidades presentes na sociedade (MEYER, 2003).

Temas relativos às noções de ideologia, poder, hierarquia e gênero, bem como os discursos dos meios de comunicação e a identidade, são considerados de grande relevância na interpretação ou na explicação de texto, diferindo-se em função dos estudiosos que aplicam a ADC (WODAK ET AL, 1999; BLOMMAERT Y VERSCHUEREN, 1999; MARTIN-ROJO Y VAN DIJK, 1997; PEDRO, 1977; MARTIN-FOJO Y WITTAKER, 1998, MEYER, 2003; FAIRCLOUGH, 1992, 1995, 2001, 2003, 2012). Dessa forma, para alguns críticos, a ADC nada constantemente entre as águas da investigação social e da argumentação política.

Portanto, a Análise de Discurso Crítica faz parte de um campo de estudo amplo, que implica variedade de perspectivas e responde a diferentes tradições acadêmicas, linguísticas ou não linguísticas, apesar de suas metodologias também diferirem grandemente; é possível encontrar pequenos estudos qualitativos de casos concretos e também amplos conjuntos de dados extraídos do trabalho de campo e da investigação etnográfica (PARDO ABRIL, 2007a; WODAK, 2003a). Para Pardo Abril (2007a), nesse processo, inclui-se o discurso como fenômeno cultural, social, cognitivo e discursivo.

Várias foram as críticas à Análise de Discurso Crítica devido às diferenças com relação a outras teorias e metodologias de análises de discurso, tanto do ponto de vista teórico como empírico, como a ampla gama de instrumentos linguísticos utilizados para analisar o discurso (TITCHER ET AL, 2000 apud WODAK, 2003a). Apesar disso, os estudiosos que têm adentrado na Linguística, na Semiótica e na Análise do Discurso compartilham perspectiva particular, quanto ao fato de os conceitos de poder, ideologia e história ocuparem um lugar central. Em

virtude de as relações entre a linguagem e a sociedade serem tão complexas e polifacéticas, é preciso proceder a uma investigação interdisciplinar, pois concordo com Horkheimer (apud WODAK, 2003a) que nenhum método concreto de investigação pode produzir resultados finais e fiáveis sobre qualquer objeto de investigação dado e que a adoção de um único enfoque para uma questão é arriscar-se a cair em uma imagem distorcida.

1.4.1 Cruzando a metodologia na Análise de Discurso Crítica

Um importante passo dentro da ADC é solucionar o problema de como operacionalizar os conceitos teóricos e clarear o modo como os diversos métodos da ADC transformam a teoria em instrumentos e em métodos de análises. Concordo com a Teoria fundamental de Glaser e Strauss (1967 apud MEYER, 2003) que a fase de coleta não finaliza quando inicia a análise, antes, é um processo permanentemente operativo. Para esses autores, segundo o seu conceito de “amostragem teórica”, as decisões relativas à seleção e à reunião de material empírico são tomadas no processo de coleta, controlado pela teoria em formação, e no de interpretação dos dados.

Wodak (2003, p. 46) recomenda que, em vez de se esgotar em labirintos teóricos e na operacionalização das “grandes teorias” não operacionáveis, deve-se desenvolver ferramentas conceituais que resultem relevantes para problemas sociais específicos. Outro fator é a ADC apoiar-se em grande medida em categorias linguísticas, em operacionalizações fundamentais que dependem de conceitos linguísticos, como os atores, o modo, o tempo, a argumentação, a dependerem das questões de investigação concretas. Portanto, como o meu trabalho tem como foco a representação social do imigrante japonês em notícias e na legislação em dois momentos diferentes, busco na ADC o enfoque teórico e algumas categorias analíticas.

Pardo Abril (2007a, p. 79-80) apresenta a seguinte proposta para o que ela chama de rota na ADC: o reconhecimento de um fenômeno sociocultural (questão cultural) e a apropriação do *corpus*; a análise e a sistematização *do corpus* com técnicas quantitativas (que não utilizo); a análise na perspectiva qualitativa procedente de técnicas linguísticas, a análise cultural do discurso e a análise em perspectiva cultural-cognitiva, que permite analisar e interpretar modelos e representações. Segundo a autora, o pesquisador deve ir e vir sistematicamente entre as diversas técnicas de análise e inclusive entre a interpretação-crítica e o processo geral de investigação. No processo de investigações próprias da ADC,

reconhece que a realidade é verificável nas coincidências entre o saber coletivo, implícito e inconsciente das comunidades que constroem o saber social como discurso e

o que se desvela na investigação, ponto de referência para o reconhecimento de condições de desigualdade, controle social e, em geral, o desentranhamento de crises socioculturais configuradas no discurso (PARDO ABRIL, 2007a, p. 80).

Busco seguir as suas orientações quanto ao pesquisador e aos passos e complemento com a sugestão de Fairclough de realizar primeiramente a análise estrutural do contexto, e depois a análise interacional, que se centra em características linguísticas como os agentes, o tempo, a modalidade, a sintaxe. Na minha pesquisa, as características linguísticas utilizadas para a escolha do *corpus* são os agentes e o tempo, pois analiso como o agente social imigrante japonês foi retratado no ano de 1907/1908 e na Segunda Guerra Mundial. Finalmente, procederei a análise da interdiscursividade (MEYER, 2003).

Quanto à seleção do objeto a investigar, no meu caso, o problema social, como o imigrante é retratado pelos meios de comunicação de massa, Jäger (2003) orienta o pesquisador fazer a localização precisa da sua investigação e do objeto. Já a forma como o racismo é tratado nos meios de comunicação de massa, como eles difundem o tema entre as massas, para ele, não se deve tomar o termo racismo como uma espécie de lupa e, com ela em mão, lançar-se a uma busca das expressões desta ideologia, mas, sim, esforçar-se por determinar as formas como se expressam as ditas ideologias - o discurso (fio discursivo) sobre os imigrantes, sobre os refugiados - que proporcionarão o material a ser investigado. Como o plano discursivo são os meios de comunicação de massa, como é possível analisar vários setores de um mesmo plano ou vários planos ao mesmo tempo, selecionei reportagens de jornais e leis aprovadas à época e publicadas em jornais públicos ou privados no plano discursivo meios de comunicação de massa.

1.4.1.1 Na perspectiva cultural

Pelo fato de a minha tese abordar o racismo ao imigrante japonês, elemento novo na sociedade brasileira em 1907/1908 e elemento diferente na Segunda Guerra Mundial, portador de uma cultura muito diferenciada à da brasileira, é relevante abordar a perspectiva cultural. Na concepção de Pardo Abril (2007a, p. 165; 2007b), o discurso é construção social e subjetiva da realidade que materializa a organização social, a forma individual de apropriação do mundo, os saberes convencionais instituídos e consensuados, a preservação. Também materializa a modificação da ordem social e das relações de poder das verdades estabelecidas; as formas de proceder e de comportar-se em função dos jogos de poder, das metas comuns ao coletivo e da organização pessoal do modo de ser e de aprender, entre outros. Portanto, a Análise de Discurso

Crítica desvela as formas de construção discursiva da realidade e, em consequência, as maneiras como se instala e se exerce o poder, tanto na tradição, na História e nos conceitos socialmente estabilizados, como na descrição, na exploração e na análise dos dados proporcionados pelo *corpus*.

Na perspectiva cultural de Pardo Abril (2007a), é importante assinalar o conceito de saliência cultural

de acordo com o qual os múltiplos elementos que se reiteram e coexistem no discurso, que constituem unidades conceituais (saliência quantitativa), algumas das quais são imprescindíveis na representação, ou que o mesmo, na configuração de tecidos coletivos de significado socialmente compartilhado (necessidade qualitativa), existem alguns conceitos ao redor do que se organiza um sistema de conhecimento, de ação e de relação sociocultural determinante da dinâmica coletiva e individual, cognitiva e experiencial, privada e pública, que permitem abertamente a distinção entre uma cultura e outra (PARDO ABRIL, 2007a, P. 164-165).

Pardo Abril salienta a cultura, com o reconhecimento das maneiras como o conhecimento individual se põe em comum e é elaborado baseado no saber compartilhado, no reconhecimento da experiência mais intersubjetiva, organizadas nas representações culturais. Nesse olhar, o passo seguinte consiste na identificação das representações sociais, nosso foco desta tese, que são o conjunto organizado e hierarquizado de saberes que um grupo específico elabora a propósito de um objeto ou fenômeno social (ABRIC,1993 apud PARDO ABRIL, 2007a). Para Pardo Abril (2007a), o fenômeno social

flui no coletivo em virtude dos processos comunicativos e dos fatores sociocognitivos que o determinam, o qual, por sua vez, incide, em distintos graus, na maneira como o grupo funciona internamente ou em relação com outros grupos e sobre suas formas de compreensão do mundo (PARDO ABRIL, 2007a, p. 187).

Nessa perspectiva, as representações sociais são a organização do conhecimento transportado nos modelos culturais em termos de saber altamente controverso e de saber indiscutível e de estruturas genéricas e estruturas derivadas, cuja estrutura baseia-se no grau de consenso que tem uma comunidade a respeito de um fenômeno social. Portanto, representação social ocorre em virtude de acordo existente sobre elementos primordiais.

Segundo De Fina, Schiffirin e Bamberg (2006, p. 17), é utilizada uma variedade de construtos centrais para a construção e para a apresentação da identidade (como a reciprocidade, a intersubjetividade, a fluidez do tempo, a indexicalidade, o posicionamento) e diversas metodologias (como a Sociolinguística Interacional, a Análise da Conversação e a Análise de Narrativa) para o exame das identidades global e local construídas pelas pessoas sob diferentes circunstâncias a fim de iluminar tanto os processos pelos quais as pessoas produzem essas identidades, como as condições ideológicas e sociais para as quais eles respondem. Tenho, assim, que a análise de qualquer aspecto da linguagem é inseparável da análise do seu uso nos

contextos, o que gera uma consequência para análise da identidade. Como as identidades não são somente práticas interacionais – incluindo formas de usar linguagem – em contextos, elas são contínua e constantemente produzidas e reproduzidas, desenhadas e projetadas, e muitas vezes co-construídas pelo “self” e pelo “outro”. Entende-se que deva haver um esforço para demonstrar como as identidades são (re)produzidas por meio da linguagem (e outro meio) e como elas ganham existência por meio da interação social.

Em sendo assim, ressalto a importância da “prática”, mas não somente na visão de que é dentro da prática social que as identidades são formadas, mas também na visão de que a construção e a projeção de identidades por si mesmas são práticas interacionais, como a narrativa, a história de vida, as entrevistas, as cartas e a conversação, que providenciam sistemáticos (mesmo emergentes) significados do “fazer” coisas que simultaneamente providenciam significados do “ser”. No caso deste trabalho, o foco será a narrativa das duas notícias de jornais de 1907/1908 e da Segunda Guerra Mundial.

1.4.2 Por uma Análise de Discurso Crítica

Para Fairclough (1992, 1995, 2001, 2003), a Análise de Discurso Crítica de um evento comunicativo é a análise da relação entre três dimensões ou facetas daquele evento, os quais denomina texto, prática discursiva e prática sociocultural. A relação entre ação social e texto é mediada pela natureza da interação: como textos, são produzidos e interpretados dependendo da ação social em que estão envolvidos e da natureza do texto, da sua forma e das propriedades estilísticas. É a aplicação da Teoria Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1978, 1985, apud Fairclough 1995), base da Linguística Crítica, o que leva à visão da análise de discurso midiático sistemicista.

Temos, então, uma visão do texto multifuncional que se harmoniza com a visão constitutiva do discurso e que providencia uma forma de investigar a constituição simultânea de sistemas de conhecimento e de crença que representam o mundo (função ideacional) e a conexão de relações sociais e de identidades sociais (função interpessoal) nos textos, isto é, as representações, as relações e as identidades. Portanto, textos são construções de escolhas dentro de sistemas disponíveis de opções em vocabulários, em gramática, com possíveis significados ideológicos.

Os modos de representação podem ser vistos em termos de uma lista de traços linguísticos, sendo os mais óbvios para distinção de um discurso os traços de vocabulário –

discursos “nomeiam” ou “lexicalizam” o mundo de modos particulares – e as relações semânticas entre as palavras. Como não se pode esquecer os traços gramaticais, será feita uma análise da tessitura local das relações semânticas, avaliando-se as possíveis novas relações semânticas que são, de fato, postas nos textos, por meio das relações de significado: não aquelas encontradas no dicionário, mas as que são específicas de discursos particulares, pois não se pode esquecer que existem formas alternativas de qualquer (aspecto de) prática social, por meio das quais se realizam diferentes discursos (FAIRCLOUGH, 1995).

Então, cada mudança representacional é atada a específicas realizações linguísticas ou retóricas. Como o foco da minha pesquisa é como os meios de comunicação de massa representaram os atores sociais imigrantes japoneses em textos midiáticos e em textos legais publicados na mídia, Fairclough (1995) contribui no sentido de que três processos sempre ocorrem nos textos: representação, construção de relações e construção de identidade, com escolhas feitas em diferentes níveis no processo de produção textual, com textos midiáticos simplesmente como espelhos das realidades e constituindo versões de realidade de formas que dependem das posições sociais, dos interesses e dos objetivos daqueles que os produzem (FAIRCLOUGH, 1995). Assim, a minha análise levanta as formas como as escolhas ocorrem em processos representacionais dos agentes sociais, motivadas socialmente por escolhas particulares, por ideologias e por relações de dominação.

Terei como objetivo a análise da função representacional e ideacional, ou seja, como eventos, pessoas e objetos envolvidos em determinada ação social são representados, cuja codificação na linguagem vincula escolhas dentro de modelos – os distintos processos e tipos de participantes – que a gramática coloca à disposição, e que tais escolhas são potencial e ideologicamente significantes (FAIRCLOUGH, 1995).

Abordo, a seguir, as três dimensões segundo Fairclough.

1.4.2.1 Pela prática textual

Para Fairclough (2006, p. 35-36), apesar de a análise de texto ser uma parte essencial de análise de discurso, a análise de discurso não se restringe só à análise linguística de texto por ela “oscilar” entre um foco em textos específicos e outro na “ordem de discurso”, que é a estruturação social de uma língua. Esse autor adota uma visão relacional dos textos e uma abordagem relacional para a análise de textos (FAIRCLOUGH, 1999, 2001, 2003), com vários níveis de análise e com as relações entre esses níveis: estruturas sociais, práticas sociais, eventos

sociais, ações e suas relações sociais, identificação de pessoas, representação no mundo, ordem do discurso (gênero, discursos, estilos), semântica, gramática e vocabulário, fonologia e grafologia. Daí, temos as análises das relações “externas” e “internas” de textos segundo Fairclough (2006).

Por análise das relações externas de textos, entendo o exame de suas relações com outros elementos de eventos sociais e, mais abstratamente, práticas sociais e estruturas sociais. Nesse caso, temos duas dimensões das relações externas: a primeira, figura em Ações, Identificações e Representações; a segunda, em relações entre um texto e outros textos externos a ele, em como elementos de outros textos são incorporados “intertextualmente”, em como esses textos podem ser “textos de outras pessoas”, em como as vozes de outros são incorporadas, em como outros textos são referenciados, compreendidos, dialogados e assim por diante. Para Van Dijk (1998, p. 205), é o mais óbvio e útil componente em análise discursiva ideológica: ao relacionar todas as implicações das palavras usadas em um específico discurso e contexto, providencia-se um vasto quadro de significados ideológicos.

Segundo Bloch (2001, p. 136-137), “para dar nomes a seus atos, às suas crenças e aos diversos aspectos de sua vida da sociedade, os homens não esperaram para vê-los tornarem-se o objeto de uma pesquisa desinteressada”. Portanto, a História recebe seu vocabulário, “em sua maior parte, da própria matéria de seu estudo, aceitando-o, já cansado e deformado por um longo uso: ambíguo, aliás, não raro desde a origem, como todo sistema de expressão que não resulta do esforço severamente combinado dos técnicos”, apesar de os nomes variarem, no tempo ou no espaço, independentemente de qualquer variação nas coisas. Em virtude de causas particulares à evolução da linguagem, palavras desaparecem sem que o objeto ou o ato que ela sirva para notar fosse minimamente afetado. Isso vejo no vocabulário levantado na pesquisa.

Como é analisada uma lei à época da Segunda Guerra Mundial, o Decreto-Lei nº 4.166/42, trago também a contribuição desse autor quanto ao vocabulário dos documentos. Segundo seu entendimento, ele é, a seu modo, precioso, mas como todos os testemunhos, imperfeito e, logo, sujeito à crítica. Contudo, ele marca a etapa decisiva de tomada de consciência. Assim, independente da incompletude geral da aderência, os nomes dizem respeito às realidades, exercendo uma influência forte demais para permitir um dia descrever uma sociedade sem que seja feito um largo emprego das palavras, devidamente explicadas e interpretadas (BLOCH, 2001, p. 142-143). Ressalta que supor que a nomenclatura dos documentos baste completamente para fixar a análise seria o mesmo que admitir que eles fornecem a análise toda pronta, fazendo com que a História, nesse caso, não tenha muito a fazer.

Felizmente, para Bloch, isso não ocorre, obrigando-nos a procurar em outro lugar nossas grandes estruturas de classificação, que nos são fornecidas por todo um léxico, cuja generalidade se pretende superior às ressonâncias de qualquer época particular, elaborado, sem objetivo preestabelecido, pelos retoques sucessivos de várias gerações de historiadores com a reunião de data e de proveniência diversos, mesmo com a variedade de origens e desvios de sentido que não incomodam de forma alguma, fazendo com que a universal prática de todas as ciências, nas suas palavras, beba no vocabulário misturado da vida cotidiana, com os temíveis eflúvios emotivos de que tantas dessas palavras nos chegam carregadas, pois “os poderes do sentimento raramente favorecem a precisão na linguagem” (BLOCH, 2001, p. 143).

Esse autor, em 2001, complementa que as palavras continuam a viver a nosso lado uma vida conturbada de praça pública. Caso se suponha que o vocabulário definitivamente se renda à impassibilidade, não podemos nos esquecer de que as mais intelectuais das línguas também têm suas armadilhas. Porém, segundo ele, por que recusar as facilidades de linguagem, indispensáveis a todo conhecimento racional? Isso não é criar uma entidade, mas, sim, “sob um nome expressivo, ...agrupar a seu bel-prazer fatos concretos cuja similitude, que o nome propriamente tem como objetivo significar, é também uma realidade” (BLOCH, 2001, p. 144). Já que essas rubricas têm legitimidade, caso mal escolhidas ou aplicadas demasiado mecanicamente, há o perigo de comodidade e de dispensa do ato de analisar.

Em razão de a categoria analítica de Fairclough nesta pesquisa ser a interdiscursividade, incorporo o conceito de intertextualidade desse autor (1992, 2006, 2012): trata-se da presença material de outros textos dentro de um texto, como a citação, e ela pode ser específica ou vagamente atribuída a um grupo particular de pessoa. Para ele, “em qualquer texto particular, há um conjunto de outros textos e um conjunto de outras vozes potencialmente relevantes incorporadas no texto” (FAIRCLOUGH, 2006, p. 47), mesmo havendo a possibilidade da sua não identificação com grande precisão por eles serem mais extensivos e complexos. Contudo, isso pode ser feito de várias outras maneiras, menos evidentes, algumas vezes sem atribuição nenhuma. Em razão de os textos constituírem as identidades sociais, é importante a análise da intertextualidade dos textos, verificando-se como ocorrem as relações entre um texto e outros textos externos a ele, como elementos de outros textos são incorporados “intertextualmente” e como esses “textos de outras pessoas” são referenciados, compreendidos, dialogados. No meu caso, ocorrem alguns exemplos de intertextualidade manifesta, quando se recorre explicitamente a outros textos específicos em um texto. Para esse autor, a intertextualidade é inevitavelmente seletiva em relação ao que está incluído e ao que está excluído dos eventos e dos textos

representados, o que mostra a forma como uma declaração pode tornar-se significativa e potencialmente política quando feita por pessoas importantes.

Passemos à prática discursiva.

1.4.2.2 Pela prática discursiva

Já a análise da prática discursiva enfocará os processos de produção, de distribuição e de consumo do texto midiático (FAIRCLOUGH, 1995, 2001; THOMPSON, 1995), cujas naturezas variam entre os diferentes tipos de discurso de acordo com os fatores sociais. Como textos midiáticos são sensíveis barômetros de mudança cultural que se manifesta em termos de heterogeneidade e de contrariedade da tentativa não acabada e confusa da natureza da mudança, eles podem ser considerados processos amplamente criativos. Os dados quanto à prática discursiva estão presentes no Capítulo 5 – Viagem da e pela mídia.

1.4.2.3 Pela prática sociocultural

A análise da prática sociocultural é realizada quanto aos aspectos político (relativo a questões de poder e de ideologia) e cultural (relativo a questões de valores), processos sempre presentes simultaneamente nos textos: em estudos da construção de identidades e da construção de relações (FAIRCLOUGH, 1995), deve-se realizar a perspectiva crítica tanto na análise das dimensões relacional e de identidade dos textos, bem como na análise de representações para a compreensão do papel dos textos em legitimar ou não as relações de poder e de dominação em sociedades contemporâneas. Verifico como tais relações de dominação na sociedade ampla salientam as construções midiáticas de relações e de identidades, como esses processos têm lugar nos textos analisados. Thompson (1984, 1990) ressalta que o discurso se relaciona à ideologia e ao poder, envolvendo-se com o poder como hegemonia e nas evoluções das relações de poder como luta hegemônica, daí o papel do discurso com o estabelecimento, com a manutenção ou com a transformação de relações de dominação. Para tanto, aspectos textuais e discursivos podem ser investidos ideologicamente por meio dos sentidos das palavras, que posicionam os sujeitos ideologicamente, o que não é feito passivamente, pois eles também são capazes de agir criativamente ao realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadas. O autor sugere que nem todo discurso é ideológico, mas complemento com Fairclough (2001, p. 121) que as “práticas

discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder”.

Assim, verifico como as formas simbólicas midiáticas relativas à imagem pública do imigrante ocorrem. Dai, a importância da interpretação da ideologia, que dá uma inflexão crítica e que identifica o significado a serviço do poder, alimentando-o ou sustentando a posse e o exercício do poder (THOMPSON, 1995, p. 378; Vieira, 2011). Tal interpretação explicita a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que esse sentido ajuda a estabelecer e a sustentar, as maneiras como o sentido é construído e transformado por elas.

1.5 EM PROCESSO DE ANÁLISE – GERANDO DADOS

Passo a discutir o *corpus* da pesquisa, que será constituído de artigos da mídia sobre os imigrantes japoneses e sobre a imigração japonesa no Brasil em dois diferentes momentos. Mas não o considero com “o mero papel passivo de um tesouro a explorar, mas a função de um viveiro a serviço das questões a serem levantados diante dos documentos e da história” (LE GOFF, 2001, p. 27). Entendo ser o material ideal para a pesquisa, pois, conforme Foucault (apud CORACINI, 2007, p 22), a identidade é construída pelo imaginário social, o qual constrói a autoimagem de um e de outro e é por ela construído.

Por esta pesquisa envolver diferentes períodos, faço uma explanação sobre fonte de dados e documentos.

1.5.1 Fontes documentais

Para Mason (2002), as fontes de dados são lugares ou fenômenos desde os quais ou por meio dos quais o pesquisador acredita que os dados podem ser gerados. Ele usa o termo “geração” de dados em vez “coleção” na intenção de encapsular a ampla gama de relações entre o pesquisador, o mundo social e o dado que a pesquisa qualitativa abarca. Segundo Moreira (2009, p. 272), as “fontes de análise documental frequentemente são de origem secundária, ou seja, constituem conhecimento, dados ou informação já reunidos ou organizados”, como a mídia impressa (jornais, revistas, boletins, almanaques, catálogos) e a eletrônica (gravações magnéticas de som e vídeo, gravações digitais de áudio e imagem) e relatórios técnicos. No meu caso, a mídia impressa e os textos judiciário e legislativo.

A localização dessas fontes pode ser tanto bibliotecas públicas, centros de pesquisa, centros de documentação, arquivos públicos, museus que abrigam acervo de mídia, acervos dos próprios veículos de comunicação e as bibliotecas universitárias, bem como as bibliotecas e/ou acervos particulares. No caso da presente pesquisa, os documentos foram levantados junto ao Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil- Bunkyou, na cidade de São Paulo, a quem agradeço imensamente nas pessoas do Sr. Takeshi Kurihara – Presidente e da Sra. Lídia Reiko Yamashita – Vice-Presidente, principalmente pelo fato de terem autorizado a consulta e disponibilizado as pastas por duas vezes em virtude da perda dos documentos no aeroporto de Congonhas na primeira viagem de volta. Esse fato muito me consternou, pois, apesar da grande gentileza dos responsáveis pelo material (agradeço ainda à secretária Sra. Mieko Yano Freitas, que tão paciente e gentilmente tirou as cópias para mim, como à responsável pelo setor por ter concordado em permitir a pesquisa documental e cedê-los para cópia), durante o levantamento, vi a fragilidade dos diversos documentos, principalmente pela ação do tempo, pois muitos dos documentos são originais e com mais de cem anos. A emoção de poder tocá-los foi muito grande!

1.5.2 Categorização do *corpus*

Quanto à categorização do *corpus*, sigo Fairclough (2006) quando ele enfatiza que, como a análise social qualitativa é um trabalho intensivo, ela é produtivamente aplicada a amostras de material de pesquisa em lugar de grandes corpos de texto. A definição da quantidade do material depende do nível de detalhe, podendo a análise textual focalizar apenas alguns elementos dos textos ou muitas características simultaneamente ou, como argumentam Beaugrande (1997 apud FAIRCLOUGH, 2006a) e Stubbs (1996 apud FAIRCLOUGH, 2006a), ela pode ser suplementada por análises quantitativas oferecidas pelo *corpus* linguístico. A nossa opção foi pelo cruzamento das categorias linguísticas de Fairclough, de Representação dos Atores Sociais de Van Leeuwen e dos modos de operação de ideologia de Thompson.

1.5.3 Construção da base de dados

A etapa a seguir é a construção de uma base de dados segundo a tomada de decisões de ordem teórica frente às categorias relevantes para a realização da análise. No meu caso, são os seguintes textos:

1 - Contracto que assigna a Companhia Imperial de Integração de Tokio, Japão, com o Governo do Estado, para introdução em São Paulo de 3.000 imigrantes japoneses, publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Anno 17°. – 19°. Da República – no. 252, em 10 de novembro de 1907;

2 – Reportagem *Os japonezes em São Paulo*, de autoria de J. Amandio Sobral, publicada no *Correio Paulistano*, em 25 de junho de 1908;

3 – Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, que *Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil*;

4 – Reportagem *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães foram removidos, ontem, para a capital*, publicada no jornal *A Tribuna*, em 20 de julho de 1943.

Eles possuem a característica comum de incluir, dentro de sua agenda, notícias sobre a imigração japonesa ou o agente social imigrante japonês.

Segui Fairclough (2003), que tem como critério para construção do *corpus* o nível de detalhamento, em que a análise textual pode focalizar apenas alguns elementos dos textos ou muitas características simultaneamente. Inicialmente fiz o levantamento das reportagens que noticiavam a imigração japonesa e o imigrante japonês nos anos de 1907-1908 e de 1944-1945 da época. Como o *corpus* estava extenso, passei a selecionar algumas reportagens seguindo critério sugerido por Fairclough (2003), o de focar apenas alguns elementos.

Como as notícias envolvem a publicação de leis ou portarias, é importante também abordar o tema Documentos.

1.5.4 Documentos - migratórios

Por trazer alguns documentos levantados na minha pesquisa, discorro a respeito deles. Flick (2009) ressalta que, no decorrer da vida, como indivíduos, como membros de uma sociedade e da vida social, dificilmente ela ocorre sem a produção de um registro. Daí, a importância dos documentos como fontes de dados. E qual é a definição de documentos? Para Wolff (2004 apud FLICK, 2009, p. 231),

documentos são *artefatos padronizados* na medida em que ocorrem tipicamente em determinados *formatos* como: notas, relatórios de caso, contratos, rascunhos, certidões de óbito, anotações, diários, estatísticas, certidões, sentenças, cartas ou pareceres de especialistas.

Prior (2003) complementa com uma definição mais dinâmica e mais voltada para a prática, afastando-nos de um conceito que os considere artefatos estáveis, estáticos e pré-definidos e considerando-os em termos de campos, de estruturas e de redes de ação. Assim, à definição de Wolff que trazia para os documentos uma aparente característica estática inicial, temos a complementação dada por Prior no sentido de dar uma característica de movimento de acordo com os campos de ação em que eles estão presentes.

Segundo Bloch (2001) e Le Goff (2001), os documentos são vestígios não alterados ou modificados, que não falam quando não se sabe interrogá-los, cuja pergunta a eles dirigidos condiciona a análise, podendo elevar ou diminuir a importância de um texto retirado de um momento afastado. Para Schwarcz (2001), o passado é uma estrutura em movimento.

Na análise com o uso de documentos, Flick (2009, p. 234) recomenda que, em vez de os documentos serem vistos como uma forma de contextualização da informação, como “contêineres de informação”, devemos vê-los e analisá-los como dispositivos comunicativos metodologicamente desenvolvidos na construção de versões sobre eventos, pois representam uma versão específica de realidades construídas para objetivos específicos. Logo, os documentos podem ser utilizados, buscados e reutilizados já no contexto prático, evitando-se manter o foco somente nos documentos sem se levar em conta seu contexto, sua utilização e sua função dos documentos. Esse autor ressalta que “os documentos são os meios para a construção específica de um evento ou processo e, normalmente, também em uma perspectiva mais ampla, para decifrar um caso específico de uma história de vida ou de um processo” (FLICK, 2009, p. 236). Concordo com Moreira (2009) que a análise documental, além de localizar, de identificar, de organizar e de avaliar textos, som e imagem, também funciona como expediente eficaz para contextualizar e ressignificar fatos, situações, momentos, introduzindo novas perspectivas em outros ambientes, sem deixar de respeitar a substância original dos documentos. Daí, a minha decisão pela utilização de documentos em minha pesquisa e trago alguns exemplares do Departamento Estadual de Ordem Política e Social – São Paulo - DEOPS/SP e outros documentos à época da Segunda Guerra Mundial para ilustração do contexto à época.

Abordo, a seguir, os meios de comunicação de massa pelo fato de os meus dados serem gerados por eles.

1.6 MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Segundo Pardo Abril (2007, p. 17), para a compreensão das condições de surgimento dos estudos discursivos, deve-se remeter a dois acontecimentos marcantes do século XX: primeiro, o questionamento do que fazer do valor de verdade do exercício científico; segundo, a transformação dos meios de comunicação e sua incidência nos fenômenos sociopolíticos. Analisando as transformações do conhecimento, da tecnologia, da sociedade e da política, tenta-se explicar a volta para a linguagem na compreensão do mundo e o estabelecimento do discurso como objeto transversal a todas as disciplinas das Ciências Humanas e Sociais. Assim, com o surgimento dos estudos discursivos, reconhecem-se traços cognitivos, antropológicos, culturais, sociais, psicológicos e linguísticos que se condensam nas investigações discursivas de fenômenos sociais.

Motta (2002) complementa que, em virtude da complexidade social em que vivemos, com o rápido processo de urbanização, a ascensão de novos grupos sociais, o aparecimento do Terceiro Setor, o desenvolvimento acelerado das novas tecnologias e, especialmente, o processo de globalização, a mídia tornou-se um instrumento de poder relativo e cambiante, às vezes contraditório, que acompanha as mudanças políticas circunstanciais, o que faz com que o processo de sua análise seja um processo mais conturbado.

Em face de o meu objetivo ser a verificação de como os meios de comunicação divulgam e constroem a representação do imigrante japonês e em virtude desses se caracterizarem pela ênfase na imagem, estudo como as formas simbólicas se realizam nos discursos midiáticos. Para Thompson (1995), elas são construções significativas que exigem uma interpretação e compreensão pelas pessoas que as produzem e que as recebem. São construções estruturadas de modos definidos e que estão inseridos em condições sociais e históricas específicas, com inter-relações entre significado e poder e nos modos pelos quais as formas simbólicas podem ser usadas para estabelecer e para sustentar relações de dominação. Para ele, elas possuem um caráter destrutivo e crítico.

Quanto aos documentos provenientes dos meios de comunicação de massa, tais como jornais, revistas, fitas de cinema, programas de rádio e de televisão, conforme Gil (2010, p. 151), constituem importante fonte de dados para a pesquisa social por possibilitarem ao pesquisador conhecer os mais variados aspectos da sociedade atual e também lidar com o passado histórico, tendo, no último caso, eficiência provavelmente maior que a obtida com a utilização de qualquer

outra fonte de dados. Isso reforçou a minha escolha por esse tipo de *corpus*.

Outro ponto da importância dos documentos de comunicação de massa é que, apesar de serem muito valiosos, por terem sido elaborados com objetivos outros que não a pesquisa científica, devem ser tratados com muito cuidado pelo pesquisador. No meu caso, as notícias de jornal, deve-se considerar que os profissionais de imprensa trabalham sob fortes pressões, preparam sua matéria em curto espaço de tempo para que a notícia não fique velha, selecionam pequena parte do acontecimento, às vezes não a mais importante, mas a mais sensacionalista. Contudo, são inúmeros os problemas que podem ser pesquisados nos dados fornecidos por documentos de comunicação de massa, principalmente no meu caso, pois a minha pesquisa também tem natureza histórica. Uma das vantagens do uso de fontes documentais é que, por terem sido elaborados no período que se pretende estudar, são capazes de oferecer um conhecimento mais objetivo da realidade e possibilitam o conhecimento do passado e a investigação dos processos de mudança social e cultural.

Complementando o tema, quanto à discussão sobre a legitimidade da ciência como produtora da verdade, expõem-se a parcialidade na compreensão do ambiente e, em muitas ocasiões, a impossibilidade de ver o conhecimento como representações da realidade; a reflexão tanto sobre os nexos entre o conhecimento e o poder, assim como a maneira como a ciência se desviou dos fins outorgados pelo pensamento moderno e se dedicou a servir aos fins desiguais e desumanizantes (PARDO ABRIL, 2007a).

Assim, tenho no *corpus* as notícias que permitem hipoteticamente reconhecer distintas maneiras de representação do ator (neste caso, o imigrante japonês) na imprensa, cuja seleção responde ao propósito de identificar as formas de representação que faz a imprensa dos atores sociais imigrantes japoneses. Portanto, os critérios de seleção dos artigos versam sobre o fato de fazer alguma referência, implícita ou explícita, ao imigrante japonês ou aos seus descendentes e ao contexto em que são construídos os textos.

1.7 TRIANGULAÇÕES DIVERSAS

Como o foco da pesquisa qualitativa possui inerentemente uma multiplicidade de métodos (FLICK, 1998; BREWER E HUNTER, 1989), uso a triangulação a fim de assegurar uma compreensão em profundidade do fenômeno em questão, pois a realidade objetiva nunca pode ser captada e só se pode conhecer algo apenas por meio das suas representações. Vejo a triangulação não como ferramenta ou estratégia de validação, mas uma alternativa para a

validação, como uma estratégia que acrescenta rigor, fôlego, complexidade, riqueza e profundidade a qualquer investigação (Flick, 1998, p. 231). Ela tem como objetivos a superação das limitações de um método único na combinação de diversos métodos e a concessão de igual relevância e de maior produtividade quando da utilização e da consideração de diversas abordagens teóricas para a combinação de métodos (FLICK, 1998, 2009).

Outra forma de triangulação é a integração de várias fontes, diferenciadas por tempo, lugar e pessoa, a chamada “triangulação de dados” de Denzin (1989 apud FLICK, 2009). Assim, temos a combinação de diversos métodos, grupos de estudo, ambientes locais e temporais e perspectivas teóricas distintas para tratar um fenômeno. Denzin (1989) caracteriza quatro tipos de triangulação, sendo que para o nosso estudo, utilizaremos dois tipos:

1 - a triangulação dos dados: uso de diferentes fontes de dados, sem confundi-lo com o emprego de métodos distintos para a produção de dados, com uma distinção entre tempo, espaço e pessoas, com o estudo do fenômeno em datas e locais diferentes e a partir de pessoas diferentes, aproximando-se da estratégia da amostragem teórica de Glaser e Strauss. Em ambos os casos, o ponto de partida consiste no envolvimento, no estudo, intencional e sistematicamente, de pessoas e de grupos de estudo, de ambiente locais e temporais;

2 - a triangulação da teoria: uso de vários pontos de vista teóricos situados lado a lado a fim de avaliar sua utilidade e capacidade na abordagem de dados, tendo-se em mente perspectivas e hipóteses múltiplas, com o propósito de estender as possibilidades de produção de conhecimento (DENZIN, 1989 apud FLICK, 2009, p. 361).

Portanto, utilizo a triangulação como uma abordagem para fundamentar ainda mais o conhecimento obtido por meio dos métodos qualitativos, não no sentido de avaliar os resultados, mas, sim, de ampliar e de complementar sistematicamente as possibilidades de produção do conhecimento, apesar de, na visão de Denzin e Lincoln (2000 apud FLICK, 2009) e Flick (1992, 2004, 2009) ser também mais uma alternativa para a validação, a qual amplia o espaço, a profundidade e a coerência nas condutas metodológicas,

Um ponto de vista interessante é o de Richardson (2010 apud DENZIN, LINCOLN, 2010) ao contestar o conceito de triangulação com a afirmação de que, para a investigação qualitativa, a imagem central não é a do triângulo, mas sim a do cristal, pois no processo de cristalização, o autor conta a mesma história de diferentes pontos de vista, por não haver nenhuma forma “correta” de se contar esse evento. Cada narração, de forma própria, narra-o tal como a luz ao atingir o cristal, reflete uma perspectiva diferente sobre o fato, que é o que acredito ocorrer nas notícias midiáticas.

A fim de garantir a validade – um procedimento que é sempre apropriado, seja qual seja a orientação teórica ou a utilização de dados quantitativos e qualitativos (SILVERMAN, 1993), Ruth Wodak e Ron Scollon sugerem a aplicação de procedimentos de triangulação.

Portanto, atenta às palavras dos atores citados, faço a triangulação da Teoria Social do

Discurso de Fairclough, da Teoria Social da Mídia de Thompson e da Teoria de Representação dos Atores Sociais de Van Leeuwen, com as suas respectivas categorias analíticas.

1.7.1 Categorias analíticas

Wodak (2003a, p. 113) também concorda que os estudos sociais sobre o racismo permitem seguir não somente a gênese e a transformação dos argumentos, mas também a recontextualização realizada em distintos e relevantes espaços públicos como consequência dos interesses sociais dos participantes e de suas relações de poder (MUNTIGL ET AL, 2000; REISIGL E WODAK, 2001). Tais estudos permitem a elaboração de explicações mais vastas da específica aplicação dos discursos de identidade e de diferença por meio do enfoque histórico tridimensional: o foco em conteúdos específicos ou temas de um particular discurso em que concorrem elementos etnicistas, nas estratégias discursivas (incluindo as estratégias argumentativas); nos instrumentos linguísticos e nas realizações linguísticas - específicas e dependentes do contexto dos estereótipos discriminatórios.

No livro *Métodos de Analisis Crítico del Discurso*, Wodak (2003a, p. 115), entre tantas ferramentas analítico-discursivas úteis para a análise dos discursos sobre questões raciais, nacionais e étnicas, seleciona cinco questões dos muitos instrumentos linguísticos ou retóricos distintos utilizados para discriminar motivado por questões étnicas ou praticar racismo contra as pessoas:

1. do ponto de vista linguístico, de que modo se nomeiam as pessoas e de que modo se faz referência a elas?
2. que traços, características, qualidades e particularidades se lhes atribuem?
3. de que argumentos e de que esquemas argumentativos utilizam-se algumas pessoas específicas ou alguns específicos grupos sociais para justificar e legitimar a exclusão, a discriminação, a supressão e a exploração de outros?
4. sob qual perspectiva ou ponto de vista expressam-se essas etiquetas, atribuições e argumentos?
5. articulam-se abertamente as respectivas afirmações? Resultam intensificadas ou atenuadas?

Segundo essa autora, tais questões levam-nos às estratégias discursivas, as quais apresentam tanto positiva ou como negativamente a si próprio ou aos outros, considerando a construção discursiva de “nós” e “deles” como o principal fundamento dos discursos de

identidade e de diferença, dentre estes o discurso de discriminação. Por “estratégia”, entende ser um plano de práticas mais ou menos precisas e mais ou menos intencionais (incluindo as práticas discursivas) com o objetivo de se alcançar determinado objetivo social, político, psicológico ou linguístico. Logo, as estratégias discursivas referem-se às formas sistemáticas de utilizar a linguagem, localizando-se em distintos planos de organização e de complexidade linguística.

Conforme De Fina (2006, p. 352-353), a análise da narrativa baseada em detalhado exame textual pode revelar como as representações grupais socialmente compartilhadas são geridas e reproduzidas por membros de grupos particulares e que tipos de conflitos e de ações de resistência são associados a eles. Uma forma de analisar a relação entre identidades e narrativa tem sido o exame da forma como os recursos linguísticos são usados pelos narradores para desenvolver suas posições com respeito a categorias sociais, tais como o gênero, a etnicidade ou a raça.

Então, a contribuição de De Fina (2006, p. 353) para o meu trabalho é mostrar como as análises do uso de certos tipos de constructos sociais em histórias identificam a forma como os narradores dão significados situados para categorias na descrição de raça, de etnicidade e de gênero; é mostrar que essas categorias estão frequentemente interconectadas de modos intrincados no discurso dos narradores; é mostrar que estes últimos negociam por meio de histórias seu senso de pertencimento ou de oposição a grupos representados por aquelas categorias. Desse modo, seu estudo apresenta suporte ao largamente aceito conceito construcionista social de identidade, pelo qual a identidade é vista como situacionalmente motivada e executada (BAUMAN, 2000 apud DE FINA, 2006) e as pessoas não possuem uma identidade relacionada a categorias sociais a que pertencem, mas, sim, que eles apresentam e re-apresentam-se, escolhendo dentro de um inventário identidades compatíveis que cruzam e/ou contrastam com o outro de diferentes modos e de acordo com trocas de circunstâncias sociais e com interlocutores.

Discute também a influência da perspectiva construcionista social na visão de construção e de atribuição de identidade como um processo fundamentado em diferentes tipos de práticas sociais e atividades, portanto, diferentes tipos de narrativas emergem em diferentes tipos de contextos interacionais e providenciam específicos lugares para a construção de inventários particulares de identidades. Para Pardo Abril (2007a), a categorização na Análise de Discurso Crítica suporta-se em seu caráter de representação conceitual, na experiência e na teoria, identificando atributos e explicações sobre as relações que se formulam internamente entre conceitos. Assim, hierarquiza-se a informação de que se dispõe e formam-se redes sobre as propriedades relevantes, parciais e compartilhadas entre elas, a tal ponto que uma maneira de

organizar os conceitos disponíveis e sua explicação contribuem para configuração do conhecimento sobre a realidade e ajuda a construí-la.

Apresento, a seguir, o quadro das categorias analíticas de Van Leeuwen (1996, 1997, 2008) com foco na representação social de ator social.

Quadro nº 1 - Categorias Sociológicas de Atores Sociais – Van Leeuwen

Tipos	Sub-tipos
1.Exclusão/inclusão: representações incluem ou excluem atores	1.1 Supressão: nenhuma referência aos atores sociais em qualquer lugar do texto. 1.2 Colocação em segundo plano: exclusão menos radical, com alusão aos atores sociais em algum lugar do texto e por meio de inferências.
2. Distribuição de papéis: representações podem realocar papéis, rearranjar as relações sociais entre os participantes.	2.1 Ativação: atores sociais representados como forças ativas e dinâmicas em uma atividade. 2.2 Passivação: representados como atores sociais assujeitados ou como atores sociais beneficiados
3. Generalização e Especificação: representações dos atores sociais como classes ou como identidades específicas e individuais.	
4.a Assimilação: representação como grupo. 4.b Individualização: representação em termos individuais.	4.a.1 Agregação: quantificação. 4.a.2 Coletivização: não quantificação.
5.a Associação: representação dos atores sociais como grupos formados por atores sociais e/ou grupos de atores sociais. 5.b Dissociação: representação dos atores sociais como associações que se desfazem.	
6.a Indeterminação: representação de atores como não especificados, como indivíduos ou como grupos “anônimos”. 6.b Determinação: representação de atores como especificados por suas	

Tipos	Sub-tipos
<p>identidades. 6.c Diferenciação: representação de atores que explicitamente cria a diferença entre o “self” e o “outro”.</p>	
<p>7.a Nomeação: representação de atores sociais em termos da sua identidade única. 7.b Categorização: representação de atores em termos de identidades e de funções que eles compartilham com outros.</p>	<p>7.b.1 Funcionalização: atores sociais referidos em termos de uma atividade. 7.b.2 Identificação: atores sociais definidos não em termos da atividade exercida, mas em termos do que eles, mais ou menos permanentemente, são.</p>
<p>8.a Personalização: representação de atores sociais como seres humanos. 8.b Impersonalização: representação de atores sociais por outros meios que não incluem o traço humano.</p>	<p>8.b.1 Abstração: atores sociais representados por meio de uma qualidade designada/nomeada por eles. 8.b.2 Objetivação: atores sociais representados pelo significado de referência a lugar ou a coisa estritamente associados com a pessoa dele ou com a atividade a que eles estão representados como engajados a ela.</p>
<p>9. Sobredeterminação: representação dos atores sociais como participantes, ao mesmo tempo, de mais de uma prática social.</p>	<p>9.1 Inversão: atores sociais conectados a duas práticas que são, em um sentido, opostos entre elas. 9.2 Simbolização: um ator social ou grupo de atores sociais ficcional representado por atores ou grupos em práticas sociais não-ficcionais. 9.3 Conotação: uma única determinação representa uma classificação ou funcionalização. 9.4 Generalização e abstração: conexão de atores sociais a diversas práticas sociais pela abstração de um traço comum aos atores sociais envolvidos nelas.</p>

Fonte: A autoria da autora

Theo Van Leeuwen (1996, 1997, 2008) enfatiza que, nas atuais práticas discursivas, as escolhas não necessitam sempre ocorrer rigidamente de uma ou outra forma, pois os limites podem ser manchados deliberadamente a fim de se realizar efeitos representacionais específicos. Dessa forma, os atores sociais podem ser representados de diferentes formas, em diferentes

combinações, marcando-os explicitamente. Por conseguinte, como muitas categorias podem ser usadas para descrever a mesma pessoa ou ato, Sacks (1992) ressalta que deve ser encontrada a forma como se empreendem na seleção entre os quadros disponíveis de categorias para compreender um evento. Para ele, há um ativo trabalho interpretativo envolvido na transmissão de qualquer descrição das implicações locais da seleção de qualquer categoria particular. Assim, Van Leeuwen (1996, 2008) ressalta que a mídia tem importante papel ativo no processo social e podemos contribuir muito ao analisar as marcas do autor/escritor no texto, apesar da tentativa de se divulgar uma cuidadosa atitude de neutralidade quando se atribui a maioria da representação a outras fontes que o próprio escritor.

Quanto à categoria analítica da Análise de Discurso Crítica de Fairclough (2012), utilizarei a da interdiscursividade, com a busca e a identificação da presença dos diferentes domínios discursivos nos textos analisados.

1.7.2 Hermenêutica de profundidade

Como a pesquisa envolve estudos sobre formas simbólicas, ideologia e meios de comunicação de massa, considero a Hermenêutica de profundidade de Thompson (1995): os dois primeiros fatores estão intrincados, pois o significado estabelece e sustenta as relações de dominação, e o terceiro fator, a comunicação de massa, afeta o caráter das formas simbólicas e a sua circulação sob determinados aspectos, em virtude da ruptura fundamental entre os processos de produção e de recepção das formas simbólicas.

Para Thompson, as fases da Hermenêutica de profundidade são a hermenêutica da vida cotidiana (interpretação da doxa: análise histórica); a análise formal ou discursiva; e a interpretação e re-interpretação.

Na primeira fase, faço a análise sociohistórica, a contextualização social das formas simbólicas estudadas pela reconstrução das condições sociais e históricas de produção, de circulação e de recepção das formas simbólicas midiáticas. Determino as características das instituições dentro das quais as mensagens comunicativas são produzidas e por meio de quais elas são transmitidas ou difundidas a receptores potenciais. Esse conteúdo faz parte do Capítulo 5 – Viagem da e pela mídia.

A segunda fase, análise formal ou discursiva, é realizada pelo fato de as formas simbólicas apresentarem-se por meio de construções complexas com base em regras e em recursos disponíveis, pelos quais algo é expresso ou dito. Essa fase centra-se nas próprias formas

simbólicas, por meio das quais os atores sociais são representados. Por meio da análise dos sentidos das formas simbólicas midiáticas, vejo como elas sustentam e estabelecem relações de dominação, qual o seu papel e que consequências elas trazem para as vidas das pessoas, no caso, os imigrantes japoneses, que será apresentado no Capítulo 6 – Desvelando os dados.

Para Thompson (1995, p. 374), a terceira fase da Hermenêutica, a da interpretação e da re-interpretação das formas simbólicas, constrói-se com a análise discursiva e com os resultados da análise sócio-histórica: o processo de interpretação é mediado pelos métodos dessa análise e da análise discursiva, indo além deles, pelo fato de as formas simbólicas dizerem algo sobre algo. Assim, ocorre também um processo de (re)interpretação, pois as formas simbólicas já são interpretadas pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico. Ele alerta para o fato de que a reinterpretação de um campo pré-interpretado pode divergir do significado construído pelos sujeitos que constituem tal mundo (KUWAE, 2006, p. 25).

Para esse autor, tais etapas são essenciais para a compreensão das mensagens por englobarem seu caráter ideológico das mensagens, a maneira pela qual o significado, em determinadas circunstâncias, estabelece e sustenta relações de dominação. A definição dessas relações ocorre quando da junção da compreensão da produção/transmissão e da construção das mensagens com a compreensão da recepção e da apropriação delas.

Apresento, a seguir, as categorias analíticas de Thompson.

Quanto aos modos de operação, Thompson (1995) salienta que o rol não é exaustivo e, sim, exemplificativo. Outro fator: as estratégias podem ocorrer de diferentes modos, devendo-se atentar para as circunstâncias em que ocorrem.

Quadro nº 2 - Modos de operação da ideologia – Thompson

Modos de operação	Estratégias típicas de construção simbólica
1. Legitimação: processo em que as relações de dominação são legitimadas	1 - Racionalização. 2 - Universalização. 3 - Narrativização.
2. Dissimulação: processo em que as relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas.	2.1 Deslocamento. 2.2 Eufemização. 2.3 Tropo.
3. Unificação: processo em que as relações de dominação são sustentadas ou estabelecidas por uma identidade coletiva.	3.1 Padronização. 3.2 Simbolização da unidade.
4. Fragmentação: processo em que se	4.1 Diferenciação.

fragmentam os indivíduos e os grupos.	4.2 Expurgo do outro.
5. Reificação: processo em que se retrata uma situação provisória como permanente ou atual.	5.1 Naturalização. 5.2 Eternização. 5.3 Nominalização. 5.4 Passivização.

Fonte: autoria da autora

Conforme narrei no início do capítulo, eu estava muito envolvida nas comemorações do Centenário da Imigração Japonesa. Assim sendo, entendo importante refletir sobre o meu papel como pesquisadora e sobre a ética.

1.8 SITUANDO A PESQUISADORA

Em virtude de eu ser nikkei - termo utilizado para designar pessoas de origem japonesa e seus descendentes, que tenham emigrado para outros países e criado comunidades e estilos de vida com características únicas dentro do contexto das sociedades em que vivem -, é importante discutir sobre a posição do Observador/Pesquisador dentro da pesquisa social, pois, segundo Cameron et al (1992), um dos problemas quanto à identidade do pesquisador deve ser comentado em virtude de o poder para representar ser importante. Durante o processo de escrita, as identidades sociais do pesquisador e do pesquisado perdem parte da fluidez que possuem durante o trabalho de campo e avança para uma maior invariabilidade.

Kerlinger (2003) alerta para o fato de que todo conhecimento do mundo é afetado, e até distorcido de certa forma, pelas predisposições dos observadores, pois, quanto mais complexas as observações, mais se afastam da realidade física, e, quanto maiores as inferências, maiores as probabilidades de distorção. Tais distorções também podem surgir do propósito da ciência de melhorar a humanidade, causadas pela mistura de forte compromisso e pela exigência de programas sociais e políticos, por um lado, e pela pesquisa científica de problemas de tais programas, por outro, que parecem induzir a preconceitos e à percepção seletiva. Nas palavras desse autor, “isto significa que vemos o que desejamos ou precisamos ver em vez do que realmente existe” (KERLINGER, 2003, p. 10). Uma segunda razão para distorções, como tendemos a confundir missões sociais e científicas, é isso levar a distorções do que vemos, a desgastes da nossa objetividade e, mais importante, do nosso compromisso com a objetividade. O desgaste do compromisso com a objetividade é perigoso para um cientista, por ser a objetividade uma característica científica inconfundível e indispensável, cuja perda destrói a própria ciência.

Como a metodologia utilizada é a qualitativa, pensei como se pode definir o pesquisador qualitativo. Denzin e Lincoln (2010) definem-no como *bricoleur* e confeccionador de colchas, pois ele pode assumir imagens múltiplas marcadas pelo gênero: cientista, naturalista, pesquisador de campo, jornalista, crítico social, artista, ator, músico de jazz, produtor de filmes, confeccionador de colchas, ensaísta. Temos também a diversidade presente quanto às práticas metodológicas da pesquisa qualitativa: *soft science*, jornalismo, etnográfica, *bricolage*, confecção de colchas e montagem. Segundo Lévi-Strauss (1966 apud DENZIN E LINCOLN, 2010), o *bricoleur* é um pau para toda obra ou um profissional do faça-você-mesmo e existem muitos tipos de *bricoleurs* – interpretativo, narrativo, teórico, político. O *bricoleur* interpretativo - nós, os pesquisadores qualitativos - produz uma *bricolage*, um conjunto de representações que reúne peças montadas que se encaixam nas especificidades de uma situação complexa, sofrendo mudanças e assumindo novas formas à medida que se acrescentam diferentes instrumentos, métodos e técnicas de representação e de interpretação a esse quebra-cabeça.

Esses mesmos autores (2010) entendem que, por trás da variedade de rótulos diferentes, incluindo os de teoria, método, análise, ontologia, epistemologia e metodologia, temos a biografia pessoal do pesquisador, o qual fala de determinada perspectiva de classe, de gênero, de raça, de cultura e de comunidade étnica. Ele está marcado pelo gênero, situado em múltiplas culturas, aborda o mundo com um conjunto de ideias, um esquema (teoria, ontologia) que especifica uma série de questões (epistemologia) que ele examina em aspectos específicos (metodologia, análise). Logo, apesar de o pesquisador coletar materiais empíricos com ligação à questão estudada, para, então, analisá-los e escrever a seu respeito, fala de uma comunidade interpretativa distinta que configura, em seu modo especial, os componentes multiculturais, marcados pelo gênero, do ato da pesquisa. Eles situam tanto o pesquisador, como o pesquisado como sujeitos multiculturais, estando o pesquisador situado biograficamente atrás e dentro das diferentes fases da pesquisa, como os principais paradigmas e as perspectivas interpretativas, as estratégias de pesquisa, os métodos de coleta e de análise dos materiais empíricos, além da arte, das práticas e das políticas de interpretação. Ele também faz parte de uma comunidade interpretativa, com suas próprias tradições históricas de pesquisa, as quais compõem um ponto de vista distinto e levam o pesquisador a adotar determinadas visões do “outro” estudado. Tais observações mostram a profundidade e a complexidade das perspectivas da pesquisa qualitativa tradicional e aplicada nas quais ingressa um pesquisador socialmente situado na História, norteando e, ao mesmo tempo, restringindo o trabalho a ser feito em cada estudo específico.

Gil (2010, p. 6) também faz uma reflexão sobre o pesquisador na pesquisa social e

entende que, frente aos fatos sociais, ele não é capaz de ser absolutamente objetivo por ter suas preferências, inclinações, interesses particulares, caprichos, preconceitos, interessando-se por eles e avaliando-os com base num sistema de valores pessoais. Como no meu caso, Gil, em 2010, salienta que o pesquisador pode tratar de uma realidade que pode não lhe ser estranha e, por isso, seus valores e suas crenças pessoais informam-lhe previamente acerca do fenômeno, indicando se é bom ou mau, justo ou injusto. Com base nas suas pré-concepções, ele abordará o objeto de seu estudo. O autor vai mais além: nas Ciências Sociais, o pesquisador é mais que um observador objetivo; é um ator envolvido no fenômeno. Contudo, para ele, essa situação não invalida a pesquisa em Ciências Sociais. Para contorná-la, o pesquisador deve-se valer de quadros de referência que ultrapassem a visão proposta pelo positivismo.

Complementam Denzin e Lincoln (2010) que nunca se deve esquecer a política e a ética da pesquisa, pois elas permeiam cada fase do processo de pesquisa e não se deve esquecer que o pesquisador é portador de uma história complexa e contraditória. Segundo esses autores, a era das investigações livre de valores para as disciplinas humanas acabou e atualmente os pesquisadores lutam para desenvolver a ética situacional e transituacional aplicável a todas as formas do ato da pesquisa e às suas relações de ser humano a ser humano.

Ao ler todas as reflexões dos autores citados, eu, como nissei, senti-me enquadrar em cada uma delas. Também me sinto portadora de uma história complexa e contraditória de ser filha de japonês, com cara de japonesa, mas vivendo no Brasil e com pensamento de brasileira. Portanto, as minhas identidades como pesquisadora confundia-se com a de pesquisada. Como a minha pesquisa aborda o tema, a imigração japonesa, que pode ser considerado muito recente e muito ligado a mim como sujeito social, há a necessidade de se atentar para a questão ética na pesquisa social, tema que abordo no próximo item.

1.8.1 Ética

Discuto, a seguir, um tema de reflexão essencial em qualquer pesquisa, principalmente a social: ética.

Segundo Bloch (2001), o objeto que atualmente suscita mais a investigação e a reflexão dos historiadores, em colaboração com outros especialistas das ciências humanas e sociais, é a investigação da memória coletiva, base da busca da identidade: “em horizontes bem mais vastos: a história tem o direito de contar entre suas glórias mais seguras o fato de ter, ao elaborar sua técnica, aberto aos homens uma estrada nova rumo à verdade e, por conseguinte, à justiça”

(BLOCH, 2001, p. 28). Por repudiar os historiadores que “julgam” em lugar de compreender, ele não deixa por isso de enraizar mais profundamente a história na verdade e na moral por entender que a ciência histórica consuma-se na ética. Suas palavras são:

A história deve ser verdade; o historiador se realiza como moralista, como justo. Nossa época, desesperadamente em busca de uma nova ética, deve admitir o historiador entre aqueles que procuram a verdade e a justiça não fora do tempo, mas no tempo. Compreender, portanto, e não julgar. Eis o objetivo da “análise histórica” pela qual começa o verdadeiro trabalho do historiador depois da observação e da crítica histórica prévias (BLOCH, 2001, p. 29-30).

Tais palavras dirigidas ao historiador também muito me cabem. Tenho em mente que todo o conhecimento do mundo é afetado, e até distorcido, de certa forma, pelas predisposições dos observadores. Concordo que, quanto mais complexas as observações, mais elas se afastam da realidade física, e quanto maiores as inferências feitas, maiores as probabilidades de distorção (KERLINGER, 2003, p. 19).

As palavras “compreender e não julgar” e o cuidado com as predisposições dos observadores (no caso, eu) devem estar na mente e no coração do pesquisador a fim de evitar distorções. E Christians (2010, p. 152-153) reforça esse posicionamento ao resumir que a comunidade é ontológica e axiologicamente anterior às pessoas, pois a identidade humana é constituída pela esfera social por nascermos dentro de um universo sociocultural em que os valores, os compromissos morais e os sentidos existenciais são dialogicamente negociados e a ação moralmente adequada tem por finalidade a comunidade. Os valores morais comuns são intrínsecos à existência contínua e à identidade de uma comunidade. Dessa forma, a missão da pesquisa na área de ciência social vem propiciando a prosperidade da vida em comunidade – possibilitando às pessoas chegarem a conclusões mutuamente controladas, segundo a visão geralmente aceita de que a pesquisa promova um avanço nos interesses da sociedade ao alimentar nossa capacidade individual de raciocinar e de tomar decisões calculadas. Assim, dentro da comunidade local, existe uma multiplicidade de espaços morais e sociais e todo ato comparado aos ideais de um respeito universal pela dignidade de cada ser humano, independentemente de gênero, raça ou religião (DENZIN, 1997), sendo o foco não a ética profissional *per se*, mas a moralidade geral. Em seguida, explico o porquê dessas palavras.

Segundo Christians (2010), as sociedades são incorporações de instituições, de práticas e de estruturas reconhecidas internamente como legítimas, sendo as comunidades não apenas entidades linguísticas, mas que exigem, pelo menos, um compromisso moral mínimo para o bem comum. Como as comunidades são entrelaçadas por narrativas que revigoram a compreensão comum do bem e do mal, da felicidade e da recompensa, do significado da vida e da morte, para

Christians (2010), a tarefa moral da pesquisa em Ciência Social não pode ser reduzida à ética profissional, sendo o desafio para aqueles que escrevem a cultura não limitar suas perspectivas morais a seus próprios códigos de ética, mas entender a ética e os valores em termos do cotidiano. Durante os anos de pesquisa, fiquei atenta a buscar a ética e os valores da ciência.

Cameron et al (1992) caracterizam “ética em pesquisa” como “pesquisa sobre” e “pesquisa legal” como “pesquisa sobre e para” e entendem “pesquisa de empoderamento como “pesquisa sobre, para e com”, com a adição do “com” para implicar o uso de métodos de pesquisas interativos e dialógicos. Logo, as três principais características na metodologia são:

- a) o uso de métodos interativos e da visão de que as pessoas não são objetos e não podem ser tratados como objetos;
- b) a importância de agendas de temas próprias;
- c) a questão do *feedback* e da partilha de conhecimentos.

Quando analiso como a pesquisa social pode ajudar a ser, ou a empoderar, grupos particulares em desvantagens a usarem a linguagem, vejo que o estudo da linguagem é fundamental para a compreensão de como as relações sociais opressivas são criadas e reproduzidas. A depender dos objetivos, em pesquisas empíricas, os cientistas sociais podem usar diferentes métodos, que podem levar a diferentes relações entre pesquisados e pesquisadores. No meu caso, a relação *é/estava* muito próxima. Daí, tenho a responsabilidade social dos linguistas, conforme Labov.

O sociolinguista William Labov, em 1982, faz uma interveniente declaração canônica sobre a responsabilidade social de investigadores linguistas e sugeriu dois princípios: um é o princípio da “correção do erro”, no sentido de que, se o pesquisador souber que as pessoas mantêm errôneas visões das coisas, ele tem a responsabilidade de tentar corrigir suas visões. O segundo princípio é “a dívida”: se uma comunidade pode capacitar o linguista para ganhar importante conhecimento, ele fica em dívida com ela, a qual deve ser reembolsada por meio do conhecimento sobre a comunidade (CAMERON ET AL, 1992), que é o meu caso.

Continuei a caminhada seguindo as palavras de Bloch (2001, p. 43-45) de que não se pode permitir que, uma vez abordada a metodologia, com suas austeridades necessárias, o encanto se apague, mas que “todos os [verdadeiros] historiadores podem testemunhar isso -, ele ganhe mais ainda em vivacidade e plenitude”, pois, quanto a isso, de certa forma, não há nada que não valha alguma coisa para qualquer trabalho do espírito. Ainda mais a História, como disciplina e uma das nossas disciplinas abordadas em uma visão transdisciplinar, tem como objeto específico o espetáculo das atividades humanas feitas para seduzir a imaginação do

homem, cujo desdobramento se orna das sutis seduções do estranho graças a seu distanciamento no tempo e no espaço, mas em direção, o máximo possível, às suas molas ocultas. Ele ainda reforça que a incompletude de uma ciência ocorre quando ela não mais nos ajudar a viver melhor.

E, no caso da minha abordagem, a Análise de Discurso Crítica busca desvelar as relações de poder existentes nas práticas sociais a fim de propiciar o empoderamento do leitor/eleitor. Foi esse o motivo da escolha da teoria metodológica: após a escolha de uma injustiça social (o racismo em movimentos migratórios), com consequências nefastas para muitas pessoas, identificar a ideologia que contribui para a manutenção específicas de poder e de dominação e os obstáculos que impedem o seu combate a fim de se criar uma sociedade melhor e mais justa.

CAPÍTULO 2 – O DIÁLOGO TEÓRICO 1: ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA – MÍDIA - NARRATIVA

No presente capítulo, trago o aporte teórico da Análise de Discurso Crítica segundo Fairclough (2006b, 2006a, 1995, 1992, 2010); Wodak (2003a), Meyer (2003), Pardo Abril (2011, 2007a); Fairclough e Wodak (1997), Mattelar (1998), Pardo (2009), Thompson (1998), Newcomb (2010) e inúmeros outros autores. Como o meu trabalho aborda como os meios de comunicação de massa representaram a imigração japonesa e o imigrante japonês em dois momentos diferentes, contextualizo o papel da mídia na construção das identidades sociais, com foco nas narrativas.

2.1 ABORDAGEM CRÍTICA DO DISCURSO

Na Análise de Discurso Crítica, trago as contribuições dos autores acima mencionados. Quanto aos meios de comunicação de massa e ao gênero narrativa, são abordados por Torfing (1999); Fairclough (2010, 2005b, 1995); Thompson (1998), Celis (2011); Pardo (2009); Gregolin (2000) e outros autores.

2.1.1 Análise Crítica do Discurso

Para Fairclough (2006b), os processos de construção sócio-cultural-político-econômico têm, de certa forma, um caráter discursivo, com estratégias, mecanismos e condições que governam a seleção de discursos particulares estrategicamente motivados sobre outros, a sua representação ou institucionalização e a sua operacionalização como trocas nas formas de atividade e de interação social, de instituições, de formas de governo, de valores culturais e identidades, de aspectos da realidade física, e assim por diante. Dessa maneira, são incluídos discursos e narrativas que representem atividades e sistemas econômicos, que narram problemas e fracassos passados e presentes, e que imaginam e prescrevem possíveis alternativas.

Segundo esse autor, a Análise de Discurso Crítica aceita a versão moderada do construtivismo social, segunda a qual

podemos construir textualmente (representar, imaginar etc) o mundo social, porém, os efeitos de nossas representações, ou “construís” dependem de vários fatores contextuais, incluindo a realidade social já existente, quem está construindo-a etc (FAIRCLOUGH, 2006a, p. 8).

E, para ele, o termo “texto” tem um sentido mais amplo, como textos impressos e escritos em geral. Já o termo “discurso” é a visão particular de idioma em uso como um elemento da vida social que é fortemente conectada a outros elementos. Apesar de esse autor fazer referência à Linguística Sistêmica Funcional - SFL, de Michael Halliday, que está profundamente preocupada tanto com a relação entre a língua e outros elementos e os aspectos da vida social, bem como com o ponto de vista orientado ao caráter social dos textos, entende que Análise de Discurso Crítica e a SFL não coincidem precisamente devido a diferenças entre as perspectivas dessas escolas, com o que concorda Wodak (2003a). Isso leva à necessidade de se desenvolver abordagens à análise de texto por meio de um diálogo transdisciplinar, o que fazemos neste trabalho ao trazer as Categorias Sociológicas de Representação dos Atores Sociais de Van Leeuwen e os Modos de Operação da Ideologia de Thompson.

Wodak (2003a) apresenta como ponto comum entre as áreas da Linguística Crítica e da ADC a ampla unidade do texto discursivo ser a unidade básica da comunicação. Ela apresenta alguns dos princípios teóricos comuns entre as duas áreas: análise crítica por meio de uma teorização e uma descrição tanto dos processos e das estruturas sociais que dão lugar à produção de um texto, como das estruturas sociais e dos processos nos quais os indivíduos e os grupos criam sentidos em sua interação com os textos; três são os conceitos indispensáveis: o conceito de poder, o conceito de história e o conceito de ideologia; evitam o postulado de uma simples relação determinista entre os textos e o social; discurso como objeto historicamente produzido e interpretado, situado no tempo e no espaço e com estruturas de dominância legitimadas pelas ideologias de grupos poderosos.

Fairclough (2006a) traz o conceito de práticas sociais como meios de controlar a seleção de certas possibilidades estruturais e a exclusão de outras, com a retenção dessas seleções no decurso do tempo, em áreas particulares da vida social, de maneira particular e cambiante. Portanto, na sua visão, práticas são vistas como articulações dialéticas de diferentes tipos de elementos sociais associados com áreas particulares da vida social, que articulam o discurso (como linguagem) juntamente com outros elementos sociais não discursivos, como ação e interação, relações sociais, pessoas (com crenças, atitudes, histórias etc), o mundo material e o discurso. No caso do meu estudo, determinadas práticas sociais foram implementadas com a assinatura do Contracto e com a sanção do Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, como o controle da imigração japonesa e dos imigrantes japoneses.

Segundo Fairclough (2006a), eventos sociais são causativamente moldados por redes de

práticas sociais, pois as práticas sociais definem modos particulares de ação: embora os eventos reais possam, mais ou menos, diferenciar definições e expectativas por eles perpassarem diferentes práticas sociais e também por serem causa dos poderes causativos dos agentes sociais, eles ainda são, em parte, moldados pelas práticas sociais. Isso ocorre no meu estudo com as práticas sociais de notícias e de documentos legais e oficiais no evento imigração japonesa e no período da Segunda Guerra Mundial.

Seguindo o conceito de “multifuncionalidade” dos textos, busco, conforme Fairclough, as orientações da Linguística Sistêmico-Funcional quanto ao tema:

Quadro nº 3 - Multifuncionalidade do texto – Linguística Sistêmico Funcional

Função		Significado textual
Ideacional	Textos representam aspectos do mundo	Representação
Interpessoal	Interpretam as relações sociais entre participantes de eventos sociais e as atitudes, desejos e valores dos participantes	Ação
Textual		

Fonte: autoria da autora

Contudo, quanto ao significado textual, esse autor inclui a identificação e não separa a função textual, incorporando-a com a ação e enfatiza a relação dialética entre os três significados textuais. Daí, tem-se o discurso como parte da prática social, nos modos de agir, nos modos de representar, nos modos de ser, em que esses significados textuais podem ser vistos em termos de relação envolvendo as pessoas no evento (sujeitos), as suas relações com os conhecimentos com os outros (relações de poder) e consigo mesmo (como sujeitos morais) (FAIRCLOUGH, 2006a, p. 29).

Para Pardo Abril (2007a, p. 14), Análise de Discurso Crítica significa analisar e compreender os problemas socioculturais com base nos “discursos próprios dos grupos e das comunidades, com vistas a desentranhar e resistir ao exercício do poder, particularmente, quando se exerce para aprofundar formas de desigualdade, discriminação e, por último, de exclusão social”. Entende, também, que o discurso apresenta dimensões fundamentais, como a forma, o sentido, a interação e a cognição, atravessadas pelos contextos. Estes se organizam similarmente aos outros elementos dos discursos, com todas as propriedades da situação social pertinentes à produção ou à recepção do discurso, e podem ser descritos em termos de estruturas do

conhecimento social, expressadas como intenções, metas, propósitos e, em geral, a bagagem de saberes compartilhados por uma comunidade ou grupo; de estruturas locais que incluem a situação, os participantes e os papéis sociocomunicativos; das estruturas socioculturais, que estão conformadas pelo conjunto de categorias sociais, institucionais e culturais. Quanto ao aspecto cultural, a autora entende o especificamente cultural como o entremeado de modelos culturais que se estabelecem como coerentes intrínseca e distintivamente de uma comunidade, com um conjunto de formas de representação, os quais, em virtude de seu grau de formalização e de institucionalização, podem ser conscientes e inconscientes e constituírem modos de compreensão convencional da realidade social própria de um coletivo em um espaço e em um tempo determinado.

Essa autora ressalta ainda que as análises críticas discursivas seriam “um fazer-dizer social apreensível na interação comunicativa, que tem a potencialidade de materializar e mobilizar a diversidade de formas de representar a realidade” (PARDO ABRIL, 2007a, p. 39), pois o discurso se constitui na expressão privilegiada pela qual as sociedades refinam seu pensamento e identidade e tipifica o saber comum compartilhado por um grupo.

Para Meyer (2003), quanto às diferenças entre a ADC e os outros enfoques teóricos, a ADC segue um olhar diferente e crítico frente aos problemas ao se esforçar por fazer explícitas as relações de poder que, com frequência, fazem-se ocultas. Outra característica da Análise de Discurso Crítica é a incorporação específica de categorias linguísticas a suas análises. Meyer ainda ressalta que, para Fairclough, toda prática social tem um componente semiótico – ordem do discurso, daí as análises críticas focarem as relações dialéticas entre a semiose (incluindo a linguagem) e outros elementos das práticas sociais.

Pardo (2011) utiliza o termo Estudos Críticos do Discurso para os estudos dos discursos e considera o caráter crítico da análise como o propósito explícito não só de visibilizar e de denunciar as condições de exclusão, exploração e iniquidade social, como também de contribuir à construção de formas de resistência social a essas condições, explicando-se e compreendendo-se a forma como são representados os problemas sociais e os mecanismos e as estratégias de poder empregados para a reprodução da desigualdade e da exclusão. Com a crítica, implica tanto o reconhecimento do outro, o marginalizado, assim como a legitimação de seus processos de identidade e de construção de conhecimento, como forma de desvelar os saberes e as práticas sociais hegemônicas.

Os posicionamentos desses autores são o embasamento teórico desta pesquisa por abordarem a seleção de discursos particulares sobre processos, eventos, sujeitos e estruturas

sociais, em contextos particulares, relações de poder, modelos culturais, ideologia; relações de exclusão, de exploração e de iniquidade sociais.

Por ser o discurso a fonte dos meus dados, é importante caracterizá-lo segundo os autores pesquisados.

2.1.2 Discurso e Texto

Conforme a Análise de Discurso Crítica, os discursos são práticas sociais complexas criadoras e recriadoras da realidade, inscritas em contextos particulares que as condicionam, sendo o resultado de uma construção social e conformadores da sociedade na medida em que ajudam a reproduzir as ideologias socialmente compartilhadas e também a transformá-las (TABOADA, 2011). Discurso como prática social reconhece a relação dialética que se estabelece entre um evento discursivo e a situação, a instituição e a estrutura social que o configuram, pois esses marcos formam o evento discursivo como o evento os inclui (FAIRCLOUGH; WODAK, 1997; FAIRCLOUGH, 1995).

Busco a Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 1992; TABOADA, 2011) como prática tridimensional que aborda o discurso nas seguintes dimensões:

- a. como texto, como produto de uma ação discursiva;
- b. como prática discursiva, inserida em uma situação social determinada;
- c. como prática social que não só expressa as entidades, as práticas, as relações, como as constitui e as conforma.

Quanto ao texto, Wodak (2003) e Taboada (2011) concebem-no como produtos materialmente duráveis das ações linguísticas e portadores de imagens ideologizadas da sociedade, resultados das escolhas feitas por um sujeito no universo discursivo, no contexto das representações que possui e compartilha com um grupo social determinado. Tais escolhas sustentam-se nas representações que as pessoas possuem da realidade, da situação em que se produz o discurso de si mesmos e de outros envolvidos na comunicação, logo, necessariamente são ideológicas.

Fairclough (2006b) apresenta-nos um sumário dos principais traços de textos, que divido em dois grupos:

Quadro nº 4 - Traços dos textos (FAIRCLOUGH, 2006b)

Intertextualidade e hibridade interdiscursiva dos textos	Traços linguísticos
Gêneros, discursos e estilos	Argumentação, gêneros argumentativos, argumentos falaciosos
Hibridade interdiscursiva – mistura de gêneros, discursos ou estilos	Hipóteses, pressuposições e implicações
Gêneros encadeados	Contradições
Discursos nodais e outros discursos	Dialogicalidade e polêmica
Temas associados	Endereçado às audiências
Intertextualidade	Avaliações em textos e hipóteses de valores, interferência
	Metáfora e modalidades
	Narrativas e formas particulares de narrativa
	Voz passiva e nominalização
	Pronomes
	Vocabulário, trocas de vocabulário, padrões de colocação, significado de palavras chave
	Jogo de palavras
	Retórica e traços persuasivos dos textos

Fonte: Autoria da autora

Ainda abordando o conceito de texto, trazemos ainda a contribuição de Watson (1997). Para ele, há uma lista da extraordinária diversidade do trabalho feito pelos textos - compromisso contratual, ratificação e facilitação do trabalho, manutenção de registros de trabalho, persuasivo, identidade, estabelecimento de trabalho, e assim por diante. Dessa maneira, pode-se dizer que todas as atividades reconhecíveis em nossa sociedade têm seu aspecto textual, que envolvem e incorporam pessoas ou outros “signos” textuais e dão sentido a ela. Ele possui uma característica única: opera com o mais ou menos despercebido e inexpressivo meio para um fim, sendo colocado à serviço da examinação do “outro” como um recurso de acesso desse fenômeno.

Há uma importante perspectiva na Análise de Discurso Crítica: um texto raramente é obra de uma pessoa qualquer, pois, os textos e as diferenças discursivas negociam-se por estarem regidas por diferenças de poder que se encontram parcialmente codificadas no discurso e determinadas por ele e pela variedade discursiva. Daí, a atenção às lutas pelo/com poder e pelo/com controle, com detalhada atenção à intertextualidade e à recontextualização dos discursos (WODAK, 2003a).

E nessas lutas, estão presentes as representações. Busca-se, portanto, a Teoria das Representações Sociais, que possibilita a compreensão do modo em que se articulam o contexto, a ideologia e o discurso (VAN DIJK, 1999). Trago a contribuição de alguns autores quanto ao conceito de Representação Social, cerne do meu trabalho, no Capítulo 3 - Identidade, Representação, Racismo. Segundo Taboada (2011, p. 135), as representações sociais são marcos coletivos de percepção em comunicações entre diferentes atores sociais, que atuam como nexos entre o sistema social e o sistema cognitivo individual.

Na minha pesquisa, o texto é o mediador em um processo de comunicação complexo que envolve imagens ideologizadas da realidade. Com a ênfase na comunicação e na sua articulação com as novas tecnologias da informação, o discurso passou a ser o foco de análises com o fim de desvelar o seu papel na construção e na reprodução da realidade em uma sociedade saturada de símbolos e de conflitos de identidade.

Celis (2011) ressalta o desenvolvimento e o fortalecimento do estudo do discurso que se tem desenvolvido e fortalecido como campo acadêmico interdisciplinar com os propósitos de fazer controle político e acadêmico aos discursos públicos aspirantes de se tornarem referentes coletivos de interação e de consolidar processos democráticos. E como não há de se negar a incidência dos meios massivos de comunicação nas formas de organização e de construção coletiva, tem-se posicionado o tema comunicação e discurso midiático na agenda acadêmica.

Assim, passo à reflexão do papel da imprensa escrita na construção da identidade e do sujeito, pois, devido à sua vasta circulação, possui maior poder na constituição de sentimentos de identidade, produzida ou construída socialmente por quem detém o maior poder e tem a autoridade legitimada para dizer a verdade sobre os fatos, o povo, o indivíduo, que, “internalizada, garante a possibilidade de o ser humano constituir-se como sujeito do discurso, atravessado por ela, e, assim, atravessado pelo(s) outro(s), mas escondido(s) na opacidade do esquecimento” (CORACINI, 2007, p. 60).

Tais discursos, repetidos e transformados em narrativas, transformam-se na memória discursiva de um povo e constroem nações e identidades. Para Coracini (2007), uma pessoa se diz pelo olhar e pela voz do outro, portanto, a identidade é naturalizada por meio de processos inconscientes e nunca se completa, sempre em formação. Trago suas palavras sobre o tema:

O sujeito é, assim, fruto de múltiplas identificações – imaginárias e/ou simbólicas – com traços do outro que, como fios que se tecem e se entrecruzam para formar outros fios, vão se entrelaçando e construindo a rede complexa e híbrida do inconsciente e, portanto da subjetividade. Rede essa que resulta da falta constitutiva do sujeito que, em vão, deseja preenchê-la, supri-la ao longo da vida, supri-la com o outro, objeto do seu desejo. (CORACINI, 2007, p. 61)

Dessa forma, a identidade se constrói nos e pelos discursos, sendo os de maior poder os da ciência, do colonizado e da mídia. Sabemos que uma das características fundamentais do discurso jornalístico é atuar tanto na institucionalização social de sentidos, contribuindo para a cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro por meio da sua imagem de veiculadora de verdades, sustentando o mito da informatividade para poder dizer/relatar o que interessa a alguns. Assim, comprometido com a verdade dos fatos, finge não contribuir para a construção das evidências, mas, sim, retrata e torna compreensível o imaginário ao leitor; camufla seu caráter ideológico e colabora na construção do imaginário do leitor que expõe ou opina sobre determinado fato ou sujeito, no meu caso, criando representações sobre a imigração japonesa e o imigrante japonês (CORACINI, 2007; WODAK, 2003).

Ribeiro e Sacramento (2010) classificam a abordagem da crítica ideológica no entendimento da mídia, da sociedade e das suas relações na terceira fase da história dos estudos da comunicação, em que os efeitos da mídia não são mais vistos de forma direta, mas mediados por muitos outros processos sociais, assim, a mídia é vista como “produtora de consentimento”. Temos o poder não sendo exercido somente, “nem prioritariamente, pela coerção, mas sim pelo consenso, pelo compartilhamento de valores, visões de mundo, conceitos éticos e morais e padrões comportamentais e que, por isso, é essencial estudar os fenômenos socioculturais” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010, p. 28).

2.2 O PAPEL POLÍTICO E A POLÍTICA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Torfing (1999) ressalta a importância política, social e cultural da mídia de massa: além de ter um papel decisivo nos acontecimentos, também providencia o material para a construção da identidade, como os relativos à classe, à raça, à nacionalidade, pois ela armazena e reinvoca símbolos, mitos e valores. Ele introduz o termo “globalização da mídia em massa”, que destaca os símbolos, mitos e valores da espinha dorsal das culturas étnicas.

Temos, portanto, a cultura de mídia de massa como uma *cultura industrial, high-tech* e o local onde as batalhas pelas identidades, distribuição e controle societal são travadas. Assim, detém um papel de “estabilização e manutenção da hegemonia de específicos grupos políticos pela produção e promulgação de mitos sociais e imaginários, mas eles também providenciam os significados para resistência (TORFING, 1999, p. 211).

Na sociedade da informação, a cultura de mídia de massa rearticula o capitalismo, a mídia e a tecnologia, daí ganham força estudos sobre as relações de poder e de resistência e

sobre as formas como elas estão formuladas na e por meio da mídia de massa. E Torfing (1999) apresenta-nos três diferentes modos de relacionar mídia de massa com a noção de discurso: foco no discurso político e/ou teórico sobre mídia de massa e a sua função global na sociedade, com o estudo de como os vários atores percebem o papel da mídia de massa em relação à produção e à reprodução da ordem social; foco nas mídias de massa como discurso, segundo a escola de Birmingham e com o estudo da mídia de massa em micro-, meso- e macro-níveis análises; foco no discurso da mídia de massa, com a atenção para a mensagem da mídia de massa, por meio da análise de conteúdo, como análise sociolinguístico do uso da linguagem socialmente condicionado, análise etnometodológico das formulações empregadas por entrevistadores, análise semiótica dos códigos ideológicos, e a análise crítica linguística do conteúdo ideológico de escolhas dos vocabulários (FAIRCLOUGH, 1995).

O que é importante é a análise desses três níveis estar em causa com os terrenos discursivos, isto é, terrenos sócio-políticos compostos dos significados construídos discursivamente, de regras, de normas, de procedimentos, de valores, de formas de conhecimento... Isso é para reforçar que as cadeias significantes articuladas nos textos são moldadas pelas regras de formação, que são definidas pelas formas hegemônicas do discurso.

Não se pode negar “o papel da mídia na constituição de novos valores, na transformação das relações entre escalas, na gradação das entidades espaciais, e na construção e consolidação de novos pontos entre o regime de acumulação e o modo de regulação social” (FAIRCLOUGH, 2006b, p. 97). Esses processos sujeitam-se à disseminação social de discursos, narrativas, ideias, práticas, valores etc, que devem ser legitimados pelo posicionamento e pela mobilização do público em relação a eles e pela geração do consentimento ou, pelo menos, pela aquiescência com a mudança. E nas sociedades contemporâneas, a mídia de massa desempenha o papel tanto de campo social primário e agência desses processos, como o de mediação.

Dessa forma, a construção de identidades cultural, política, econômica, como condições para mudanças e sistemas econômicos e políticos, largamente sujeita-se à influência da mídia de massa na construção de valores, práticas, crenças, atitudes e identidades, por meio da combinação das experiências sociais das pessoas não mediadas (como a interação direta e trocas com outras pessoas) e mediadas (como as notícias de jornais), o que insere o conceito de mediatização no meu trabalho.

2.2.1 Mediatização das formas simbólicas

De acordo com Pardo (2009), as funções dos meios de comunicação evidenciam-se nos processos de mediação e de mediatização, nos quais se leva a cabo, de maneira simultânea, em primeiro lugar, um trabalho institucional que se articula à possibilidade de normalizar referentes culturais que afetam as práticas sociais. Em segundo lugar, os processos derivadores de sua condição de tecnologias midiáticas, nos quais se realiza, por uma parte, a ação de mediar entre os agentes sociais e, por outra parte, a ação de mediatizar os conteúdos que circulam por elas, acrescentando significado e transformando os sistemas de signos em que se envolvem nas práticas comunicativas. Em terceiro lugar, o caráter cênico dos meios, pelo evidenciamento dos atores interventores na dinâmica midiática, de suas correlações de força e dos mecanismos e estratégias implementadas para influenciar as ações midiáticas.

Busco a contribuição de Fairclough (2006b) quanto ao conceito de “mediação”. Ele o vincula à superação da distância em comunicação, em uma comunicação com “outros distantes” e “em diferentes tempos e espaços”. Assim, não há mais necessidade do transporte físico das formas simbólicas. Mas esse conceito também inclui a noção comunicação por meio de um “meio” com propriedades específicas que afetam a natureza da comunicação e intervém no processo de comunicação.

Sobre a influência da mídia de massa e da mediação nos processos de globalização, Fairclough (2006b) apresenta cinco pontos, os quais também se enquadram nos períodos estudados – 1907/1908 e Segunda Guerra Mundial - considerando-se as devidas proporções:

1 - a mídia de massa como elemento crucial na disseminação global de inúmeros e diferentes fatores: da informação e de notícias, de reações a elas e de interpretações delas; de novas estratégias, de discursos, de ideias e práticas, de novas normas e valores em atividades econômicas, em sistemas e processos políticos, em instituições sociais, em organizações; e da conduta na vida primária, de trocas em atitudes, de sentimentos e de identidades e assim por diante;

2 - essas “mensagens” mediadas - não importa que aspectos da vida social são representadas na mídia de massa -, passam por meio de códigos semióticos particulares, convenções, normas e práticas de mídia específica, e suas formas e significados são transformadas no processo;

3 - a dominância global de corporações midiáticas transnacionais e suas conexões fechadas com centro de poder na política, no governo e nos negócios ... podem usar a mídia de

massa como veículos para disseminar suas próprias “mensagens” na ajuda de suas próprias estratégias;

4 - os impactos da mídia de massa e da mediação, no entanto, podem não serem tomados como concedidos, porque estão sujeitos à recontextualização das “mensagens” midiáticas nas mais diversas recontextualizações de contextos, ...específicas características e circunstâncias estruturais, históricas, institucionais, sociais e culturais formam a recepção e o impacto das “mensagens midiáticas”;

5 - a globalização da mídia de massa contribui para a construção do público global, da opinião pública global e até, talvez, do início da “esfera pública cosmopolitana” global, cujos debate, ação e mobilização na base global são gerados (FAIRCLOUGH, 2006b, p. 179-181).

Complemento com o pensamento de Silverstone (2002) de dever pensar-se a mídia como um processo, um processo de mediação, que se estende além do ponto de contato entre os textos midiáticos e seus leitores ou espectadores. Há o antes, os seus produtores, e o depois, os consumidores de mídia, em uma atividade contínua de engajamento e de desengajamento do significado que tem sua fonte ou seu foco nos textos mediados, mas que dilata as experiências e é avaliado à sua luz em uma infinidade de maneiras. Ele tem a mediação como o movimento de significado de um texto para outro, de um discurso para outro, de um evento para outro; implica a constante transformação de significado, em grande e pequena escala, em diferentes formas, como forma escrita, oral e audiovisual, à medida que nós, individual e coletivamente, direta e indiretamente, colaboramos para sua produção e transmissão por meio da próxima comunicação, do próximo boletim, do próximo comentário, em um processo de mediação infinita. Ocorre o envolvimento do trabalho de instituições, de grupos e de tecnologias, tanto das mídias de massa e da mídia segmentada. Daí, trago a análise da prática discursiva do texto midiático no Capítulo 5 – Viagem da e pela mídia.

A mídia como parte do campo de forças e disputas pela hegemonia e do processo dialético de produção de consentimento, sendo modelado e modelando, sendo influenciado e influenciando-se, ao mesmo tempo, pelas lutas sociais de uma época, é relevante a sua análise.

E aí temos a história e a memória.

2.2.2 História mediada

Trago a contribuição de Yeste (2009, p. 74) quanto à historicidade midiática. Para ela, há a “memória mediada”, como aquela representação que os meios de comunicação trazem como

agentes de transmissão de nossa herança coletiva, uma História que difere da “memória própria dos historiadores”. Ela concorda com Thompson (1998) de que a nossa percepção do passado e das maneiras que o passado afeta a nossa vida atual depende cada vez mais de uma crescente reserva de formas simbólicas midiáticas, o que faz com que a memória histórica não seja mais um assunto individual ou de um grupo específico, mas parte da agenda temática dos meios de comunicação de massa.

Celis (2011) aborda a característica da memória coletiva de se construir e de se reconstruir permanentemente por meio da evolução de referentes passados atualizados no presente pela produção e pela reprodução de significado a respeito dos acontecimentos históricos, em cujo processo os meios massivos de comunicação têm uma contribuição essencial como “protagônicos na promulgação de pautas de socialização, na elaboração e na difusão de um vasto capital cultural e simbólico, e no registro de atos e interpretações sobre os acontecimentos históricos e políticos” (CELIS, 2011, p. 359).

Ainda quanto ao tema memória, Silverstone (2002) acredita que fatos históricos só têm importância na medida em que se dá importância a eles. Daí, o papel fundamental dos meios de comunicação de massa, os quais atuam de forma intencional ou à revelia, como instrumento para a articulação da memória, que é pública, popular, difusa, plausível e, por isso, irresistível e também, de tempos em tempos, compulsiva. O passado de cada um se funde com as imagens e com os sons de um passado mediado e construído por lembranças de programas e de anúncios vistos ou ouvidos na infância, compartilhado com os outros, em uma afirmação mútua de identidades de classe e cultura. Segundo esse mesmo autor,

acima de tudo, na ausência de outras fontes, a mídia tem o poder de definir o passado: de apresentar e representá-lo. Ela se arroga autoridade histórica no drama e no documentário: versões do realismo que não têm nenhum referente além daquele de outros contos e outras imagens (SILVERSTONE, 2002, P. 235).

Portanto, os textos, sejam imagens isoladas, filmes ou memoriais, que afirmam a memória para nós no espaço público, são importantes, pois, por meio deles, constrói-se uma realidade inalcançável sem isso.

Daí, surge outro papel dos meios de comunicação de massa: o de agentes de revisão ou de “revisitação” do passado, pois, de acordo com Yeste (2009), à luz da informação posterior, os acontecimentos são reescritos continuamente e, com isso, é reavaliado o seu significado. Para ela, historiar passa a ser reconsiderar o passado a partir de novas interrogações, com novos pontos de vista, que possibilitam novas e futuras gerações reviverem e entenderem o passado por meio de sua representação simbólica; uma recordação compartilhada e muito mais que um mero acumulador de recordações individuais, portanto, deve ser compreendida.

E as histórias são construídas pelas narrativas.

2.2.3 Narrativas construindo o mundo

Trago a contribuição de Jäger (2003) sobre um importante meio de vincular reciprocamente os discursos, o simbolismo coletivo, por meio do qual os membros de uma sociedade têm um repertório de imagens com o qual visualiza uma completa representação da realidade societal e da paisagem política da sociedade. E recebemos esse repertório por meio dos meios de comunicação de massa, que regulam o pensamento cotidiano e exercem uma considerável influência na política orientável e orientada.

Para Newcomb (2010), deve-se investigar como todos os aspectos dialógicos da comunicação de massa se relacionam às ideologias dominantes, pois a comunicação de massa se apropria das linguagens da prática social real, curvando-as a seu desejo, desdobrando-as em estratégias dominantes, esvaziando-as de sua força de oposição essenciais. Temos, aqui, as palavras não mais como “unidades”, mas como portadoras da história do conflito e da negociação social e, sempre que e quando são usados, entram mais uma vez nesse conflito, não se podendo prever que aspecto do termo será captado pelo espectador. Toda mensagem, por mais poderosa que seja, está sujeita à resposta do espectador e ao mundo de experiência.

Considero o que Gregolin (2000, p. 27) aborda a respeito dos deslocamentos de sentidos como

índices que remetem às formações discursivas e ideológicas que estão subjacentes ao discurso da História interpretada na mídia, por isso a leitura exige a captação da materialidade do signo e sua reinserção no grande texto histórico do momento, que é construído pela sociedade de massa.

Assim, ao considerar o discurso jornalístico em uma relação da língua com a História, olho-o como discurso heterogêneo, dialógico e polifônico, com a presença de diferentes pontos de vista sobre um assunto, com várias vozes se cruzando e se opondo no texto. Essa interposição de vozes permite a atualidade de interpretação em movimentos históricos que permitem diferentes leituras. Assim, a mídia articula o sujeito à História e à prática social, inserindo a história no texto e o texto na história (KRISTEVA, 1969, p. 149).

Faiclough (2006) reforça que os jornais criam histórias de eventos relatando-os cronológica e logicamente. Assim, podem ser vistos como reguladores sociais ou fomentadores de violência, pois criam uma série de eventos complexos de acordo com a sua escolha, fragmentado-os, excluindo-os e organizando os eventos. Para ele, fazer um jornal é um processo altamente interpretativo e construtivo e não um simples relato dos “fatos”. Considera as

narrativas jornalísticas como narrativas históricas com uma “intenção referencial” entre história e eventos reais, questões de verdade e com uma “intenção explanatória” a fim de fazer os eventos constituírem sentido, trazendo-os para uma relação que incorpora um ponto de vista particular, que pode ser a ideologia do governo, da elite dominante, casos em que as histórias jornalísticas são orientadas para regular e controlar eventos e as formas nas quais as pessoas respondem a eventos. Representam vozes, mas excluem outras, dizem o que de significativo tem acontecido no mundo de uma forma seletiva.

Para Hirschkop (2010) e Volochinov (1983), o sentido e o significado de um discurso na vida real (independente de que tipo seja) não coincidem somente com os componentes puramente verbais da enunciação, pois as palavras faladas também são imbuídas do que está implícito e do que não foi dito. Concordo com Denzin e Lincoln (2010) quanto às narrativas trazerem “compasso moral para a vida dos leitores” ao relatar coisas que sejam do interesse desses, pois as comunidades são entrelaçadas por narrativas revigoradoras da sua compreensão comum do bem e do mal, da felicidade e da recompensa, do significado da vida e da morte.

Importante o ponto de vista de Gregolin (2000) sobre as sociedades esforçarem-se constantemente para reconfigurar o passado: olhar o tempo pretérito é uma forma de compreendê-lo e de restaurá-lo para a posteridade. Para tanto, apresenta duas formas narrativas que correspondem a duas percepções diferentes do passado: a narrativa mítica e a narrativa histórica. A primeira, sem cronologia possível, remete ao tempo afastado dos deuses e dos homens (tempo anterior, mítico e sagrado); a segunda, a de um tempo pesquisável e pesquisado – sustenta-se em referências cronológicas passíveis de serem encontradas e se trata do tempo mais recente dos homens. No meu trabalho, a histórica é a narrativa pesquisada por meio dos documentos e das notícias de jornal. Não produzo os documentos (lei, contrato e notícias), nem historiadora autodenomino-me, mas como analista do discurso, fiz o mesmo que o historiador: escolhi, organizei, eliminei documentos (aliás, muitos e com muita dor no coração) e conservei outros para consultas constantes. Tais documentos escolhidos, conservados e monumentalizados (que equivale à cientificação da memória) são essenciais para a compreensão da presença do racismo no processo de imigração japonesa.

No processo de análise crítica da narrativa histórica, segundo Gregolin (2000), há três tipos essenciais de memória, que correspondem a três formas de olhar o passado e levam uma sociedade a interpretar-se e a compreender-se por meio dessa interpretação: a memória mítica, a memória social e a memória construída pelo historiador. Neste trabalho, estão presentes a memória social e memória construída pelo historiador. Sigo os conceitos dessa autora (2000, p.

21-22), quanto às duas definições. A memória social como inscrita nas práticas de uma sociedade, uma memória construída, ordenada e sistematizada. Para enxergá-la, é necessário buscar os signos de autocompreensão da sociedade para posteriormente interpretá-la; esses signos tornam-se um estatuto social no corpo da coletividade e produzem as condições para o funcionamento discursivo e, conseqüentemente, para a interpretabilidade dos textos. Como o meu trabalho envolve os meios de comunicação de massa, ainda trago suas contribuições quanto ao tema narrativa, mídia e memória social. Para ela, os veículos da mídia alinhavam a memória social e sujeitam-na às ordens do icônico, do simbólico, da simbolização com o poder da imagem de possibilitar o retorno de temas e de figuras do passado, colocando-os na atualidade e provocando a sua emergência na memória do presente.

Como o meu trabalho versa sobre a identidade de migrante, não poderia deixar de trazer a contribuição de Bhabha (2010). Para ele, a constituição das identidades ocorre na formação das narrativas de identidade. No caso dos fluxos migratórios, a pergunta é a que essa narrativa se refere: de onde vem ou de que se vive? Esse autor defende que a formação das narrativas de identidade liga-se diretamente às possibilidades de se pensar tais discursos como elementos definidores de uma identidade, ou seja, a definição do “eu” passa por um processo de delimitação comunicativa da realidade.

Correa (2007) concorda quanto ao papel crucial da imprensa na vida cotidiana dos cidadãos, pois ela determina o que é importante, o que se prioriza, o que se minimiza, o que se faz herói ou vilão, ao lado de quem se adota ou não uma posição favorável ou desfavorável e, em geral, a maneira como se descreve a realidade social. Ela cria, mantém ou elimina a importância de um tema, a depender da ênfase com que aborda ou da suspensão da sua circulação. Não se pode esquecer que as mensagens da imprensa circulam em outros meios de comunicação massiva e, portanto, é nítida a interação comunicativa entre os membros da comunidade. Os meios de comunicação constroem a notícia de uma forma similar na forma e em conteúdo, passando a impressão da existência de homogeneidade cultural. Isso é visto nos documentos analisados dos dois períodos.

Entendo essencial a compreensão da análise do discurso jornalístico.

2.2.4 Análise do discurso jornalístico

Quanto à análise de discurso jornalístico, Richardson (2007, p. 220) apresenta-nos algumas orientações sobre esse tipo de discurso: pode ser definido como linguagem em uso; é

uma atividade ou uma prática (está direcionado a fazer algo); como uma prática, o discurso jornalístico deve necessariamente ser situado em um contexto – no ambiente social, no qual está nunca totalmente neutro. Ele concorda com Fairclough (1995) que a ADC propicia uma metodologia de estudo crítico adequado ao estudo do discurso jornalístico, pois, como o jornalismo é inexoravelmente conectado aos contextos social, político e cultural em que é escrito e consumido, necessita ser (re)localizado nesses contextos durante sua análise.

Em resumo, como Fairclough (1995; 2010) enfatiza, necessita-se perguntar de que amplos processos socioculturais o texto faz parte, quais são os seus maiores condições sociais e os seus prováveis efeitos? Como a sociedade e a cultura não escrevem a notícia, então, devemos examinar as práticas das organizações de notícias e os processos de produção, incluindo valores-notícia, a busca da objetividade jornalística e da estruturação da influência da audiência do discurso jornalístico. Tal processo deve ocorrer na visão de que a notícia é um produto da realidade e é produzida pela indústria, formada pela estrutura burocrática e pela economia daquela indústria, pelas relações entre a mídia e outras indústrias e pelas relações com o governo e com outras políticas organizacionais (FOWLER, 1991). Portanto, tem razão Richardson (2007) quanto a sempre haver uma razão para o texto-notícia existir da forma como é, pois o texto, de fato o jornal como um todo, é o resultado de o jornalista realizar uma multidão de escolhas entre as alternativas presentes.

E aí forma-se o quadro a que Silveira (2010) se refere: os textos jornalísticos têm um acesso diário do seu público-leitor e, por meio da seleção estratégica de fatos conforme a ideologia da empresa midiática, constroem-se os conhecimentos desse público e instaura-se um marco de cognições sociais.

O tema “ideologia” ressalta-se ao longo desta tese.

2.3 Ideologia

Estudo a ideologia conforme Bauman (2000); Weiss, Wodak (2005); Castells (2002); Thompson (1990, 1984); Prior (1997); Wodak (2003a); Van Dijk (2009, 2003), Mészáros (2004). Pardo (2011); Jager (2003), Eagleton (1997) e outros autores.

2.3.1 Compreendendo a Ideologia

Definir e encontrar um denominador comum para os usos históricos radicalmente diferentes do termo ou uma lógica da transformação produtora dos seus sucessivos significados

são tarefas árduas, pois “ideologia” é conceito discursivo utilizado em diferentes épocas e de formas diferentes pelas pessoas, com certos aspectos mutáveis do mundo habitado pelos homens e mulheres modernos. Etimologicamente, a palavra “ideologia” significa “ciência das ideias” (BAUMAN, 2000).

O conceito de ideologia aparece pela primeira vez na França, no final do século XVIII, e tem recebido funções e significados variáveis em distintas épocas (WEISS, WODAK, 2005). Para Thompson (1990), a palavra “ideologia” refere-se a formas e a processos sociais em cujos seios, e por cujos meios, circulam as formas simbólicas no mundo social. À vista disso, o estudo sobre ela é o estudo dessas formas simbólicas, que constroem e transmitem o significado mediante formas simbólicas de diversos tipos e em determinados contextos, a fim de se determinar se elas estabelecem ou sustentam relações de dominação. Esse autor também relaciona os conceitos de ideologia e de cultura aos meios de comunicação de massa. Complementando, Wodak (2003a) reforça que, para a ADC, a ideologia é um importante aspecto do estabelecimento e da conservação de relações desiguais de poder, sendo um dos objetivos da ADC a “desmitificação” dos discursos mediante o deciframento das ideologias presentes.

Para a Análise de Discurso Crítica, como a linguagem carece de poder próprio, ela obtém seu poder pelo uso que as pessoas poderosas fazem dele como responsáveis pela existência de desigualdades e como detentores dos meios e da oportunidade de melhorar as condições vigentes (WODAK, 2003a; WEISS, WODAK, 2005).

2.3.2 Definindo a Ideologia

Trago aqui a contribuição de diferentes autores sobre o termo “ideologia”.

Para Eagleton (1997, p. 193), o termo ideologia tem

um amplo espectro de significados históricos, do sentido intratavelmente amplo de determinação social do pensamento até a ideia suspeitosamente limitada de disposição de falsas ideias no interesse direto de uma classe dominante. Com muita frequência, refere-se aos modos como os signos, significados e valores ajudam a reproduzir um poder social dominante, mas também pode denotar qualquer conjuntura significativa entre discurso e interesses políticos.

Esse autor defende que se devem examinar as definições com ceticismo e cuidado e defende que a ideologia é antes uma questão de “discurso” que de “linguagem”. Logo, é mais uma questão de certos efeitos discursivos concretos que de significação e, como tal, objetiva a

revelação de algo da relação entre uma enunciação e suas condições materiais de possibilidade, quando essas condições de possibilidade são vistas à luz de certas lutas de poder centrais para a reprodução (ou, para algumas teorias, a contestação) de toda uma forma da vida social (EAGLETON, 1997, p. 194-195).

Para ele, a análise discursiva crítica desvela os efeitos dos textos no estabelecimento e na consolidação de ideologias.

Já Van Dijk (2003) a define como representações sociais mais fundamentais e compartilhadas de atitudes sociais, que caracterizam as normas e os valores subjacentes às estruturas e à formação de atitudes como constituintes da representação do *corpus* mental dos objetivos e interesses fundamentais de um grupo, sejam sociais, econômicos e/ou culturais. Como ideologias, dão coerência ao sistema e ao desenvolvimento de atitudes. Pela natureza geral e relativamente abstrata das representações sociais, é necessária a comunicação simbólica que ocorre pelo discurso, que permite o acesso direto ao conhecimento das opiniões de outros membros de um grupo, embora a interpretação de suas ações permita inferir tais atitudes de uma forma mais bem indireta ou empírica. Concordo com Van Dijk ser o discurso o modo mais efetivo para adquirir e compartilhar atitudes gerais, e, por isso, pode gerar prejuízos, pois, como aborda Vieira (2003), a linguagem permite a manifestação da ideologia em diferentes contextos, portanto, possibilita modos diferentes de significação às diferentes realidades.

Corroboro o ponto de vista de Mészáros (2004, p. 64) ser a ideologia “uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada” e não ser superada nas sociedades de classes por ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe. Relaciona-se com a articulação de conjuntos de valores e de estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Ele defende que os interesses sociais desenvolvidos ao longo da História entrelaçam-se conflituosamente e manifestam-se no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum independente), os quais exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social. Como a sociedade é internamente dividida, as ideologias mais importantes, por um lado, definem suas respectivas posições como “totalizadoras” em suas explicações e, de outro, como alternativas estratégicas umas às outras, por meio das quais as principais classes da sociedade se inter-relacionam e até se confrontam, de modo mais, ou menos, aberto, articulando sua visão da ordem social correta e apropriada como um todo abrangente. Ao se analisar a sociedade em escala temporal e social, temos as principais ideologias como importante marca da formação social, cujas práticas produtivas dominantes elas adotam como definitivo quadro de referência. Daí, a necessidade de serem avaliadas concretamente em seu próprio cenário em virtude de estarem sujeitas a uma multiplicidade de condições delimitadoras. Outra característica da ideologia é a de servir a algum inconfesso

interesse particular de poder (ZIZEK, 1996).

Segundo Bauman (2000), a versão “positiva” hoje em moda da ideologia representa, incluindo a variante científica, precondição indispensável de todo conhecimento. O nome “ideologia”

foi conferido às molduras cognitivas que permitem encaixar vários fragmentos da experiência humana num desenho reconhecível e que faz sentido. As molduras são condições de conhecimento, mas não constituem elas mesmas partes dele; ... essas estruturas cognitivas são essencialmente instrumento de “monitoração”, “peneiramento” ou talvez “diminuição”. Pela mesma razão, preservam a percepção padronizada e estruturada da realidade vivida em meio à velocidade crescente da informação, que ameaça explodir todas as estruturas e aniquilar assim todos os significados (BAUMAN, 2000, p. 123).

Tem-se, assim, o conceito positivo de ideologia fundado na analogia linguística. Por também haver a existência de uma infinidade de línguas não se constituindo um defeito da condição humana, nem um impedimento para a convivência, “também há a pluralidade de ideologias – de estruturas pré-reflexivas de conhecimento - como uma característica do mundo humano com a qual se pode viver e estamos fadados provavelmente a viver para sempre” (BAUMAN, 2000, p. 13).

Como a minha pesquisa utiliza categorias analíticas de Fairclough, entendo importante trazer o seu conceito de ideologia. Para esse autor (2006a), ideologias são representações ideológicas de aspectos do mundo que podem ou não contribuir para estabelecer, manter e mudar relações sociais de poder, de dominação e de exploração. Tais representações são identificáveis nos textos e, como ideologias, podem ter durabilidade e estabilidade que transcendem textos ou corpos de textos individuais.

Thompson (1984, 1990) define ideologia como “sentido a serviço do poder”

Eu não poderia deixar de trazer as reflexões de Pêcheux sobre o tema ideologia na sua discussão sobre condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção. Inicialmente, ele destaca que a área da ideologia e as determinações econômicas são locais de reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social, em que temos: divisão de classes (e aí, buscando-se os “Aparelhos Ideológicos de Estado, conceito de Althusser, como o lugar e meio de realização da ideologia dominante e como as condições ideológicas das transformações das relações de produção) e conflitos da ideologia da classe dominante. Posteriormente, no estudo das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de reprodução, acredita que as condições contraditórias constituem-se, em um momento histórico dado e para uma formação social dada, pelo conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado que essa formação social comporta. Assim, tem-se, em sua materialidade concreta, a

instância ideológica existente sob a forma de formações ideológicas (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), com um caráter “regional” e com posições de classe:

os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que “a maneira de se servir deles” – “seu sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem -, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia (PÊCHEUX, 1997, p. 146).

E a dominação da ideologia (da classe) dominante ocorre em relações de desigualdade-subordinação entre os diferentes aparelhos ideológicos de Estado e o aspecto ideológico da luta para a transformação das relações de reprodução se localiza na luta para impor, no interior do complexo desses aparelhos, novas relações de desigualdade-subordinação.

Quando se pensa em relações de desigualdade-subordinação, pensa-se em poder de alguém sobre alguém. Passo à definição de “poder” segundo alguns autores.

2.3.3 Poderando e Empoderando

Outra característica do discurso é o empoderamento de certos agentes para criar representações e, assim, autoritariamente se pronunciar sobre o conteúdo e a forma do mundo (PRIOR, 1997), criando diferenças entre o “nós” e os “outros”.

E falar de diferença leva-nos ao conceito de poder, pois ele tem afinidade com as relações de diferença e, sobretudo, com os efeitos das diferenças nas estruturas sociais, em virtude da constante unidade da linguagem e de outros assuntos sociais: a linguagem classifica o poder, expressa o poder, e está envolvida onde existe um desafio ao poder ou uma luta para consegui-lo. Segundo Wodak (2003a) e Weiss e Wodak (2005), apesar de o poder não derivar da linguagem, a linguagem pode ser utilizada por meio de formas linguísticas para desafiar o poder, para subvertê-lo, para alterar as distribuições de poder a curto e a longo prazo, estando articulada às diferenças de poder existentes nas estruturas sociais hierárquicas.

Gieve e Magalhães (1994) também concordam que questões de poder e de diferenças de poder são aplicáveis a qualquer relacionamento social e que, dos diferentes significados do termo “poder”, surgem poder: como de uma pessoa sobre a outra em “relações de dominação” ou de como o poder surge à consciência, entre outros.

Em virtude disso, a Análise de Discurso Crítica interessa-se pelas formas com que são utilizadas as formas linguísticas em diversas expressões e manipulações de poder, o qual não é somente assinalado pelas formas gramaticais existentes no interior de um texto, mas também

pelo controle que pode exercer uma determinada pessoa ou determinada entidade ou instituição social sobre uma situação social mediante o tipo de texto em determinada ocasião social. Conforme Jäger (2003), para ilustrar a questão do poder, deve-se, em primeiro lugar, examinar com mais detalhe a relação entre o discurso e a realidade societal e, em segundo lugar, indagar com maior precisão como se acha ancorado esse poder em dita realidade societal, averiguar quem o exerce, sobre quem o exerce e com que meios, entre outras indagações. No meu caso, nos anos de 1907-1908, o Governo do Estado de São Paulo, o Brasil, o fazendeiro sobre os primeiros imigrantes japoneses; na Segunda Guerra Mundial, a União, os nacionais e estrangeiros, as entidades sobre o súdito japonês.

Concordo com Pardo (2011) que o conhecimento não é nem política nem ideologicamente neutro por ter a característica de se encontrar inserido em redes de relações de saber e de poder, mediante as quais se promovem modelos de homem e de sociedade. Portanto, os estudos do discurso consolidam-se na problematização da ação discursiva na sua prática criadora e transformadora da realidade, pois permitem identificar e desentranhar os elementos caracterizadores de uma cultura e de uma sociedade, como os modelos mentais, os modelos culturais, as representações sociais e as ideologias. Trago as palavras de van Dijk sobre o campo de estudos críticos de discurso: “movimento intelectual (...) interessado na elaboração da teoria e análise crítica da reprodução discursiva do abuso do poder e da desigualdade social” (VAN DIJK, 2009, p. 19)

Busco Pêcheux (2000), neste momento, para caracterizar a ideologia levantada como estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada. Verifica-se que não há a oposição de duas forças que se exercem uma contra a outra em um mesmo espaço, com assimetria, no sentido em que cada uma delas poderia realizar, em proveito próprio, a mesma coisa que a outra, e, sim, há uma relação de desigualdade-subordinação. Nesse jogo, há marcações linguísticas que mostraram a ideologia de evidências que levaram “todo mundo” a saber o que é um imigrante japonês nos dois períodos estudados (o lavrador, o que deve, o que tem obrigações; o súdito japonês, o que deve, o que tem obrigações) segundo o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. Como se vê, as ideologias estruturam-se pelas representações sociais.

2.3.4 Ideologia pelas identidades

Como as ideologias estruturam-se pelas identidades, trago a contribuição de De Fina, Schiffrin e Bamberg (2006) sobre o assunto. Para esses autores, uma das maneiras de se estudar o impacto das ideologias sociais na formação das categorias de identificação é pelo olhar nas representações sociais comuns, pois, conforme De Fina (2006), histórias incorporam esquemas básicos pelas quais as pessoas representam dimensões sociais e relações sociais, centrais para a construção de identidades. Assim, permite-se que os membros de um grupo apresentem-se como pertencentes a uma categoria cujos membros possuem características típicas e definem modos de agir, possibilitando observar os processos coletivos da formação de identidades. Essa autora complementa que análises do uso desse tipo de constructos sociais em histórias desvelam que narradores dão significados situados para categorias para descrever raça, etnicidade e gênero, os quais estão frequentemente interconectados de modos intrincados no discurso dos narradores, sendo que estes últimos negociam pelas histórias o senso de pertencimento ou oposição a grupos representados por aquelas categorias. Portanto, segundo o conceito construcionista social de identidade, em que identidade é vista como situacionalmente motivada e executada, pessoas não possuem uma identidade relacionadas a categorias sociais a que pertencem, mas, sim, eles apresentam-se e re-apresentam-se, ou são apresentados, escolhendo-se dentro de inventário de identidades mais ou menos compatíveis que cruzam e/ou contrastam com o outro de diferentes modos e de acordo com as trocas de circunstâncias sociais e de interlocutores. Tal processo fundamenta-se em diferentes tipos de práticas sociais e de atividades, com diferentes tipos de narrativas emergendo em diferentes tipos de contextos interacionais em específicos lugares para a construção de inventários particulares de identidades. Portanto, situadas manifestações de identidade relacionam-se de diferentes modos à identidade mais geral e são construídas pelos grupos sociais.

Quanto às instituições que detêm o poder, Castells (2002, p. 423) relata que elas alteraram-se: de instituições (o Estado), de organizações (empresas capitalistas) ou de mecanismos simbólicos de controle (mídia corporativa, igrejas), passaram para as redes globais de riqueza, de poder, de informações e de imagens, que circulam e passam por transmutações em um sistema de geometria variável e geografia desmaterializada”. Daí, temos uma nova forma de poder na Era da Informação: a dos códigos da informação e das imagens de representação, na mente das pessoas, ao mesmo tempo identificável e difuso, em constante mutação e detido por redes flexíveis e alternativas. Esse autor ressalta a importância das identidades nesse contexto,

pois elas “fixam as bases de seu poder em algumas áreas da estrutura social e, a partir daí, organizam sua resistência ou seus ataques na luta informacional pelos códigos culturais que constroem o comportamento e, conseqüentemente, novas instituições (CASTELLS, 2002, p. 424).

CAPITULO 3 - O DIÁLOGO TEÓRICO 2: IDENTIDADE – REPRESENTAÇÃO - RACISMO

Neste capítulo, sobre os temas identidade, representação, racismo, estão presentes vários autores como Coracini (2003, 2006, 2007), Candau (2011), De Fina (2006), Castells (2002), Cardoso (2002), Hall (2001, 2003, 2006), Pardo (2007a, 2009, 2011), Bauman (2005b), Martino (2010), Prior (1997), Meyer (2003); Van Dijk (2008, 2007, 2003).

3.1 IDENTIDADE

Concordo com Coracini (2003) que, por vivermos um momento privilegiado de questionamentos, de incertezas e de dúvidas quanto à(s) nossa(s) identidade (s) – individual, sexual, societal, étnica, nacional, cujos limites são fluidos e fugidios -, muito se discute a respeito do tema. Fala-se da perda ou da busca da identidade, seja de um povo ou de um grupo social, seja de um indivíduo; fala-se da crise da identidade provocada, em grande parte, pela ideologia da globalização, segundo a qual as diferenças só são respeitadas na medida em que elas garantem a manutenção ou a criação de um novo mercado de consumo.

Nesse contexto, Coracini apresenta-nos um novo termo: identificações, como “pontos no discurso que remetem a identificações inconscientes, introjetadas sempre a partir do outro, mas que, por estarem já lá, provocam reações, atitudes de recusa ou de aproximação; quando os autores falam de identidade, é preciso compreendê-las sempre em movimento, em constante mutação” (CORACINI, 2006, p. 15)

Pelo fato de a minha pesquisa fazer uma linha no tempo, busco às palavras de Candau:

Somos condenados ao tempo, condição a qual não escapa nenhuma existência. ...o tempo presente, agonizante por essência, prestes a desaparecer no passado no momento mesmo em que anuncia o futuro. O fluxo do tempo, por essa razão, ameaça os indivíduos e os grupos em suas existências. (CANDAU, 2011, p. 16).

E a fim de parar esse tempo devastador, recorro à memória para acessar o que não está definitivamente inacessível, revivendo o acontecimento graças à lembrança. Muito sábias as suas palavras: “Menemosyne, a ‘chave da consciência’, é, portanto, uma fonte primordial para o que chamamos de identidade” (CANDAU, 2011, p.17), em uma relação dialética que produz uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa, tanto no âmbito individual quanto no coletivo. Assim, as lembranças de cada época de nossa vida, por meio de escolhas no interior de um repertório flexível constituído de representações, mito-histórias, crenças, ritos, saberes,

heranças, reproduzem-se sem cessar e permitem que se perpetue o sentimento de nossa identidade, feito de esquecimentos e de lembranças.

Entendendo-se a memória como “geradora” de identidade, participe da sua construção, também ela “molda predisposições que vão levar os indivíduos a ‘incorporar’ certos aspectos particulares do passado, a fazer escolhas memoriais” (CANDAU, 2011, p. 19) E há também a memória forte como aquela memória organizadora e como dimensão importante da estruturação de um grupo: a representação que ele vai ter de sua própria identidade. Trata-se de uma memória massiva, coerente, compacta e profunda, que se impõe a uma grande maioria dos membros de um grupo. Quanto tal memória forte está enraizada em tradições culturais, temos a memorização coletiva.

Para Coracini (2007, p. 9), o interdiscurso, ou a memória discursiva, são

as inúmeras vozes, provenientes de textos, de experiências, enfim, do outro, que se entrelaçam numa rede que conforma e é conformada por valores, crenças, ideologias, culturas que permitem aos sujeitos ver o mundo de uma determinada maneira e não de outra, que lhes permitem ser, ao mesmo tempo, semelhantes e diferentes.

E a identidade passa a ser constituída de representações imaginárias impressas no e pelo espelho do olhar do outro em textos e em narrativa, pela memória que se faz discurso, a quem se busca agradar na ânsia de nos completarmos completando, de nos fazer reconhecer como sujeitos-objetos de seu amor. Portanto, a memória mantém a tradição, os aspectos culturais, os conhecimentos que herdamos, “saberes esses – muitas vezes anônimos – que, ao permanecerem, se transformam; ao serem lembrados, são esquecidos” (CORACINI, 2007, p. 16).

Trago esses conceitos pelo fato de o meu trabalho buscar acontecimentos relativos ao imigrante japonês nos períodos do início da imigração japonesa e da Segunda Guerra Mundial. Falar em ator social, fala-se em identidade. Passemos ao tema.

3.1.1 Conceituando identidade

Concordo com De Fina (2006) ser o construcionismo social a perspectiva mais geral para se pensar a identidade, pois sua hipótese é de não ser a identidade um doador ou um produto, mas, sim, um processo que

- 1 – tem lugar em ocasiões interacionais concretas e específicas;
- 2 – é campo de constelações de identidades em vez de constructos individuais, monolíticos;
- 3 – não pode simplesmente emanar do indivíduo, mas resulta de processos de negociação e entextualização (BAUMANN E BRIGGS, 1990) que são eminentemente social e
- 4 – implica “trabalho discursivo” (DE FINA, 2006, p. 2)

Trata-se de uma perspectiva que tem gerado uma grande parte de pesquisas em trabalho discursivo quanto ao uso de estratégias linguísticas para conduzir/transportar e construir identidades, levantando-se a existência do repertório de identidades e os efeitos de interlocutores, audiências e outros atores sociais no desvelamento de identidades em ocasiões concretas sociais. A análise direciona a nossa atenção para ações e práticas sociais (nas quais práticas discursivas têm um papel central) em vez de construtos psicológicos, em que a identidade é estabelecida e negociada.

De Fina (2006, p. 353) complementa que, dessa forma,

as pessoas não possuem uma identidade relacionadas a categorias sociais a que pertencem, mas, sim, que eles apresentam e re-apresentam-se, escolhendo dentro de inventário de mais ou menos compatíveis identidades que cruzam e ou constroem com o outro de diferentes modos e de acordo com trocas de circunstâncias sociais e interlocutores.

Essa autora complementa que a perspectiva construcionista social tem a visão de construção e de atribuição de identidade como um processo fundamentado em diferentes tipos de práticas sociais e atividades, com diferentes tipos de narrativas emergendo em diferentes tipos de contextos interacionais que providenciam específicos lugares para a construção de inventários particulares de identidades.

E com a Análise de Discurso Crítica, temos a análise de contextos ideológicos e políticos na formação de identidades. Segundo De Fina, Schiffrin, Bamberg (2006), as construções de identidades por meio de narrativas escorrem recorrentemente entre o presente e o passado, e as histórias representam a mais recente reflexão que traz uma diferente luz do que aconteceu. Passa-se da identidade em categorizações preestabelecidas para identidades “vistas não apenas representadas em discurso, mas, sim, como realizadas, promulgadas e consagradas por meio de uma variedade de significados linguísticos e não-linguísticos” (DE FINA, 2006, p. 3).

Quanto aos atores sociais, Castells define identidade como “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (CASTELLS, 2002, p. 22), com identidades múltiplas. Para ele, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída tendo como matéria prima dados fornecidos pela História, Geografia, Biologia, pelas instituições produtivas e reprodutivas, pelos aparatos de poder, pelas crenças religiosas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais e pelas revelações de cunho religioso. Esse material é processado pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função tanto de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura

social, bem como em sua visão de tempo/espaço (CASTELLS, 2002; CARDOSO, 2002).

Trago as três concepções de identidade de Hall (2006, p. 10-11):

- 1 - Sujeito do Iluminismo: pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo;
- 2 - Sujeito sociológico: refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava segundo a concepção interativa da identidade e do eu;
- 3 sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. E definida historicamente e não biologicamente.

Levo em conta tanto o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno de Hall (2006) na minha pesquisa, pois a identidade do imigrante japonês é formada por outras pessoas na concepção interativa da identidade e do eu, como uma identidade que se forma, que se define e se transforma ao longo da História.

Apresento alguns domínios que as discussões sobre identidade podem atravessar:

1. Identidade é relacional (performatividade alcançada na interação social do aqui e agora), mas também estendida materialmente por meio de escalas temporais não locais;
2. Identidade é linguístico/discursivo e multimodal ou semiótico: identidade são as coisas que nós falamos, fazemos, posturas, gestos, roupas; ...
3. Identidade é realizada como representação promulgada (significado), como experiência interpessoal (sentimento) e performance organizada (ação) e como distribuição controlada (quem tem acesso a tais promulgações? Quem são os produtores/consumidores/ , e assim por diante desses (decretos);
4. Identidade não é obrigado a uma dimensão particular de ser, mas corresponde a qualquer coisa que os atores (ou analistas) tratam como significante. (IEDEMA; CALDAS-COULTHARD, 2010, p. 6)

A contribuição de Schiffrin (2006, p. 110) sobre o que é identidade:

Identidade é a frágil construção das diferentes facetas do “self” e do “outro” dentro/acerca de unidades sociais tais como interações, encontros e situações durante as quais chamamos numerosos recursos materiais e simbólicos, incluindo, mas não limitando, a linguagem, para apoio substantivo e ritual contínuo. As formas e significados vencidos por meio dos processos e produtos das interações sociais normais, incluindo suas recorrentes confirmações da intersubjetividade e reciprocidade, trabalham em conjunto para construir o “self” e as várias identidades que modificam o self e mostram facetas disso para outros em variadas situações e através de complexos mundos textuais.

Com tal contribuição, vamos refletir sobre o Outro na formação do Nós.

3.1.2 Falando do Outro em Nós

No conceito de identidade de Martino (2010), há também a presença do Outro e da diferença, pois só se estabelecem relações de identidade a partir de um jogo formal e contínuo entre o igual e o diferente. Desse modo, os discursos de identidade, em geral, também são discursos de diferença.

Gilroy (2001) apresenta-nos um olhar interessante sobre como eus/selves – e suas identidades – se formam por meio de relacionamentos com os outros, de conflito e exclusão: as diferenças existem não somente dentro de identidades, bem como entre eles. Assim, o Outro também faz parte do self/eu, que deixa de ser uma entidade unitária e passa a ser um frágil momento no circuito dialógico que conecta “nós” com nossos “outros”.

Assim, o meu conceito de identidade, há a presença do Outro e de diferenças. Tais diferenças levam a conflitos e à exclusão. Apresento a reflexão sobre a identidade de um grupo étnico.

Para Coracini (2007, p. 49), a identidade consiste também no pertencimento imaginado (e inventado) a uma nação, a uma etnia, a um grupo que iguala ou que assemelha aqueles que são desiguais, inassimiláveis, em uma relação de poder, em que o outro pode falar pelo outro, dizer o outro, marcada pela e na historicidade, no tempo e no espaço. É o olhar do outro que se faz verdade, permitida ou coibida pelo outro.

Assim, as representações do estrangeiro e do brasileiro perpassam pelo sentimento da identidade subjetiva, social e nacional, cujas existências ocorrem pelo discurso sobre eles, pelo dizer alheio do que nos precede, dos nossos antepassados. E o reconhecimento pelo outro se faz pela sua narração ou pelo seu relato, cuja veracidade “depende da fé que ela suscita em mim e no outro, do respeito ou submissão às leis”. Esse processo envolve a memória, que é sempre transformação do passado que se faz presente e já é futuro (CORACINI, 2007, p. 51).

Segundo Woodward (2001), ao se pensar no conceito de identidade, deve-se olhar a identidade dentro do que ela chama de “circuito da cultura” e como a discussão da identidade e da diferença remete para a representação.

Trago, portanto, a identidade cultural.

3.1.3 A identidade cultural

O circuito da cultura apresenta-se quando se analisa como as identidades são produzidas

pelos sistemas representacionais, entendendo-se representação como “práticas de significação e sistemas simbólicos por meio dos quais significados são produzidos e posicionam-nos como sujeitos” (WOODWARD, 2001, p. 14), de quem somos e do que podemos ser, e estabelecem as identidades individual e coletiva. Não se pode, portanto, separar a produção de significado e as identidades posicionadas dentro e pelos sistemas representacionais no circuito cultural, o que demonstra o papel chave da cultura na produção do significado, em que estão envolvidos relações de poder

Segundo Hall (2001), a identidade é uma produção incompleta, sempre em processo e sempre constituída dentro, não fora, da representação. E o sujeito, quando fala ou escreve, ele o faz de um lugar particular e tempo, de uma história e uma cultura que são específicas, ou seja, está sempre “em contexto”, posicionado. Ele entende a cultura como conhecimento da tradição em mutação e como produtora de novos sujeitos por meio da cultura. Daí, temos as identidades culturais sempre em processo de formação cultural (HALL, 2003). Ele apresenta-nos dois conceitos de identidade cultural:

- uma cultura comum, uma espécie de “um verdadeiro eu” coletivo por trás de muitos outros com uma história e uma ancestralidade comuns;

- . uma história com pontos de similaridade e pontos críticos de profundos e significantes diferenças: é uma questão de “tornar-se”, bem como de “ser”.

Na minha pesquisa, assumo o segundo conceito de identidade cultural de Hall: ela pertence ao passado e ao futuro, vem de algum lugar, mas está em constante transformação, o presente, sujeitos a um “jogo” contínuo de história, cultura e poder: “identidades são os nomes que damos para diferentes caminhos pelos quais estamos posicionados e posicionam-nos no interior, como narrativas do passado” (HALL, 2001, p. 51).

Complemento com a contribuição de Pardo Abril (2009), segundo a qual a identidade cultural é o marcador cognitivo que proporciona o sentimento de pertencer a um lugar, a um período histórico e a uma coletividade. Apresenta também o domínio cultural que se exerce pela hierarquização de valorações em torno de uma identidade autêntica e sua relação com elementos das subculturas grupais, locais e geográficas e com o que se conceitualiza como não cultura do bom gosto e dos costumes corretos.

E como ocorre a construção da identidade?

Toda construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder. Castells (2002) distingue três formas de origens de construção de identidade:

- a. identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no

intuito de expandir e de racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais;

b. identidade de resistência: criada por atores sociais em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos;

c. identidade de projeto: é a construção de uma nova identidade redefinidora de posição na sociedade com o objetivo de buscar a transformação de toda a estrutura social, como o feminismo.

E não se trata de um processo tranquilo e calmo como veremos a seguir.

Como se vê, as identidades são um núcleo resistente à homogeneização e que podem ser semente de mudanças socioculturais (CARDOSO, 2002). Em sendo um elemento de resistência e de mudanças, temos as crises de identidade.

Segundo Bauman (2005b, p 83), no mundo líquido-moderno, a identidade é um conceito altamente contestado e está presente em algum tipo de batalha. Os questionamentos referem-se a qual identidade escolher e, após a escolha, por quanto tempo mantê-la.

Para Hall (2006, p. 7), a crise da identidade é parte de um processo mais amplo que “desloca as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abala os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”, em que as identidades modernas estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas, ocasionando o deslocamento ou a descentração do sujeito, tanto de seu lugar no mundo social e cultural, quanto de si mesmo. E nelas temos as identidades de etnia, de raça e de nacionalidade.

Daí, temos conflitos de identidade localizados dentro de mudanças sociais, políticas e econômicas para as quais contribuem, tanto global e localmente, como pessoal e politicamente. Isso é gerado pelos diferentes contextos e pelas diferentes relações sociais de que participamos e temos disponíveis na vida moderna e pela quebra dos processos históricos. Assim, há a identidade como algum núcleo essencial que marca algum grupo e como contingente, como o produto de uma interseção de diferentes componentes, dos discursos políticos e culturais e histórias particulares, em pontos particulares no tempo, que geram novas identidades.

Como analiso textos midiáticos, abordo a força dos meios de comunicação na construção identitária.

3.2 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO CONSTRUINDO/DESCONSTRUINDO IDENTIDADES

Para Martino (2010), é por meio das narrativas que comunicamos quem somos. Esses discursos de identidade dependem de vários fatores, a iniciar pela memória, sendo as narrativas do passado relacionadas às possibilidades de comunicação do presente para formar um discurso em uma escolha seletiva. Portanto, surge a identidade como um problema da área de comunicação pelo fato de a comunicação ser um dos meios pelos quais se expressam os sentidos de vínculo e de pertencimento em relação às várias coletividades. Olhar sobre uma imagem, uma pessoa ou um objeto está ligado à nossa cultura, ao conjunto de conhecimentos anteriores, logo, o conhecimento transformado em relações de comunicação parece ser o início e o fim do longo trabalho de construção de identidade. Para ele, a identidade de alguém é formada na intersecção de inúmeros fatores em processo contínuo, é questão de comunicação, como resultado da interação de mensagens entre pessoas e culturas; é algo que se produz, transformando-se em uma mensagem, reelaborada por outra pessoa, continuamente, com a identidade se definindo não pelo “você é”, mas com “você está sendo”, como um ponto fixo em um elemento líquido da transformação.

Quanto ao papel dos novos meios de comunicação na formação da opinião pública e da identidade coletiva, Bauman (2005b) sugere que a mídia fornece a matéria bruta que seus leitores/espectadores usam para enfrentar a ambivalência de sua posição social. Contudo, o autor alerta para o fato de que a sincronização dos focos de atenção e dos temas de conversa não equivale a uma identidade compartilhada, pois os focos e os temas mudam com tal rapidez que dificilmente há tempo para compreender essa verdade.

Woodward (2001) concorda quanto ao papel da mídia em providenciar informação que determina o posicionamento do sujeito. Segundo Pardo (2009), as tecnologias da comunicação mediatizam as práticas e as representações dos distintos campos culturais, dentre eles, os meios de comunicação, provocando uma modificação nas suas significações e na relação sujeito-conhecimento, tanto na sua produção, reprodução, compreensão, como em sua valoração. Temos aqui a mediação como influência na percepção espaço-temporal, na relevância do informativo e do atual e na constituição da identidade.

Entendo, assim, os meios de comunicação como um dispositivo que conecta os interlocutores, registra e transporta representações e também influi na elaboração e na gestão da

compreensão das ditas representações, sendo a pedra angular da formulação dos saberes pelo oferecimento de marcos de referência e da hierarquia de valores. Daí, o seu papel de agências de sentido e, como uma instituição comprometida com uma ordem social, relaciona-se com a união, o desenvolvimento de atividades, o sentido de pertencimento e a identidade de uma coletividade de três formas:

como continuadores da ordem social, determinam atividades e valores, ao tempo que estabelecem consensos e integram indivíduos à sociedade; como um recurso usado pelas elites para marginalizar e deslegitimar a oposição e impor sentidos; terceiro, como o insumo que permite às pessoas criarem sua própria ordem (PARDO ABRIL, 2009, p. 68).

É essa ordem social que reconhece os meios de comunicação terem dois marcos: o do domínio e o da solidariedade. O primeiro enfatiza as noções de ordem público, de construção e de preservação do consenso e do controle indireto por meio de sistemas simbólicos; o segundo, o da solidariedade, encontra as noções de identidade, de coesão grupal, de empatia e de ordem moral compartilhado. Nesse contexto, temos os meios como um ambiente simbólico como “centro de controle em virtude da busca de consenso por meio da reiteração de valores, em que o reconhecimento das diferenças alheias dos modelos hegemônicos passa, indiscutivelmente, pela justificativa de sua presença” (PARDO ABRIL, 2009, p. 68), o que pode ser feito por meio da estigmatização ou sinalização.

Ainda segundo Pardo Abril (2009, p. 68), os meios de comunicação têm três funções como portadores da cultura e encarnação da identidade coletiva:

- dar suporte às aspirações das identidades sociais por meio do controle e da coesão, com o desenvolvimento da identidade social, do sentido de pertencimento, do realce de alguns atributos compartilhados (lugar, língua e cultura), da formação de um sentido de exclusividade, da criação de símbolos no marco de seu lugar de representação;
- permitir aos meios servir de extensão simbólica da simpatia pelos indivíduos e grupos em relação a seus problemas, incluídos desastres e injustiças, de tal forma que acentuem a identidade comum. Assim, as experiências individuais e locais se conectam com as experiências grupais e globais;
- promover atitudes pró-sociais com o exemplo que reconheçam valores sociais positivos, ilustrem uma boa conduta, demonstrem preocupação pelos demais e comprometimento com a comunidade.

E é por meio da ordem social e do domínio cultural reproduzidos pelos meios de comunicação que se organizam as práticas sociais e os significados, socializando-se e reproduzindo-se culturalmente.

Por ser a narrativa o tipo textual presente nos textos estudados apesar dos diferentes gêneros, é importante refletir sobre o papel do narrador em uma construção identitária.

3.2.1 Narrando ou contando a identidade?

Como analiso reportagens de jornal, tipo textual narrativo, discorro a respeito do papel do narrador, que constrói histórias-mundo que caracterizam as identidades e as relacionam com específicas ações e reações. De Fina (2006) traz importantes contribuições sobre o papel da narrativa e do narrador na construção das identidades de grupo, nas descrições do self e do outro.

Narradores representam e avaliam mundos sociais, estabelecem a si próprios como membros de grupos particulares por meio de escolhas interacional, linguística, retórica e estilística e por meio do modo que eles usam recursos socialmente estabelecidos. Como profissionais dos meios de comunicação, os jornalistas dão significados situados para categorias que descrevem raça, etnicidade e gênero, categorias que estão frequentemente interconectados de modos intrincados no discurso dos narradores, e negociam por meio de suas histórias seu senso de pertencimento ou de oposição a grupos representados por aquelas categorias (DE FINA, 2006, p. 352).

Pensar sobre identidade, pensa-se sobre o tema representação. Então, vamos a ele.

3.3 REPRESENTAÇÕES DE ATORES SOCIAIS

Prior (1997) traz-nos os textos como “uma contribuição para o estudo das representações coletivas”, como os seres humanos pensam as coisas, com foco em aspectos de classificação, e em como conceitos de tempo e espaço refletem-se em e constituídos por meio de aspectos de organização social. Temos, assim, as representações não como “a verdadeira e acurada reflexão de alguns aspectos do mundo externo, mas como algo a ser explicado e contabilizado por meio dos papéis discursivos e temas que predominam em um particular contexto sócio-histórico” (PRIOR, 1997, p. 70). Deve, assim, o pesquisador desembaraçar os papéis de associação pelos significados em que a representação está estruturada, a genealogia dos vários e novos elementos contidos no texto e a imagem da “realidade” que o texto projeta.

Segundo Meyer (2003), no discurso, os atores sociais apoiam-se em marcos coletivos de percepção somados às suas experiências e estratégias individuais. Tais marcos coletivos de percepção são as representações sociais, socialmente compartilhadas. Vinculam o sistema social e o sistema cognitivo individual e, como tais, são entendidas como a massa de conceitos, de opiniões, de atitudes, de valores, de imagens e de explicações que é produto da vida cotidiana e

se encontra sustentada pela comunicação. Como núcleo da identidade social dos indivíduos, os membros de um determinado grupo social concreto compartilham-nas. Possuem como característica serem construtos dinâmicos e sujeitos a trocas permanentes. Já para Fairclough (2006a), apesar de os agentes sociais serem socialmente restritos, não têm suas ações totalmente determinadas socialmente, pois eles têm grande amplitude de liberdade na composição (textura, tessitura) dos textos.

Maria Lauda Pardo (PARDO ABRIL, 2007) ressalta a transformação discursiva como o fenômeno discursivo por meio do qual se coleta um conjunto de recursos linguísticos que permitem construir ou eliminar um ator social ou discursivo específico por meio de diferentes processos, como ativação, passivação, impersonalização, persuasão, justificação, negociação, entre outros.

Complementando a reflexão sobre o tema, Pardo Abril (2007a, p. 91) entende que, na textualidade discursiva, recupera-se o ator em todas suas dimensões e como

um agente-sujeito possuidor do conjunto de recursos materiais e culturais, capaz de ação individual ou coletiva, comprometido com os princípios de construção, preservação e troca social. ... É um ser histórico que se define em sua identidade, seu sentido de alteridade e a maneira como atua em concordância com suas condições (PARDO ABRIL, 2007a, p. 91-92)

Ele é determinado pelo conjunto de fatores que estruturalmente fixam a sociedade, sejam esses econômicos, políticos, sociais ou culturais. Reconhecem-se, conforme Pardo Abril (2007a), os atores sociais como públicos e redes ou organizações não densas, caracterizadas por formas de organização semiestruturadas e simples; atores com densidade organizacional parte de redes nacionais e transnacionais e com estrutura organizacional complexas; atores identitários, tipificados por suas formas de atribuição, e atores que atuam à margem do exercício democrático e, portanto, se percebem desarticulados do sistema político e social.

Temos, assim, conservando a estrutura representacional da imprensa, uma classificação dos atores sociais na nova concepção do ator social em concordância com a maneira como se articulam os distintos atores implicados, o que nos leva à categoria de ator discursivo, que se pode definir em razão de sua presença no discurso como o participante ativo da interação, que desempenha papéis discursivos e constrói como sujeito social uma imagem de si mesmo, do outro e da realidade (PARDO ABRIL, 2007a).

A voz discursiva da mídia integra o que é próprio do meio massivo de que dispõe e o conjunto de processos que seguem os atores ao produzirem e ao compreenderem a realidade que tematiza e organiza discursivamente, como parte da rede de significados, que se constituem, atualizam e formulam no ato de dizer ou de silenciar sua realidade social, a qual é, em essência,

intersubjetiva. Dessa forma, encontro a seguinte descrição de ator discursivo:

ator discursivo é partícipe de uma prática social ativa materializada no discurso, ..., um ser cognitivo e social, construtor e desconstrutor de realidade, promotor de formas de representação de seu ambiente e de si mesmo, de maneira que gera com os demais atores formas de compreensão da realidade, marcadas desde o discurso em suas dimensões históricas, social, política e cognitiva” (PARDO ABRIL, 2007a, p.93-94).

E o que vêm a ser representações sociais para Pardo Abril (2007a, p. 187-188)? Para essa autora, é a organização do conhecimento transportado nos modelos culturais em termos de saber altamente controverso e de saber indiscutível e de estruturas genéricas e estruturais derivadas, sendo a determinação da estrutura da representação social relativa ao grau de consenso que tem uma comunidade com respeito a um fenômeno social. Ao ressaltar a ideologia nas identidades, Pardo Abril (2007a) concorda com Van Dijk (1999, 2003) serem as ideologias sistemas de crenças ou representações gerais, abstratas ou compartilhadas por grupos amplos e heterogêneos. A relação das ideologias com as representações sociais pode ser entendida de diferentes formas:

- representações sociais conformam a ideologia como seu agrupamento e organização e podem originar sistemas de crenças capazes de orientar o comportamento dos membros de uma sociedade com base no estabelecimento de ideais;

- a ideologia gera representações em virtude de seus nexos com outras ideologias ou por efeito de suas características, ou seja, sua capacidade para regular e dar coerência a saberes coletivos e ser marco de referência para todas as formas de experiência;

- na constituição da ideologia se implicam e se integram como, no mínimo, duas formas de representação antagônicas, que garantem a distinção entre “nós” e “os outros”, ou entre poder e resistência. Temos, assim, as representações sociais como elementos que descrevem e explicam a realidade, dirigem formas de dizer e de fazer dos membros de um grupo, como elementos de coesão de um grupo, associadas mais às atitudes, às crenças e aos juízos de um grupo localizado historicamente;

- as ideologias dão sentido ao mundo e fundamentam a ação social, distribuindo-se de maneira mais heterogênea nos grupos e estabilizando-se em discursos institucionalizados, articulados a doutrinas e práticas arraigadas historicamente e consensuadas socialmente.

Para Pardo Abril (2007a, p. 194-195; PARDO ABRIL, VARGAS, 2011) e Durkheim (1961), pode-se identificar as ideologias presentes no discurso por meio do reconhecimento de atitudes, de opiniões, de crenças e, em geral, de sistemas de saberes que se deixam entrever nas distintas expressões sobre os fenômenos sociais que se manifestam; pela caracterização de si mesmo, do grupo que compartilha a ideologia (nós) e do grupo que se opõe a essa ideologia

(outros, eles). São produtos da vida cotidiana, organizadas e hierarquizadas, e se encontram sustentadas pelas diversas formas de interação comunicativa (no caso deste estudo, mediatizada). Como conhecimentos socialmente construídos e compartilhados, produtos de uma elaboração psicológica e social da realidade – com a existência de estereótipos, opiniões, crenças, valores e normas que orientam as ações de modo positivo ou negativo -, são fundamentais na conformação da identidade social dos individuais. Isso será levantado nas análises dos textos do *corpus* da pesquisa. Também são portadoras de ideologias, logo, as ideologias estruturam-se nas representações sociais e, para rastreá-las,

uma das estratégias é a identificação na linguagem do conjunto de expressões usadas por pessoas distintas, em localidades espácio-temporais variados, com múltiplas conexões com a realidade referenciada e com interpretações de diversas índoles, que percebem as maneiras como um ou vários grupos se comportam, sentem e pensam frente a um fenômeno ou situação sócia (PARDO ABRIL, 2007a, p. 194-195)

Levanta-se, portanto, a estabilidade das representações sociais no tempo, em uma cultura e em uma sociedade, com os seus modos de expressão adaptados a circunstâncias concretas em que são empregadas para a interação social e cognitiva.

Moscovici e Hewstone (1986) defendem que, como as representações sociais são relativamente impermeáveis às experiências pessoais, podem ser transmitidas de geração em geração sem grandes modificações e são fortemente influenciáveis pela linguagem.

Finalizo o tema Representação com a contribuição de De Fina (2006): um dos modos de se estudar o impacto das ideologias sociais na formação das categorias das identidades sociais na formação das categorias de identificação é olhar para as representações sociais comuns em histórias. Os esquemas básicos dessas histórias têm pessoas que representam dimensões sociais e relações sociais e são centrais para a construção de suas identidades, pois eles permitem que os membros de um grupo apresentem-se como pertencentes a uma categoria com características típicas e definem modos de agir.

Portanto, conforme os autores apresentados, as representações sociais caracterizam o “nós” e os “outros”; são marcos coletivos de percepções, coletivamente compartilhados; cujas ideologias demonstram opiniões, atitudes e valores. Tais representações são construtos dinâmicos e sofrem a transformação discursiva em virtude de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais, transmitidos de geração em geração e influenciados pela linguagem.

Tendo em vista um dos objetivos da minha tese verificar se os imigrantes japoneses foram retratados em discurso racista, abordo o tema racismo.

3.4 VENDENDO O RACISMO? VENDENDO A ETNIA?

Quanto aos conceitos de etnia e de raça, Hall (2006, p. 62-63) aborda que o termo “etnia” é utilizado para se referir às características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimento de “lugar” – partilhadas por um povo. Contudo, essa crença acaba no mundo moderno por ser um mito em virtude de as nações modernas serem, todas, híbridos culturais. Para o termo “raça”, esse autor ressalta que é difícil unificar a identidade nacional em torno desse termo, pois entende que, contrariamente à crença generalizada, a raça não é uma categoria biológica ou genética – o último refúgio das ideologias racistas - que tenha qualquer validade científica e pode ser usada para distinguir um povo do outro. Assim, considera

a raça uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas e corporais etc como marcas simbólicas a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro (HALL, 2006, p. 62-63).

No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (HOUAISS; VILLAR, 2001), para a palavra “racismo”, temos as seguintes entradas:

1. Conjunto de teorias e crenças que estabelecem uma hierarquia entre as raças, entre as etnias.
2. Doutrina ou sistema político fundado sobre o direito de uma raça (considerada pura e superior) de dominar outras
3. Preconceito extremado contra indivíduos pertencentes a uma raça ou etnia diferente, que é considerada inferior
4. Atitude de hostilidade em relação a determinada categoria de pessoas.

Considerando-se a conjuntura de facilidade de acesso digital e o fato de muitas vezes o leitor não acessar o dicionário impresso, apresento as entradas da mesma palavra do site *online Dicionário Online de Português*:

- s.m. 1. Reunião dos conceitos que determina a existência de uma hierarquia entre etnias e/ou raças. 2. Sistema doutrinário ou político que estabelece a exaltação de uma raça, em detrimento das demais; 3 .sistema que afirma a superioridade de um grupo racial relativamente aos outros, preconizando, em particular, o isolamento destes no interior de um país (segregação racial) ou até visando ao extermínio de uma minoria: racismo anti-semita dos nazistas. 4. Preconceito efetivado, através da discriminação, e direcionado aos indivíduos pertencentes a uma raça ou etnia diferente daquela de quem discrimina. 5. P.analogia. Comportamento hostil dirigido a pessoas ou grupos sociais.

Pode-se perceber pela parte final da reportagem *Os japonezes em São Paulo*, de 1907, uma possível menção a essa superioridade com o seguinte texto: “A raça é muito diferente, mas não é inferior. Não façamos, antes do tempo, juízos temerários a respeito da acção do japonês no trabalho nacional.”

Segundo Van Dijk (2007, 2008), o racismo europeu difundiu-se pelo mundo em virtude

de séculos de colonialismo europeu, fazendo com que os não-europeus (os Outros) fossem segregados e propiciando formas de exploração colonial e de opressão. Na primeira metade do século XX, formas de racismo na política, na economia, na literatura e nas ciências eram comuns, com numerosos estudos científicos exaltando a “superioridade branca”.

Quanto às relações raciais no Brasil, para Silva e Rosemberg (2008), o Estatuto-Setencia de Toledo, de 1449, que diferenciava os “limpos” dos “infectos de sangue”, foi a base do mito ibérico da pureza de sangue e da visão europeia imperante sobre a África, os africanos, o ideal de branquidade e a mestiçagem trazida pelos portugueses.

Na passagem do século XIX para o XX, com o objetivo de branquear a população brasileira conforme as políticas racistas eugenistas europeias do século XIX, o Brasil incentivou a imigração europeia branca, com a concessão de vantagens aos europeus para a fixação em território brasileiro, especialmente para as regiões Sul e Sudeste. Essa é a base do processo histórico do padrão de relações raciais no Brasil, atualizado pelo racismo estrutural e simbólico posterior, cujas características são:

- a) um sofisticado sistema de classificação racial baseado na aparência resultante da apreensão simultânea de traços físicos (cor da pele, traços da face, cabelos), condição socioeconômica e região de residência;
- b) um vocabulário racial comportando multiplicidade de termos;
- c) uma grande população preta e mestiça, ... o que faz com que o Brasil seja considerado o segundo país com a maior população negra do mundo (composta por pretos e pardos);
- d) a convivência de padrões de relações raciais simultaneamente verticais, produzindo intensa desigualdade de oportunidades e horizontais em que não se observam hostilidades abertas ou ódio racial, o que pode acarretar convivência amistosa em determinados espaços sociais sob determinadas circunstâncias (SILVA; ROSEMBERG, 2008, p. 77).

O Brasil foi considerado por muitos anos como o país da “democracia racial”, principalmente quando se comparava o nosso preconceito racial ao racismo explícito e legalizado dos Estados Unidos (VAN DIJK, 2007, 2008). Por diversos motivos, como a política ideológica e a ideologia acadêmica de “democracia racial”, o posicionamento benevolente dos grupos dominantes (origem da maioria dos pesquisadores acadêmicos) às formas diárias de racismo, a atribuição da desigualdade social à classe social e não à raça, gerou-se, por muito tempo, o contexto de toda pesquisa sobre o racismo receber um olhar preconceituoso muitas vezes até dentro do meio acadêmico, o que vem sendo modificado em virtude do crescimento do movimento antirracista (VAN DIJK, 2007, 2008).

Trago a contribuição de Silva e Rosemberg (2008) sobre “democracia racial brasileira”. Para eles, a convivência amistosa em determinados espaços sociais sob determinadas circunstâncias, sem hostilidades ou ódio racial, mais o processo de classificação racial baseado na aparência, leva à pressuposição de relações amistosas e cordiais e igualdade de oportunidades.

Quando se discute o conceito de raça, devemos buscar o conceito de etnia.

Castells (2002) ressalta a etnia como uma das fontes fundamentais de significado e de reconhecimento ao longo da história da humanidade e como uma das estruturas mais primárias de distinção, de reconhecimento social e de discriminação. Nos tempos da sociedade em rede, apesar de o enfoque nos efeitos remanescentes do racismo ser antiquado e desatualizado, a raça e a etnia ainda permanecem como um dos principais significantes no debate político e nas redes econômicas globais; contudo, suas formas de manifestação foram alteradas pelas atuais tendências societais.

Para Candau (2011), temos a memória das origens quando se pensa em etnicidade, referenciando-se a uma origem comum, com elementos comuns ao grupo e vivenciados por eles, como características distintivas percebidos pelos outros, como cozinha, indumentária, expressões, gestualidades, sendo uma forma de naturalização da comunidade. E nessa referência às origens, selecionam-se algumas circunstâncias ou acontecimentos que se relacionam com a origem do grupo, e que como tal, constituem os fundamentos históricos locais de sua identidade política atual, por meio de um eixo temporal, uma trajetória marcada por essas referências, que são os acontecimentos. No meu caso, é a imigração japonesa que se iniciou em 1908. E, a nosso favor, temos a escrita que permite a socialização da memória, a possibilidade da estocagem de informações da memória forte, que reforçam o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma cultura, e a sua metamemória.

E há as “comunidades étnicas” por natureza, que têm as características físicas como diferenças e se ligam por laços sociais, como costumes, línguas, possuem história, memórias coletivas, origens geográficas, visões de mundo e modos de organização social próprios, como as asiáticas (HALL, 2003). Ao longo do tempo, ocorreu nova configuração cultural em virtude de amplos processos de transculturação, com efeitos disruptivos. Um deles é o uso das palavras “raça” e “etnia”. No caso da palavra “racismo”, passou-se da base biológica para a base cultural; e a “eticidade” com a característica do pertencimento cultural. No caso da cultura, com o processo de globalização e com as sociedades modernas mais híbridas, temos o processo cultural que nunca se completa.

Como o meu trabalho faz a transdisciplinaridade com a Análise do Discurso Crítica, ressalto a sua visão quanto ao tema. Na abordagem do racismo na visão da Análise de Discurso Crítica, é importante trazer a contribuição de Van Dijk (2003), segundo o qual uma importante característica do racismo é a sua natureza intergrupala, em que determinadas propriedades negativas atribuídas ao grupo se aplicam aos seus membros ou uma determinada característica

atribuída ao indivíduo extrapola-se a todo o grupo. O termo “atribuído” é muito esclarecedor: o racismo origina-se não em virtude de traços individuais de personalidade, mas, sim, de normas, de valores ou de ideologias sociais e culturais dos grupos dominantes (VAN DIJK, 2003, p. 43), o que legitima a relação pelos poderes social, cultural, político ou econômico como forma de controle. Esse autor afirma que elementos geográficos, fisiológicos, culturais, sociais e cognitivos fazem parte do conceito de racismo e categorizam as pessoas como o “Outro” ou membros de “outros grupos”. É típico de a ideologia racista atribuir ao grupo excluído propriedades como caráter e inteligência inerentes à identidade racial ou étnica do grupo. Complementando, tal domínio de grupo étnico possui as dimensões complementares, a da ação social e a da cognição social. Exemplifico com o caso de “Nós” (o grupo de “dentro”, no caso, a elite brasileira) dominando o “Outro” (o grupo de “fora”, no caso, os imigrantes japoneses) mediante práticas sociais de opressão, supressão, exclusão ou marginalização. Van Dijk (2003, p. 48) ressalta que

estas práticas são especificamente racistas (ou perpetuam o sistema de poder racista) unicamente quando também contém uma carga cognitiva, como atitudes ou ideologias tendenciosas). Isso não significa que estas práticas sejam sempre intencionadas ou conscientemente racistas, mas que se sustentam em crenças que conduzem a ações com consequências negativas para os membros de grupos minoritários.

Van Dijk (2003, p. 50-51) considera conceito central o de Reprodução Social, como elemento que sugere mais de um sentido: a continuação ou duplicação de objetos, de organismos, de imagens ou de estruturas, de cultura, de classe ou de sistema social, de normas, de valores culturais. É o sistema de desigualdade étnica ou racial presente, o que provoca sua continuidade histórica; ele somente deixa de existir quando há um sistema de normas, de regras, de leis e de ideologias multiculturais.

Como estudo a reprodução discursiva do racismo quanto à imigração japonesa, as palavras de Van Dijk (2003) orientam-me a prestar especial atenção ao papel do texto: que eventos comunicativos, tipos de discurso, falantes, modos de comunicação e estruturas e estratégias discursivas compreendem? Para ele, responder esses questionamentos implica análise sistemática do discurso dos gêneros ou de eventos comunicativos que desempenham um papel na reprodução do racismo, por exemplo, conversas cotidianas, editoriais, livros, leis, debates.... ou qualquer outro discurso de gênero que pode referir-se a grupos étnicos e relações étnicas.

E como o tema racial se apresenta nos meios de comunicação?

3.4.1 Racismo nos meios de comunicação - proliferando

Concordo com Van Dijk ((2007, 2008) que, além das formas de desigualdade econômica, de exclusão ou de preconceitos étnico-raciais e de atitudes, há muitas formas de raízes do racismo e de processos de sua reprodução diária, sendo ele aprendido por diversos meios, como o aprendizado no ambiente familiar, nas notícias publicadas pelos meios de comunicação de massa, na observação e na imitação diárias. Há, portanto, as formas de texto e de fala em diferentes eventos comunicativos fomentando práticas raciais e formando opiniões e atitudes, apesar da relativa liberdade de cada um ignorar parcial ou totalmente as mensagens dominantes quanto à etnia do Outro. Para ele, na alta cúpula social, os interesses básicos são formulados e negociados, sendo seus líderes os determinadores da direção ideológica na política e em cujas relações de poder estão incluídos os editores de jornais. Contudo, para ele,

As atuais evoluções nas Humanidades e nas Ciências Sociais permitem uma análise muito sofisticada das estruturas e estratégias de texto e conversa racista dentro da disciplina correlata dos estudos discursivos... Sabemos agora mais sobre os modos como esses discursos afetam as mentes do público em geral, e, portanto, como texto e conversas racistas contribuem para a reprodução dos preconceitos étnico-raciais, ideologias racistas e discriminação dos Outros (VAN DIJK, (2007, 2008, p. 17-18).

Como discursos e ações sociais formam-se em modelos mentais com ideologias e atitudes socialmente compartilhadas, o discurso tem um papel essencial na reprodução de racismo. Ao se analisar a situação dos meios de comunicação de massa quanto às reportagens referentes às ideologia étnicas quanto á produção, há um complexo contexto de elaboração e de programação de notícias diárias que dependem das maiores instituições da sociedade: governos, tribunais, corporações (VAN DIJK, 2007, 2008)

Isso pode levar a crenças estereotipadas, negativas ou tendenciosas, base da interação cotidiana com e sobre os Outros. A depender do período histórico, o discurso racista e a opressão podem estar mais explícitos, gritantes ou legalizados em virtude de ideologias construídas e presentes. Verifica-se isso no período da Segunda Guerra Mundial, com o envolvimento de governos (estadual, municipal e federal), corporações policiais, tribunais.

Trago a contribuição de Pardo (2011) quanto aos estudos do discurso e do fenômeno do racismo. Segundo a autora, tais estudos, na tradição crítica, evidenciam as diversas formas de discriminação derivadas do posicionamento hierárquico de uma etnia sobre outras pela indagação dos mecanismos e das estratégias a partir e por meio dos quais os discursos políticos, religiosos, biológicos e econômicos agenciam representações e estereótipos que contribuem à reprodução do racismo. Ressaltam também os nexos entre imprensa e discriminação racial:

Nestes estudos se demonstra que a imprensa e a escola, cenários de reprodução de

discursos discriminatórios, posicionam saberes e consolidam traços culturais que contribuem para o ocultamento dos fatores que replicam as formas de racismo e discriminação racista. Abordam-se as maneiras em que estes discursos se constituem em um ponto de partida para a comparação das diferentes regiões do país para atribuição das características que se supõe têm retrasado o desenvolvimento em umas regiões e em outras se tem agenciado. ...Se aborda a forma em que se quedam representadas as diferenças étnicas nos discursos (PARDO, 2011, p. 37-38).

Os estudos de Pardo sobre a pobreza na Colômbia identificam o conjunto de saberes, de atitudes e de valorações em relação ao problema social analisado a fim de se determinar as formas preservativas das ordens sociais hegemônicas e as possibilidades de transformação de uma realidade social problemática. Portanto, “as representações sobre a realidade, assim como sobre os atores, suas ações e os cenários, orientam não só as cognições sociais, mas, sim, as formas de organização e de mobilização.” (PARDO, 2011, p. 39). Assim, os discursos permitem não só reconstruir a cultura de um país e suas dinâmicas sociais, como também possibilitam a identificação da multiplicidade de formas de poder materializadas e sintetizadas no discurso, como o controle, a naturalização e o ocultamento de fenômenos sociais, os mecanismos de marginalização e, em geral, a manutenção e a reprodução do abuso do poder (PARDO, 2007a), que podem ser desvelados pelos estudos críticos do discurso das relações históricas, políticas, socioeconômicas e culturais.

Após a apresentação dos conceitos de identidade, de representação e de racismo, passo à contribuição da História e à reflexão sobre o processo migratório e a imigração japonesa em dois momentos.

CAPITULO 4 - HISTÓRIA - IMIGRAÇÃO - IMIGRAÇÃO JAPONESA

No Capítulo 4, trago as contribuições dos seguintes autores quanto ao tema História: Bloch (2001), Le Goff (2001), Moreira (2009), Chilton e Wodak (2005), Meyer (2003), Jager (2003, Cardoso (1995) e outros autores. Quanto aos temas Imigração e Imigração Japonesa, os autores seguintes serão as minhas referências: Sakurai (2007, 1993); Yoshiaki (2009); Rezende (1991); Harada (2009b); Saito (1980); Nogueira (1973), Cardoso (1995); Handa (1987), Takeuchi (2002) e outros autores.

Pensar o racismo na história do Brasil em um trabalho interdisciplinar. Como a busca de história do meu tema, a imigração japonesa, leva ao passado, faço uma trajetória sobre a História e o discurso na História e sobre a imigração japonesa no Brasil.

Segundo Bauman (2005a), as histórias são holofotes e refletores que iluminam partes do palco e deixam o resto na escuridão a fim de se criar um quadro que se pode assimilar e fazer sentido, mas incluindo/excluindo e iluminando/lançando sombras.

Le Goff (2005) ressalta que, como ciência de vanguarda, a História Nova objetiva levar ao conhecimento público as mais modernas orientações da História, ou seja, a divulgação histórica da história do homem cotidiano, como verdadeiros acontecimentos que sobrevêm às mutações profundas da História. Daí, há a necessária reconsideração do acontecimento, metamorfoseado pelos modernos meios de comunicação.

Para tanto, a História Nova

firma a fecundidade das múltiplas contribuições, a pluralidade dos sistemas de explicação para além da unidade da problemática. Ela pretende ser uma história escrita por homens livres ou em busca de liberdade, a serviço dos homens em sociedade (LE GOFF, 2005, P. 26).

Passo às contribuições de Bloch sobre a História Nova.

4.1 HISTÓRIA NOVA OU NOVA HISTÓRIA?

Ler Bloch e não se sensibilizar com as suas histórias e as suas palavras é impossível. Ele ainda tinha mais a contribuir do que já o havia feito para as ciências caso não tivesse sido fuzilado pelos nazistas em 16 de junho de 1944, próximo a Lyon, na França, deixando inacabado o livro *Apologia da história ou o ofício do historiador*.

De uma história que se apoia em fatos, grandes nomes e heróis, com pautas e agendas

históricas naturalizadas, ele inaugurou a noção de “história como problema”, em que o fato histórico não é fato positivo e, sim, produto de construção ativa que transforma a fonte em documento (fato histórico), o qual, por sua vez, se torna problema (SCHWARCZ, 2001; LE GOFF, 2001). Para ele, a História talvez fosse a “ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo” e não mais a “ciência do passado”: vê o passado como uma estrutura em movimento conforme o lema dos Annales. “Novos problemas, novas abordagens, novos objetos”.

Segundo Bloch, mesmo o mais claro e complacente dos documentos não fala senão quando se sabe interrogá-lo. É a pergunta que fazemos que condiciona análise, e, no limite, eleva ou diminui a importância de um texto retirado de um momento afastado. Concordo com ele que novos tempos levam a novas historicidades; boas perguntas constituem campos inesperados. Nenhum objeto tem movimento na sociedade humana exceto pela significação que os homens lhe atribuem, e são as questões que condicionam os objetos e não o oposto (SCHWARCZ, 2001, p. 8).

4.1.1 1907-1908 x 1942-1943 – Tempos históricos

Definir um período. Fazer o recorte. São momentos de ansiedade durante a pesquisa. A quantidade e a riqueza de material fazem com que, muitas vezes, nos percamos no tempo, que corre e se torna impiedoso nos prazos a serem cumpridos.

Para reflexão, trago a contribuição de Bloch sobre o tema “tempo”, elemento do qual nenhuma ciência pode-se abstrair. No caso do historiador (e do analista do discurso), estudamos “os homens no tempo”. Segundo suas palavras, o tempo é um *continuum* e perpétua mudança, definição que nos traz os grandes problemas da pesquisa histórica, o de se considerar o conhecimento do mais antigo como necessário ou supérfluo para a compreensão do mais recente (BLOCH, 2001, p. 55).

Trazendo-nos um provérbio árabe, ele nos orienta: “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”, portanto, homens, em um mesmo ambiente social, em datas próximas, sofrem influências análogas, particularmente em seu período de formação, marcando-os como comunidades, como gerações. Daí, não temos uma sociedade una, mas composta de diferentes comunidades, diferentes ambientes. Segundo Bloch (2001), para se explicar um fenômeno histórico plenamente, deve se realizar o estudo no seu momento.

Ressalta que, por definição, nada mais modificará o passado como dado, mas o seu conhecimento é algo em progresso, em transformações e em aperfeiçoamentos incessantes. Não

podemos interromper o rio das eras, mas a minha análise necessita de recortes, que sempre são arbitrárias. Conforme orientação de Bloch (2001), elas devem coincidir com os principais pontos de inflexão da eterna mudança e se adequar, a cada vez, à natureza do fenômeno estudado, no meu caso, o imigrante japonês.

Com a segurança das palavras de Bloch, apesar do rico material, de diferentes períodos e de fatos, com dor no coração, decidida a cumprir prazos, selecionei o período do início da imigração japonesa e da Segunda Guerra Mundial. Mesmo assim, passo por momentos difíceis após a visita ao Museu Histórico da Imigração Japonesa no Bunkyo – Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social, em São Paulo, entidade que a grande maioria dos imigrantes japoneses, de seus descendentes e de pessoas que frequentam a comunidade nikkei já ouviu falar. Levantei uma série de documentos e copiei alguns autorizada pela Sra. Lídia Reiko Yamashita. Foram momentos de muita emoção por ler, sentir e ver documentos históricos, muitos deles cedidos pelos familiares e pelos próprios imigrantes japoneses. Com a perda dos documentos, tive que ir novamente ao Museu, mas como são muitas pastas, alguns dos documentos não foram resgatados. Contudo, li mais algumas reportagens e emocionei-me novamente. Compreendi alguns fatos que presenciei e vivenciei ao longo da minha curta história de vida como nissei e como brasileira.

Um dos momentos de emoção foi verificar, por meio de uma máquina lá disponibilizada, com a inserção dos nomes dos meus avôs paternos e de meu pai e o da minha avó materna, descobrir quando saíram do Japão, quando chegaram, para qual fazenda foram destinados. E minha surpresa: a presença de alguns nomes dos quais não havia ouvido falar muito: são os amigos que se juntaram para formar a “família”, cláusula dos contratos de imigração japonesa, como veremos no item 4.3.2 – Um retrato do processo da imigração japonesa.

Com as inúmeras leituras, alguns pontos foram se firmando. Um deles foi como fazer a interdisciplinaridade da Análise de Discurso Crítica com a História.

4.1.2 Imbrincando História e Análise do Discurso Crítica – ADC

Segundo Cameron (1992), conhecer a sua linguagem é conhecer-se a si mesmo e a sua história. Tais palavras já me deram mais segurança. Conforme Moreira (2009), a interdisciplinaridade da História com outras Ciências Sociais, como a Linguística e a Comunicação, propiciou a inserção de novos conceitos, métodos de análise e técnicas de

pesquisa. Isso propiciou à História ampliar o seu estudo, com a incorporação de novas temáticas, e novos problemas surgiram e tiveram de ser enfrentados. No nosso caso, a presença do racismo ao imigrante japonês.

Chilton e Wodak (2005) descrevem que, no discurso, a legitimação e a deslegitimação geralmente ocorrem por meio de expressões avaliativas positivas ou negativas, que descrevem as ações que requerem legitimação e os legitimam, sendo somente reconhecidas por nosso conhecimento de senso comum e cultural. Alertam para o fato de a análise discursiva linguística ir até esse nível, devendo a pesquisa discursiva histórica assumir para que o historiador social e cultural possa explicar o *status* moral dessas expressões.

Meyer (2003) complementa que uma das contribuições da Análise de Discurso Crítica – ADC é o olhar de que todos os discursos são históricos, assim, somente pode-se compreendê-los pela referência a seu contexto, com a inclusão de elementos sociopsicológicos, políticos e ideológicos. Para tanto, a ADC utiliza, como fatores extralinguísticos, os nomes de cultura, sociedade e ideologia.

E como podemos ver o “discurso” neste momento?

4.1.2.1 O discurso na História

Segundo Jäger (2003), o discurso opera como um “fluir de conhecimento” e cria as condições não só para a formação de sujeitos, como também para a estruturação e a configuração das sociedades. Temos aqui os discursos como ramos ou tranças que se emaranham entre si, gerando uma “massa de discursos enrolados” e resultando em um “exuberante e constante crescimento dos discursos”, que a Análise de Discurso Crítica se esforça em desvendar. Esses discursos ganham significado desde que os nossos antepassados ou vizinhos tenham dado-lhes importância. Portanto, concordando com esse autor, ao considerarmos a história e a sociedade como um texto inacabado, “se o discurso troca, o objeto não somente troca seu significado, sim, que se converte em um objeto diferente; perde sua identidade prévia” (JÄGER, 2003, p. 76). Segui esse olhar na busca do sentido original do significado (simbolismo coletivo) quanto ao imigrante japonês dentro de um emaranhado de significados criados ou que tenham existido ao longo dos 100 anos da imigração japonesa, sem esquecer que o sentido é mutável.

Quanto ao papel dos meios de comunicação, para Jäger (2003), todos os acontecimentos têm raízes discursivas, ou seja,

podem ser encontradas as pegadas de sua origem em constelações discursivas cujas materializações são os acontecimentos. Não obstante, unicamente podem considerar-se

acontecimentos discursivos aqueles acontecimentos em que se haja posto um especial ênfase político, é dizer, aqueles que, como regra geral, haja recebido dito trato nos meios de comunicação (JAGER, 2003, p. 80).

No meu caso, nas duas notícias analisadas, isso ocorre, pois há ênfase nos dois acontecimentos: a chegada dos imigrantes japoneses a São Paulo e a retirada dos imigrantes do litoral paulista.

Na escolha temporal das notícias e dos documentos dos dois períodos, ocorre uma lacuna de meses. Isso se justifica com as palavras de Jager (2003, p. 86):

Como o discurso tem uma história, um presente e um futuro... será necessário analisar marcos temporais mais amplos dos processos discursivos com o fim de revelar sua força, a densidade do emaranhamento dos respectivos fios discursivos com outros fios discursivos, junto com suas mudanças, fraturas, desaparecimentos e reaparições.

Portanto, há um caráter prognosticador, de cenário em contínua evolução, que recebeu uma ampla cobertura midiática. Assim, análises críticas de tais discursos possibilitam-nos, segundo esse autor, constituir o fundamento que permite trocar o nosso “saber” sobre os estrangeiros, como o imigrante japonês, e nossa atitude em relação a eles, mudando o nosso discurso sobre eles.

Ressalto que não assumi o tempo cronológico, pois, caso o fizesse, admitiria que o desenvolvimento da identidade por meio de narrativas dar-se-ia do seguinte modo: identidades anteriores fornecem o material básico para as identidades posteriores. Concordo com De Fina, Schiffrin e Bamberg (2006, p. 27) que as histórias são reflexões mais atuais que iluminam de uma forma diferente o que aconteceu e que “as construções das identidades através de narrativas escorrem recorrentemente entre o presente e o passado”.

Passo ao tema Imigração.

4.2 SAIR EM BUSCA DE...

Migrar sempre fez parte da história do homem, por diferentes e prementes motivos: em busca de comida, de abrigo, de inserção social. Milhares de pessoas deslocaram-se e deslocam-se pelo planeta, deixam os países onde nasceram, mas não lhe ofereciam condições de sobrevivência, em direção a terras estrangeiras que lhe prometem ou onde vislumbram melhor sorte. Assim, do papel de “população excedente” incapaz de conseguir ou manter emprego ou de herdar *status* social para o papel de emigrante/imigrante com um futuro promissor. Vê-se pela imagem de propaganda exibida no Japão o incentivo ao japonês a emigrar para o Brasil.

Figura 18 – Cartaz de arrecimentação – imigração japonesa - Japão



Fonte: http://www.imigracaojaponesa.com.br/?page_id=24

Segundo Harzig e Hoerder (2011), os imigrantes não esperavam “oportunidades ilimitadas” e sabiam que deveriam trabalhar duro para conseguir o “pão”. O que eles reclamavam era que “animais de tração em casa eram tratados melhor do que homens e mulheres trabalhando nas indústrias e campos” (HARZIG E HOERDER, 2011, p. 41). Para Woodward (2001), a migração gera impacto tanto nos países de origem, como no país de destinação, pois produz identidades plurais e contesta identidades, em um processo que é caracterizado por desigualdades.

Esses imigrantes de e em todos os segmentos do globo tanto construíram cidades urbanas e industrializaram o mundo na virada do século XX, bem como trabalharam em

cinturões de plantação alimentando migrantes e residentes na região do Atlântico Norte e em outras partes do mundo. E o Brasil é citado como um dos países que recebeu trabalhadores de origem asiática para plantações de café no Brasil.

Nessa época, o imigrante japonês era o “Outro” exótico, ainda desconhecido da população brasileira, vindo de uma parte muito distante (as primeiras viagens de navio duravam entre 60 e 90 dias) (FEATHERSTONE, 1997). Era o Outro incompreensível, novo, exótico, diferente, o usurpador. Veremos como isso se realiza nos textos analisados.

Ressalto o discurso do “medo do crime” presente em diversos momentos da imigração japonesa no Brasil. No início desse processo migratório, não era o que ocorria. Nos séculos XIX e XX, discursos e notícias contra a imigração de outros povos que não fossem a europeia eram abertamente divulgados e publicados. Ao lê-las, veio à minha mente: “Nossa! Tão atuais” na linguagem. À época, havia uma forte oposição contra a imigração japonesa.

Quanto à pesquisa da representação transcultural e multivocal, Christians (2010, p. 154) ressalta que “entre as entidades sociais e políticas, encontram-se múltiplos espaços que representam construções contínuas do cotidiano. O eu dialógico situa-se e articula-se dentro desses contextos decisivos do gênero, da raça, da classe e da religião”.

Portanto, como as narrativas de pesquisa refletem as múltiplas vozes de uma comunidade pelas quais ocorre o empenho da palavra, como reconhecer politicamente os grupos culturais explícitos? Ao não fazê-lo ou fazê-lo precariamente, pode-se infligir danos e aprisionar o indivíduo em um modo de ser falso e distorcido.

Segundo Cardoso (1995, p. 13), o número de imigrantes japoneses não é impressionante, pouco mais de 190.000; contudo, a sua concentração em um único Estado e as suas características raciais e culturais muito distintas marcaram a presença desse grupo étnico. Ressalta o seu caráter econômico, quer como mão de obra, quer como introdutor de técnicas novas. Para fins de comparação entre os Estados, trago dados de Cardoso levantados em 1958 (1995, p. 17):

Quadro nº 5 - Distribuição da população japonesa e seus descendentes por estados da Federação - 1958

Estados da Federação	Total	Imigrantes	Descendentes
Brasil	430.135	138.637	291.332
São Paulo	325.520	104.156	221.364
Paraná	78.097	23.421	54.676
Mato Grosso	8.886	2.730	6.156
Rio de Janeiro	4.717	1.687	3.030

Fonte: Cardoso, 1995

Verifica-se concentração de japoneses e descendentes no sul e sudeste do Brasil, em especial os Estados de São Paulo e Paraná. Aliás, essas regiões são as que mais receberam imigrantes de todas as nacionalidades para atender necessidades de mão de obra da lavoura de café em expansão (CARDOSO, 1995). As negociações para a vinda de japoneses deram-se por meio de firmas paulistas ou diretamente com o Governo do Estado de São Paulo. Em termos de números, há uma concentração no período de 1920 a 1939: cerca de 63% dos 190.063 imigrantes japoneses até 1952.

E vamos à imigração japonesa.

4.3 EM DIREÇÃO À IMIGRAÇÃO JAPONESA... RACISMO?

Durante as leituras nesses anos, surpreendeu-me o dado referente ao número de migrantes em geral no período contemporâneo entre o início do século XIX e a terceira década do século XX: na ordem de 75.000.000 milhões de pessoas (ANDO; WAKISAKA, 1971).

Passei pelo Japão nos finais do século XIX: trata-se de um período de mudanças, da abertura ao estrangeiro, de diversas mudanças sociais, políticas e culturais para a modernização do então Japão (SAKURAI, 2007; YOSHIKI, 2009; REZENDE, 1991). Como o nosso tema envolve a imigração japonesa, abordo a situação social no Japão nessa época, a Restauração Meiji: os camponeses passavam por situação de penúria e de revoltas em virtude da importação do arroz coreano e do taiwanês e das mudanças nas relações feudais de produção, o que os levou a engrossar inicialmente o contingente de emigrantes internos e depois externos; antigos senhores feudais vendendo suas terras para prósperos fazendeiros ou comerciantes; o quadro de progeneração (os bens da família eram destinados ao filho mais velho). Há também a questão

social envolvendo o processo de produção. Portanto a economia japonesa passou do quadro de dependência quase que exclusiva da agricultura para o de manufatureira e industrial, que não absorvia a mão de obra advinda do campo. Foi uma época de incremento demográfico japonês considerável (NOGUEIRA, 1973)

O País, antes de 1893, tinha uma posição de desigualdade perante os outros países, contudo, após o período das guerras contra a Rússia, a Coreia e a China, em que mostrou o seu poderio militar, assinou tratados com a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a França e o Brasil. Contudo, inúmeras mudanças foram implementadas, causando prejuízos a determinadas classes, como a dos camponeses e a dos samurais, o que provocou uma densidade urbana muito grande, pois a Revolução Industrial não alcançava principalmente os camponeses (OHNO, sem data). Temos a emigração japonesa como movimento inicialmente para o Havá e a América do Norte. Nos Estados Unidos, o emigrante japonês sofreu racismo como os chineses e os negros, consideradas as “raças inferiores”. Em 1907, é assinado o Gendarmen’s Agreement, que proíbe a entrada de japoneses naquele país, com exceção das noivas acertadas, e acentuam-se as perseguições racistas contra o “perigo amarelo”.

Diversos autores, como Sakurai (2007), Yoshiaki (2009), Harada (2009b), registram a forte oposição nos anos anteriores à imigração japonesa em contraposição a um reduzido número de simpatizantes. Dessa época, ressalto o Decreto-Lei nº 528, de 28 de junho de 1890, que *Regularisa o serviço da introdução e localização de immigrants na Republica dos Estados Unidos do Brazil:*

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação:

Considerando a conveniencia de regularisar o serviço da immigração na Republica, de modo que os immigrants tenham segura garantia da effectividade dos auxilios que lhes forem promettidos para o seu estabelecimento;

Considerando que da adopção de medidas adequadas e tendentes a demonstrar o empenho e as intenções do Governo, relativamente á immigração, depende o desenvolvimento da corrente immigratoria e a segura applicação dos subsidios destinados áquelle serviço, ao qual se acha intimamente ligado o progresso da Nação;

Considerando que a protecção dada aos immigrants e as medidas que assegurarem a sua prompta e conveniente collocação concorrem efficaçmente para interessal-os na prosperidade dos estabelecimentos em que forem localisados;

Considerando que faz-se conveniente a concessão de favores que animem a iniciativa particular e auxiliem o desenvolvimento das propriedades agricolas, facilitando-lhes a aquisição de braços, de modo, porém, que seja attendida a conveniente collocação dos immigrants;

decreta:

PARTE PRIMEIRA

CAPITULO I

DA INTRODUÇÃO DE IMMIGRANTES

Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas.

Art. 2º Os agentes diplomaticos e consulares dos Estados Unidos do Brazil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos immigrants daquelles continentes, communicando immediatamente ao Governo Federal pelo telegrapho quando não o puderem evitar.

Art. 3º A policia dos portos da Republica impedirá o desembarque de taes individuos, bem como dos mendigos e indigentes.

Art. 4º Os commandantes dos paquetes que trouxerem os individuos a que se referem os artigos precedentes ficam sujeitos a uma multa de 2:000\$ a 5:000\$, perdendo os privilegios de que gozarem, nos casos de reincidencia.

O jornal *Correio Paulistano*, em 1892, publicou diversos artigos do espanhol Francisco Cepeda contra a introdução de asiáticos (YOSHIKI, 2009). Foram diversos os termos utilizados para a formação de um estereótipo do oriental:

“se a escória da Europa não nos convém, menos nos convirá a da China e do Japão”; a introdução de “elemento étnico infeior” é sempre um perigo; “não há dúvida que eu preferiria o europeu, porque teríamos (...) os dois elementos: o colonizador, e portanto o povoador do solo, e o trabalhador”; o “chin é bom, obediente, ganha muito pouco, trabalha muito, apanha quando é necessário, e quando tem saudades da pátria enforca-se ou vai embora” (NOGUEIRA, 1979, p. 8-9).

Confirma-se a presença da postura eugenista europeia dentro da elite brasileira, passando as formas simbólicas de “perigo eugênico”, “perigo militar” e de “perigo amarelo”, “raça inassimilável”, com a preocupação de se manter a brasilidade e o “branqueamento” do povo brasileiro (HARADA, 2009b). As palavras do eugenista Luiz Guimarães, em 1907, confirmam a enorme resistência: “Injetar sangue asiático em um organismo ainda etnicamente balbuciente entrar-lhe-á a marcha para a homogeneidade de um tipo nacional (...), perderá a coesão que necessita para ser um grande país, uma nação de brasileiros” (HARADA, 2009b, p. 36).

Busco, ainda, as palavras de Oliveira Martins de 1880, escritor e político português: “Naturalmente estéril a fonte de trabalho indígena, secada pela lei a fonte de trabalho escravo negro, a perigosa tentação de ir buscar braços a outros viveiros de raças inferiores prolíficas embriagam muitos espíritos” (Uma epopeia moderna, s/data, p. 38).

Contudo, apesar de alguns poucos simpatizantes, a falta de mão de obra nas lavouras impõe a necessidade de abertura à imigração japonesa, seja de onde vier, cuja autorização se dá com o Decreto-Lei nº 97, de 5 de outubro de 1892, reafirmada com a assinatura do Tratado de

Amizade, Comércio e Navegação entre o Japão e o Brasil, em 1895. Havia um cenário interessante: enquanto, no Japão, faltavam terras para plantar, dados do recenseamento de 1940 (mesmo em 1940!) mostram que mais da metade do Brasil encontravam-se despovoado e com áreas para povoar, explorar e plantar (NOGUEIRA, 1973).

Surpreendeu-me, durante as leituras, que havia um racismo em relação ao japonês quando comparado ao chinês nesse período, pois, durante as discussões no Senado nesse período, dizia-se que os chineses eram “superiores” aos japoneses, quadro que se modificou com a vitória japonesa nas guerras sino-japonesa de 1894-1895 e russo-japonesa do início do século XX (Uma epopeia moderna, s/data, p. 38).

Trago as palavras de Salvador Mendonça ditas nos anos de 1879 enviado aos Estados Unidos para fazer o levantamento da imigração chinesa, mostrando-se, com certas restrições, a favor do chinês:

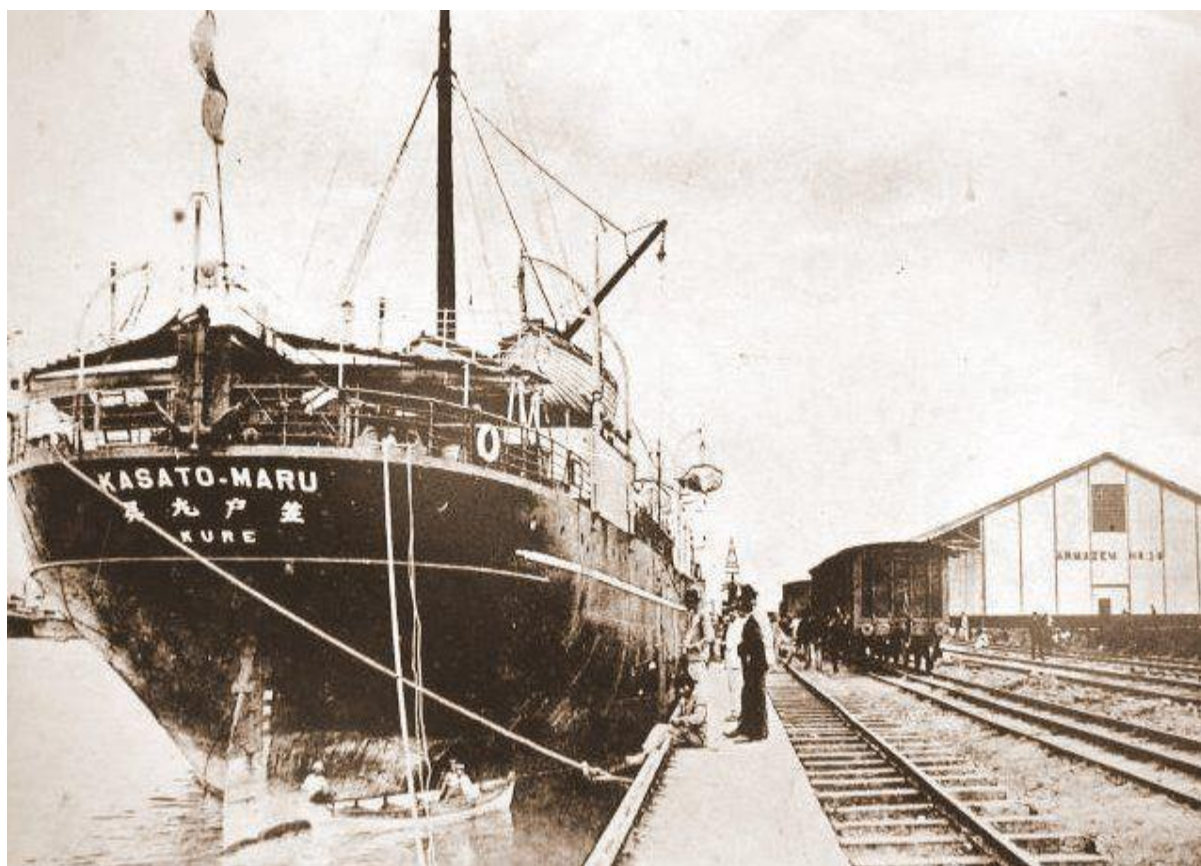
Hoje vem a raça asiática e onde tem entrado tem espalhado com profusão as bênçãos do trabalho: já salvou a Guiana Inglesa, já enriqueceu a Califórnia, está em via de salvar Cuba, ameaçada de morte, como a Guiana Inglesa em 1838, em sua cultura de cana-de-açúcar pelo desaparecimento do trabalho servil (...) Os norte-americanos propuseram fechar-lhes agora as portas e no Brasil muitos repelem antes de a conhecer(...) Mas nem os norte-americanos têm razão, nem entre nós a têm os que se opõem à introdução do braço asiático, excelente instrumento de trabalho. Garantida aqui e lá a raça humana (...) tomadas as providências como aqui se tomaram, contra a permanência dessa raça em nosso solo, ela é não só inofensiva como muito profícua(...) Nós que não podemos progredir sem imigração; que a não temos espontânea senão a portuguesa, infelizmente diminuta para nos trazer o remédio de que carecemos; que não somos ricos e que estamos ameaçados de nos africanizarmos; que nós em tais condições repilamos a raça que deve preparar a vinda do europeu no futuro, não só não é razoável, como é pior – é absurdo (NEIVA, 1944 apud NOGUEIRA, 1973, p. 52).

4.3.1 E chegamos ao Brasil!!!

“Ao raiar o dia, os senhores avistarão as montanhas do continente sul-americano”. Foram essas as palavras de um tripulante aos imigrantes japoneses do navio Kasato-Maru em sua primeira viagem para trazê-los e, assim, a imigração japonesa no Brasil. Anotações do Diário de Navegação do Kasato-Maru no dia 18 de junho de 1908 por Ryo Mizuno: “Tempo bom. Quinta-feira. Aportamento nesta manhã em Santos. Chegada às docas às 17 horas. Velocidade: 22 milhas. Total: 12.000 milhas!” Coincidentemente, eram vésperas de São João e os rojões subiam e explodiam, com balões nos céus. Comovidos, os imigrantes tiveram a ilusão de que o povo brasileiro estava comemorando sua chegada (NOGUEIRA, 1973).

Trago imagem do primeiro navio que trouxe os primeiros imigrantes japoneses nessa viagem.

Figura 19 – Navio Kasato Maru no porto de Santos



Fonte: <http://oseculoxx.blogspot.com.br/2010/04/imigracao-japonesa.html>

A imagem seguinte é a dos imigrantes japoneses no navio. Como se vê, como uma das cláusulas contratuais da imigração era a vinda de famílias, temos a imagem de crianças com seus pais. Durante a viagem, várias atividades eram desenvolvidas: aulas de português a fim de preparar os imigrantes para se comunicarem, brincadeiras com as crianças, como a de corridas.

Figura 20 – Imigrantes japoneses durante a viagem ao Brasil



Fonte: <http://www.historiabrasileira.com/files/2010/05/desembarque-japoneses.jpg>

Apresento, ainda, a contribuição de Sakurai (2007) sobre o processo imigratório japonês para o Brasil.

A imigração japonesa trouxe ao final 250 mil japoneses. Ela atendia aos interesses brasileiros e japoneses: um queria aliviar sua carga demográfica e diminuir os levantes populares por melhores condições de vida e de trabalho; o outro queria aumentar a exportação de café para o Japão e receber mão de obra para a lavoura cafeeira (SAKURAI, 2007; YOSHIOKA, 2009). Após o início do processo, ocorreu o período em que ficou suspensa, entre os anos de 1942 e 1945. O processo migratório japonês para o Brasil apresentou uma característica diferenciada: a presença obrigatória de famílias conforme o *Contracto que assigna a Companhia Imperial de Integração de Tokio, Japão, com o Governo do Estado, para introducção em São Paulo de 3.000 immigrants japoneses*, assinado em dezembro de 1907. Outra característica: a obrigatoriedade de trabalho agrícola, conforme o art. 1º do mesmo Contrato.

Figura 21 – Imigrantes japoneses no Brasil



Fonte: <http://www.nipocultura.com.br/?p=330>

Iniciou-se o processo de arregimentação dos emigrantes no Japão. Após uma viagem que durava de 60 a 90 dias via África, o cenário encontrado por esses imigrantes não condizia com a propaganda divulgada no Japão e com as palavras do Governo japonês. Nas palavras de Harada (2009b, p. 36), “Deixando de lado o eufemismo, usando de uma linguagem rude e realista, os japoneses vieram ao Brasil como mão de obra substitutiva da dos escravos, guardadas as devidas proporções”.

Figura 22 – Japoneses nos cafezais

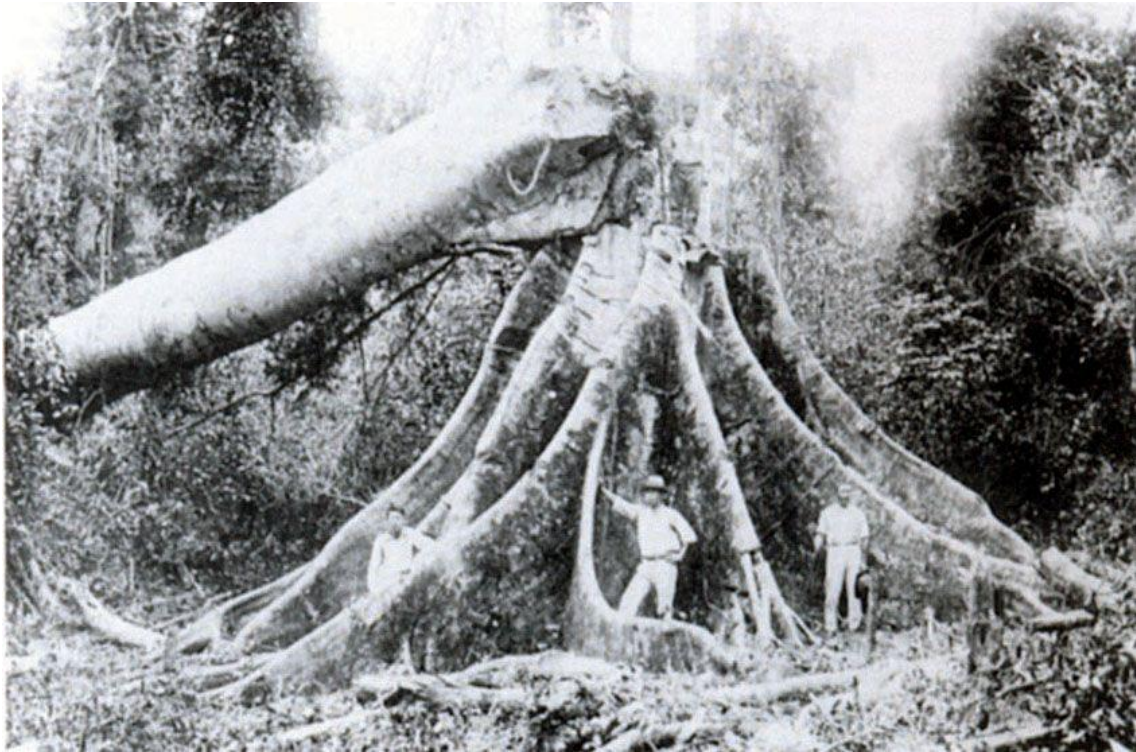


Fonte: <http://www.usinadesolucoes.com.br/anzai.html>

Encontram péssimas condições de habitação e de alimentação, dificuldade de comunicação entre os imigrantes e a administração da fazenda em virtude da barreira da língua e de diferenças culturais; cafeeiros velhos e de reduzida produtividade com colheita escassa e baixíssimos rendimentos, o que ocasionou um crescente endividamento dos colonos. Não se pode esquecer a falsa propaganda sobre a facilidade de se ganhar dinheiro no Brasil. No caso da segunda leva de imigrantes em 1910, ocorreram atritos em virtude da insolência do fazendeiro e da exploração dos colonos pelo armazém.

A seguir, mais imagens que nos mostram o cenário encontrado pelos imigrantes japoneses. Para abrir colônias agrícolas, eles tiveram que derrubar árvores de tamanho descomunal, como se vê na Figura 23 – Japoneses na mata.

Figura 23 – Japoneses na mata



Fonte: http://www.imigracaojaponesa.com.br/?page_id=68

Figura 24 – Labuta do japonês

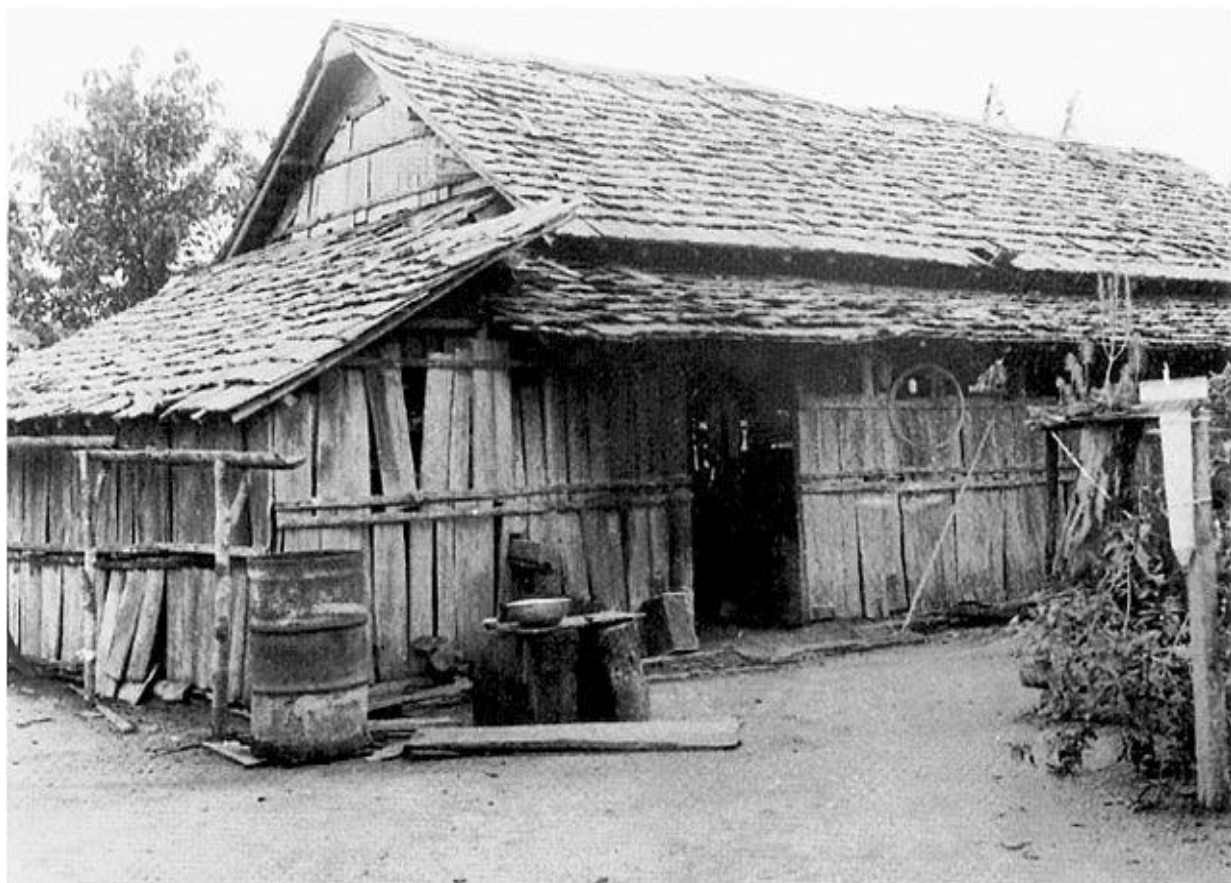


Fonte: <http://www.cccj.com.br/revista/826/13.html>

Na Figura 24 – Labuta do japonês, confirma-se o cumprimento da outra cláusula contratual: a do número de “enxadas” para o trabalho na lavoura, o que significava que todos, homens, mulheres e crianças, deveriam trabalhar para pagar a dívida contraída.

A Figura 25 mostra a imagem de uma das residências construídas pelos imigrantes. Enfatizo que outra cláusula do Contracto, assinado em 1907, assegurava aos que ficassem nas lavouras cafeeiras ou nos núcleos agrícolas “residências iguais aos dos imigrantes europeus”.

Figura 25 – Residência do imigrante japonês



Fonte: <http://www.japao100.com.br/arquivo/nipo-brasileiros-estao-mais-presentes/>

Figura 26 – Adaptação do imigrante japonês



Fonte: <http://madeinjapan.uol.com.br/2007/07/10/imigrantes-adaptaram-pratos-na-chegada-ao-brasil>

Da esperança de viver em um país abundante, de enriquecer em curto período de tempo e de retornar para o seu país natal a fim de reconstruir sua vida lá, foram esperanças destruídas com a realidade vivida: o desmoronar de um sonho, a impossibilidade de retomar laços familiares. Seu destino: a vinda e a fixação no Brasil. Essa é a realidade levantada por Sakurai (1993) nos romances escritos a partir da metade da década de 1980 em comemoração dos 80 anos da imigração japonesa no Brasil, em 1988, que retratam o olhar das mulheres da comunidade nipo-brasileira.

Ao longo do tempo, esses problemas diminuíram e propulsou a imigração japonesa ao Brasil, conforme dados abaixo:

Quadro nº 6 – Número de imigrantes e número de anos

Período	Número de anos	Número de imigrantes
1908-1925	18	41.269
1926-1940	14	132.729

Autoria: De autoria da autora (2012)

Apesar de tentada a trazer a história detalhada dos imigrantes japoneses e de suas famílias no período 1907 a 1945, farei um breve resumo. Foram tempos extremamente difíceis para eles.

4.3.2 Um retrato do processo da imigração japonesa

Saito (1980) fornece-nos dados sobre a imigração japonesa que possibilitam visualizar como se deu esse processo. Os primeiros dados que trago comparam as imigrações japonesas nos Estados Unidos, Peru e Brasil.

Quadro nº 7 – Características das imigrações japonesas nos Estados Unidos, Peru e Brasil

	Brasil	Estados Unidos	Peru
Duração	1908 a 1941	De 1869 (Havaí) a 1924	De 1899 a 1921 Após essa data: entrada apenas por cartas de chamada
Número aproximado de imigrantes	Aproximadamente 190.000 - 1926 a 1935 – maior concentração: 133 mil	1920: aproximadamente 220.000 109.000 no Havaí 110.000 nos EUA continental	15.000 88% do sexo masculino
Aspecto qualitativo dos imigrantes	Trabalhadores contratados (colonos) para as fazendas de café em São Paulo. Pequena parcela encaminhada para os núcleos de colonização agrícola	Trabalhadores na agricultura e outros serviços (construção de ferrovias, mineração)	Trabalhadores contratados para as plantações de cana-de-acúcar e algodão.
Característica	Migração temporária com plano de retorno	Migração temporária com plano de retorno	Migração temporária com plano de retorno
Outros grupos que antecederam os japoneses	Italianos, espanhóis e outros europeus introduzidos como braço substituto do escravo	Chineses (entrada proibida em 1882)	Chineses introduzidos em substituição ao braço escravo

<p>Composição demográfica</p>	<p>Imigrantes em família para atender à exigência de “três enxadas” Predominância de procedência rural (pequeno proprietário – <i>jisaku</i> – e /ou proprietário-arrendatário - <i>ji-kosaku</i></p>	<p>Solteiros e/ou avulsos (separados da família) em grande maioria</p>	<p>Solteiros e/ou avulsos, em absoluta maioria</p>
<p>Principais eventos que afetaram os japoneses</p>	<p>1 – Restrição á entrada (Lei dos 2% em 1934) 2 – Acontecimentos em 1938 e 1948 (restrição ao ensino do japonês e aos jornais em língua japonesa a partir de 1938; medidas restritivas durante os anos de guerra, de 1942 a 1945, dissensão interna do grupo em <i>kachigumi</i> e <i>makegumi</i>, de 1946 a 1948)</p>	<p>1 – Movimento antijaponês: 1907 a 1919 – “<i>Gentlemen’s Agreement</i> e outros” - 1924 – proibição de entrada 2 – 1942-1945 - <i>Wartime evacuation</i></p>	<p>1 - 1940 a 1945: conflitos com a população local que culminam em 1940 com saques e “quebra-quebra” 2 – durante a guerra – remoção de centenas de líderes para os EUA</p>

Autor: De autoria da própria autora (2012)

Levantam-se algumas diferenças e semelhanças nos três processos emigratórios. Quanto à quantidade de imigrantes, os números dos Estados Unidos e do Brasil se equiparam, sendo o período brasileiro mais estendido do que os dos outros dois Países. Pode-se dizer que, quando praticamente os movimentos migratórios japoneses se encerraram nos EUA e no Peru, no Brasil ele se ampliou.

A finalidade dos processos migratórios foi a de enviar trabalhadores essencialmente para a agricultura, sendo a imigração japonesa e os processos migratórios anteriores utilizados como substitutos dos escravos. Isso já nos dá uma visão do cenário encontrado por esses imigrantes quando das suas chegadas aos países. Outra característica interessante é o de serem

predominantemente originários de áreas rurais, pequenos proprietários (*jisaku*) e/ou proprietários-arrendatários (*ji-kosaku*).

Um ponto comum a ressaltar é a intenção de retorno ao seu País de origem, “com o caráter de imigração temporária, com sonho de sucesso fácil e de retorno ao Japão” (SAITO, 1980, p. 83).

Quanto à composição dos imigrantes, nos EUA e no Peru, a grande maioria dos imigrantes é do sexo masculino. Para evitar a evasão, o Governo brasileiro adotou outra medida: a exigência de composição familiar, com o mínimo de “três enxadas”, como determinado pelo Contrato entre o Governo de São Paulo e a Companhia Imperial de Integração de Tokio, Japão, de dezembro de 1907. Isso é ratificado por diversos termos presentes no *Contracto que assigna a Companhia Imperial de Integração de Tokio, Japão, com o Governo do Estado, para introdução em São Paulo de 3.000 immigrants japoneses*: “em famílias compostas de 3 a 10 pessoas”.

Portanto, existe a preocupação de se garantir o seu “investimento” por meio do compromisso que envolve várias pessoas (como em “A responsabilidade pelo pagamento dessas importâncias, pertencerá a todos os membros de cada família, as quaes serão collectivamente responsáveis pelo debito dos respectivos chefes.”, o art. 7º do referido Contrato), com proporção equilibrada de homens e mulheres e de várias gerações simultaneamente. Esse processo migratório não se enquadra no modelo “colonial”, em que há predomínio de adultos e do sexo masculino (CARDOSO, 1995).

Temos, ainda, os dados relativos a fatos que afetaram os imigrantes: neste caso, verifica-se que há movimentos de discriminação antes ainda da Segunda Guerra Mundial e movimentos no período da Segunda Guerra Mundial.

Segundo Nogueira (1973), em 1914, houve uma interrupção na imigração japonesa em virtude de o Governo de São Paulo suspender a partir de 1913 o processo migratório. A partir de 1914, ocorrem mudanças no Estado de São Paulo:

- começaram a surgir os núcleos coloniais japoneses em plena atividade;
- o imigrante já mais familiarizado com a nova terra e na ânsia de ganhar dinheiro rapidamente e voltar para o Japão, vai desbravar os sertões;
- muitas vezes lança-se em novas atividades, agrícolas ou não;
- o café chega a ser abandonado em favor de outras culturas, como de cereais, hortaliças etc. (NOGUEIRA, 1973, p. 11)

Ocorre, portanto, conforme Cardoso (1995, p. 29), uma colonização diferenciada à da colonização dos Estados do Sul, voltada para a constituição de núcleos de agricultores-proprietários:

a imigração japonesa para São Paulo foi concebida como uma importação de

assalariados, organizada pelos proprietários de terra através da ação estatal. A organização desta imigração só foi possível através da constituição de um mecanismo de financiamento de transporte e da formulação de um novo tipo de relação de trabalho, o colonato. Combinando frequentemente pagamento por tarefa, pagamento por participação na produção (mínima, é verdade) e permissão de acesso à terra para plantações independentes, o colonato constitui uma relação de trabalho muito flexível que permite arranjos diversos em situações diferentes.

Para reflexão, insiro imagens dos documentos, em japonês e em português, de dois imigrantes japoneses que vieram para o Brasil em dois períodos diferentes, levantados no Museu da Imigração Japonesa. Emocionei-me muito ao tê-los em mãos, pois eram originais. Um dos imigrantes, o Sr. Nagao Kiyoshi, em 1933, trouxe os seguintes documentos:

1. **Atestado de Profissão**, atestando que sua profissão era de agricultor, assinado pelo Governador da prefeitura Hyogoken, Sr. Takesuke Shirane;
2. **Atestado de Crime**, atestando que “nunca foi condenada por delicto algum segundo o código penal deste paiz”, emitido pelo chefe de polícia de Yonago da prefeitura de Tottori do Japão e confirmada pelo Governador da prefeitura Hyogoken, Sr. Takesuke Shirane;
3. **Atestado de Boa Conducta**, atestando que “a pessoa acima mencionada residente nesta prefeitura desde dezembro de 1914 sempre teve comportamento exemplar”, emitido pelo chefe de polícia de Yonago da prefeitura de Tottori do Japão e confirmado pelo Governador da prefeitura Hyogoken, Sr. Takesuke Shirane;
4. **Atestado de Vacinação Anti-variólica**, já da Casa dos Emigrantes (Ministério dos Negócios Ultramarinos), em Kobe, Japão, atestado que o Sr. Nagao Kiyoshi havia sido devidamente “vacinada com a vaccina anti-variólica”, assinado pelo Dr. Nagamine – médico da “Casa dos Emigrantes”;
5. **Atestado de Saúde**, também da Casa dos Emigrantes (Ministério dos Negócios Ultramarinos), em Kobe, Japão, e assinada pelo Dr. Nagamine.

Já os documentos do Sr. Kazuyuki Takei, com a data de 1959, os encontrados foram os seguintes:

1. **Certificate** (em inglês), assinado pelo Chief Superintendent Ayao Yoto, atestando que o Sr. Kazuyuki Takei, após investigação da sua pessoa, não foi encontrado nada do ponto de vista da política;
2. **Atestado de Vacina**, com ênfase na profissão “agricultor”, foi vacinado contra a varíola, assinado pelo médico Dr. R Nemoto,
3. **International Certificate of Vaccination or Revaccination Against Smallpox** (varíole),
4. **Atestado de Saúde para Permanente**, com ênfase na profissão “agricultor”, assinado pelo médico Dr. R. Nemoto, atestando que ele não era portador e nem apresentava sintomas de uma série de doenças e que ele era capacitado para o trabalho. Há ainda o atestado de que, após submetido à pesquisa de “sífilis no sangue”, obteve resultado negativo.

Durante a leitura desses documentos no Museu Histórico da Imigração Japonesa, percebi diferenças nos Atestados de Saúde dos dois períodos, um de 1933 e o outro de 1959, ou seja, 26 anos após. Trago os dois documentos abaixo.

Figura 27 – Atestado de saúde – Nagao Kiyoshi

CASA DOS EMIGRANTES.
(MINISTERIO DOS NEGOCIOS ULTRAMARINOS)
KOBE, JAPÃO.


Kobe, JAN 28 1933 193 .


ATESTADO DE SAÚDE

Snr Nagao Kiyoshi

O abaixo assignado, Medico da Casa dos Emigrantes, certifica que a pessoa acima mencionada não soffre de alienação mental, lepra, elefantíase, cancro, trachoma, tuberculose, e não é cega nam tem lesão organica que a invalide para o trabalho.

Dr. H. Nagamine
Medico da Casa dos Emigrantes.





(7. 12. 3.000)

Fonte: Acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa – São Paulo

Figura 28 – Atestado de saúde – Kazuyuki Takei


Submetido a pesquisa de sífilis no sangue com resultado da reação negativa.


MODELO S. C. 138

R. Nemoto
(Assinatura do Médico)

ATESTADO DE SAÚDE PARA PERMANENTES

Atesto que examinei *Kazuyuki Takei*
idade *26* nacionalidade *japonesa* profissão *agricultora*
e que ^{o mesmo} goza de boa saúde, não apresenta sintomas ou manifestações de lepra, tuberculose, tracoma, elefantíase, doença venérea em período contagiante, cancer, afecção mental; não é ^{cógo,} ~~cóga,~~ ^{surdo,} ~~surda,~~ ^{surdó-mudo,} ~~surda-muda,~~ ^{aleijado,} ~~aleijada,~~ ^{mutilado,} ~~mutilada,~~
alcoolista ou ^{toxicômano,} ~~toxicômana,~~ nem tem lesão orgânica que ^o ~~o~~ invalide para o trabalho
Tagano de *6* de *1959*

(visto consular)  *R. Nemoto*
(ASSINATURA DO MÉDICO)



昭和4年6月9日
長野市北石堂町長野赤十字病院
(医師署名) *根本吉郎*

右記の人を検査したる結果、病人は一般健康良好にして、類、結核、トウホム、染皮病、松皮病の花柳病、梅毒、精神病等の徴候を有せず、且つ、盲目、癩病、不具、手足切除、アルコール中毒、薬物中毒患者でなく、また分岐の障碍となるべき陽性疾患をも有し居らない事を証明する。

姓名 *武井和幸*
性別 *男*
国籍 *日本国*
年令 *二十九才*

永久査証健康証明書
眼 名

(訳文)
血液検査の結果、梅毒は陰性であること証明する。
(医師署名) *根本吉郎*

O documento do Sr. Kazuyuki Takei, de junho de 1959, já traz uma incorporação ocidental, a de o nome vir antes do sobrenome, seguindo os padrões brasileiros quanto à sequência de nome + sobrenome. O ponto que quero ressaltar é a inserção de mais características exigidas para a permissão de o japonês ser um emigrante para o Brasil: acrescentando às outras características comuns aos dois documentos, além de não ser “cego, surdo, surdo-mudo, **aleijado, mutilado**” – características de um povo que passou pela Segunda Guerra Mundial, não se esquecendo de que o Japão foi bombardeado por duas bombas atômicas -, há a ênfase também de não ser “**alcoolista ou toxicômano**”.

Como dito anteriormente, os imigrantes japoneses vieram para o Brasil para trabalhar, enriquecer e voltar para o Japão. E o que aconteceu?

4.3.3 Ficar ou voltar?

Após encontrar condições não condizentes com o prometido, não havia como voltar, pois haviam contraído dívidas que deveriam ser pagas. Não vou detalhar, pois somente esses dados comporia um outro livro. Trarei somente alguns dados que nos possibilitarão visualizar a evolução da história do imigrante japonês e entender o contexto da Segunda Guerra Mundial.

Achei importante ressaltar a fala do Governo quanto à descrição das condições encontradas por se tratar, segundo as Ciências Sociais, de um discurso de legitimação de ideologias dentro da sociedade. Portanto, a fim de melhor caracterizar o ambiente encontrado pelos imigrantes japoneses na sua chegada, trago as palavras proferidas pelo então Ministro das Relações Exteriores, Dr. Azeredo da Silveira. Como o Governo paulista não se interessava pela fixação temporária, de curto prazo, pois a cafeicultura exige a fixação do trabalhador na lavoura, foram fixadas as condições de recrutamento que assegurassem os interesses da economia cafeeira. Temos, portanto, conflito de expectativas entre as partes interessadas no fluxo imigratório japonês para o Brasil:

de um lado, se esperava a fixação permanente do colono japonês nas grandes propriedades rurais; de outro, o imigrante almejava a independência econômica e o retorno ao país de origem. Dentro desse quadro, as desilusões e decepções, de ambas as partes, não se fizeram esperar (SIMPÓSIO SOBRE OS 70 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA, p. 21).

Nas palavras de Azeredo da Silveira (1978, p. 21), as condições encontradas foram:

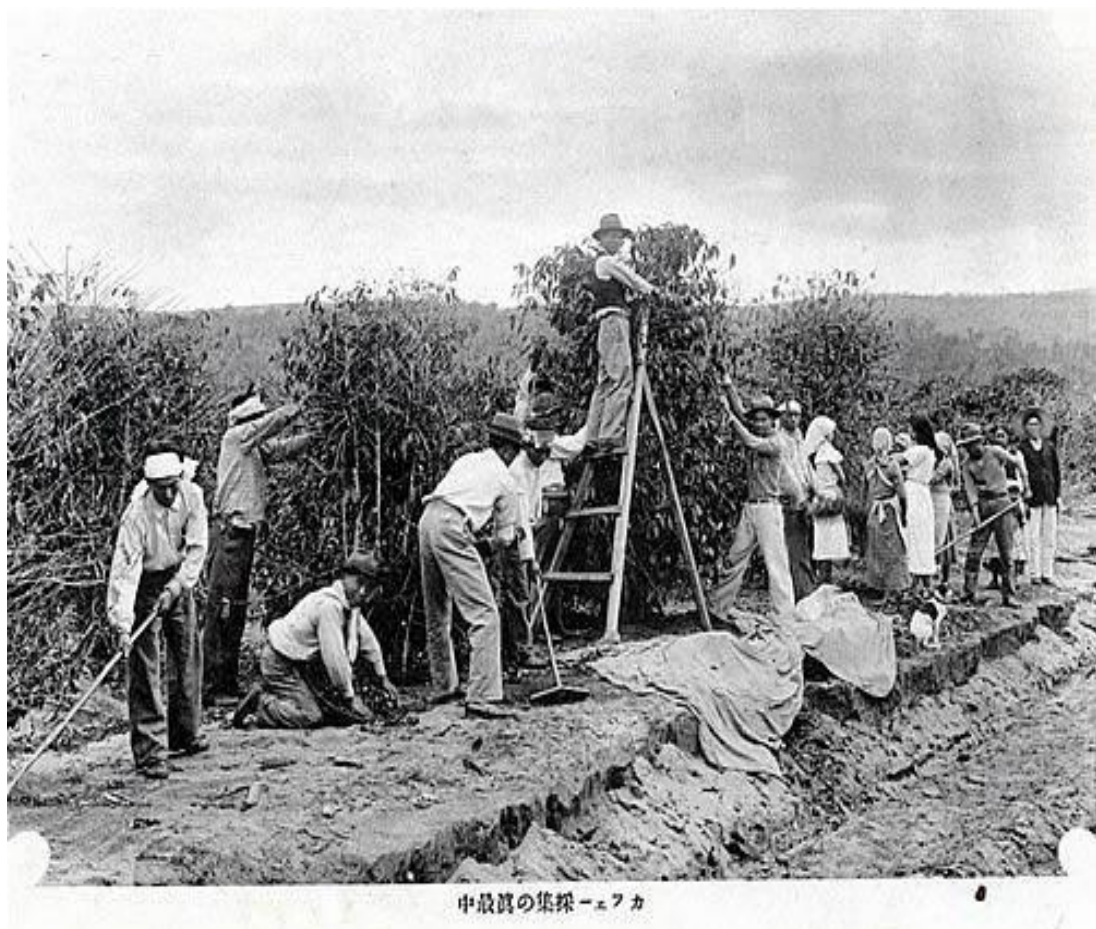
- as diferenças culturais e sociais pareciam, a princípio, constituir obstáculos insuperáveis, para os quais não se encontravam devidamente preparados;
- o tipo de tarefas a que se destinavam e as condições de trabalho prevalentes na lavoura cafeeira não lhes permitiriam concretizar seus projetos particulares;

- a rigidez das relações paternalistas de trabalho, então dominante no meio rural, era agravada pela dificuldade de comunicação;
- a estrutura salarial e o sistema de pagamento por meio de ‘vales’, então vigentes, formavam um quadro social que o imigrante relutava em aceitar;
- as condições de habitação no campo e o regime alimentar brasileiro criaram dificuldades imediatas;
- o impacto provocado pelas habitações: o chão de terra batida ou revestido de tijolos impossibilitava a utilização confortável do “futon” (o acolchoado indispensável ao lar japonês) e das esteiras que substituíam os tradicionais tatames.

Histórias ouvidas permitiram-me visualizar o sistema de escravidão disfarçado: dívidas que só aumentavam, sem o vislumbre da possibilidade de quitação. Um dos fatores marcantes, além da baixíssima produtividade dos pés de café, foi a obrigação de compras de todos os produtos, desde os equipamentos de trabalho até os produtos alimentícios e de vestuário, nas mercearias dos donos das fazendas. Não nos esqueçamos de que os imigrantes japoneses trouxeram somente algumas poucas bagagens, cujo transporte para o Brasil também era pago.

Abaixo, mais algumas imagens do trabalho conjunto dos imigrantes japoneses nos cafezais.

Figura 29 – Trabalho nos cafezais 1



Fonte: <http://www.japao100.com.br/galerias/do-inicio-ate-decada-de-1930/22/>

Figura 30 – Trabalho nos cafezais 2



Fonte: <http://coffeetraveler.net/norte-pioneiro-do-parana-sob-um-olhar-niponico>

Esse cenário provocou a fuga de trabalhadores ou o abandono das fazendas, as ameaças de greve e os casos de rebeldia (contrários à psicologia japonesa), o que mostra o grau de frustração de alguns grupos. Os fazendeiros também consideraram decepcionantes as primeiras experiências, apesar de alguns fazendeiros – como Virgílio Rodrigues Alves, de Bauru - reconhecerem os méritos dos imigrantes japoneses. Não podemos nos esquecer de que os imigrantes japoneses foram aceitos com o intuito de substituir a mão de obra escrava e possuíam características diferenciadas às dos antigos escravos: os japoneses eram alfabetizados, pequenos proprietários no Japão ou profissionais, ex-funcionários públicos. Trago as palavras do Dr. Pádua Sales, Ministro da Agricultura do Governo Rodrigues Alves (1902-1906):

não participo de qualquer preconceito racial contra a imigração nipônica. O japonês é ótimo imigrante e ainda melhor colono. ...Quando se fala de um colono, a primeira pergunta que formulo consiste em saber se ele se identifica com a terra, se a esta se adapta, se se assimila ao meio físico... Se a esta pergunta os fatos se incumbem de responder favoravelmente, considero o colono bem-vindo à nossa terra hospitaleira, regida, felizmente, por uma Constituição política na qual não se criam barreiras que o preconceito racial está procurando levantar aos povos ordeiros e pacíficos do Oriente. (SIMPÓSIO SOBRE OS 70 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA, p. 21)

Ao fugir ou ao abandonar as fazendas, a grande maioria empregava-se como trabalhadores braçais nas estradas de ferro e dirigia-se para as frentes pioneiras da Noroeste, Alta Paulista e outras; outros estabeleciam-se como arrendatários ou pequenos proprietários ou buscavam sempre ofícios independentes que lhes proporcionavam melhores salários.

Figura 31 – Imigrante japonês – mudanças econômicas



Fonte: <http://senpuu.com.br/2012/06/dia-da-imigracao-japonesa>

A fim de contextualizar a imigração japonesa nesse período, ainda apresento a contribuição de Saito (1980):

Após alguns anos de trabalho, como colonos, nas fazendas de café, os imigrantes se tornam parceiros (“contratistas” ou “formadores”) ou arrendatários, após o que, com a poupança realizada, adquirem lotes de terra para se tornarem pequenos proprietários. Alcançada a primeira meta, a de se tornarem independentes,Muitos continuam na agricultura.....Outros, por vocação ou habilidade técnica, se transferem às outras atividades, comerciais e de serviços ou industriais. (SAITO, 1980, p. 85)

Não podemos nos esquecer de que muitos já haviam fugido das fazendas em virtude das péssimas condições contratuais e de vida que não estavam condizentes com o prometido nos momentos de arregimentação de emigrantes no Japão e no Contrato entre a Companhia Imperial de Integração de Tokio, Japão, e o Estado de São Paulo. Portanto,

...no primeiro período de vida no Brasil, os imigrantes se despojaram de muitos aspectos de sua vida tradicional que não podiam ser mantidos nas condições de isolamento e pobreza que caracterizaram o período de colonato. É um período que se caracterizou pelo trabalho e só por ele é lembrado. ...Como consequência direta desta situação de isolamento e necessidade de alta produtividade, os padrões de dependência dentro da família, ancorados na tradição, se reforçam e ela se fecha sobre si mesma, num esforço para manter vivos os objetivos que originaram a imigração. Libertar-se do patrão, ou do

fiscal, mais visível que o proprietário da fazenda, era o desejo de todos, que tudo aceitavam para estabelecer-se como sítiantes garantindo maior independência e maiores vinculações com seus compatriotas. (CARDOSO, 1995, p. 117- 118)

Em 1922, o Governo de São Paulo definitivamente não mais subvenciona a passagem do imigrante japonês. Segundo Nogueira (1973), em virtude do grande número de restrições ao imigrante japonês, esse Governo somente o aceitou em virtude das necessidades da lavoura cafeeira.

Para fins de registro, o Brasil teve um outro tipo de imigrante japonês: o “imigrante de colonização”. Foi um dos casos em que ocorreu o envolvimento do governo japonês:

Em 1927, aparece no Japão a Federação das Associações Ultramarinas e cria-se em seguida o órgão representativo desta associação em São Paulo que é a Sociedade Colonizadora do Brasil (Bratac). A finalidade destas empresas era recrutar e encaminhar imigrantes com algum recurso, que pudessem responsabilizar-se pela compra de um pequeno lote. A Bratac, a partir de 1928, adquiriu glebas de terra nos Estados de São Paulo e Paraná, para loteá-las e vendê-las aos colonos, formando núcleos agrícolas. Estes imigrantes, que contam já com um capital inicial, são designados comumente como “imigrantes de colonização”, em oposição aos demais que aqui chegaram como assalariados. Também para promover e apoiar a comercialização da produção destes núcleos, foi criada em 1937 uma outra firma, a Cia. Nichinan Sangyo (CARDOSO, 1995, p. 35).

Figura 32 – Cooperativa Agrícola de Cotia



Fonte: http://www.imigracaojaponesa.com.br/?page_id=70

Assim, o quadro foi se revertendo lentamente ao longo de muitos anos. Com o sucesso dos japoneses,

na década de 1930, alguns políticos brasileiros alertaram o governo para o “perigo amarelo que o Brasil corria com a presença desses imigrantes. ...Diante disso, e movida por preconceitos vários, a Constituição brasileira de 1934 restringiu a entrada livre de japoneses, estabelecendo cotas para novos ingressos (SAKURAI, 2007, p. 252).

A seguir, a foto da capa do livro *A ofensiva japonesa no Brasil*, de Carlos de Souza Morais:

Figura 33 – Capa do livro *A ofensiva japonesa no Brasil*



Fonte: Sakurai, 2007, p. 251

Já a partir dos anos 1930, alguns imigrantes japoneses aventuraram-se em setores não agrícolas, mas ainda em atividades ligadas à agricultura: compradores de cereais, corretagem de imóveis rurais, armazém de secos e molhados, botequins e pensões, oficinas de conserto de implementos agrícolas (SAITO, 1980).

Com o desinteresse latino-americano pela imigração japonesa, a partir de 1921 o do Governo paulista e, em 1923, o do Governo peruano, ocorreu uma ativa participação do Governo japonês, que passou a se encarregar dos gastos necessários para garantir a continuidade do movimento migratório, iniciando-se um novo período desse processo migratório para o Brasil, visto como mercado para investimento e único país aberto aos nipônicos. Além do Governo japonês, havia companhias que apoiaram os imigrantes japoneses, como outras organizações japonesas já instaladas no Brasil, comprando fazendas de café ou de criação. Havia também os imigrantes mais antigos que já tinham conseguido abandonar o colonato e transformarem-se em lavradores independentes. A partir de 1930, o capital japonês já não se dirige para a agropecuária, mas, sim, para o comércio e para a indústria (CARDOSO, 1995)

Mas nesse mesmo período, temos a presença de um racismo aberto contra os japoneses e seus descendentes tanto no espaço do Governo, como nos meios de comunicação da época (LESSER, 2000, 2003).

No período pré-Segunda Guerra Mundial, temos um Japão forte e dono de força militar e naval, como a “mais formidável potência do Extremo Oriente” (SAKURAI, 2007). Segundo Sakurai (2007), o Japão aliou-se à Alemanha e à Itália em virtude dos inimigos comuns e da não disputa pelas mesmas áreas.

Após 1933, ocorre a política brasileira de nacionalização, que era o movimento de abrasileiração política, cultural e econômica dos vários aspectos da vida nacional, no seguinte contexto: o Governo brasileiro, visando a modernização do Brasil com a introdução de imigrantes estrangeiros em grande número, depara-se com o enaltecimento da consciência racial por cada país. Era necessário que os imigrantes residentes no País e seus descendentes, já com nacionalidade brasileira, assumissem o Brasil como sua pátria, o que era lógico e justificável para o Brasil, mas fonte de sofrimento para os imigrantes pelo tolhimento de sua liberdade espiritual (HANDA, 1987). Para o Governo brasileiro, educar os brasileiros (descendentes de imigrantes) de acordo com os pensamentos e diretrizes de outros países significava retirar do brasileiro o direito de ser brasileiro e um ato de traição. No caso dos japoneses, o drama era pior, educados segundo os ensinamentos do Imperador da Era Meiji: o quadro somente não era pior em virtude de parte dos seus sentimentos terem já se abrasileirado e dos filhos brasileiros.

Estamos no Governo de Getúlio Vargas, que durou de 1930 a 1945, com tendências ditatoriais, e, dentro de sua postura de união federativa, que assumiu medidas drásticas de nacionalização em relação aos imigrantes estrangeiros e seus descendentes.

Em 1º de setembro de 1939, começa a Segunda Guerra Mundial com a invasão da Polônia pela Alemanha. Já no período da Segunda Guerra Mundial, após o ataque a Pearl Harbor, os japoneses nos Estados Unidos transformam-se em um problema de segurança nacional com todos os seus reflexos: são retirados da costa, alguns são encarcerados em prisões especiais; outros levados a “campos de internação”, desfazendo-se de todos os seus bens e levando apenas o que podiam levar nas suas duas mãos; vendem tudo a preços irrisórios. Vão para locais ermos, cercados de arame farpado e sob vigilância constante: são 120 mil nipo-americanos nessas condições até 1944.

No Brasil, não é muito diferente. Harada (2009a, p. 97) ajuda-nos a ter uma visão do cenário da época: mesmo ainda não envolvido na guerra, em 1939, há um clima de tensão que se intensifica, de “indesejáveis” por ser um “povo inassimilável” para “inimigos em potencial do Estado Nacional”.

E aí eclodiu a guerra do Pacífico. E os rumos da vida dos imigrantes japoneses mudam.

Figura 34 – Reportagem sobre a Segunda Guerra Mundial



4.3.4 TORA! TORA! TORA!

Nomeei esta parte *Tora! Tora! Tora!*, cujo significado é “Tigre! Tigre! Tigre!”, filme nipo-americano dos anos 1970 sobre o ataque japonês a Pearl Harbor, cujo título foi a palavra-código japonês utilizada pelo comandante japonês para que os pilotos japoneses despejassem bombas e torpedos em 7 de dezembro de 1941. Foi um fatídico dia!!

Contudo, a crise é anterior a essa data. Nos anos de 1930, há uma série de medidas restritivas aos “alienígenas”, termo utilizado por Saito (1980), como a suspensão de jornais e de escolas em idioma estrangeiro; a restrição ao ingresso de imigrantes no País, à residência, à naturalização, à formação de núcleos de colonização, ao ensino primário; a autorização de somente um terço dos trabalhadores de estabelecimentos comerciais e industriais. Ressalto que esse termo é utilizado na ementa do Decreto-Lei nº 948, de 13 de Dezembro de 1938, que *Centraliza no Conselho de Imigração e Colonização as medidas constantes de diversos decretos em vigor, tendentes a promover a assimilação dos alienígenas*.

Houve um momento específico em que os imigrantes japoneses mais se conscientizaram de sua condição de imigrantes. Foi em 1938, com a proibição de ensino de línguas estrangeiras a menores de 14 anos: como se comunicariam e se relacionariam com seus filhos e netos? Estes virariam *gaijins* (*estrangeiros*)? Handa nos traz um acontecimento de final de 1936 que retrata isso: a publicação em uma revista regular de responsabilidade de nisseis e jun-nisseis de um texto de autoria de um universitário nissei, o chamado “fato crisântemo”: “Respeitamos o ‘país do crisântemos’ (Japão), mas não podemos amá-lo.” (HANDA, 1987, p. 623). Ao traduzirem para o japonês, consideraram-no de extremo “desrespeito”. Isso mostra o clima vigente entre os nisseis e os isseis (imigrantes japoneses): o processo de conscientização e a tomada de posição, com a afirmação de serem brasileiros; do respeito ao País dos pais, mas amor ao Brasil; De o patriotismo ser o amor ao Brasil como brasileiros e da vontade de ter o controle de seu futuro. São os nisseis de transição. Para Handa, é um marco na história da colônia.

Abaixo apresento a imagem da Escola de japonês de Promissão, em São Paulo.

Figura 35 – Escola de Japonês de Promissão – São Paulo



Fonte: http://www.imigracaojaponesa.com.br/?page_id=70

Nessa época, foi publicado o livro *Os japoneses de Bauru*, em maio de 1939, já em português, seguindo a determinação do Governo ditatorial de Getúlio de todas as crônicas, de editoriais e dos principais artigos serem traduzidos e publicados em português. Ele aborda o sofrimento real dos imigrantes japoneses que, segundo Handa, talvez compreensível somente por aqueles que tenham passado pela mesma situação: a restrição dos 2% da imigração, a proibição do ensino da língua japonesa, a miscigenação racial e a dúvida da possibilidade de sobrevivência com liberdade dos nisseis. Outras sofridas questões: como deixar os seus descendentes no Brasil sem arrependimentos? Quais são os objetivos a alcançar para que sejam considerados brasileiros? Como abandonar os túmulos dos nossos antepassados? A resposta do autor Shungoro Wako foi:

Trabalharei de corpo e alma até ser posto num túmulo deste país, tendo no peito o saudoso Japão. Orarei pelo sucesso até o último momento. Assim, farei todo esforço para que meus filhos sejam brasileiros dignos e aptos. Ainda acredito piamente no progresso e na prosperidade de meus descendentes e não paro de brindar o futuro do Brasil (HANDA, 1987, p. 627).

Tais palavras não foram compreendidas por todos os imigrantes em face do momento que viviam. E em janeiro de 1940, o Brasil entra em regime de guerra com o registro de estrangeiros e a emissão de sua carteira de identidade. Nesse contexto, temos a guerra do Pacífico e mais outras medidas restritivas, como o cerceamento da liberdade de comunicação, o congelamento de bens, confinamento (parcial) das áreas de residência e outras, a proibição do

uso da língua japonesa (motivo para diversas prisões).

Abaixo, o Termo de Advertência do Sr. José Takayama, já de nacionalidade brasileira. Com 22 anos, foi detido em 10 de janeiro de 1944 por “contrariamente às disposições em vigor, estar se expressando em público em idioma japonês. Foi advertido e se comprometeu solenemente a, sob penas da lei, não reincidir na infração, bem como a cumprir e acatar zelosamente todas as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as decorrentes do atual estado de guerra.” Trata-se de um documento do DEOPS/SP (TAKEUCHI, 2002).

Figura 36 – Termo de advertência – José Takayama

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA POLÍTICA E SOCIAL
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEN POLITICA E SOCIAL

TERMO DE ADVERTÊNCIA 43

R. G. 151.178
R. E.

Em Onze dias do mês de Janeiro de 1944, nesta cidade de São Paulo, na Delegacia Especializada de Ordem Política e Social, onde se achava o Dr. Eduardo Louzada Rocha Delegado Adjunto, comigo, escrevente do seu cargo, abaixo nomeado e assinado, compareceu "JOSÉ TAKAYAMA" filho de Itizo Takayama e de D. Tone Takayama de nacionalidade Brasileira, com 22 anos de idade, de profissão Comerciante, residente a Rua Bondeirantes - Soroc., A. 50 que foi detido em 10 de Janeiro de 1944 por, contrariamente às disposições em vigor, estar se expressando em público em idioma Japonês. Foi advertido e se comprometeu solenemente a, sob as penas da lei, não reincidir na infração, bem como a cumprir e acatar zelosamente todas as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as decorrentes do atual estado de guerra. De como assim o disse, mandou a autoridade lavrar este termo, que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

Eu, Joaquim Marcondes Campos, escrevente, o datilografei, em parte, e assino,

Autoridade _____
Fato _____
Escrevente _____

AO ARQUIVO GERAL
São Paulo, 11 de Janeiro de 1944

P. 1768

Termo de advertência de José Takayama, São Paulo, 11 de janeiro de 1944, Pront. 1768 – José Takayama, DEOPS/SP, DAESP

4.4 QUANDO A GUERRA TERMINAR...

“Temos de aguentar até a guerra terminar. Quando ela terminar...” (HANDA, 1987, p. 632). Palavras ditas a todo momento e em diversas situações de sofrimento. Prisões arbitrárias, evacuações em 24 horas, venda imediata de bens, humilhações, queima de bens, depredações diversas; mortes, prisões e torturas por acusações de espionagem, livros e revistas queimadas, proibição do uso da língua japonesa fora do ambiente familiar e prisões em virtude do uso. Na Figura 37 – Ato Policial – Segunda Guerra Mundial, dentre os objetos apreendidos como material subversivos, estão os livros em japonês.

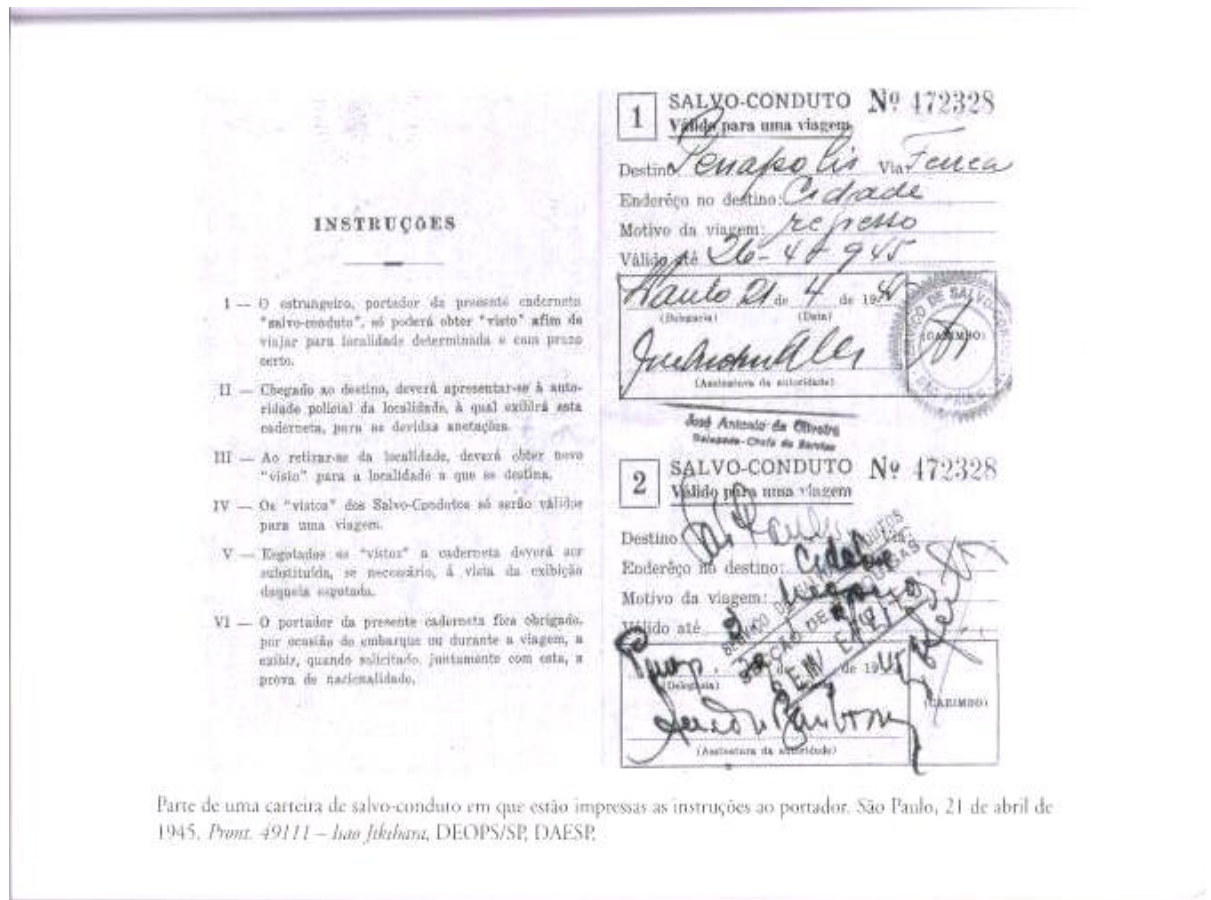
Figura 37 – Ato policial – Segunda Guerra Mundial



Fonte: <http://madeinjapan.uol.com.br/2008/07/18/cicatrices-da-batalha/>
Policial confisca bens materiais subversivos pertencentes a japoneses

Trago parte da carteira de salvo-conduto do Sr. Isao Jikihara, do Prontuário 49111, DEOPS/SP, DAESP, com instruções ao portador.

Figura 38 – Salvo conduto



Fonte: Takeuchi, 2002, p. 37

Na Figura 39 - Requerimento de transferência – Ikuiti Fukumoto – outubro de 1945, temos outro documento dos arquivos do DEOPS/SP. Neste Requerimento de Transferência, Ikuiti Fukumoto, em 10 de outubro de 1945, “**vem muito respeitosamente solicitar a V. Excia. se digne autorizar sua transferência para a referida cidade de Santos da qual foi afastado em 9 de julho de 1945**”. Ele já tinha quatro filhos, todos brasileiros e residentes naquela cidade.

Figura 39 – Requerimento de transferência – Ikuiti Fukumoto – outubro de 1945

EXMO. Sr. Dr. DELEGADO AUXILIAR DA 5ª. DIVISÃO POLICIAL

P.E.L. - ONI PER. - 2001
FOTOCOPIA GERAL
Nº 14702

*Dependente à vista
de um antigo
S. Paulo 17-10-1945
CD. de Aut. da 5ª. Div. via
L. 1111*

IKUITI FUKUMOTO, de nacionalidade

Japonesa, natural de Hiroshima, onde nasceu em 5 de fevereiro de 1905, filho de TOMOPARO FUKUMOTO e SAKINO FUKUMOTO, tintureiro, residente em S. Paulo à Travessa 27 de Julho nº 4, tendo contraído matrimônio na cidade de Santos, neste Estado, de cujo consórcio tem quatro filhos, todos brasileiros, residentes naquela cidade, e tendo conseguido colocação no seu antigo emprego à rua João Pessoa nº 174, em Santos, vem muito respeitosamente solicitar a V. Excia. se digna autorizar sua transferência para a referida cidade de Santos da qual foi afastado em 9 de Julho de 1945, esclarecendo ainda que o requerente tem sua permanência no país assegurada de acordo com o art. 24, c/c. 150 §1º do Dec. 3.020 de 20/8/938, cujo registro foi obtido sob nº 23.358 do Registro Geral nº 134.395, tudo em Santos, em 2 de dezembro de 1940.

Respeito Terças
P. deferimento

P 19 8003
São Paulo, 10 de Outubro de 1945

*São Paulo, 10 de Outubro 1945
Ikuiti Fukumoto*

FABELIGNATO FRENKLIN
Rua Libani Durati, 482 - Tel. 2-9700
Assinatura: _____
10 de Outubro de 1945

Requerimento de transferência de Ikuiti Fukumoto. São Paulo, 10 de outubro de 1945. Pront. 19808 – Ikuiti Fukumoto, DEOPS/SP, DAESP

Fonte: Takeuchi, 2002, p. 40

Segundo o Prontuário nº 53.341 do DEOPS/SP, Harue Takeda, doméstica, raça amarela, tem a seguinte síntese no seu prontuário:

No prontuário de Harue Takeda, encontramos dois requerimentos: um de transferência de residência, datado de 2 de outubro de 1943, e outro de salvo-conduto, emitido em 2

de abril de 1945. Para justificar essa última solicitação, Harue Takeda alegou que a sua filha estava gravemente enferma em São Vicente (SP). Junto aos autos, encontram-se anexadas duas cartas de M. Yumamoto, residente em São Vicente, endereçadas a Shogoro Takeda, as quais fazem referência à importância da presença da mãe na ocasião de um parto próximo” (TAKEUCHI, 2002, p. 100).

E os imigrantes japoneses trabalhavam submissa e silenciosamente na lavoura, lutaram pela manutenção da paz à sua maneira, dedicando-se às atividades produtivas!

Nesse período, segundo Saito (1980), os alemães e a geração brasileira de seus descendentes estavam melhores preparados, com o uso de recursos legais, para escapar das limitações impostas pelo estado de guerra. O mesmo não aconteceu com os imigrantes japoneses: sem comunicação, sem notícias, isolados, eles ficaram suscetíveis a boates e especulações, o que propiciou o surgimento do movimento Shindo Renmei após a finalização da Segunda Guerra Mundial.

De agosto a final de outubro de 1941, os jornais noticiosos de *São Paulo, o Japão, o Notícias do Brasil* e o *Brasil-Asahi* (publicado em português) tiveram suas atividades encerradas.

Sem notícias. Sem nenhum tipo de informação. Boatos. Com a declaração de guerra entre o Japão e os Estados Unidos, sem qualquer tipo de comunicação com o Japão. Isolamento.

E entre os imigrantes japoneses que sabiam ler o português, a grande maioria estava na cidade de São Paulo e principais cidades do interior. Isso não ocorria entre os agricultores.

Com o Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, temos o

deslocamento coativo das pessoas que se encontravam em áreas consideradas de segurança, o confisco de bens, a proibição do ensino e do uso da língua de origem, a proibição de rádios, jornais e revistas em japonês, o fechamento de escolas japonesas e do consulado japonês, as prisões indiscriminadas por suspeitas de espionagem (HARADA, 2009a, p.98).

E a Segunda Guerra Mundial termina. Do final dos anos 1940 e início de 1950, reeditaram-se os jornais em japonês e restabeleceram-se as relações diplomáticas entre o Brasil-Japão. Já estava em marcha a mudança de identidade do imigrante japonês, já com a opção de permanência definitiva. Isso repercute em várias mudanças comportamentais, como a preocupação com a educação dos filhos no ensino superior, o conforto material do lar, a maior participação social (com o aumento de requisição da cidadania brasileira), as uniões interétnicas. Temos, assim, nas palavras de Saito (1980), o “japonês enraizado no Brasil”

4.5 CRISE DE IDENTIDADE DO IMIGRANTE JAPONÊS – TORNANDO-SE O “JAPONÊS BRASILEIRO”

Em um período de dez anos, de 1935 a 1945, ocorre a crise de identidade dos imigrantes japoneses em função de inúmeros fatores. Até por volta de 1940, temos um imigrante como autêntico japonês e determinado a voltar para sua pátria. Com o decorrer e o desfecho da Segunda Guerra Mundial, temos o imigrante japonês revendo sua atitude e obrigado a mudar de comportamento. São imigrantes japoneses com filhos autônomos e cada vez mais “brasileiros” e eles, a cada ano, mais envelhecidos. Daí, temos o japonês radicado no Brasil, pai e avô de filhos e netos brasileiros, fato que passa a adquirir um novo sentido na sua existência.

Ainda segundo Saito, na sua fala proferida no Simpósio sobre os 70 anos da Imigração Japonesa, em 1978, as comemorações do 4º Centenário da fundação de São Paulo, em 1954, com a participação de todos os grupos de imigrantes, foram a oportunidade “para se conseguir a pacificação e, superadas que foram a crise e dissensão internas, a tranqüilidade e a paz voltaram novamente ao seio da coletividade japonesa” (SIMPÓSIO SOBRE OS 70 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA, 1978, p. 35). Isso se revela na mudança de atitude dos imigrantes e uma delas é a de proporcionar a seus filhos uma educação adequada como brasileiros. Outra é a mudança mental, de fundo psicológico: quando voltavam ao Japão, era para “visitar e rever sua terra natal” e não mais “regressar”. A outra são os casamentos interétnicos, com atitude mais tolerante e branda a partir da década de 1960. Ainda nas palavras de Saito: “...essa crise de identidade, que representou uma fase mais crucial no processo de adaptação, significou para muitos imigrantes um preço que tiveram de pagar para adotar o Brasil como sua verdadeira segunda pátria” (SIMPÓSIO SOBRE OS 70 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA, 1978, p. 35).

Não nesse período, mas também vivenciei a crise de identidade que o filho de imigrante tem e que os nisseis (filhos de imigrantes japoneses) vivenciam e vivenciaram em diferentes épocas e circunstâncias. Mesmo tentada a prosseguir sobre esse tema, finalizo aqui a caracterização do processo de imigração japonesa no Brasil. Tenho de cumprir prazos!!!

CAPÍTULO 5 – VIAGEM DA E PELA MÍDIA

No presente capítulo, sob o olhar da transdisciplinaridade entre História, Mídia e Análise de Discurso Crítica, enfoco o ambiente e as mudanças pelas quais os meios de comunicação passaram em dois momentos de estudo da minha pesquisa: 1907-1908 e Segunda Guerra Mundial. Para tanto, tenho como referências os seguintes autores: Jäger (2003), Thompson (1998, 1995), Fairclough (2006, 1995, 1992), Chouliaraki e Fairclough (1999), Wodak (2003), Van Dijk (1985), Pardo Abril (2007a), Bloch (2001), Le Goff (2001), De Fina (2006), Moreira (2009), Barbosa (2007), Melo (2007), Handa (1987) e mais outros autores.

Este capítulo proporciona subsídios para a contextualização dos períodos avaliados e para a análise da prática discursiva segundo a Análise de Discurso Crítica, com foco na produção, distribuição e recepção midiáticas. Os contextos permitem a compreensão dos momentos em que foram publicados os textos analisados: o *Contracto*, em 1907; a notícia *Os japonezes em São Paulo*, em 1908; o Decreto-Lei nº 4.166/42, em 1942, no Governo Getúlio Vargas; o texto midiático *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães foram removidos, ontem, para a capital*, em 1943.

Segundo Fairclough (2006a), há uma relação complexa entre textos e eventos sociais, pois muitos textos são “mediados” pela “comunicação de massa”, instituições que usam a tecnologia de produção de cópias para a disseminação da comunicação e envolvem diferentes mídias ao longo da história. Considero mediação conforme Silverstone (1999 apud FAIRCLOUGH, 2006a): envolve o “movimento do significado” – de uma prática social a outra, de um evento a outro, de um texto a outro, e não apenas um texto individual ou tipos de textos, mas um processo complexo de “cadeia” ou “redes” de textos.

E para Jäger (2003, p. 65), um importante meio de vincular reciprocamente os discursos é o simbolismo coletivo, entendendo-o como os estereótipos culturais (frequentemente chamados *topoi*), transmitidos e utilizados de forma coletiva. No acúmulo de símbolos coletivos de conhecimento de todos os membros de uma sociedade, acha-se disponível um repertório de imagens com o que se visualiza uma completa representação da realidade societal e da paisagem política da sociedade, sendo que, por meio desse repertório, pode-se interpretar as imagens e graças ao qual se recebem interpretações – em particular, pelos meios de comunicação.

Abordo, a seguir, a Teoria Social da Mídia.

5.1 TEORIA SOCIAL DA MÍDIA

No seu livro *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*, Thompson (1998) propõe uma análise sociológica sob a ótica das formas de interação que são criadas entre os indivíduos com a conexão entre a percepção direta de um evento e a sua publicização alterada para um *status* público para outros que não estavam presentes no local no qual ele ocorreu ou que não foram capazes de vê-lo ou ouvi-lo. Apresenta referência para reflexão de um conjunto de fenômenos próprios das sociedades contemporâneas que alteram fundamentalmente a nossa percepção da política moderna.

Thompson (1998, p. 14) entende que o uso dos meios de comunicação envolve a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo em vez da visão de transmitir informação e conteúdo simbólico a indivíduos cujas relações com os outros permanecem fundamentalmente inalteradas. Assim, o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, com novas formas de ação e de interação, com novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado ao compartilhamento de local comum. E a sua análise da mídia evita dar ênfase a ela independentemente de outros processos históricos e sociais mais amplos, por entender que a comunicação mediada é sempre um fenômeno social contextualizado. No meu caso, será a análise da mídia e das notícias nos anos iniciais da imigração japonesa e na Segunda Guerra Mundial.

Falar de notícias implica falar dos meios de comunicação de massa.

5.1.1 Meios de comunicação de massa

Como a versão da Análise de Discurso Crítica adotada foca o evento comunicativo como prática discursiva, passo à discussão dos recursos utilizados pelos meios de comunicação nos processos de produção, de transmissão e de recepção de formas simbólicas segundo Thompson (1998). O primeiro deles é o meio técnico, que é o substrato material das formas simbólicas, o elemento material com que ou por meio do qual a informação ou o conteúdo simbólico é fixado e transmitido do produtor para o receptor. No caso, os jornais, cujo grau de fixação ou de preservação da forma simbólica é alto.

O segundo atributo dos meios técnicos é a reprodução como a capacidade de multiplicar as cópias de uma forma simbólica. Na minha pesquisa, tenho que, com o uso das máquinas de

impressão que muito evoluíram nos períodos estudados, a reprodutibilidade é enorme. Conforme Thompson (1998), a característica da reprodutibilidade das formas simbólicas é uma das bases da exploração comercial dos meios de comunicação, pois elas podem ser mercantilizadas.

O terceiro atributo é a permissão de um certo grau de “distanciamento espaço-temporal” do contexto de produção no processo de intercâmbio simbólico, tanto no espaço como no tempo, com a reimplantação em novos contextos que podem estar situados em tempos e lugares diferentes. Enfatiza-se que a extensão do deslocamento varia grandemente, dependendo das circunstâncias de comunicação e do tipo de meio técnico empregado, o que também afeta a maior disponibilidade no tempo, pois podem ser repetidos ou lidos por indivíduos situados em outros contextos, diferentes tanto no tempo quanto no espaço do contexto original de sua produção. Esse contexto altera as condições nas quais os indivíduos exercem o poder: agem e interagem à distância e podem intervir e influenciar no curso dos acontecimentos mais distantes e no tempo.

O quarto atributo relaciona-se aos tipos de habilidades, de competências e de formas de conhecimento exigidas pelo uso dos meios técnicos, que implica o uso de um conjunto de regras e de procedimentos de codificação e de decodificação da informação ou do conteúdo simbólico. Nos diferentes períodos, seriam a alfabetização em diferentes níveis de acordo com o período: no início do século, a alfabetização em virtude da grande maioria da população brasileira ser analfabeta e, no período da Segunda Guerra Mundial, inclui-se a alfabetização na língua português dos imigrantes japoneses.

O conceito de “meios de comunicação de massa” para Thompson, em 1995, que acentua a importância das instituições interessadas na mercantilização das formas simbólicas, é: “a produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos pela transmissão e pelo armazenamento da informação/comunicação” (THOMPSON, 1995).

Já em sua obra *A mídia e a modernidade*, Thompson (1998) avança a discussão sobre os meios de comunicação de massa. Estabelece que “meios de comunicação” seria o termo ligado a um conjunto de instituições e de produtos comumente agrupados sob a etiqueta “comunicação de massa”. Quanto ao termo “comunicação de massa”, Thompson não o relaciona à quantidade, mas, sim, ao fato de os produtos estarem disponíveis em princípio para uma grande pluralidade de destinatários. Contudo, ele prefere o termo “transmissão” ou “difusão” das mensagens da mídia ao termo “comunicação”. Alerta que não se deve considerar os receptores como passivos e indiferentes, por serem eles capazes de intervir e de contribuir com eventos e com conteúdo durante o processo comunicativo. Temos, assim, um processo comunicativo fundamentalmente

assimétrico, mas não completamente monológico ou de sentido único. Com o desenvolvimento de novas tecnologias, como a comunicação e a transmissão em rede, com mudanças fundamentais na natureza da comunicação mediada, passa a utilizar o termo “comunicação mediada” ou “mídia” e utiliza o termo “comunicação de massa” para o conjunto interligado de desenvolvimentos históricos e de fenômenos comunicativos, à produção institucionalizada e à difusão generalizada de bens simbólicos por meio da fixação e da transmissão de informação ou de conteúdo simbólico. Esse autor, nessa obra, apresenta as seguintes características dos meios de comunicação:

Quadro nº 8 - Características dos meios de comunicação – Thompson (1998)

Produção e difusão	Formas simbólicas	Produção e recepção das formas simbólicas	Disponibilidade espacial e temporal das formas simbólicas	Circulação pública das formas simbólicas
Envolvimento de meios técnicos e institucionais	Mercantilização das formas simbólicas	Dissociação estruturada	Prolongamento	Disponibilidade a uma pluralidade de indivíduos
Inovações tecnológicas da indústrias da mídia	Valorização simbólica	Contextos distantes e diferentes	Disponíveis a um número incalculável de indivíduos	Caráter público
Generalizadas	Valorização econômica	Fluxo predominante de sentido único	Disponíveis em espaços cada vez mais amplos	Impacto na esfera pública
Exploração comercial		Não-passividade dos receptores	Disponíveis em velocidade cada vez maior.	Impacto na relação entre os domínios público e privado

Fonte: Thompson (1998 apud KUWAE, 2006)

Essas características mostram a força dos meios de comunicação. Pelo fato de a recepção e a interpretação das notícias não serem passíveis de controle, isso faz com que “fragilizem” as pessoas envolvidas, pois os meios de comunicação de massa tornam as formas

simbólicas acessíveis a um vasto número de pessoas, estendendo-se a milhares/milhões de pessoas. Apesar de o acesso depender de uma série de fatores, como ter os meios técnicos, as habilidades e os recursos para adquiri-los, atualmente, com os meios de comunicação, como o rádio, atinge-se facilmente milhares de pessoas.

Há, assim, uma nova forma de interação, em um fluxo de mensagem unidirecional, com uma quase-participação. Os receptores elaboram e reelaboram as mensagens recebidas via meios de comunicação de massa, passando-as aos receptores secundários. Daí, ocorre o que Thompson (1995, p. 321) chama de “mediação ampliada”, para o qual a capacidade de gerenciamento da visibilidade se faz essencial.

Volta ao uso da expressão “comunicação de massa” como a “produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos pela fixação e pela transmissão de informação ou conteúdo simbólico” por Thompson (1998) para desdobrar tal definição:

- a) os meios técnicos e institucionais de produção e de difusão, que se baseiam na série de inovações técnicas capazes de serem exploradas comercialmente. E, no caso do meu estudo, vê-se o incremento cada vez maior de tais inovações no início do século XX e durante a Segunda Guerra Mundial, conforme veremos nos dados a serem apresentados mais adiante;
- b) a mercantilização das formas simbólicas. Quanto a essa característica, temos a mercantização como um tipo particular de “valorização”, que se desdobra em “valor simbólico” e em “valor econômico”. O foco desta pesquisa é a valorização simbólica, como processo de atribuição de “valor simbólico” às formas simbólicas, valor dado aos objetos em virtude do apreço, da estima, da indiferença ou do desprezo dos indivíduos. Nesse caso, as formas simbólicas relativas ao imigrante japonês e à imigração japonesa;
- c) a dissociação estruturada entre a produção e a recepção, que, em todos os tipos de comunicação de massa, possui os dois contextos separados: os bens simbólicos são produzidos em um contexto ou conjunto de contextos (as instituições que formam as indústrias da mídia) e transmitidos para receptores localizados em contextos distantes e diversos. Uma das desigualdades presentes é a dos participantes do processo comunicativo, pela qual os receptores de mensagens mediadas pouco podem fazer para determinar os tópicos ou o conteúdo da comunicação;
- d) o prolongamento da disponibilidade dos produtos na mídia no tempo e no espaço. Com o desenvolvimento de instituições com produção em grande escala e para a difusão generalizada de bens simbólicos, a ampliação da disponibilidade das formas simbólicas

torna-se um fenômeno social mais significativo e penetrante, mas rotineiro a ponto de todos suporem que se trata de uma característica corriqueira da vida social;

e) a circulação pública das formas simbólicas mediadas, disponível a uma pluralidade de receptores, no sentido de que estão “abertos” ou “disponíveis ao público” – o “caráter público” (THOMPSON, 1998).

Como a minha pesquisa envolve o estudo da identidade, abordo a seguir o tema “formas simbólicas” por serem elas veiculadas amplamente pela mídia.

5.1.2 Formas simbólicas

Com o desenvolvimento da mídia, ocorreu a transformação da natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno: as formas simbólicas foram produzidas e reproduzidas em escala sempre em expansão; tornaram-se mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado; ficaram acessíveis aos indivíduos largamente dispersos no tempo e no espaço (THOMPSON, 1998, p.19). Os meios de comunicação também passaram a ser fundamentalmente “culturais”, isto é, preocupados tanto com o caráter significativo das formas simbólicas, quanto com a sua contextualização social, relacionados à produção, ao armazenamento e à circulação de materiais que são significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem, tendo papel fundamental na reelaboração do caráter simbólico da vida social, na reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e na reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si.

Esse autor usa o termo desenvolvido por Pierre Bourdieu de “campos de interação” como os conjuntos de previamente dados que proporcionam a diferentes indivíduos diferentes inclinações e oportunidades a depender do tipo e da quantidade de recursos disponíveis para ele: a posição que um indivíduo ocupa dentro de um campo ou instituição é muito estreitamente ligada ao poder que ele ou ela possui. O autor entende poder como a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências.

Assim, há quatro tipos principais de poder: econômico, político, coercitivo e simbólico, sendo o poder cultural ou simbólico aquele que nasce nas atividades de produção, de transmissão/distribuição e de recepção do significado das formas simbólicas. Concordo que a atividade simbólica é característica fundamental da vida social, em que os indivíduos ocupam-se

constantemente com as atividades de expressão de si mesmos em formas simbólicas ou de interpretação das expressões usadas pelos outros, envolvidos na comunicação uns com os outros e na troca de informação de conteúdo simbólico. Dessa forma, as ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer ou a descrer, apoiar os negócios do Estado ou sublevar as massas em revolta coletiva. O autor usa o termo “poder simbólico” como a “capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e de produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas” (THOMPSON, 1998, p. 24), e entendo que, nesse sentido, o poder simbólico dos meios de comunicação de massa é imensurável. Se a atividade simbólica é uma característica penetrante da vida social, é determinante o estudo dos meios de comunicação de massa por esses serem uma das instituições que historicamente acumulam os meios de informação e de comunicação.

Outro importante fator é que, a partir da metade do século XIX, a dependência do transporte físico das formas simbólicas mudou significativamente com o desenvolvimento da tecnologia da telecomunicação. Com o advento da telecomunicação, ocorreu a disjunção entre o espaço e o tempo, e, com a introdução da transmissão telegráfica, o distanciamento espacial foi aumentado, mas a demora temporal foi sendo virtualmente eliminada. Tal desenvolvimento também afetou as maneiras pelas quais os indivíduos experimentam as características de espaço e de tempo da vida social. Com a série de inovações técnicas da impressão, as formas simbólicas começaram a ser produzidas, reproduzidas e distribuídas numa escala sem precedentes, ocorrendo a “mediação cultural” relativas às transformações culturais que foram ocorrendo.

Thompson também salienta que a crescente disponibilidade de formas simbólicas mediadas alterou as maneiras pelas quais as pessoas compreendiam o passado e o mundo além de seus contextos sociais mediados, a chamada “historicidade mediada”: “nosso sentido do passado e de como ele nos alcança se torna cada vez mais dependente da expansão crescente de um reservatório de formas simbólicas mediadas” (THOMPSON, 1998, p. 38). É por meio da mídia (livros, jornais, filmes e programas televisivos) que o sentido dos principais acontecimentos do passado nos alcança, não eliminando as experiências pessoais e os relatos de testemunhas transmitidas face a face.

Outro importante ponto para o meu estudo é a “mundanidade mediada” (THOMPSON, 1998): nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas. No meu caso, seriam a imigração japonesa, o imigrante japonês, a Segunda Guerra Mundial. A

difusão dos produtos da mídia permite a experiência de eventos, a investigação de outros e, em geral, o conhecimento de um mundo que se amplia além dos encontros diários, pois não há necessidade da presença física nos lugares onde os eventos acontecem. Daí, o conjunto de imagens e expectativas com a exposição prolongada aos produtos da mídia precede muitas vezes a experiência a ser vivenciada. Neste estudo, as notícias em 1907/1908 precederam a chegada do imigrante japonês, criando e gerando expectativas diversas; as notícias durante o período que antecipou a Segunda Guerra Mundial permitiu a criação de clima propício às diversas ações tomadas contra o imigrante japonês em prol da “segurança nacional”, como veremos nos dados analisados.

O autor também enfatiza que o sentido de pertencimento dos indivíduos também foi alterado em virtude da nova compreensão do lugar e do passado. Como tal compreensão origina-se do sentimento de partilha de uma história, de um lugar comum, de uma trajetória comum no tempo e no espaço, à medida que a compreensão do passado torna-se cada vez mais dependente da mediação das formas simbólicas e a nossa compreensão do mundo e do lugar que ocupamos nele se alimenta dos produtos das mídias, a nossa compreensão dos grupos e das comunidades com que compartilhamos um caminho comum por meio do tempo e do espaço, uma origem e um destino comuns, também se altera. O sentimento de pertencimento a grupos e a comunidades passa a se constituir em parte por meio da mídia, a chamada “sociedade mediada”. E esse sentimento foi muito enfatizado principalmente na Segunda Guerra Mundial quanto aos súditos japoneses, alemães e italianos.

Na análise do evento discursivo como prática discursiva, uma das etapas é a da recepção das formas simbólicas.

5.1.2.1 Recepção das formas simbólicas

Thompson (1998) considera a recepção uma “atividade” não como algo passivo, mas como prática pela qual os indivíduos percebem e trabalham o material simbólico recebido, usam-no para suas próprias finalidades, em modos extremamente variados e relativamente ocultados e não circunscritos a lugares particulares. Os usos dos receptores também podem não coincidir com a dos produtores.

Considera, ainda, a recepção uma atividade “situada” no sentido de os produtos da mídia serem recebidos por indivíduos que estão sempre situados em específicos contextos sócio-históricos, caracterizados por relações de poder relativamente estáveis e por um acesso

diferenciado aos diversos recursos acumulados. Aqui também há o substancial grau de distanciamento espacial (e talvez temporal), em que os indivíduos, ao lerem matérias que envolvem distanciamento espacial e temporal, podem elevar-se acima de seus contextos de vida. É o caso das matérias sobre a Segunda Guerra Mundial, que retratam os fatos ocorridos na Ásia e na Europa.

Outra característica da recepção dos produtos midiáticos é ser uma “realização especializada”, pois depende de diversas habilidades e de competências adquiridas, as quais podem variar de um grupo para outro ou de uma classe para outra ou ainda de um período histórico para outro. No meu caso, não se pode esquecer os índices de analfabetismo presentes nos períodos estudados.

A última característica da recepção é ser fundamentalmente um “processo hermenêutico”. Assim, “muitas das pressuposições e expectativas envolvidas no processo de interpretação são de caráter social e histórico mais amplo, compartilhadas por um grupo com características originais e trajetórias sociais similares” (THOMPSON, 1998, p. 44), variando de indivíduo para outro e de um contexto sócio-histórico para outro. Mais, no processo hermenêutico, na interpretação das formas simbólicas, os indivíduos incorporam-nas na própria compreensão de si próprios e dos outros, como base de reflexão sobre si mesmo, os outros e o mundo a que pertencem: para Thompson, o termo “apropriação” refere-se a esse processo de conhecimento e de autoconhecimento – apoderamento de um conteúdo significativo, incorporação e adaptação da mensagem à própria vida, aos contextos e circunstâncias em que vivemos e, às vezes, tão diferentes daqueles em que a mensagem foi produzida. Além de o processo de apropriação poder se estender muito além do contexto inicial de recepção, com a discussão simultânea e posterior, são elaboradas discursivamente e compartilhadas com o círculo mais ampliado, retransmitidas para outros contextos e transformadas por um processo contínuo de repetição, reinterpretação, comentário, riso e crítica – essa é a força dos meios de comunicação na transmissão das formas simbólicas em um processo de formação pessoal e de autocompreensão, nos processos de modelação e de remodelação de nossas habilidades e de nossos conhecimentos, testando os sentimentos e os gostos e expandindo os horizontes da experiência individual.

Veremos a transformação de tais características ao abordarmos as transformações ocorridas nos meios de comunicação de massa ao longo dos dois períodos estudados.

5.2 A CONTRIBUIÇÃO DE OUTROS AUTORES

Apresento a contribuição de outros autores quanto ao estudo da mídia.

Fairclough (1992, 1995) e Chouliariki e Fairclough (1999) desenvolvem o marco analítico para investigar a linguagem em relação ao poder e à ideologia e demonstram como a Análise de Discurso Crítica é útil no descobrimento da natureza discursiva de grande parte das trocas sociais e culturais contemporâneos, em particular, a linguagem dos meios de comunicação de massas, meios que se consideram uma das sedes do poder. Fairclough, em suas obras, tanto mostra o caráter falacioso de as instituições midiáticas quererem se mostrar neutras na constituição de um espaço para o discurso público e de refletirem desinteressadamente o estado de coisas, como também ilustra o papel mediador e construtor dos meios midiáticos.

Na obra *Handbook of Discourse Analysis - Manual del análisis del discurso* (1985), Van Dijk reconhece que a linguagem e o modo como esta opera no discurso devem ser objeto de investigação fundamental ou um instrumento para se investigar outros fenômenos sociais. Complementa Pardo Abril (2007a), em seus estudos, sobre como a transformação das maneiras de conceber a ciência se consolida nas reflexões sobre a linguagem, na elevada evolução tecnológica contemporânea e, em particular, sobre a tecnologia da comunicação, o que faz com que a vida cotidiana se veja atravessada pelos efeitos da difusão tecnológica massiva (MATTELART, 1998). Assim, o papel da informação e da comunicação é decisivo, servindo como roteiro da soberania e do exercício público das comunidades, com a indústria da informação contribuindo tanto na construção das formas de organização democrática e econômica, como na organização do novo espaço mundial e na consolidação do ideal da livre circulação do pensamento e das opiniões.

Jäger (2003) remonta que, na sociedade, há vários planos discursivos (ciência, política, meios de comunicação, educação, vida cotidiana, vida empresarial...), ou locais sociais, com os seus respectivos fios discursivos e que tais planos discursivos repercutem um nos outros, guardam relação uns com outros, utilizam-se uns a outros, como, por exemplo, a inclusão de fragmentos discursivos do discurso especial da ciência ou do discurso político nos planos midiáticos. Também se pode observar que os meios de comunicação podem incluir o discurso cotidiano, dando-lhe um enfoque sensacionalista, dessa forma, regulando o pensamento cotidiano e exercendo uma considerável influência na política orientável e orientada. O mesmo autor acredita que as sociedades dadas nunca são inteiramente homogêneas, e, por conseguinte,

sob certas circunstâncias, um grupo há de operar dentro dos subgrupos sociais e alerta para o fato de o discurso geral de uma sociedade ser, como discurso, uma parte do discurso global (naturalmente heterogêneo), ou em outras palavras, do discurso mundial, que se tem visto homogeneizado e, ao mesmo tempo, novamente polarizado. Tal discurso global apresenta uma rede cujas raízes se encontram particularmente entrelaçadas e manifestam profunda interdependência. Para desemaranhar tal rede, está o papel do discurso, avançando, como regra geral e, antes de mais nada, por meio do discurso individual que incide nos planos discursivos do indivíduo. Nesta pesquisa, o discurso midiático cujo fio discursivo é a imigração, com a análise do fio discursivo político relacionado à imigração e ao discurso cotidiano sobre a imigração.

5.3 MAL-ESTARES DO COTIDIANO

Para Pardo Abril (2007a), após a leitura e o reconhecimento dos temas presentes na notícia, faz-se a formulação de categorias, pois a narrativa social é uma das formas de experiência humana coletivizada que estrutura distintos tipos de conhecimento. Ao se analisar a imprensa escrita, levantam-se os significados que proporcionam os recursos cognoscitivos para que a realidade seja representada e valorada por membros de um grupo específico. Van Dijk (1990 apud PARDO ABRIL, 2007a, p. 41) conceitua a notícia como um informe do gênero “novela” e público, uma forma particular de saber e de dizer, e sua análise ocorre em um nível textual - o conteúdo e a estrutura do texto, tanto em seus aspectos gramaticais como ideológicos - e outro contextual - os alcances do nível contextual e os fatores cognitivos e sociais de produção, de compreensão e de representação da informação jornalística.

Concordo com a visão de Fairclough sobre as notícias. Os jornais criam estórias das séries de eventos relatados cronológica e logicamente, sendo uma forma de regulação social, ou mesmo uma forma de violência, sem um relacionamento claro para as histórias, impondo uma ordem narrativa sobre elas. Assim, a produção de histórias jornalísticas envolve tanto a construção de algo que pode ser um acontecimento fragmentado e mal definido como um evento distinto e separado que exclui outros, bem como a organização de eventos construídos em relações particulares entre eles. Portanto, fazer jornais é um processo altamente interpretativo e construtivo, e não simplesmente um relato dos “fatos”. Para ele, as narrativas jornalísticas são narrativas históricas com uma “intenção referencial” que as abre às questões sobre a relação entre história e eventos reais, questões de verdade. Podem ter uma “intenção explanatória” que pode vazar para a “focalização”: para fazer os eventos constituírem sentido, trazendo-os para

uma relação que incorpora um ponto de vista particular. Por exemplo: os jornais como parte de um aparato de governo, então, as histórias jornalísticas são orientadas para regular e controlar eventos e as formas pelas quais as pessoas respondem a eventos (ALLAN, 1999 apud FAIRCLOUGH, p. 84, 2006).

Durante a pesquisa, encontrei uma interessante contribuição de Champagne (1997) a respeito da notícia. Para ele, os mal-estares sociais passam à existência visível somente quando se fala deles na mídia, isto é, quando são reconhecidos como tais pelos jornalistas, alertando que eles não se dividem somente em mal-estares sociais mediaticamente constituídos ou aqueles que têm a sua imagem divulgada pelos meios de comunicação. Contudo, os mal-estares não são todos igualmente “midiáticos”, e os que o são inevitavelmente sofrem deformações a partir do momento em que são tratados pela mídia, porque não são somente registrados, mas também construídos a depender dos interesses próprios desse setor de atividade.

Caso se enumerem os “mal-estares” no decorrer de semanas na imprensa, teremos a lista dos “mal-estares para jornalistas”, isto é, aqueles cuja representação pública foi explicitamente fabricada para interessar aos jornalistas; ou então aqueles que, por si mesmos, atraem os jornalistas porque são “fora do comum”, ou dramáticos, ou emocionantes, e por isso comercialmente rentáveis; ou aqueles de acordo com a definição social do acontecimento digno de “ser manchete”. Segundo Champagne (1997), os critérios de seleção e de tratamento desses mal-estares mostram, pelo menos, tanto o meio jornalístico e sua maneira de trabalhar quanto os grupos sociais a que dizem respeito.

Portanto, o que se chama de “acontecimento” não é senão o resultado da mobilização – que pode ser espontânea ou provocada, mas sempre ideológica – dos meios de comunicação em torno de alguma coisa sobre o qual eles concordam, por certo tempo, em considerar como tal. No caso de

populações marginais ou desfavorecidas que atraem a atenção jornalística, os efeitos da mediatização estão longe de ser os que esses grupos sociais poderiam esperar porque os jornalistas dispõem, nesses casos, de um poder de constituição particularmente importante, a fabricação do acontecimento foge quase totalmente a essas populações (CHAMPAGNE, 1997, p. 67).

Os dominados são os menos aptos a poderem controlar sua própria representação, pois o espetáculo de sua vida cotidiana pode ser, para os jornalistas, ordinário e sem interesse. É o que se verificou e se verifica no dia a dia dos jornais.

Como dito no início do capítulo, o trabalho se dá pela visão transdisciplinar com a História. Portanto, traço a rede com a História.

5.4 REDE DA HISTÓRIA

Início esta seção com um velho provérbio árabe já apresentado, “os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais” (SCHWARCZ, 2001). E seguimos Bloch (2001, p. 7) quanto à “História como problema” e não “ciência do passado”, uma vez que, segundo esse autor, “passado não é objeto de ciência”, ao contrário, era no jogo entre a importância do presente para a compreensão do passado e vice-versa que a partida era, de fato, jogada. Daí, temos o “método regressivo”: temas do presente condicionam e delimitam o retorno, possível, ao passado, tal qual um “dom das fadas, a história faria com que o passado retornasse, porém não de maneira intocada e “pura”, sendo uma estrutura em movimento. Portanto, complementando ainda com as palavras desse autor sobre um trabalho de pesquisa: “saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos estudantes” e salienta que “simplicidade tão apurada é privilégio de alguns raros eleitos” (LE GOFF, 2001, p. 17). Eu tento seguir as suas palavras neste trabalho.

Sua definição de História é a busca, portanto, a escolha, cujo objeto não é o passado e, sim, o “homem”, ou melhor, “os homens”, e mais precisamente “homens no tempo”, em que o presente bem referenciado e definido dá início ao processo fundamental do ofício de historiador para se compreender o presente pelo passado e, correlativamente, compreender o passado pelo presente. Mas deve também se resignar a não compreender tudo do passado, a utilizar um conhecimento por meio de pistas, a recorrer a procedimentos de reconstrução, no entendimento de que o conhecimento do passado é uma coisa em progresso que se transforma e aperfeiçoa incessantemente (LE GOFF, 2001; BLOCH, 2001).

Bloch (2001) ressalta que o tempo verdadeiro é, por natureza, *um continuum* e perpétua mudança e nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento. E para se analisar, tenho de recortar arbitrariamente a fim de que esses tempos coincidam com os principais pontos de inflexão da eterna mudança, adequando-se à natureza do fenômeno considerado, pois as transformações da estrutura social, da economia, das crenças, do comportamento mental não seriam capazes, sem um desagradável artifício, de se dobrar a uma cronometragem muito rígida.

As suas palavras complementam a visão da Análise de Discurso Crítica:

Os homens que nasceram num mesmo ambiente social, em datas próximas, sofrem necessariamente, em particular em seu período de formação influências análogas. A experiência prova que seu comportamento apresenta, em relação aos grupos sensivelmente mais velhos ou mais jovens, traços distintivos geralmente bastante nítidos. ... Essa comunidade de marca, oriunda de uma comunidade de época, faz uma geração. Uma sociedade, a bem da verdade, raramente é uma. Ela se decompõe em

ambientes diferentes (BLOCH, 2001, p. 151).

Para dizer em uma palavra: se o discurso troca, o objeto não somente troca seu significado, e, sim, converte-se em um objeto diferente, perde sua identidade prévia. Portanto, a realidade é significativa e existe na forma em que existe unicamente na medida em que nós, que se acha em todos os casos vinculados aos discursos (sócio-históricos) ou entrelaçados a eles e que está constituídos por eles, lhe tenham atribuído um significado. Caso isso não ocorra, os objetos trocariam ou perderiam seu significado. No melhor dos casos, é possível reconstruir o significado original como um primeiro significado que tenha emaranhado com outros significados ou que tenha deixado de existir. Para Jäger, a atribuição de significado não é uma ação simbólica não vinculante, e, sim, implica a reativação daquilo com o que encontra, volta a configurar e troca. Assim, nessas condições, no exame do simbolismo coletivo que se usa popularmente ao falar dos imigrantes, compreendo que as correspondentes atribuições de significado quanto aos estrangeiros podem ou ser uma onda a ser repelida ou algo contra quem se é necessário levantar diques, ou pessoas a serem esmagadas ou exterminadas. Devo, então, olhar o conjunto dos discursos e dos “fluxos sociais de conhecimento que se produzem ao longo do tempo” como um gigantesco e complexo “bobinante discursivo”, com uma grande variedade de temas. Jäger chama de “fios discursivos” os processos discursivos tematicamente uniformes, em que cada fio discursivo tem uma dimensão sincrônica e outra diacrônica, com o fim de identificar o que tem “dito” ou o que era, é e será “dizível” em um particular ponto do passado, do presente e do futuro, em outras palavras, no correspondente “presente”, entendido em toda sua gama de aparições. Cada fio discursivo compreende uma multitude de elementos que tradicionalmente se denominam textos ou fragmento discursivo, sendo este um texto, ou uma parte de um texto, que aborda determinado tema, no meu caso, a imigração japonesa e o imigrante japonês, como tema principal em que, sem dúvida, se fazem referências a outros temas,

Assim, todos os acontecimentos têm raízes discursivas. Em outras palavras, podem ser encontradas as pegadas de sua origem em constelações discursivas cujas materializações são os acontecimentos, no meu caso, as notícias dos meios de comunicação, sendo importante destacar os contornos do contexto discursivo com o que se relaciona o vigente fio discursivo: anos 1907-1908 e Segunda Guerra Mundial.

Com base em tudo o que foi até então discutido, faço, nas próximas seções, o levantamento do que ocorreu nos meios de comunicação de massa, com ênfase no contexto brasileiro, nos dois períodos pesquisados: 1907-1908 e 1942-1943. Interesse pela expansão das

redes de comunicação e do fluxo de informação, os quais, desde meados do século XIX, têm crescido com objetivos globais. Apresento os caminhos pelos quais essas redes se entrelaçaram com outras formas de poder – econômico, político e militar – e como foram usadas pelos atores meios de comunicação de massa na busca de seus objetivos.

5.5 EM UMA VIAGEM PELO TEMPO

Como o meu estudo aborda os meios de comunicação de massa sob a visão da Análise de Discurso Crítica e tendo o evento comunicativo como prática discursiva, com foco nos processos de produção, de distribuição e de recepção da notícia, faço a sua contextualização em épocas diferentes, pois as mudanças sociais e econômicas afetaram-nos. Em uma rápida leitura, essa contextualização pode aparentar sem conexão com o presente trabalho, contudo, no meu caso, faz-se primordial abordar a evolução para que possamos entender fatos ocorridos e noticiados nas diferentes épocas estudadas nos seus contextos específicos, pois o objetivo do meu trabalho é refletir sobre o que aconteceu, trazendo-lhe novos olhares e compreensões.

Nesta seção, faço um levantamento do surgimento de termos relativos à mídia. Segundo Briggs (2006, p. 11), apesar de o interesse pelos meios de comunicação ser muito antigo - a retórica já era muito valorizada na Grécia e na Roma antigas. De acordo com o *Oxford English Dictionary*, na década de de 1920, as pessoas começaram a falar de “mídia”; uma geração depois, nos anos 1950, passaram a mencionar uma “revolução da comunicação”. Já o conceito de “opinião pública” apareceu no final do século XVIII e a preocupação com as “massas” tornou-se visível a partir do século XIX, considerada a época em que os jornais ajudavam a moldar uma consciência nacional, levando as pessoas a ficarem atentas aos outros leitores.

Esse autor propõe que, seja qual for o ponto inicial, as pessoas que trabalham com comunicação e estudos culturais – em número cada vez mais crescente – devem levar em consideração a História e que os historiadores – de qualquer período ou tendência – devem levar em conta seriamente a teoria e a tecnologia da comunicação. Contudo, não tem como uma história deixar de ser muito seletiva e privilegiar alguns temas, em detrimento de outros, como tenho de fazer com esta, mas o faço na visão de que a mídia precisa ser vista não só como um sistema, um sistema em contínua mudança, no qual elementos diversos desempenham papéis de maior ou menor destaque (BRIGGS, 2006), mas também como as mensagens transmitidas, as intenções imediatas, estratégias e táticas dos comunicadores precisam estar sempre relacionadas ao contexto no qual operam.

5.5.1 Viajando na História da mídia mundial

Não há como desvincular a História da mídia brasileira à da mídia internacional. Trago, ainda, a contribuição de Briggs (2006) com várias datas e fatos marcantes na História da imprensa no final do século XIX e início do século XX, pois cada país tem sua data marcante.

Em 1848, foram retiradas todas as restrições à imprensa germânica, mas elas voltariam três anos depois. No Japão, em 1875, a lei japonesa de imprensa especificava que “o ministro do interior (pode) proibir a venda ou distribuição de jornais, ou se necessário, recolhê-los, quando julgar que os artigos perturbam a paz e a ordem ou ofendem a moral”. Em 1881, na França, depois dos debates infundáveis e amplos da Terceira República, surgiu uma nova lei de imprensa com as estimulantes palavras: “A imprensa é livre”. Restrições antigas foram abolidas, inclusive a que exigia dos jornais que depositassem dinheiro em caução contra a possibilidade de multas por difamação ou outras ofensas. O jornal londrino *The Times* saudou a nova lei com as palavras “uma imprensa melhor torna as leis excepcionais desnecessárias”.

Contudo, no fim do século XIX, em alguns países, inclusive na Índia imperial, estavam sendo aprovadas novas leis repressivas. Mas, nesse período e na maioria dos países, era difícil o cumprimento das leis de imprensa. Na Rússia czarista, havia uma imprensa clandestina que estava diretamente envolvida na política.

Apesar desse quadro, em todos os países, independentemente do tipo de lei, a imprensa havia se estabelecido por volta de 1900 como uma força social que deveria ser avaliada em uma democracia futura, tanto quanto havia sido em um passado autoritário. Quanto à impressão gráfica, ela permaneceu como um meio de comunicação básico, mesmo depois do aparecimento da mídia eletrônica, com o florescimento dos jornais, livros e tecnologias.

Ocorriam os processos de mudança complexos e, com a queda dos custos de impressão e o aumento da massa de leitores, o conteúdo dos jornais que não se qualificavam como “jornais de qualidade” incluía mais entretenimento e menos informação, em um estilo menos formal. Os chamados “tablóides” não constituíam um produto-padrão, como sugerem algumas histórias de jornais: eles competiam não apenas entre si, mas também com o resto da mídia e com outros produtos não associados à comunicação, sendo alguns deles a fonte de seu próprio lucro em publicidade.

Quanto ao número de publicações, em 1881, dizia-se que, como “um fenômeno admirável dos tempos modernos”, circulavam, somente em Londres, entre cinco e seis milhões

de publicações baratas semanais ou mensais, mas isso era menos “moderno” do que parecia. O número de jornalistas aumentaria a partir de 1860 com a participação de profissionais formados em universidades, os “intelectuais”, termo pouco usado na Grã-Bretanha da época, que passaram a se organizar coletivamente.

As mudanças ocorriam e já, em 1916, nos Estados Unidos, sugeria-se que jornal era o “grande meio de comunicação” e “com base em sua informação sustentava-se a opinião pública”. Um grande nome do panteão jornalístico norte-americano foi Walter Lippmann (1889-1974), colunista de jornal muito respeitado; sua coluna “Hoje e Amanhã”, iniciada em 1931, era publicada em 250 jornais, sendo um em cada dez jornais fora dos Estados Unidos. Ele também mais investigava e ganhou merecidamente dois prêmios Pulitzer; sugeria que o poder da imprensa era expresso menos pela personalidade do editor de um jornal do que pelo próprio fluxo de notícias.

Vive-se em um mundo moderno e complexo em que as notícias eram inevitavelmente seletivas e os leitores, dependendo do que era oferecido – “histórias condensadas”, encontravam-se dificuldades enormes para construir julgamentos por conta própria. Ofereciam-se “estereótipos”, “pseudorealidades” sobre questões públicas.

Era esse o quadro da imprensa internacional nos finais do século XIX e início do século XX.

5.5.2 Voltando para o Brasil

Para a minha pesquisa da mídia no contexto brasileiro, utilizo as contribuições de Barbosa (2007) ao longo dos séculos, permeada com as contribuições de outros autores. Segundo Melo (2007), neste início de século, a historiografia brasileira encontra-se no paradoxo do crescimento do volume de pesquisas sobre a imprensa, mas com raras generalizações capazes de elucidar seu desenvolvimento ou discernir melhor o seu futuro.

5.5.2.1 A viagem guiada por Marialva Barbosa

Como o meu contexto histórico quanto à prática discursiva nos moldes da Análise do Discurso Crítica me será dado pelos estudos de Barbosa, entendo importante esclarecer o seu ponto de vista quanto aos estudos históricos, ao papel da imprensa na sociedade e à própria conformação histórica ao longo de um século. Com ela, muito aprendi a fim de nortear a minha leitura pelos tempos. É claro que também trarei contribuições de outros autores.

Barbosa (2007) parte da premissa da possibilidade de visualização do passado de diversas maneiras pelo olhar que procura os indícios e os sinais que chegam ao presente. No meu caso, espécies de vestígios que indicam como o público se relaciona com os meios de comunicação de massa. Considero a História como um processo e, sobretudo, a imprensa na sua relação com o social, visualizando-a como integrante de um processo comunicacional, no qual ganham importância o conteúdo, o produtor da mensagem e a forma como o leitor entende os sinais emitidos pelos impressos. Procura destacar, também, a dimensão histórica de um mundo pleno de significados a partir de um espaço social considerado, no qual se localizam os meios de comunicação de massa por meio da interpretação dos sinais que chegam até o presente com base nas perguntas subjetivas e do olhar, igualmente subjetivo, que se pode lançar ao passado.

Dessa forma, o produto dessa reconstrução será sempre um discurso carregado de significados, pois cada época está imersa em um grau de consciência histórica construída pelos sujeitos que “vivem sua própria história”. Assim, a tarefa da História não é somente a recuperação do passado tal como ele se deu, mas a sua interpretação com base nos sinais que chegam até o presente, tentando compreender a mensagem produzida no passado dentro de suas próprias teias de significação. Esses vestígios me serão dados pelas notícias da época e como ato memorável (no qual está incluída a minha própria memória como narradora/pesquisadora). Barbosa ressalta que o que é decifrado, pela interpretação, está sempre localizado no presente; vendo-se nos sinais a possibilidade de conter uma mensagem e atribuindo um valor a eles no presente, produz-se a interpretação indispensável na ação histórica:

Para contar uma história, há que existir vestígios, predisposição para ler e a leitura, isto é, a interpretação crítica. A historiografia implica, pois, em leituras de mensagens sobre algo considerado como ausente no nosso aqui agora, a disponibilidade para visualizar nos indícios a mensagem (método) e sua leitura (a crítica). Para a teoria da história é fundamental o que aconteceu, como aconteceu e, sobretudo, por que aconteceu (BARBOSA, 2007, p. 14).

Há muitas maneiras de se fazer história e diversas formas de debruçar sobre o passado: Barbosa o faz acreditando que o passado está irremediavelmente perdido nele mesmo e o que

fazemos nada mais é que produzir interpretações. Para ela, construir história da imprensa é fazer o mesmo movimento da “escrita da história”, com a História percebida como processo complexo, no qual estão engendradas relações sociais, culturais, falas e não ditos, sendo da competência do historiador perguntar pelos silêncios e identificar no que não foi dito uma razão de natureza muitas vezes política. Vamos, então, viajar, não nos esquecendo da contribuição desses conhecimentos de diferentes épocas para a compreensão dos dados levantados durante a análise.

5.5.2.2 Viajando nos anos 1880 - 1900

Apesar de o meu primeiro período situar-se nos anos de 1907-1908, faz-se necessária uma retrospectiva dos anos 1880-1900 em vista de os acontecimentos desse período afetarem a época analisada.

A partir do final dos anos 1880, os jornais, sobretudo do Rio de Janeiro, então capital de uma República nos seus primeiros passos, assumem nova configuração. Os periódicos vivem a febre da modernização: segundo Cruz (2000, p. 78), em 1884, existem na capital paulista mais de vinte tipografias em funcionamento. Verifica-se, no Brasil, o crescimento da produção dos meios de comunicação de massa como no exterior.

Em 1874, com o desenvolvimento do sistema telegráfico, instala-se no Rio de Janeiro a primeira agência de notícias: Hava, com a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio* passando a publicar os telegramas internacionais, que a agência distribui, nas suas primeiras páginas. Ao lado disso, o desenvolvimento dos Correios, desde o Império, facilita a distribuição dos periódicos. E nos vestígios deixados pelos múltiplos documentos, pelos textos literários e pelas descrições contidas nos próprios periódicos, a leitura passa a ser hábito nas cidades, nos cafés, nos espaços do trabalho, nas salas de visita das casas. Leituras diversas de uma sociedade já imersa no mundo da impressão.

A diversificação da imprensa nos grandes centros é, também, outra marca do período, cujo ponto inflexivo é a década de 1880, com centenas de publicações.

Cria-se o hábito de fixar os exemplares nas portas das redações, com o público em torno das publicações, comentando, em voz alta, as últimas notícias. No carnaval, os cortejos das sociedades e dos ranchos dirigem-se às redações, dando vivas aos jornalistas. Nas datas importantes e nos momentos de crise, observa-se o mesmo movimento. Em uma cidade de pouco mais de 500.000 habitantes, os cinco mais importantes periódicos do Rio editam, juntos, 150 mil

exemplares (VERÍSSIMO, 1909 apud BARBOSA, 2007, p. 17). Em outras capitais, como São Paulo, antes de clarear o dia, os jornais são oferecidos ao público.

Nos últimos anos do século XIX, temos drásticas transformações. Envolvido pela ideologia do progresso, que iguala a ideia do novo à civilização, comparando-a com atitudes europeias, notadamente francesas, o Rio de Janeiro se cobre não apenas de cenários de concreto que anunciam o novo tempo, como também dos ecos dos jornais e das revistas que disseminam pelos quatro cantos o discurso da modernização. Referendando os discursos jurídico, político e médico-higienista, construídos para valorizar o novo e a inserção compulsória na civilização via uma ótica particular do progresso, o discurso da imprensa passa a valorizar também os símbolos desse novo tempo. Temos a República pondo em prática um projeto político, cujas ideias-chave eram o progresso e a disciplina e há a necessidade explícita de novos aliados para disseminar esse “bando de ideias novas”, como qualifica Silvio Romero. Nesse contexto, a imprensa destaca-se por ser capaz de amplificar as múltiplas falas dos grupos dominantes, construindo, ao mesmo tempo, uma unidade discursiva em torno de um só projeto político.

Temos o Rio de Janeiro tentando se igualar aos europeus e ser capital do País, o que produz uma atmosfera urbana singular pela variedade de grupos que ocorrem ao centro de poder para lutar pelos seus interesses, sendo as suas características mais marcantes o papel de formadora de opinião, o de representante do País no cenário internacional e também seu papel nacional, o seu lugar de cruzamento de informações e fonte permanente de notícias.

Acrescente-se a isso o fato de a passagem da Monarquia para a República possibilitar o surgimento de uma nova cultura política, com os temas abolicionistas e republicanos, desenvolvidos nos periódicos surgidos no decorrer das décadas de 1870 e 80, preparando terreno para um novo jornalismo que seguirá ainda os passos da polêmica até a primeira década do século XX, embora procurasse divulgar cada vez mais a ideia da imparcialidade.

O processo de inserção do Brasil na economia capitalista mundial ganha novo impulso com a Abolição e a República, forjando o quadro institucional necessário para a maior participação do País na divisão internacional do trabalho. Fluxos de capital e de força de trabalho deslocam-se e há aumento real das exportações. Paralelamente, os capitais estrangeiros crescem consideravelmente, a partir de 1870, participando, sobretudo, na expansão de atividades ligadas aos transportes e ao setor de serviços. Com o gradual declínio da cafeicultura na província do Rio de Janeiro, a economia urbana se modifica, já que os recursos se deslocam principalmente para as atividades dos setores secundário e terciário. Os efeitos da prosperidade agrícola, após 1890, aceleram ainda mais esse crescimento. Paralelamente, as tarifas alfandegárias e o

surgimento da eletricidade determinam um período de grande desenvolvimento para a indústria.

Quanto à população, aumenta em ritmo acentuado, em parte em decorrência do afluxo de libertos e de imigrantes, fazendo com que o período entre 1870 e 1890 registre um dos maiores crescimentos demográficos. Em 1900, o contingente populacional do Rio de Janeiro já ultrapassa 600 mil e o Rio de Janeiro com 621.565 moradores é a mais populosa cidade do País e a única com mais de 600 mil habitantes (LOBO, 1988).

Com o destaque das notícias policiais e reportagens, sob uma capa de neutralidade, e a introdução da entrevista nas primeiras páginas, os jornais procuram construir uma representação ideal da sociedade. A opinião isola-se no artigo de fundo e a ilustração, substituída, já no século XX, pela fotografia, publicada ao lado do texto, cumpre também esse papel. A edição ganha novo sentido: o de ordenar a sociedade. Os dramas cotidianos e os mexericos devem provocar tanto ou mais interesse que os temas políticos discutidos diariamente nos cafés pelos repórteres. Embora tenha, até os anos 1920, poder de difusão restrito, se considerarmos o papel que assumiu posteriormente, não se pode negar o poder influenciador da grande imprensa que se forma.

A gradual mudança no processo de mudança da cidade é marcante e segue um caminho mais ou menos uniforme até o início dos anos 1920, quando o jornalismo ganha nova configuração. Além do aparecimento de uma imprensa inteiramente sensacionalista, que fará do escândalo e dos dramas do cotidiano a totalidade de seu conteúdo, surgem não apenas jornais estruturados em moldes empresariais, mas grupos isolados que passam a dominar mais de um título. Temos a instalação de novas agências noticiosas, desta vez norte-americanas, e a vinda das primeiras grandes agência de publicidade, que dão a senha para a entrada do jornalismo num novo tempo (BARBOSA, 2007).

Nesse contexto, são publicadas as notícias sobre a imigração japonesa.

5.5.2.2.1 Em busca do público

Como a Análise de Discurso Crítica vê o evento comunicativo com suas três faces (a produção, a distribuição e a recepção do texto midiático), sendo uma delas a recepção das formas simbólicas por meio das notícias, trago a caracterização do público da época e as estratégias utilizadas para alcançá-lo.

Do ponto de vista redacional, os seus textos revelam a face do novo público. O estilo entrecortado que anuncia em palavras soltas separadas por traços gráficos, normalmente um travessão, a síntese da notícia parece indicar uma leitura titubeante de quem ainda não está

familiarizado com as letras impressas. Ao mesmo tempo, as notícias, sobretudo as notas sensacionais, passam a ser redigidas sem muitos rodeios.

Como o jornal é geralmente lido em voz alta nas rodas noturnas familiares e, pelo menos, quatro pessoas tomam conhecimento do conteúdo de um único número, pode-se perceber a ampla circulação desses impressos na sociedade. O fato de haver alto índice de analfabetismo não quer dizer que, também, nesse momento, não houvesse leituras plurais e leitores múltiplos.

Há as estratégias editoriais e redacionais elaboradas para criar o hábito de consumo urbano junto a um público mais vasto. Assim, os jornais mais populares são aqueles que se valem, ao mesmo tempo, do prestígio dos literatos e do diálogo permanente com o público leitor. O jornal passa a ser, do ponto de vista editorial, um meio informativo e, ao mesmo tempo, de entretenimento. E para criar o hábito de leitura entre um público de maioria analfabeta, é preciso vestir os periódicos com a roupagem da ilustração.

Observa-se também o aumento no número de páginas, em parte possibilitado pela introdução das novas máquinas rotativas que possibilitam maior rapidez no processo de produção. Às primeiras linotipos importadas, em 1897, e adotadas por todos os periódicos (o *Correio da Manhã* é o último a se valer da novidade, em 1909), segue-se a introdução de máquinas rotativas, capazes de imprimir até 20 mil exemplares por hora. Rapidez parece ser uma das palavras de ordem desse início do século XX.

Além disso, a imagem do poder público está sempre presente nos textos impressos, difundindo eficiência, pois fazer-se compreender é também fundamental para os grupos dominantes. E, para isso, não basta a imposição de normas sociais nas ruas, é preciso também a unificação do discurso. E a imprensa cumpre esse papel por meio dos homens de letras. Essa idealização do jornalista, o homem de letras, tem no Rio de Janeiro campo de atuação ímpar. Em uma sociedade com significativos índices de analfabetismo, esses intelectuais são assimilados pela sociedade civil, que se utiliza do seu potencial crítico e criativo. O homem de letras, o jornalista, o repórter, que figura com destaque nas listas de profissões, a partir de 1904, no *Almanaque Laemmert*, vive muito mais da sua própria representação e dela afere proveito. Crescendo emparelhado como processo de mercantilização da cidade, o jornalista invade impassível territórios até então intocados e zelosamente defendidos. Passa a ditar modas e novos hábitos. As cartas e consultas às redações manifestam o claro poder que a profissão conferia. Os intelectuais viam-se arrastados para o jornalismo, o funcionalismo e a política. Aproveitando-se da atmosfera de modernização, de regeneração e de mudança, os jornais promovem campanhas contra os velhos hábitos e pela introdução de novos costumes, sempre sob a égide de um

discurso pretensamente científico, de forma a implantar uma nova ordem.

Impondo padronização à linguagem, empregando intelectuais nas suas redações, os jornais contribuem para a banalização da linguagem literária. Num momento em que o analfabetismo impede o desenvolvimento de amplo mercado editorial, há que se considerar igualmente que os pesados impostos sobre o papel de impressão dos livros limitam ainda mais essa atividade editorial.

É preciso criar um novo tempo e uma nova representação para o trabalho, em uma sociedade saída da escravidão; o que era desvalorizado precisa agora ser aceito e valorizado. O tempo do lazer deve também ser controlado, diminuído e, sobretudo, ordenado. Tudo precisa encontrar uma nova ordem. Inclusive os próprios jornais.

Porta-vozes dessa remodelação urbana, decifradores do discurso da ciência, cunham inúmeras fórmulas redacionais para tornar a sua mensagem mais clara para um número maior de leitores. Utilizados pelos periódicos para promover essa decifração, muitos dos jornalistas acreditam, de fato, nesses ideais e submetem-se à sua difusão como forma de sobreviverem como assalariados, de se tornarem conhecidos do grande público ou de subirem o primeiro degrau para ingressar na burocracia oficial ou na política.

A imprensa, como o setor mais amplamente ocupado pelos literatos, vive um período de enorme agitação intelectual. As transformações sociais, econômicas e políticas influenciam também a prática jornalística. No caso dos jornais diários, a ansiedade por uma orientação proveniente das redações e o desejo dos intelectuais de exercerem domínio mais amplo sobre as camadas letradas dão a esses veículos um poder de ação inusitado, muito distante do que se pode pretender com a atividade literária. O poder simbólico daquele que sabe verbalizar os sentimentos pode, por meio dos jornais, transformar-se em poder de fato.

Sob a capa da neutralidade, entretanto, escondem-se inúmeras facetas: um novo tempo mais programado e fielmente dividido, a manipulação pelas e das camadas letradas e a unificação dos discursos da nova ordem.

Esse cenário também se transforma em razão da inserção de novas tecnologias.

5.5.3 Tecnologias do novo século - 1900-1910

Campos (apud BARBOSA, 2007, p. 21) faz referência a um mundo que se torna mais compactado, mais próximo e publicizado desde uma nova máquina que transforma também as publicações diárias: a partir de 1874, o telégrafo, que possibilitou noticiar fatos do mundo

ocorridos ontem e transportar até províncias longínquas como o Maranhão notícias do fim do “século das luzes” na capital da recém-criada República. Também ressalta os diversos aparelhos tecnológicos que invadem a cidade, como o cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, os daguereótipos, a linotipo, as *Marinonis*, que invadem a cena urbana e o imaginário na virada do século XIX para o século XX, introduzindo amplas transformações tanto no cenário urbano e nos periódicos que circulam na cidade, como no comportamento e na percepção dos que passam a conviver cotidianamente com eles.

As tecnologias capazes de fornecer uma dimensão à concepção temporal e espacial são decisivas na conformação do novo mundo simbólico que emerge naquele final de século. O mundo torna-se próximo e visível. As descrições e a possibilidade de ver em imagens lugares longínquos e figuras exóticas mudam gradativamente a percepção de um outro, agora visível, e antes apenas imaginado. A possibilidade de saber o que se passa no mundo em poucas horas constrói gradativamente nova espacialização. O mundo torna-se mais compacto. A temporalidade ganha nova dimensão. Em um texto publicado pelo *Jornal do Brasil* no primeiro dia do ano de 1901, fica evidente a importância que as novas tecnologias têm no dia a dia das publicações. As rotativas *Marinonis* possibilitam o aumento da tiragem que, naquele ano, chega à extraordinária cifra de 60.000 exemplares. Assim, o telégrafo permite a atualização constante – e com rapidez – das notícias recebidas de última hora. Não é mais possível apenas anunciar o que se passa no mundo, mas é preciso informar com rapidez. Os jornais constroem um tempo cada vez mais comprimido. O presente ou o passado ganham múltiplas significações em função da qualificação que lhe atribuímos.

Constrói-se paulatinamente a imagem do jornalismo como conformador da realidade e da atualidade. As tecnologias são fundamentais para a construção do jornalismo como lugar da informação neutra e atual.

Para os periódicos daquele longínquo 1901, o mundo – onde se multiplicam as tecnologias na esteira do desenvolvimento da energia elétrica – transfigura-se ao ser narrado como um calidoscópio de imagens múltiplas que se sucedem sem parar. O sentido dos acontecimentos sempre aponta para o futuro que se instaura permanentemente, capitaneado pelas novas tecnologias que mudam a paisagem sensorial, que revolucionam a apreensão do mundo e instauram múltiplas percepções temporais.

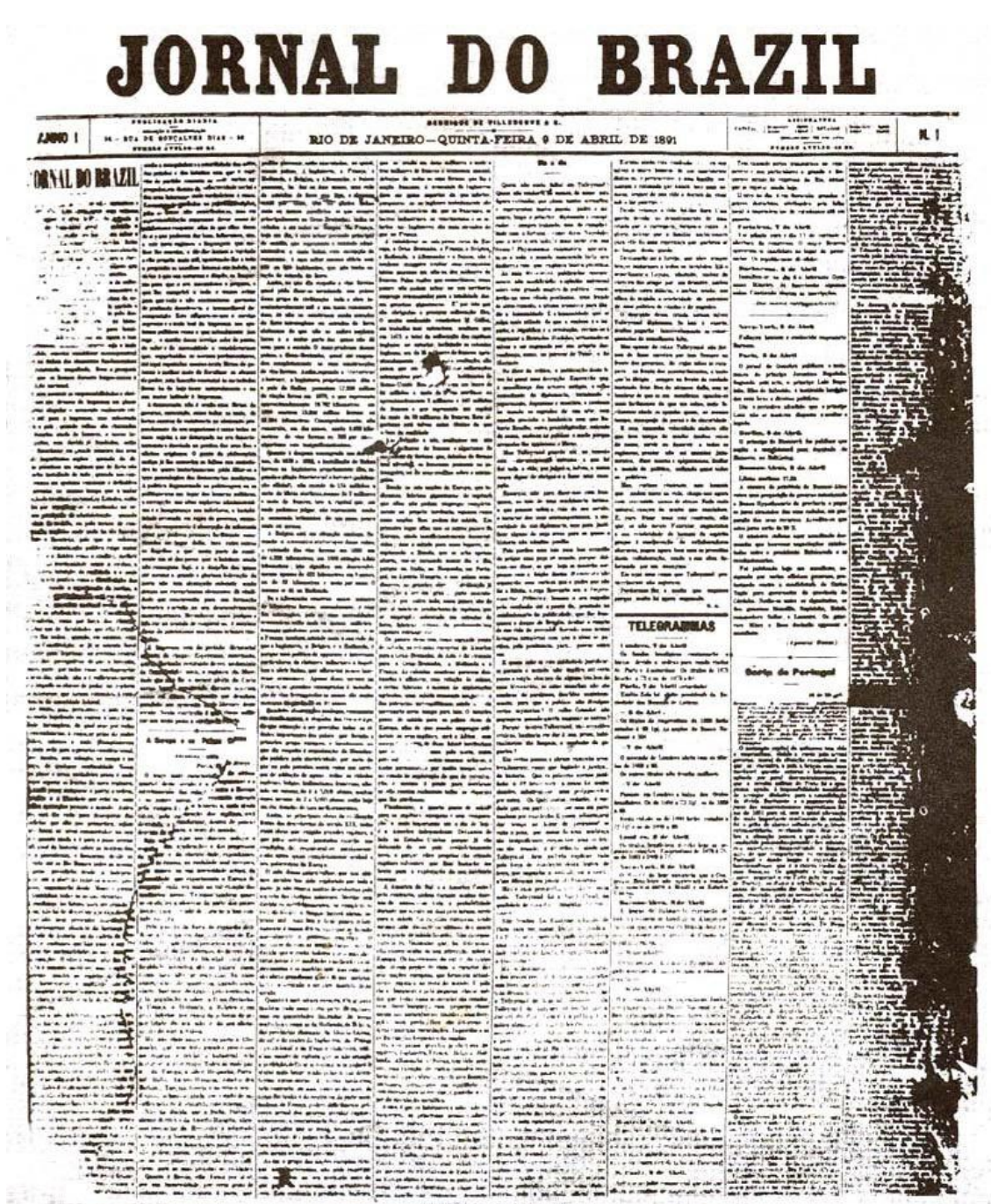
Nas publicações diárias, o passado é frequentemente obliterado. Têm-se olhos apenas para um futuro inaugurado com a inclusão do país num novo tempo: a República. Apaga-se cotidianamente o passado filiado obrigatoriamente à origem colonial, a um momento histórico

que se quer esquecido. Paralelamente, cada diário do Rio de Janeiro não cansa de repetir a sua própria história nas edições comemorativas que evocam a missão primordial do jornalismo: ser os olhos e ouvidos da sociedade.

5.5.3.1 O poder das imagens

Não há que se negar o poder das imagens na construção simbólica. Nos finais do século XIX, não havia a consciência atual da força das imagens nos textos, contudo, com o objetivo de alcançar os leitores, elas passaram a ter presença de diversas formas nos meios de comunicação de massa da época. O uso de ilustrações, desenhos a bico-de-pena, é comum desde os primeiros números. Além de ilustrarem o folhetim, as notícias também podem ser destacadas com a utilização desses desenhos que reproduzem ora o retrato do personagem enfocado, ora as construções, embarcações ou outro tipo de objeto a que a nota se referia. A título de ilustração, trago algumas imagens do trabalho de Fonseca (2008).

Figura 40 – Jornal do Brazil – Capa da edição inaugural de 1891



Fonte: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0610429_08_cap_02.pdf

Figura 41 – *Jornal do Brasil* - Cobertura do carnaval de 1901.

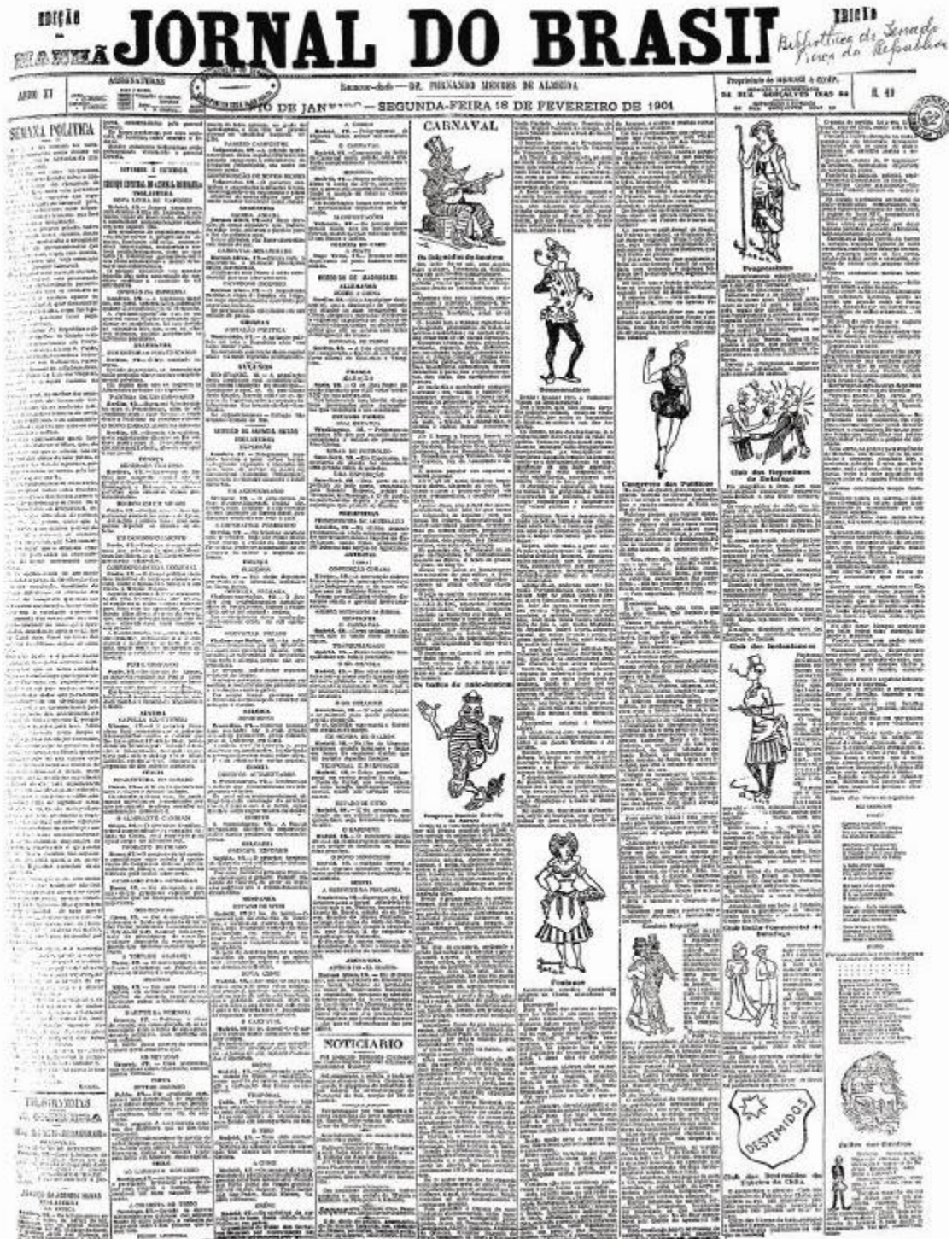
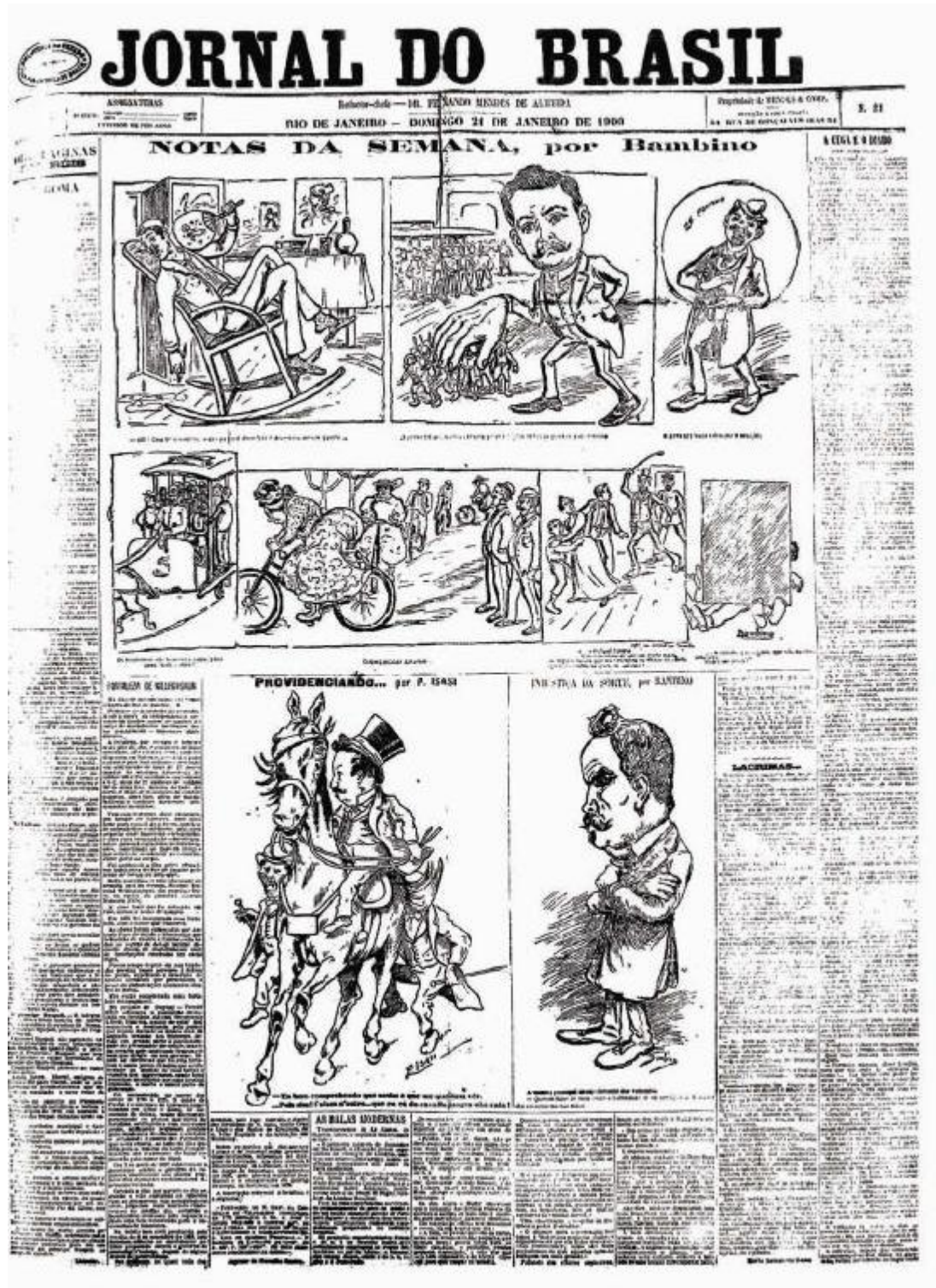


Figura 42 – *Jornal do Brasil* - Capa de edição dominical em 1900



A primeira página do *Jornal do Brasil* da edição comemorativa de 15 de novembro de 1900, inteiramente tomada por ilustrações reproduzindo cenas das tecnologias que invadem a imprensa na vida do século XIX para o século XX, é um bom indicador não apenas das estratégias utilizadas para atingir um público mais vasto e parcamente alfabetizado - em 1900, o Rio de Janeiro, com 621.565 moradores, é a mais populosa cidade do País e a única com mais de 600.000 habitantes, com pelo menos 80% da população constituída de analfabetos (LOBO, 1978, apud BARBOSA, 2007, p. 31) -, mas também para refletir sobre a importância da representação imagética da sociedade e uma espécie de redefinição do olhar que passa a existir no início do século XX. Artefatos que querem reter o real – do som que se transforma em voz ou canção, das imagens vistas pela retina e que poderiam ser fixadas em películas - e a imagem técnica adquirindo lugar de supremacia em todas as publicações. Como suporte fundamental de memória, como monumento-documento, no sentido de que, além de refletir o que se passa no mundo, também guarda nas páginas impressas o próprio mundo, a imprensa passa a reproduzir uma visão de mundo que se constrói como próxima do olhar. Em uma cidade cuja maioria absoluta da população é analfabeta, a textualidade da imprensa se faz pela possibilidade de transmitir a informação pela imagem.

A imagem passa a conter em si mesmo a ideia de verdade e a construção da cena sob a forma impressa torna presente o ausente e permite a fixação da própria atualidade. Atual deixa de ser o que se passa no mundo para ser aquilo que se está passando nas páginas das publicações. A imagem sob a forma de ilustração, mas realizada a partir da fotografia que estanca tempo ou a partir do olhar daquele que presenciara a cena, congela o instante passado, tornando-o presente, isto é, atual. Ao ser vista por um aparelho técnico – e, portanto, carregado da ideia de neutralidade -, a imagem estanca o tempo e torna o repórter e a máquina capazes de captar o real. No jornal, essa imagem se transfigura em uma outra, que continua carregando o mesmo real presumido. A imagem passa a ser vista como neutra, atual e objetiva. Os preceitos centrais que irão construir emblemas do jornalismo desde os anos 1900 estão lançados.

Como se vê, a construção ideológica sobre um determinado evento social (a imigração japonesa) alcança milhares de pessoas já em 1908 por meio das notícias midiáticas.

5.5.3.2 O cenário das redações

Dando continuidade à análise da prática discursiva de acordo com a visão da Análise de Discurso Crítica, tenho a publicação de uma notícia pelos jornais como um evento comunicativo.

Para analisá-lo, considero o ambiente da produção das notícias nos períodos estudados, tomando como exemplo a redação do *Jornal do Brasil* na virada do século XIX para o século XX, que coloca em cena também os artefatos tecnológicos que invadem não apenas as oficinas, como também as redações.

Na redação, cada um tem o seu lugar determinado. A reportagem, por sua vez, é dividida em dois setores: a informação local e o serviço telegráfico do interior e do estrangeiro. As notícias da cidade, ou as “locais” como se chamavam na época, são desvendadas por hábeis repórteres que se espalham pelas diversas repartições. Essa informação é ainda complementada com o trabalho dos repórteres dos “teatros e concertos”, “esporte”, “policia” e outros, criando cada jornal rubricas próprias.

O serviço telegráfico é feito pelos correspondentes e, principalmente, pelo recebimento das notícias das agências de informação. Apesar da importância desse tipo de informação, que ocupa geralmente as primeiras páginas, a reportagem local ganha cada vez mais destaque. O sensacional, as catástrofes cotidianas e a notícia inédita despertam o interesse do público e fazem aumentar a importância do trabalho do repórter.

Os acontecimentos policiais têm cada vez mais a preferência do público. As grandes massas desdenham a notícia se “o político x descobriu uma fórmula ou apresentou um projeto capaz de salvar a Pátria” (*O Paiz*, 26 de junho de 1914). A valorização do ineditismo também transforma o trabalho.

Há uma outra característica interessante que ainda é vista no leitor do início do século XX:

o leitor apressado não queria pensar, não tinha tempo para acompanhar longas reflexões filosóficas, passa por cima de todas as considerações de ordem social e política; diga-lhe o que passou, como se passou, em que condições se deu o fato que o ocupa, pinte-lhe o tipo e o caráter dos protagonistas, e se for possível fazê-lo sem palavras, pela fotografia tanto melhor” (*O Paiz*, 26 de junho de 1914, p. 1 apud BARBOSA, 2007, p. 39-40).

Segundo Barbosa (2007), as bases para a construção do ideal de objetividade do jornalismo, que seriam aprofundadas com as reformas por que passariam os jornais cinquenta anos mais tarde, estão lançadas na virada do século XIX para o século XX.

Terminada a reportagem, é entregue ao secretário, que, por sua vez, passa-a ao chefe da paginação. Decididos os aspectos gráficos – tipologia do título, destaque, ilustração... – a página é enviada à estereotipia e, daí, à impressão.

5.5.3.3 E o comercial

Na análise dos meios de comunicação de massa, não há como fazê-la sem o olhar sobre as questões comercial e financeira dessas empresas. Elas definem o seu perfil ideológico e o das notícias. Ressalto aqui a situação dos jornais do Rio de Janeiro, mas que é a imagem dessas empresas em geral.

Os principais jornais da cidade do Rio de Janeiro constituem-se como empresas visando ao lucro, ainda que sobrevivam fundamentalmente das benesses do Poder público, o que já define a ideologia das notícias. A venda avulsa é extremamente restrita e a publicidade apenas engatinha.

Passo à contextualização do segundo período estudado para a análise da prática discursiva.

5.5.4 Viajando em direção aos anos 1940

Para me posicionar quanto ao período, faço uma breve retrospectiva do cenário brasileiro nos 25 anos anteriores.

Constata-se, já na década de 1920, o declínio das instituições, materializadas em uma crise institucional, política e social. Assim é fundamental a ação dos homens do Estado e do Governo para mudar esse cenário. A missão cabe naturalmente – dentro dessa visão ideológica – aos que melhor estão preparados para desempenhar funções tão complexas, na organização e na direção da educação. Enfim, na construção institucional que daria rumo àquele que deveria ser guiado, o povo, que passará a ser nomeado como massa.

E na ideia de direção, observar-se-ão algumas construções ideológicas presentes durante todo o Estado Novo. A primeira é a de que os homens são por natureza diferentes, havendo aqueles a quem caberia, como missão, a árdua tarefa de educar e de fazer as leis a serem cumpridas e os outros que deveriam ser educados e obedecer. Introduz-se, em consequência, a naturalização da ideia de hierarquia entre os grupos sociais.

O segundo aspecto a ser destacado refere-se à noção nascente de sociedade de massa, em que o indivíduo tem comportamento social e moral marcado pela desorientação, formando um todo amorfo, anônimo e uniforme. Caberia ao Governo, por meio de múltiplos aparelhos burocráticos criados no período e com o concurso de intelectuais orgânicos dos grupos dirigentes, desempenhar funções cada vez mais complexas, inclusive a de dar orientação ao

povo, massa amorfa e indiferenciada. Paralelamente, apresenta-se a necessidade de difundir conhecimentos e noções elementares e, assim, torna-se fundamental o papel dos intelectuais e dos veículos de difusão, isto é, da imprensa.

Com isso, no Brasil, há o caminho para ocorrer o avanço das ideologias autoritárias, vinculando-se à emergência de novos grupos sociais e forças políticas, dentro de um projeto que almeja a modernização da sociedade. Para isso, é fundamental a existência de um Estado forte que tutelaria a sociedade, os grupos sociais e o sistema econômico.

Assim, nas ideias da década de 1920 e que tomam corpo na configuração institucional dos anos 1930, é fundamental traçar um programa que atinja a todos pela educação e pela massificação das informações. Instituições fortes, porque baseadas nas tradições, nos valores, na disciplina, na autoridade e na hierarquia, dariam, por meio de uma política nacional, direção ao povo brasileiro, agora classificado como massa. Todas essas concepções sintetizarão o projeto institucional implantado a partir da Revolução de 1930 e, com mais intensidade, a partir da instauração do período autoritário, em 1937.

5.5.4.1 O controle e as pressões no Estado Novo

Oito dias depois de tomar posse na chefia do Governo Provisório, Getúlio Vargas, em 11 de novembro do mesmo ano (1930) promulga o Decreto nº 19.398/30, que institucionaliza os poderes discricionários do chefe do governo e reúne em suas mãos atribuições do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Dissolve o Congresso Nacional, as Câmaras Estaduais e Municipais e quaisquer órgãos legislativos ou deliberativos existentes no País. O Estado Novo representa o conjunto de mudanças ocorridas de 1930 a 1945.

O crescimento do aparelho do Estado torna dispensáveis os tradicionais canais de expressão da sociedade civil (partidos políticos, associações...), consolidando-se uma nova fórmula de participação política no Brasil: o Estado multiplica o número de agências, de institutos, de conselhos, de autarquias que irão centralizar as demandas dos diferentes setores da sociedade, pela multiplicação dos órgãos burocráticos. Cria-se o chamado Estado burocrático-autoritário.

5.5.4.2 A imprensa no Estado Novo – Governo Getúlio Vargas

Retrato o Governo Getúlio Vargas a fim de permitir a compreensão do cenário dos momentos em que foram publicados o Decreto-Lei nº 4.166/42 e a reportagem *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*.

O Estado Novo é também o momento da construção de uma dada história da imprensa no Rio de Janeiro, na qual se destacam as relações da imprensa com o Poder e o papel engendrado pelos jornalistas para o seu lugar social e político ante essa batalha de e pelo poder. Os anos 1930 são um período de evidência da política e esses temas encontram o seu lugar natural na imprensa. A polêmica e o apoio institucional ao governo ou a oposição sistemática ganham espaço nobre nas páginas das publicações, com o Estado ganhando, cada vez mais, a exclusividade da divulgação, seja por coerção, seja por alinhamento político e, portanto, por concordância com as ações da sociedade política. Mas o público é afastado dos periódicos de tal forma que, em meados da década de 1930, o leitor está praticamente ausente das publicações. Sua fala é silenciada nos jornais, enquanto a fala do Estado é ampliada pela constituição de um amplo aparato burocrático-repressor, via formação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e pela ação da censura, ou pelo alinhamento político da imprensa, que procura aferir lucros reais e simbólicos, pela sua aproximação com o poder.

Falar em imprensa no Brasil dos anos 1930 é perceber as suas relações com o Estado, entendido não apenas como comando político, mas como formação que combina uma simbologia cujos aspectos semióticos se sobressaem. Para Clifford Gertz (apud BARBOSA, 2007, p. 109), o Estado condensa pelo menos três temas etimológicos: o *status*, no sentido de posto, de posição, de condição; a pompa, no sentido de esplendor, de dignidade, de presença; e governança, no sentido de regência, de regime, de soberania, de comando. Assim, o que designamos por Estado combina estas três opções – *status*, pompa e governo – sempre alardeadas.

No Estado Novo, o pilar para a construção de um projeto de identidade nacional foi a inclusão, via formulação discursiva e ideológica, do grupo urbano em maior crescimento nas cidades: os trabalhadores. E também para realizar essa proposta, a ação dos meios de comunicação é decisiva. Por outro lado, em uma sociedade em que é emergente a formação de uma nova ordem e dinâmica capitalista, as divergências, as rivalidades e as dualidades multiplicam-se. Mas, a par disso, há o projeto de criação de uma estrutura de poder, que faz da coerção e também da busca de consenso chaves de sua ação. O que se objetiva é a cooptação

daqueles que possuem ingerência sobre o discurso tornado visível e, neste sentido, o apoio e a aliança com os homens de imprensa são fundamentais. Há também o projeto comum de disseminação de nova visão de mundo e é nessa intenção que os periódicos assumem papel chave. Verifica-se, em uma entrevista com Joel Silveira, que o jornalista refere-se aos múltiplos processos utilizados pelo Estado, no sentido de produzir o consenso e de conseguir o concurso dos jornalistas como intelectuais orgânicos dos grupos dirigentes: “O DIP exercia um duplo controle: um controle autoritário proibitivo, da censura propriamente dita. E tinha o controle através da corrupção.” (SILVEIRA, 1979).

Os jornais disseminam ideias, mas também transportam as narrativas para o mundo, sendo responsáveis pela criação de uma outra realidade. Ao mesmo tempo em que materializa o Estado, tornando públicas a sua simbologia e a sua ideologia política – a ideologia estadonovista -, os periódicos, ao narrar as ações, criam contextos para a descrição, referendando convenções que passam a ser interpretadas significativamente de uma forma ou de outra. Estado, hegemonia e cultura são dimensões dos mecanismos de exercício de dominação de classe e da reprodução social.

Se há periódicos que reagem ao discurso hegemônico, sofrendo em consequência sanções, há também aqueles que se beneficiam das cercanias do poder. Para conseguir o apoio irrestrito, não faltam expedientes os mais diversos, como isentar os jornalistas de Imposto de Renda ou subsidiar inteiramente o papel de imprensa para os jornais que apoiam o governo. O que Joel Silveira (1979) considera o “lado corrupto da ditadura”, nada mais é do que estratégias no sentido da construção do consenso, que não incluem necessariamente a coerção.

O período instaurado em 1930, e que vai até 1937, pode ser caracterizado como momento inicial e fundamental para a consolidação do Estado autoritário, que, com sua máquina centralizadora, domina todos os setores de 1937 a 1945. Inclusive a imprensa. Os novos detentores do poder são heterogêneos. Multiplicam-se, após 1930, novos grupos de interesse que passam a reivindicar junto ao Estado a sua inserção na máquina estatal. A imprensa encontra terreno fértil para a defesa de cada um desses segmentos se constituindo como campo político. E nesse mundo cabe também aos jornalistas definir o seu papel, ainda que a tomada de decisões continue pertencendo às elites dirigentes. Apesar dessas ingerências, a imprensa, de modo geral, alinha-se ao ideário do Estado Novo.

No aparato político e ideológico montado pelo Estado Novo para levar adiante o seu projeto, sobressaem a formação de um Estado burocrático e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, cuja principal missão é divulgar a ideologia estadonovista. Os

mecanismos de manipulação, como peças centrais no primeiro período Vargas, constituem o Estado como uma espécie de árbitro dos interesses nacionais. O Estado Novo é o Estado das massas, com o aumento do número de agências, de institutos, de conselhos e de autarquias, e o Governo multiplica os órgãos burocráticos de forma a ampliar sua área de influência. Entre esses setores estatais, passam a figurar empresas midiáticas. Temos, como exemplo, a encampação de todo o patrimônio da *Brasil Railway*.

Há que se ressaltar também a criação no período de um ideal mítico de nacionalismo, como instrumento de legitimação. Nessa mítica, destaca-se a obrigatoriedade de intervenção governamental como única fórmula capaz de superar os pontos frágeis da economia brasileira, assim, o nacionalismo passa a fazer parte dos discursos governamentais como forma de justificar suas realizações, sendo concebido como projeto do Governo, a quem cabe mobilizar amplos setores da sociedade e engajá-los na tarefa de solucionar os problemas da sociedade. Nacionalismo corresponde, pois, a Estado nacional. A cidadania é definida pela integração ao mundo do trabalho, enquanto se fabrica a mítica da colaboração e de harmonia entre as classes. A questão social é sublimada pela ideia de união entre todos os indivíduos, cabendo ao Estado promover essa união, organizando o povo como nação.

A ampla propagação desse projeto e, sobretudo, de sua operacionalização, para a maioria da população brasileira não pode prescindir de uma nova linguagem, dirigida às massas, e dos meios de comunicação, como mecanismos indispensáveis para atingir a população. Assim, o lugar de operacionalização da linguagem e da ideologia estadonovista é a imprensa e os novos meios de comunicação, sobretudo, o rádio.

O projeto inclui a criação de um órgão para difundir em uníssono a ideologia estadonovista, sendo o núcleo institucional desse projeto o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Mas, mesmo antes da ação do órgão, a censura já estava presente, ao mesmo tempo em que diários mais alinhados com o poder reproduzem essas ideologias, em editoriais ou em notícias.

Daí também ser fundamental a construção de mitos como forma de dominar a irracionalidade. E no caso do Estado Novo, esse mito é construído em torno de Getúlio Vargas, o “pai dos pobres” e chefe supremo da Nação. O novo Estado caracteriza-se, nas palavras de Campos, pelo clima de ordem garantido por um chefe que encarnaria o espírito de comunhão com o povo, guia e, ao mesmo tempo, condutor. Somente ele pode tomar decisões, encarnando a vontade e os anseios das massas. O chefe e o povo formam, em um processo simbiótico, o novo estado e o seu caráter popular. E a imprensa cumpre mais uma vez, seja por adesão ou por

coerção, o papel de unificar e de tornar visível essa simbologia.

Há também a ideia de que, com a emergência do Estado-Nação, é fundamental utilizar-se de todos os meios tecnológicos disponíveis para interagir com os cidadãos, substituindo-se progressivamente o contato face a face. Daí também a necessidade de um controle rigoroso dos meios massivos e a importância fundamental que a nova tecnologia expressa na difusão via meios radiofônicos ganha.

Nesse cenário, temos a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) na ideia de controlar o novo ator social: as massas. Com isso, os meios de comunicação passam a se reportar diretamente ao Poder Executivo, introduzindo-se novas formas de controle e de coerção. O DIP funciona até maio de 1945, sendo a sua fase áurea o período entre 1940 e 1944, quando forja a imagem sacralizada do regime. Para isso, não havia limites.

Figura 43 – Governo Getúlio Vargas



Fonte: <http://historiadosporte.wordpress.com/2012/02/13/getulio-vargas-sao-januario-e-o-1o-de-maio/>

Vargas é o pai dos pobres e dos trabalhadores. E é nessa posição, poderosa e, ao mesmo tempo, generosa, que Vargas pede e exige total obediência e sacrifícios. Constrói a ideia de nação como “espírito comum”, o que favorece a autoridade em detrimento da solidariedade, tendo o Estado o papel tutelar.

Com a nomeação de Filinto Müller para a chefia de polícia, a transferência da censura

vai para o Ministério do Interior e Justiça e há a progressiva incorporação de policiais como censores em lugar de jornalistas. O DIP, além das prerrogativas de censura, controla o registro de jornais, das emissoras de rádio e serviços de alto-falantes, das revistas; distribui a propaganda do regime, ordena a prisão de jornalistas, fecha jornais e rádios, dita o que pode ou não ser publicado. A comunicação entre os censores e os veículos se faz pessoalmente (os censores são civis, funcionários públicos ou militares recrutados nos serviços de informação das Forças Armadas), por telefone ou por escrito.

As verbas oficiais engordam as receitas de jornais, revistas, agências de notícias, emissoras de rádio. Subsídios ao papel e à importação de equipamentos gráficos e de som favorecem os que colaboram com o poder, sendo a tarefa principal do DIP vigiar a produção discursiva da imprensa. Assim, os anos de chumbo do Estado Novo significam também o controle rigoroso dos meios de comunicação, o que leva ao fechamento de inúmeros deles. Estima-se que, no período, deixam de circular 61 publicações. As empresas que não aderem ao regime sofrem a ação da censura, sendo muito delas fechadas. Outras são empasteladas e outras ainda têm seus dirigentes presos.

Mas além da repressão direta, há também outras fórmulas para manter a imprensa sob controle: o sistema de financiamento indireto ao papel importado é um deles. Assim, a pressão do Governo se faz também sob a forma econômica, negando subsídios e, sobretudo, publicidade.

O regime de censura à imprensa permanece em vigor até fevereiro de 1945. A Constituição promulgada logo após o fim do Estado Novo, durante a Assembléia Constituinte de 1946, estabelece novamente a livre manifestação do pensamento sem dependência da censura.

Dentro desses contextos, são publicados a notícia *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães* e o Decreto-Lei nº 4.166/42. Eles permitem-nos visualizar a produção, a distribuição e a recepção midiáticas da época.

5.5.5 A imprensa dentro da comunidade japonesa

Dentro da comunidade japonesa, já havia a imprensa cujos redatores eram japoneses. Busco as contribuições de Handa (1987) para a sua contextualização.

Impressão rudimentar. Sem continuidade. Lista de associados. Notícias de matrimônio e de nascimentos. Poemas, como tanka, haikai ou haiku. Artigos sobre moças solteiras. Eram esses os jornais das comunidades. Apesar disso, pelas letras, a comunidade sentia fortificar o espírito de união dentro dos núcleos. Ao receber a edição, para os imigrantes que não sabiam ler o

alfabeto romano e não compreendiam a língua portuguesa, eram momentos de consolo: “a não ter nenhum, qualquer jornal servia” (HANDA, 1987)

Em 1916, surgem o semanário *Nambeï* (América do Sul), que se extinguiu pouco mais de um ano depois, e o *Nippak Sinbun*. Um ponto interessante: os dois semanários publicavam propaganda de venda de terrenos, sendo que Kaneko, administrador do jornal *Nippak Sinbun*, “defendia a ideia de fixação na terra, compra de terrenos e exploração de novos núcleo, incentivando tais atividades” (HANDA, 1987, p. 605).

Verifica-se aqui a importância da mídia na construção da identidade de um grupo ao articular as relações entre as pessoas. As palavras de Thompson (2005) bem definem o mundo da visibilidade mediada: tornar-se visível é mais do que uma decisão da vontade (THOMPSON, 2005). Isso reforça o fato de as identidades contemporâneas passarem pela mídia, articularem as pessoas e tornarem-se novos modelos de compreensão.

Como forma de resistência dos grupos, segundo Martino (2010), eles criam sua própria comunicação, o que ocorreu com a comunidade japonesa com as publicações, no início, rudimentares, e, depois, com a publicação de jornais. Comunicação reforça o sentido de comunidade e da identidade (WILLIAMS, 2001).

Mas é com o *Brasil Jihô* (Notícias do Brasil), em 1917, que a sociedade nipo-brasileira tem o seu primeiro jornal, com tipos de impressão, máquinas movida a eletricidade, operários qualificados, com distribuição gratuita com o fim de educar os imigrantes.

A partir dos anos 1920, surgem outros veículos de comunicação, como em 1921, o *Seishu-Shinpô* (*Novo Expresso São Paulo*); em 1923, a revista semanal *Nambeï Hyoron* (*Críticas Nambei*).

Busco Handa (1987) para analisar o papel da imprensa na sociedade dos imigrantes japoneses. Segundo ele,

A imprensa estimulou, orientou, criticou e às vezes até atrapalhou os atalhos da nossa vida cultural, isto é, em relação aos *hobbies*, lazeres, literatura, ideologia, religião, esporte, belas-artes e ao mundo artístico de atores, cantores e bailarinos de modo geral. (HANDA, 1987, p. 606).

Os jornais publicavam, em geral, o editorial (que propiciava debates e reflexões dentro da comunidade nikkei), folhetins, notícias do Japão, poucos artigos dedicados à colônia, algumas notícias regionais de eventos dos clubes de japoneses e dos clubes de jovens, uma parte literária (poesias em estilo *tanka* e *haiku*). Eles davam mais importância às notícias japonesas do que às notícias brasileiras. Como os imigrantes japoneses não liam o português, eles inteiravam-se dos acontecimentos de São Paulo e das notícias econômicas, como a lista semanal de preços, a cotação do mercado dos produtos agrícolas – a fim de não serem ludibriados pelos comerciantes

intermediários do interior - por meio desses jornais. Vê-se a importância do jornal na vida econômica do imigrante japonês.

Uma das importantes contribuições dos jornais por meio de suas páginas literárias foi o de impedir que a cultura das sociedades agrícolas se deteriorasse, cultivando sua sensibilidade e perpetuando o gosto que os imigrantes japoneses apreciavam em meio a um ambiente com condições naturais e estilo de vida diferentes aos que estavam acostumados.

Outro papel dos jornais dentro da comunidade japonesa era o de angariar fundos de ajuda para ajudar conterrâneos, como no caso do grande terremoto de 1º de setembro de 1923. Havia também os anúncios de divulgação do comércio para a comunidade japonesa e os avisos do Consulado.

Em um momento de descontração, foi interessante eu ler o seguinte:

Quando sumiam jovens, moços e moças de família, apareciam anúncios dizendo: “Procura-se tal pessoa” Como consideravam desonroso que seus nomes aparecessem nos anúncios de “Procura-se”, isto funcionava como um freio às atitudes mais liberais (HANDA, 1987, p. 612).

Também os jornais faziam o papel de propaganda pessoal e – por que não dizer? – eleitoral: após serem eleitos, diretores das associações japonesas e das associações de jovens anunciavam seus nomes nesses jornais, compravam vários jornais, recortavam o anúncio e mandavam-no para sua terra natal. Havia também os anúncios de falecimento.

Segundo Handa, há os pontos negativos dos jornais japoneses da época, como pobreza e má redação dos anúncios (talvez devido à falta de recursos para se fazer um bom jornal). Quanto à periodicidade, em 1927, o *Nippak* passou a três vezes por semana; em 1931, o *Notícias do Brasil*, a duas vezes por semana; em 1935, o *Notícias de São Paulo*, a três vezes por semana. Entre 1938 e 1939, todos os jornais passam a ter periodicidade diária, considerado como marco das suas atividades jornalísticas, pois passaram a dar mais ênfase às notícias.

Para Handa (1987, p. 613),

Os jornais faziam os japoneses da época se conscientizarem da existência de uma sociedade de conterrâneos, cumprindo seu papel de noticiário dessa comunidade, além de estimular a construção de escolas e a organização de associações de jovens e associações japonesas, por mais inacessíveis que fossem as localidades onde se agrupassem. Mais tarde, contribuíram para o seu aprimoramento social, econômico e cultural, incentivando inclusive a fundação de cooperativas agrícolas.

Esse é o cenário ao qual Martino (2010) se refere e que permite ao imigrante, neste caso, o imigrante japonês, por meio de seus jornais, se sentir parte de um grupo, no nosso caso, o grupo “comunidade japonesa”. Pelo consumo dos jornais e da leitura das notícias, mesmo as de casamento ou sociais, articulavam-se e produziam-se representações por meio das narrativas

midiáticas que construía narrativas de identidade que permitiam ao imigrante o sentimento de pertença.

E chega o ano de 1941 e fecham-se os jornais da comunidade japonesa! Com o fechamento dos jornais, fecha-se o acesso não somente às notícias em geral, mas também às narrativas responsáveis pelos referentes simbólicos por serem os meios de comunicação de massa o local onde se desenvolvem as noções principais de identidade e a definição comunicativa do indivíduo e do grupo de compartilhar um discurso que lhe indicasse quem ele é e quem ele não era. Não podemos nos esquecer de que, mesmo com o acesso aos jornais em língua portuguesa, muitos eram analfabetos nessa língua.

5.5.6 Notícias em tempos de guerra

Richardson (2007), como prática social e discursiva, aborda o jornalismo em tempos de guerra e ressalta que ele se torna moldado e dirigido, portanto, deve-se olhar a interação entre as práticas discursivas do jornalismo e as práticas sociais do mundo. Nesses períodos específicos, as práticas sociais chaves, ou as forças sociais chaves, são os organismos governamentais e militares envolvidos no conflito. A fim de promoverem sua versão de guerra para o mundo e de moldarem o comportamento do público a seu favor, as instituições poderosas usam o jornalismo, o qual, pelo emprego de argumentação, pode ajudar a organizar a compreensão do mundo das pessoas e levá-los a acompanhar as ideologias dominantes. E estamos na Segunda Guerra Mundial, com as agências internacionais fornecendo suas versões, em um governo ditatorial, o de Getúlio Vargas, com suas características já descritas neste Capítulo.

Temos um cenário muito particular: uma declarada guerra que envolve “seu país” é história altamente interessante, a necessidade de recursos para citar e basear histórias do jornalismo objetivo com “fontes autorizadas” (na guerra, fontes militares e governamentais, os que autorizam a matar ou querem ajuda para justificar a matança), a corrida para ser o primeiro a publicar ou a divulgar furos com a consequente falta de precaução e o ambiente para criação de versões ficcionais da guerra pelos propagandistas, uma pressão da audiência sob a forma da percebida sensibilidade da audiência (resultando em uma ausência de imagem mostrando sangrentos da bomba) ou suas percebidas visões políticas.

A dependência da mídia das fontes militares pelos jornalistas e pelas organizações de mídia (acesso às histórias, acesso às fontes e ao campo de batalha) faz com que a negociação desse acesso tenha um alto preço e assegura aos marqueteiros (propagandistas governamentais)

obterem um canal confiável para a sua mensagem entrar na esfera pública. Com isso, ocorre a divulgação de uma versão que, mesmo quando revista em momentos futuros, é a que persistirá na memória da audiência.

Ao longo dos anos de pesquisa, notei as coincidências do mesmo cenário e das mesmas ações tomadas nos Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial quanto aos nipo-americanos. E até hoje os bens confiscados não foram devolvidos também naquele País.

Concluo este capítulo que foi uma viagem no tempo para mim. Relembrar alguns fatos já estudados e olhar novos fatos foram muito instigantes e, ao mesmo tempo, suscitavam novas emoções. Principalmente, por seguir as palavras de Bloch (2001): mesmo o mais claro e complacente dos documentos não fala senão quando se sabe interrogá-lo. E as minhas perguntas que condicionam a análise, e, no limite, elevam ou diminuem a importância de um texto retirado de um momento afastado, faziam com que dúvidas surgissem o tempo todo no levantamento de leituras. Por sorte, as suas palavras também muito me acalmaram:

Novos tempos levam a novas historicidades; boas perguntas constituem campos inesperados. Nenhum objeto tem movimento na sociedade humana exceto pela significação que os homens lhe atribuem, e são as questões que condicionam os objetos e não o oposto” (BLOCH, 2001, p. 8).

No próximo capítulo, apresento a análise dos quatro textos do meu *corpus* por meio das categorias analíticas de Interdiscursividade de Fairclough, dos Modos de Operação de Ideologia de Thompson e de Representação dos Atores Sociais de Van Leeuwen.

CAPÍTULO 6 – DESVELANDO OS DADOS

Abro este capítulo com as palavras de Hall (2010): o mundo tem que ser *construído* para significar. E isso ocorre pela linguagem e pela simbolização, com o sentido conquistando a sua credibilidade, sua legitimidade ou sua aceitação tácita por si mesmo, o que envolve a marginalização, o rebaixamento e a delegitimação das construções alternativas.

Por meio da análise de quatro textos (duas notícias de jornais e dois textos jurídicos, um contrato e um decreto-lei, também publicados nas mídias pública e privada), busco responder às perguntas norteadoras deste trabalho:

Pergunta 1: Como os meios de comunicação de massa representam os atores sociais da imigração japonesa?

Pergunta 2: Qual é a ideologia presente nas notícias midiáticas e como elas se manifestam ao retratar o imigrante japonês?

Para responder à Pergunta 1: Como os meios de comunicação de massa representam os atores sociais da imigração japonesa?, utilizei as categorias analíticas de Representação dos Atores Sociais de Van Leeuwen. Para responder à Pergunta 2: Qual é a ideologia presente nas notícias midiáticas e como elas se manifestam ao retratar o imigrante japonês?, utilizei a categoria analítica da Análise do Discurso Crítica de Fairclough quanto à Interdiscursividade e as Categorias Sociológicas de Modos de Operação da Ideologia de Thompson. Essa diferenciação é inicial, mas não fixada, pois as respostas encontradas mesclam-se ao longo do trabalho.

Com as respostas das Perguntas 1 e 2, pude responder à Pergunta 3:

Pergunta 3: Ao longo dos cem anos, a construção da identidade do imigrante japonês foi polêmica? Houve racismo ou preconceito no processo?

Pela análise dos dados levantados com a aplicação das categorias analíticas, pude

defender a seguinte tese:

em diferentes momentos, ao longo dos cem anos da imigração japonesa, o discurso sobre a imigração japonesa e sobre o ator social imigrante japonês na mídia tem caráter racial e sofre mudanças conforme as circunstâncias políticas e econômicas, com repercussões na construção da identidade do imigrante japonês

No processo de construção de sentido, cujo caráter simbólico é o elemento dominante, os valores de troca e uso dependem do valor simbólico que a mensagem contém, sendo o poder envolvido um poder ideológico: o poder de significar eventos e de construir sujeitos de uma maneira particular. Essa característica comprova que o poder de significar não é uma força neutra na sociedade e as significações invadem questões sociais controversas e conflitantes como uma força social real e positiva que afeta os seus resultados, daí a luta pela significação de eventos por ser esse o meio pelo qual o entendimento coletivo social é criado e os meios pelos quais o consentimento para resultados particulares são efetivamente mobilizados. Cria-se a ideologia, uma “força material”, pois são reais os seus efeitos e os seus resultados dependem do equilíbrio de forças em uma conjuntura histórica determinada: das “políticas de significação”.

No meu caso, os meios de comunicação de massa brasileiros, ao publicar as notícias e os textos jurídicos, mobilizam a opinião pública a fim de legitimizá-los, de criar significados quanto ao imigrante japonês (na Segunda Guerra Mundial, o súdito japonês) e de criar apoio às ações tomadas.

Apresento, a seguir, os textos analisados. Ênfase que ortografia das palavras foi mantida conforme as regras das épocas analisadas.

1 - Contracto que assigna a Companhia Imperial de Integração de Tokio, Japão, com o Governo do Estado, para introdução em São Paulo de 3.000 immigrants japoneses, publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Anno 17°. 19°. Da República – nº 252, em 10 de novembro de 1907

2 - A reportagem *Os japonezes em São Paulo*, de autoria de J. Amandio Sobral, publicada no *Correio Paulistano*, em 25 de junho de 1908

3 – O Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, que *Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil*

4 – A reportagem *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães foram removidos, ontem, para a capital*, publicada no jornal *A Tribuna*, em 20 de julho de 1943

A seguir, os textos na íntegra:

Texto 1 - Contracto que assigna a Companhia Imperial de Integração de Tokio, Japão, com o Governo do Estado, para introduccão em São Paulo de 3.000 immigrants japoneses.

Diário Official do Estado de São Paulo

Anno 17º. – 19º. Da República – no. 252

Domingo, 10 de novembro de 1907

Actos do Poder Executivo

Agricultura

Contracto que assigna a Companhia Imperial de Integração de Tokio, Japão, com o Governo do Estado, para introduccão em São Paulo de 3.000 immigrants japoneses.

“Aos seis dias do mez de Novembro de mil novecentos e sete, no palácio do Govero, presentes o Sr. Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, dr. Carlos J. Botelho,

secretario dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas e o Sr. Rio Midsuno, presidente da Companhia Imperial de Emigração, com sêde em Tokio, Japão, e com poderes bastantes para represental-a no presente acto, conforme a certidão assignada pelo secretário da legação do Imperio do Japão no Brazil, archivada na Directoria de Terras, Colonização e Immigração, da Secretaria da Agricultura, declarou o mesmo Sr. Rio Midsuno que vinha assignar, por parte da referida companhia, o contracto para introducção de immigrants japonezes, conforme as condições abaixo, já debatidas e ajustadas entre as partes contractantes nas quaes o Governo do Estado de São Paulo será designado pela palavra “Governo” e a Companhia Imperial de Emigração, com sêde em Tókio, Japão, pela palavra “Companhia”.

1ª. – A Companhia obriga-se a angariar e transportar do Japão a Santos 3.000 immigrants japonezes, agricultores, constituídos em famílias compostas de 3 até 10 pessoas aptas para o trabalho da lavoura, considerando-se aptas para esse trabalho os homens ou mulheres de 12 até 45 annos de idade.

2ª. – Poderão ser recebidos pelo Governo immigrants extranhos à profissão agrícola, taes como pedreiros, carpinteiros ou ferreiros, comtanto que não excedam a 5% do total a introduzir no Estado.

3ª. – Os immigrants deverão ser introduzidos por levas de 1.000 no Maximo, em cada anno, a partir de 1908.

A primeira leva deverá chegar a este Estado no correr do mez de Maio próximo vindouro.

As levas seguintes deverão ser angariadas e transportadas de maneira a chegarem a Santos em Abril de 1909 e 1910.

4ª. – À medida que fôr sendo realizada a introducção de cada leva, ficará, tanto ao Governo com á Companhia, o direito de desistencia do presente contracto.

O aviso de desistencia ou rescisão do contracto deverá ser dado por qualquer das partes contractantes à outra, até seis mezes da data da chegada a Santos da ultima leva de immigrants introduzidos.

A expedição do referido aviso importará “ipso facto”, a rescisão do contracto, sem direito a qualquer das partes de reclamar indemnização.

5ª. – O preço das passagens dos immigrants, desde o porto de embarque no Japão até Santos, a pagar pelo Governo, será de L. 10-0-0, para os maiores de 12 annos, de L. 5-0-0, para as demais de 7 annos até 12, de L. 2-10-0, para os mais de 3

até 7 anos, sendo transportados gratuitamente os imigrantes até 3 anos de idade.

No preço acima está incluído o transporte das bagagens dos imigrantes, pelas quaes responderá á Companhia, nos termos do regulamento vigente. Assim como, enquanto vigorarem os mesmos preços pagos pelo Governo, nenhuma somma a mais poderá ser cobrada pela companhia dos fazendeiros ou industrias em cujas propriedades o imigrante se tenha localizado.

6^a. – Do preço a que se refere a clausula antecedentes, lbs. 4-0-0 para os imigrantes de mais de 12 anos, lbs. 2-0-0 para os mais de 7 anos até 12 e de lbs. 1-0-0 para os de mais de 3 anos até 7, serão restituídas ao Governo pelo fazendeiro, em cuja propriedade agrícola se localizarem os imigrantes ao sahirem da Hospedaria.

7^a. – Fica salvo ao fazendeiro o direito de descontar nos salarios dos respectivos imigrantes a importância que tiver restituído ao Governo, na fôrma da clausula antecedente, ficando tambem a este a faculdade de cobrar dos imigrantes que se tiverem localizado nos nucleos coloniaes, juntamente com o preço do lote occupado, as importancias a que se refere a clausula 6^a.

A responsabilidade pelo pagamento dessas importancias, pertencerá a todos os membros de cada família, as quaes serão collectivamente responsaveis pelo debito dos respectivos chefes.

8^a. – O pagamento das passagens será feito ao representante legal da Companhia nesta Capital, no prazo de sessenta (60) dias, da data da chegada dos imigrantes na Hospedaria.

9^a. – Os imigrantes serão collocados na lavoura cafeeira ou em núcleos coloniaes.

§ 1^o. – Aos que se collocarem na lavoura cafeeira, serão fornecidas casas eguais às que costumam ser facultadas aos imigrantes europeus.

§ 2^o. – O preço da colheita será de 450 a 500 réis por alqueire de 50 litros; e os serviços extraordinários serão pagos à razão de 2\$000 a 2\$500 réis por dia.

§ 3^o. – Para a localização dos imigrantes japonezes em nucleos coloniaes, o Governo fundará os núcleos que forem necessários, à margem da Estrada de Ferro Central do Brazil.

§ 4^o. – Nesses nucleos os lotes variarão de 10 a 15 hectares, conforme o numero de pessoas da familia, não excedendo o preço da terra de 40\$000 réis o hectare.

§ 5^o. – A primeira prestação do lote deverá ser paga no acto da posse, e as

outras sucessivamente, com intervallo de um ou dois annos, de modo que o pagamento integral esteja feito no fim do quinto anno, no mínimo, ou no fim do décimo anno, no Maximo.

10ª. – O Governo fornecerá gratuitamente o alojamento dos immigrants no primeiro anno do seu estabelecimento no nucleo colonial, devendo as demais condições de localização obedecer ao disposto no regulamento federal, reservando-se o Governo o direito de haver da União os auxílios promettidos à colonização.

11ª. – Os immigrants não poderão obter lotes em nucleos coloniaes, emquanto não tiverem feito, pelos menos, a primeira colheita nas fazendas em que se tiverem collocado à sua chegada, e emquanto não estejam “quites” nas mesmas fazendas, ou outras em que se tenham collocado.

12ª. – A Companhia obriga-se a angariar até 6 interpretes japonezes, falando o portuguez ou o hespanhol, os quaes deverão achar-se neste Estado dentro de quatro mezes da data da assignatura do contracto.

Parapho único – Esses interpretes vencerão 200\$000 réis mensaes, pagos pelo Governo ou pelos fazendeiros á cuja disposição estiverem e serão conservados sómente emquanto bem servirem e forem necessários.

As passagens dos interpretes desde o Japão até Santos serão pagas pelo Governo, não excedendo a despesa total para cada um de lbs. 70-0-0.

13ª. – A Companhia obriga-se:

§ 1º. – A cobrar pelo frete do café que transportar de Santos para os portos do Japão nunca mais de dez dollars por tonelada.

§ 2º. – A facultar ao Governo, em cada vapor empregado no transporte de immigrants, até seis passagens de primeira classe, de ida e volta, de Santos até o Japão.

14ª. – A Companhia será obrigada a repatriar à sua custa os immigrants que se reconhecer não estarem nas condições do contracto e do regulamento vigente.

15ª. – Vigorarão, como fazendo parte integrante do contracto, as disposições do regulamento vigente (Decreto n. 1.458, de 10 de abril de 1907), que não forem contrarias no que se acha consignado nas clausulas acima.

16ª. – A Companhia depositará no Thesouro a caução de 5.000\$000 de réis, para garantir a fiel execução do contracto, devendo essa caução ser immediatamente integrada, sempre que ella sofrer quaesquer deducções por effeito de multas ou

idenizações devidas pela Companhia.

Pelo representante da Companhia foi apresentado ...cimento n. 3.387, 4-6 do corrente, que fica archivado na Directoria de Terras, Colonização e Imigração, da Secretaria da Agricultura, provando ter a mesma Companhia depositado no Thesouro do Estado, a quantia de cinco contos de réis (5:000\$000 de réis) em garantia da execução do presente contracto.

E, para constar, eu, Luiz Ferraz, chefe da secção de expediente da Directoria de Terras, Colonização e Imigração da Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas,presente termo de contracto, que depois de lido e julgado conforme pelas partes contractantes já nomeadas, vai assignada pelas mesmas e pelas testemunhas Clemente de Araújo Sampaio edo A. Camargo. E eu, *Eugenio Lafévre*, director geral ..screvi - Jorge Tibiriça – Dr. Carlos J. Botelho - Rio Midsuno - Clemente de Araujo Sampaio – João do Amaral (ilegível na cópia impressa)

Texto 2 – Reportagem: *Os japonezes em São Paulo – Correio Paulistano - 28 de junho de 1908.*

Correio Paulistano

25 de junho de 1908

Os japonezes em São Paulo

Está S. Paulo com os primeiros immigrants japonezes.

Chegaram no dia 18, pelo vapor *Kassato Maru*, depois de 52 dias de viagem do Japão a Santos, tendo tocado só em dois portos: o de Singapura na Asia e o da cidade do Cabo na extremidade austral da Africa. Deste ultimo porto, o navio veiu directamente a Santos, tendo feito com uma regularidade digna de nota sua derrota do porto de procedência, Kóbe (Japão), ao porto de destino, Santos.

O vapor *Kassato Marú* trouxe para o Estado de S. Paulo 781 japonezes, que constituem a primeira leva da quantidade que deve trazer a Companhia Japoneza de Imigração e Colonização, que contractou com o Estado de S. Paulo a introducção de

3.000 famílias.

Estes 781 japonezes agora introduzidos agrupam-se em 164 famílias, sendo cada família constituída, em média, por 4,5 indivíduos. São poucos os indivíduos que vieram avulsos (37), isto é, não fazendo parte de famílias.

O numero de crianças é insignificante, e o de velhos nullo. Crianças de menos de três annos vieram 8; de três a sete annos vieram 4; de sete a doze annos, 4, e de mais de doze annos 765. Todo o individuo de mais de doze annos traz já as mãos callejadas, signal evidente de trabalho habitual.

Com estes japonezes introduzidos pela companhia acima referida, vieram também 11 de mais de doze annos e 1 de três a sete annos, espontâneos, isto é, com passagem paga á sua custa.

Dos introduzidos pela companhia (781) 532 sabem ler e escrever, isto é, 68 por cento, sendo necessário notar que, dos 249 tidos como analphabetos, muitos delles sabem ler mal e escrever um pouco. Na realidade, os analphabetos, empregando esta palavra na sua accepção literal, não chegam a 100, o que eleva muito aquella porcentagem.

Os immigrants japonezes vieram de onze províncias differentes, que são as seguintes: Tokio, Fukuchima, Cagochima, Cumamôto, Okinawa, Ekimé, Yamaguchi, Airochima, Cochi, Nugata e Yamanachi. Destas onze províncias, as que forneceram maior somma de immigrants foram as de Okinawa, Cagochima e Yamaguchi.

Pelas cifras supra, vê-se que, das 781, só 16 pessoas não são de trabalho, sendo, portanto, 2 por cento os não trabalhadores, e esta insignificante porcentagem não é constituída por velhos ou pessoas invalidas, mas por crianças que amanhã serão optimos elementos de trabalho.

Vieram para S. Paulo no dia 19, desembarcando nesse mesmo dia do vapor que os trouxe. As suas camaras e mais accomodações apresentavam uma limpeza inexcédível. É preciso notar que se trata de gente de humilde camada social do Japão. Pois houve em Santos quem affirmasse que o navio japonéz apresentava na sua 3^a classe mais asseio e limpeza que qualquer transatlântico europeu na 1.ª classe.

Isto não é hyperbolico, como adeante se verá.

Ao desembarcarem na Hospedaria de Immigrantes sahiram todos dos vagões na maior ordem e, depois de deixarem estes, não se viu no pavimento um só cuspe, uma casca de fructa, em summa, uma cousa qualquer que denotasse falta de asseio por

parte de quem nelles veiu. Sahiram na maior ordem, depois de quatro horas de viagem em trem especial de Santos a S. Paulo (não sei qual a razão por que se não há de fazer o trajecto dos trens de immigrants em menos tempo), e foram recolhidos no amplo salão do refeitório da hospedaria, occupando todas as mesas, e ainda sobrou gente, que ficou nos corredores. Estavam todos, homens e mulheres, vestidos á europe: elles de chapéu ou bonet, e ellas de sáia e camizeta pegada à sáia, apertada na cintura por um cinto, e de chapéu de senhora, um chapéu simples, o mais simples que se pode conceber, preso na cabeça por um elástico e ornado com um grampo. Os penteados fazem lembrar-nos os que temos visto em pinturas japonezas, mas sem os grampos colossaes que as mesmas pinturas nos apresentam.

Homens e mulheres trazem calçado (botinas, borzeguins e sapatos) barato, com precetores de ferro na sola, e todos usam meias. Alguns dos homens foram soldados na ultima guerra (russo-japoneza), e traziam ao peito as suas condecorações.

Um delles trazia três medalhas, uma das quaes de ouro, por actos de heroísmo. Muitos traziam bandeiras pequenas de seda, numa pequenina haste de bambu pintado e lança de metal amarello. Essas bandeiras eram trazidas aos pares: uma branca com um circulo vermelho no meio e a outra auri-verde: a do Japão e a do Brasil. Esta primeira leva de immigrants japonezes entrou em nossa terra com bandeiras brasileiras de seda, feitas no Japão, e trazidas de propósito para nos serem amáveis. Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável.

As suas roupas europeas foram todas adquiridas no Japão e alli confeccionadas nas grandes fabricas japonezas. A vestimenta europeá conquista terreno no império do sol nascente. Foram os próprios immigrants que compravam as suas roupas, adquiridas com seu dinheiro, e só trouxeram roupa limpa, nova, causando impressão agradável. As mulheres calçavam luvas brancas de algodão.

Depois de estarem uma hora no salão do refeitório, tiveram de abandonal-o, para saberem quaes eram as suas camas e os quartos, e surpreendeu a todos o estado de limpeza absoluta em que ficou o salão: nem uma ponta de cigarro, nem um cuspo, perfeito contraste com as cuspinheiras repugnantes e pontas de cigarro esmagadas com os pés dos outros immigrants.

Têm feito as suas refeições sempre na melhor ordem e, apesar de os últimos as fazerem duas horas depois dos primeiros, sem um grito de gaiatice, um signal de impaciência ou uma voz de protesto.

No dia seguinte ao de sua chegada, foram todos vacinados em duas horas, apresentando todos, homens e mulheres, os braços à vacinação, sem relutância alguma nem pudores piegas. Nunca se vacinou ali tanta gente, com tanta ordem, tanto silêncio e tanta espontaneidade, no mesmo tempo. Muitíssimos tinham sido já vacinados e muito revacinados.

Têm recebido bem a nossa alimentação, feita à nossa moda e com os nossos temperos, e nem um só caso da doença intestinal se manifestou até agora. Só dois leves casos de gripe e algumas dores de cabeça (de ligeiras constipações) em menos de duas dezenas de pessoas.

Todos os japonezes vindos são geralmente baixos: cabeça grande, troncos grandes e reforçados, mas pernas curtas. Um japonês de 14 anos não é mais alto que uma criança das nossas de 8 anos de idade. A estatura média japonesa é inferior à nossa estatura baixa. Mas vieram alguns homens mais altos, regulando a sua estatura pela nossa média. O que, sobretudo, atrai a nossa atenção é a robustez, o reforçado dos corpos masculinos, de músculos pouco volumosos (admira, mas é verdade!), mas fortes e de esqueleto largo, peito amplo.

Os seus cabelos negros, que parecem negrejar mais nos volumosos penteados das mulheres, são cortado, nos homens, de maneira a permitir uma marrafa, que quase todos usam, uma do lado e outros ao alto da cabeça, penteada com cuidado, perfeitamente em harmonia com a gravata que todos usam e sem incompatibilidade com os calos que todos trazem nas mãos.

São muito dóceis e sociáveis, tendo manifestado uma grande vontade de aprender a nossa língua, e no refeitório não deixam cair um grão de arroz ou uma colher de caldo. Depois de cada refeição (que dura de uma e meia a duas horas), o pavimento do salão está como antes dela. Os dormitórios quase não precisam ser varridos, mal se encontrando de longe em longe um pedacinho de papel ou um phosphoro queimado, que algumas vezes são dos serventes da hospedaria.

Têm nas suas mulheres a maior confiança, a ponto de para não interromperem uma lição adventícia de português, lhes confiarem a troca do seu dinheiro japonês em moeda portuguesa, pois todos trazem dinheiro em 10 yens, 20, 80, 40, 50 ou mais yens, mas todos trazem um pouco.

São do maior asseio com o seu corpo, tomando repetidos banhos e trazendo sempre roupas limpas.

Todos têm uma caixa de pós dentríficos, escova para dentes, raspadeira para a língua, pente para o cabelo e navalha de barba. Barbeiam-se sem sabão, só com água.

As suas bagagens são pequenas: para menos de oitocentas pessoas, mil e cem malas, na sua maior parte de vime branco e algumas de lona pintada. Não parece bagagem de gente pobre, contrastando flagrantemente com os bahús de folha e trouxas dos nossos operários. Nestas suas bagagens trazem as roupas indispensáveis e objectos de uso diário, como pasta para dentes, um frasco de conservas, um de molho para temperar comida, um ou outra raiz medicinal, as indispensáveis e exqu岸itas travesseiras, pequeninas e altas, de madeira forrada de velludo ou de bambu fino, flexível; cobertores acolchoados, casacões contra o frio, ferramentas pequenas (por signal que as de carpinteiro são muito differentes das nossas), um ou dois livros, (cheios de garatujas, direi eu), uma caixa de papel para cartas, nankim para escrever, pausinhos (que podem ser de alumínio), para comer arroz, colheres pequenas, mas largas e chatas, para as refeições, e muitas outras miudezas que lhes são necessárias. De roupas japonezas, só vi um kimôninho pintalgado numa criança de collo.

Nas mil e cem malas que trouxeram, a alfândega não encontrou um único objecto nas condições de pagar imposto, embora a conferencia tenha sido feita com todo o rigor e durado quase dois dias inteiros.

Os empregados da alfândega declaram que nunca viram gente que tenha, com tanta ordem e com tanta calma, assistido á conferencia de suas bagagens, e nem uma só vez foram apanhados em mentiras.

Si esta gente, que é toda de trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veiu pela immigração gente tão assejada), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonez um elemento de produção que nada deixará a desejar.

A raça é muito differente, mas não é inferior. Não façamos, antes do tempo, juízos temerários a respeito da acção do japonez no trabalho nacional.

S. Paulo, 22-VI-08

J. Amandio SOBRAL.

Texto 3 - Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942

Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, que *Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, combinado com o artigo 166, § 2º da Constituição;

CONSIDERANDO que atos de guerra são praticados contra o continente americano;

CONSIDERANDO que, ao passo que o Brasil respeitava, com a máxima exatidão e lealdade, as regras de neutralidade universalmente aceitas no direito internacional, o navio brasileiro "Taubaté" foi atacado, no mar Mediterrâneo, por forças de guerra da Alemanha;

CONSIDERANDO que, assumindo solenemente a obrigação de reparar o dano causado por esse ato o Governo alemão até hoje não cumpriu esse compromisso;

CONSIDERANDO que, após a conjugação dos esforços das Repúblicas americanas para a defesa da sua soberania, da sua integridade territorial e dos seus interesses econômicos, unidades desarmadas da marinha mercante brasileira, viajando com fins de comércio pacífico, foram atacadas e afundadas com infração de normas jurídicas consagradas;

CONSIDERANDO que tais atos constituem uma agressão não provocada de que resultam ameaça à navegação brasileira e prejuízo direto a interesses vitais do Brasil;

CONSIDERANDO que as informações que possui o Governo denotam que a responsabilidade dos atentados deve ser atribuída às forças armadas alemãs, mas que, por outro lado, a aliança, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália, torna estas potências necessariamente solidárias na agressão;

CONSIDERANDO que, durante mais de um século, o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados, uma íntima participação na sua economia;

CONSIDERANDO que, nas condições da guerra moderna, as populações civis se acham estreitamente ligadas à sorte das armas e que a sua atividade é, mais do

que em qualquer outra época da história, um elemento determinante do êxito das operações de guerra;

DECRETA:

Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.

Art. 2º Será transferida para o Banco do Brasil, ou, onde este não tiver agência, para as repartições encarregadas da arrecadação de impostos devidos à União, uma parte de todos os depósitos bancários, ou obrigações de natureza patrimonial superiores a dois contos de réis, de que sejam titulares súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas.

A parte dos depósitos ou obrigações, à qual se refere este artigo será:

10% dos depósitos e obrigações até 20:000\$0;

20% dos depósitos e obrigações até 100:000\$0:

30% dos depósitos e obrigações cuja importância exceda de 100:000\$0.

§ 1º O depósito a que se refere este artigo será da totalidade, quando se tratar de obrigação do Governo Brasileiro para com súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas.

§ 2º O recolhimento será feito mediante recibo isento de selo, ficando as importâncias recolhidas em depósito, que terá escrituração especial e só poderá ser levantado mediante ordem do Governo Federal.

Art. 3º O produto dos bens em depósito servirá de garantia ao pagamento de indenizações devidas pelos atos de agressão a que se refere o artigo 1º, caso o governo responsável não as satisfaça cabalmente.

Parágrafo único. As indenizações pela forma desta lei serão pagas segundo o plano que o Governo estabelecer e tendo em vista o valor dos bens em depósito, avaliados previamente.

Art. 4º Os súditos alemães, japoneses e italianos, e quem possuir bens a eles pertencentes comunicarão, dentro de quinze dias após a publicação desta lei, às repartições incumbidas do recolhimento, a natureza, a qualidade e o valor provável daqueles bens.

Art. 5º A ação ou omissão, dolosa ou culposa, de que resultar diminuição do patrimônio de súdito alemão, japonês ou italiano ou tendente a fraudar os objetivos desta lei, é punida com a pena de 1 a 5 anos de reclusão e multa de 1 a 10 contos de réis, se outra mais grave não couber.

§ 1º A redução, em contrário aos usos e costumes locais, do valor das prestações devidas a tais súditos, é considerada ação dolosa, para os fins deste artigo.

§ 2º Pelas pessoas jurídicas responderão solidariamente os seus administradores e gerentes.

§ 3º Para a caracterização do crime o juiz poderá recorrer à analogia.

Art. 6º Em qualquer pagamento, superior a 2:000\$0, feito a súdito alemão, japonês e italiano, far-se-à menção do depósito previsto no artigo 2º.

Art. 7º Quando a prestação em favor de súdito alemão, japonês ou italiano não for devida em moeda corrente, a repartição incumbida da arrecadação, estimará o seu valor em espécie, segundo os critérios de que se serve o fisco para a imposição de tributos.

Art. 8º As execuções contra, o patrimônio dos súditos alemães, japoneses e italianos só poderão fundar-se em dívidas contraídas em virtude de prova constituída na forma da lei, anteriormente à data desta lei, salvo quando a responsabilidade civil decorrer de ato ilícito.

Art. 9º Ressalvado o caso de execução judicial fundada em título constituído antes da data desta lei, fica proibida a alienação, ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis, títulos e ações nominativas, e dos moveis em geral de valor considerável, pertencentes a súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, sendo nula de pleno direito qualquer alienação, ou oneração, feita a partir da data desta lei.

Parágrafo único. Excluem-se da proibição os atos de comércio usualmente praticados no interesse da manutenção e da prosperidade do estabelecimento. Dos lucros líquidos verificados em balanços trimestrais será, porem, recolhida em depósito a parte indicada no artigo 2º.

Art. 10. Os súditos alemães, japoneses e italianos não poderão recusar doações, heranças ou legados não onerosos.

Art. 11. Passam à administração do Governo Federal os bens das pessoas jurídicas de direito público que praticarem atos de agressão a que se refere o artigo 1º

desta lei, bem como dos seus súditos, pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas no estrangeiro e que, não estejam na posse de brasileiros.

Parágrafo único. Os bens das sociedades culturais e recreativas formadas de alemães, japoneses e italianos poderão ser utilizados, no interesse público, com autorização do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 12. Os Ministérios da Justiça e Negócios Interiores e da Fazenda expedirão as instruções que se tornarem necessárias para a execução desta lei.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1942; 121º da Independência e 54º da República.

GETÚLIO VARGAS

Vasco T. Leitão da Cunha

Romero Estelita

Eurico G. Dutra

Henrique A. Guilhem

Victor Tamm

Oswaldo Aranha

Apolonio Sales

Gustavo Capanema

Alexandre Marcondes Filho

J. P. Salgado Filho

Texto 4 – *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães foram removidos, ontem, para a capital*

**MAIS DE 1500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES FORAM
REMOVIDOS, ONTEM, PARA A CAPITAL.**

*PRATICAMENTE NÃO HÁ MAIS SÚDITOS DO JAPÃO E DA ALEMANHA EM
NOSSA CIDADE – CENAS QUE A REPORTAGEM OBSERVOU DURANTE O*

EMBARQUE – VENDENDO TUDO A QUALQUER PREÇO

APELO DO DELEGADO AUXILIAR DE POLÍCIA

A medida adotada pelo major Vieira de Melo, superintendente da Ordem Pública e Social, quanto à imediata transferência de súditos japoneses e alemães para a capital e subsequente distribuição para o interior do Estado, processa-se em nossa cidade com plena regularidade, esforçando-se a polícia para a perfeita execução dessa providência inédita no país e que não revela qualquer ato de punição, mas inspirada nos altos interesses de segurança nacional.

A remoção de japoneses e alemães, iniciada anteontem, continuou durante o dia de ontem, quando foram embarcados para a capital nada menos de 1549 pessoas daquelas nacionalidades, predominando, entretanto, o elemento amarelo.

Os alemães foram os primeiros a embarcar e muitos deles preferiram viajar espontaneamente e a expensas próprias.

Praticamente, não há mais alemães na cidade. E os japoneses, em número consideravelmente maior, também já foram expurgados, em sua maioria, havendo, entretanto, milhares deles residentes na larga faixa litorânea que ainda aguardam embarque nos seus centros domiciliares. Todos, porém, já foram notificados de maneira que dentro de poucas horas todo o litoral estará varrido dos súditos nipônicos.

ORDEM E DISCIPLINA

Todos os detalhes de transferência desses estrangeiros decorreram sem atropelo, em ambiente de tranqüilidade e de respeito, não se registrando qualquer incidente. Aliás, os investigadores encarregados do serviço agem ponderadamente, evitando qualquer constrangimento aos estrangeiros.

OS EMBARQUES DE ONTEM

As 10 horas de ontem, em composição especial da Inglesa, foram embarcados para a capital 775 súditos japoneses e alemães, aqueles em número extraordinariamente maior. Seus documentos de identidade são recolhidos pelas autoridades policiais

encarregadas de sua custódia, recebendo-os posteriormente, depois do registro na Hospedaria de Imigração.

No período da tarde, nova composição especial conduziu para a capital 774 japoneses, fazendo-se muitos deles acompanhar de suas famílias.

O serviço de embarque decorreu em boa ordem.

QUASE TODOS QUEREM RESIDIR NA CAPITAL

A reportagem teve ocasião de abordar alguns súditos nipônicos um pouco antes do seu embarque. Mostravam-se conformados com a medida policial. Um ancião, antigo morador da Ponta da Praia, comentava, entristecido, que residia em Santos há 25 anos e durante todo esse tempo não havia se afastado da cidade. Atendeu prontamente à instrução para o embarque, conformando-se com a situação, mas receberia com angústia qualquer ordem de fixação de residência fora da capital do Estado.

Aliás, a maioria deles prefere residir em São Paulo.

VENDENDO TUDO A QUALQUER PREÇO

Colhidos de surpresa, pela medida da Ordem Política e Social, numerosos japoneses trataram de se desfazer dos seus bens. No Marapé, na Ponta da Praia, e em Santa Maria, houve verdadeira corrida para a venda de suínos, galináceos, muares, etc... Os japoneses – quase todos proprietários de chácaras – expuseram a venda quase tudo quanto possuíam. Vendiam a qualquer preço, pois não havia tempo para regateamento. Sabe-se de um deles que, para se desfazer de sua chácara em Santa Maria, vendeu três porcos, uma carroça e um muar pela quantia de mil cruzeiros. E galinhas? Essas foram vendidas a três e dois cruzeiros a cabeça.

NA HOSPEDARIA DA IMIGRAÇÃO

São Paulo, 9 (Da Sucursal) – Continuam a chegar a esta capital os súditos japoneses e alemães que residiam em Santos e na região do litoral sul e norte do Estado. Durante o dia de ontem, em dois trens especiais, chegaram ao edifício da Imigração 1549 nipônicos e alemães, aqueles em maior parte.

Após o competente registro, os estrangeiros são conduzidos aos alojamentos, onde há limpeza e conforto. A alimentação é farta e saborosa.

Há cerca de 4000 japoneses e alemães recolhidos à Imigração.

Esses estrangeiros, quando perguntados qual a cidade em que pretendem continuar suas atividades, optam impreterivelmente pela capital. Entretanto, o critério adotado parece ser dos mais justos, porquanto cada pessoa ou família é destinada a uma cidade apropriada para o desenvolvimento da profissão de seu chefe.

Os japoneses em sua maioria vieram acompanhados de suas famílias. Há muitas crianças na Hospedaria da Imigração.

Verificaram-se dois casos de moléstias: o de uma criança atacada de sarampo e de uma velhinha acometida de maleita. Os médicos providenciaram imediatamente o isolamento desses enfermos, os quais estão sendo cuidado com todo o carinho profissional.

REMESSA PARA O INTERIOR DO ESTADO

A remessa de nipônicos e alemães para o interior do Estado começou na noite de hoje. Não serão removidos para cidades onde exista quartel do Exército, sendo, porém, as demais localidades de livre escolha. As famílias que não dispõem de recursos serão encaminhadas aos prefeitos municipais e terão toda a assistência até normalizar a situação particular de cada um.

Fonte: *Jornal A Tribuna* - 10 de julho, 1943

Com o fim de facilitar a terminologia quanto aos textos, eles serão mencionados da seguinte forma ao longo do trabalho:

1 – **Contracto** para o Contracto que assigna a Companhia Imperial de Integração de Tokio, Japão, com o Governo do Estado, para introdução em São Paulo de 3.000 imigrantes japoneses. Ressalto que, ao final, algumas partes/palavras não foram escritas por inteiro pela dificuldade de ler por se tratar de uma das cópias do acervo do Museu Histórica da Imigração Japonesa – São Paulo;

2 – **Os japonezes em São Paulo** para a reportagem *Os japonezes em São Paulo*, de autoria de J. Amandio Sobral;

3 – **Decreto-Lei nº 4.166/42** para o Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, que *Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil;*

4 – **Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães** para a reportagem *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães foram removidos, ontem, para a capital*, publicada no jornal *A Tribuna*.

Segundo Bauman (1999, p. 9),

classificar significa separar, segregar. Significa primeiro postular que o mundo consiste em entidades discretas e distintas; depois, que cada entidade tem um grupo de entidades similares ou próximas ao qual pertence e com as quais conjuntamente se opõe a algumas outras entidades; e por fim tornar real o que se postula, relacionando padrões diferenciais de ação a diferentes classes de entidades a evocação de um padrão de comportamento específico tornando-se a definição operacional de classe). Classificar, em outras palavras, é dar ao mundo uma *estrutura*, manipular suas probabilidades, tornar alguns eventos mais prováveis que outros, comportar-se como se os eventos não fossem causais ou limitar ou eliminar sua casualidade.

A minha pesquisa tem como objeto análise de notícia, pois entendo, como Richardson (2007), que o discurso jornalístico como um todo deve ser relacionado explicitamente com poder, ideologia e hegemonia e que se deve perguntar se um sentido particular ou a escrita/escolha de uma palavra particular, frase, ou segmento do texto depende de um pressuposto sobre gênero, raça, religião para se referir ao imigrante japonês. Ao agir dessa forma, há como levantar quaisquer efeitos prejudiciais – ideológica e materialmente – das reportagens jornalísticas contemporâneas.

6.1 REPRESENTANDO O ATOR SOCIAL IMIGRANTE JAPONÊS

Para responder à **Pergunta 1: Como os meios de comunicação de massa representaram os atores sociais da imigração japonesa?**, busquei as seguintes categorias analíticas da Teoria de Representação Social de Van Leeuwen (1996, 1997, 2008) e analisei como elas se apresentam nos quatro textos analisados: Exclusão/Inclusão, Distribuição de Papéis, Generalização/Especificação, Assimilação/Individualização; Associação/Dissociação, Indeterminação/Determinação/Diferenciação, Nomeação/Categorização, Personalização/Impersonalização e Sobredeterminação.

Passo a apresentar os quadros das categorias sociológicas analisadas e os excertos textuais em que elas ocorrem.

6.1.1 Exclusão x Inclusão

Conforme Van Leeuwen (1996, 2008), os discursos podem incluir ou excluir atores sociais de acordo com os interesses envolvidos.. No caso da Inclusão, temos os seguintes dados:

Quadro nº 9 - Categoria analítica Inclusão – Representação Social

CONTRACTO – 10/11/1907
<p>Contracto que assigna a Companhia Imperial de Integração de Tokio, Japão, com o Governo do Estado,</p> <p>Aos seis dias do mez de Novembro de mil novecentos e sete, no palácio do Governo, presentes o Sr. Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, dr. Carlos J. Botelho, secretario dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas e o Sr. Rio Midsuno, presidente da Companhia Imperial de Emigração</p> <p>A responsabilidade pelo pagamento dessas importâncias, pertencerá a todos os membros de cada família, as quaes serão collectivamente responsáveis pelo debito dos respectivos chefes.</p> <p>9ª. – Os immigrants serão collocados na lavoura cafeeira ou em núcleos coloniaes.</p> <p>11ª. – Os immigrants não poderão obter lotes em núcleos coloniaes, emquanto não tiverem feito, pelos menos, a primeira colheita nas fazendas em que se tiverem collocado à sua chegada, e emquanto não estejam “quites” nas mesmas fazendas, ou outras em que se tenham collocado.</p>
OS JAPONEZES EM SÃO PAULO
<p>Os japonezes em São Paulo</p> <p>O vapor Kassato Marú trouxe para o Estado de S. Paulo 781 japonezes, Estes 781 japonezes agora introduzidos agrupam-se em 164 familias</p> <p>Pelas cifras supra, vê-se que, das 781, só 16 pessoas não são de trabalho, sendo, portanto, 2 por cento os não trabalhadores, e esta insignificante porcentagem não é constituída por velhos ou pessoas invalidas, mas por crianças que amanhã serão optimos elementos de trabalho.</p> <p>Homens e mulheres trazem calçado (botinas, borzeguins e sapatos) barato, com preceitores de ferro na sola</p> <p>Foram os próprios immigrants que compravam as suas roupas, adquiridas com seu dinheiro,</p> <p>a riqueza paulista terá no japonez um elemento de produção que nada deixará a desejar.</p> <p>Os empregados da alfândega declaram que nunca viram gente que tenha</p> <p>J. Amandio SOBRAL</p>
Decreto-Lei ° 4.166/42

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, combinado com o artigo 166, § 2º da Constituição... **DECRETA:**

ao passo que **o Brasil** respeitava, com a máxima exatidão e lealdade, o navio brasileiro "Taubaté" foi atacado, no mar Mediterrâneo, **por forças de guerra da Alemanha**

o Governo alemão até hoje não cumpriu esse compromisso

... a responsabilidade dos atentados deve ser atribuída às forças armadas alemãs, mas que, por outro lado, **a aliança, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália, torna estas potências** necessariamente solidárias na agressão; durante mais de um século, o Brasil ofereceu **aos nacionais daqueles Estados**, uma íntima participação na sua economia;

Art. 1º **Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas**, respondem pelo prejuízo que, para, **os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil**, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.

Art. 3º **O produto dos bens em depósito** servirá de garantia ao pagamento de indenizações devidas pelos atos de agressão a que se refere o artigo 1º, caso o governo responsável não as satisfaça cabalmente.

Art. 4º **Os súditos alemães, japoneses e italianos**, e quem possuir bens a eles pertencentes comunicarão, dentro de quinze dias após a publicação desta lei, às repartições incumbidas do recolhimento, a natureza, a qualidade e o valor provável daqueles bens.

Art. 10. **Os súditos alemães, japoneses e italianos** não poderão recusar doações, heranças ou legados não onerosos.

GETÚLIO VARGAS

MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES

MAIS DE 1500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES FORAM REMOVIDOS, ONTEM, PARA A CAPITAL.

PRATICAMENTE NÃO HÁ MAIS SÚDITOS DO JAPÃO E DA ALEMANHA EM NOSSA CIDADE

APELO DO DELEGADO AUXILIAR DE POLÍCIA
A medida adotada **pelo major Vieira de Melo, superintendente da Ordem Pública e Social,**

esforçando-se **a polícia** para a perfeita execução dessa providência inédita no país

quando foram embarcados para a capital nada menos de **1549 pessoas daquelas nacionalidades**, predominando, entretanto, o **elemento amarelo.**

Praticamente, não há mais alemães na cidade. E **os japoneses**, em número consideravelmente maior, também já foram expurgados, em sua maioria **Todos**, porém, já foram notificados de maneira que dentro de poucas horas todo o litoral estará varrido dos **súditos nipônicos.**

Aliás, os **investigadores encarregados** do serviço agem ponderadamente, evitando qualquer constrangimento aos **estrangeiros.**

Um ancião, antigo morador da Ponta da Praia, Colhidos de surpresa, pela medida da Ordem Política e Social, **numerosos japoneses** trataram de se desfazer dos seus bens.... **Os japoneses** – quase todos proprietários de chácaras – expuseram a venda quase tudo quanto possuíam. **os estrangeiros** são conduzidos aos alojamentos, Há cerca de **4000 japoneses e alemães** recolhidos à Imigração.

Fonte: autoria da autora

Pelo processo de Inclusão, os atores sociais são incluídos nos textos de modo a permitir ao leitor identificá-los de acordo com a ideologia. Isso ocorreu nos quatro textos. Quanto aos textos legais, trata-se de uma característica inerente ao formato legal, pois há a responsabilização legal dos atores sociais. No Contracto, há as denominações dos **representantes do Governo do Estado de São Paulo e da Companhia**; quanto aos imigrantes, são representados pelas palavras **immigrantes e a todos os membros de cada família**. No Decreto-Lei nº 4.166/42, temos a inclusão, por um lado, do **Brasil**, por meio do seu representante maior, o **Presidente da República**; por outro lado, os imigrantes japoneses, como **nacionais daqueles Estados e integrantes da aliança**. Dessa forma, eles têm compromissos e deveres legais a cumprir de acordo com os textos legais.

Passo à Categoria analítica Exclusão, que pode ocorrer pela Supressão e pela Colocação em Segundo Plano.

Quadro nº 10 - Categoria analítica Exclusão – Supressão – Representação Social

CONTRACTO

OS JAPONEZES EM SÃO PAULO

Decreto-Lei ° 4.166/42
MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES
<p>A remoção de japoneses e alemães, iniciada anteontem, (quem removeu? quem iniciou?)</p> <p>país e que não revela qualquer ato de punição, mas inspirada nos altos interesses de segurança nacional (quem puniu?)</p> <p>Todos os detalhes de transferência desses estrangeiros decorreram sem atropelo (quem transferiu?)</p> <p>Entretanto, o critério adotado parece ser dos mais justos,</p> <p>A remessa de nipônicos e alemães para o interior do Estado começou na noite de hoje. As famílias que não dispõem de recursos serão encaminhadas aos prefeitos municipais</p>

Fonte: autoria da autora

Quadro nº 11 - Categoria analítica Exclusão – Colocação em Segundo Plano – Representação Social

CONTRACTO
<p>As levas (imigrantes) seguintes deverão ser angariadas e transportadas de maneira a chegarem a Santos em Abril de 1909 e 1910.</p> <p>O aviso de desistência ou rescisão do contracto deverá ser dado por qualquer das partes contractantes à outra</p> <p>A responsabilidade pelo pagamento dessas importâncias, pertencerá a todos os membros de cada família, as quaes serão collectivamente responsáveis pelo debito dos respectivos chefes</p> <p>§ 1º. – Aos que se collocarem na lavoura cafeeira, serão fornecidas casas eguais às que costumam ser facultadas aos imigrantes europeus.</p>
OS JAPONEZES EM SÃO PAULO
<p>Chegaram no dia 18, pelo vapor Kassato Maru (primeiros imigrantes japonezes)</p> <p>Ao desembarcarem na Hospedaria de Immigrantes sahiram todos dos vagões na maior ordem e, depois de deixarem estes,</p> <p>Sahiram na maior ordem,</p> <p>As suas roupas europeas foram todas adquiridas no Japão (pelos imigrantes)</p> <p>Todos têm uma caixa de pós dentrificios</p> <p>As suas bagagens são pequenas:</p>
Decreto-Lei ° 4.166/42
<p>Dispõe sobre as indenizações devidas</p> <p>atos de guerra são praticados contra o continente americano</p> <p>unidades desarmadas da marinha mercante brasileira, viajando com fins de comércio pacífico, foram atacadas e afundadas com infração de normas jurídicas consagradas</p>
MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES
<p>MAIS DE 1500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES FORAM REMOVIDOS, ONTEM, PARA A CAPITAL.</p> <p>VENDENDO TUDO A QUALQUER PREÇO</p> <p>Vendiam a qualquer preço, pois não havia tempo para regateamento.</p> <p>quando foram embarcados</p> <p>E os japoneses, em número consideravelmente maior, também já foram expurgados,</p> <p>Todos, porém, já foram notificados</p>

Fonte: autoria da autora

Pelo processo de Exclusão, os atores sociais podem não estar presentes nos textos de duas formas. A primeira é a Exclusão pela Supressão, em que os atores suprimidos não são mencionados em lugar nenhum do discurso: nos textos analisados, ela apresenta-se somente no Texto 4 – *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*. Nos trechos negritados, não se identifica os autores das ações assinaladas: **A remoção de japoneses e alemães** - quem removeu? quem iniciou?; **ato de punição** - quem poderia punir?; **transferência desses estrangeiros** - quem

transferiu?; **adotado** – quem adotou?

O segundo processo de Exclusão dos atores sociais ocorre pela Colocação em Segundo Plano, que é uma exclusão menos radical, pois os atores aparecem em outras partes do texto em relação a alguns fatos e apagados em relação a outros, o que torna possível o seu resgate. Essa categoria analítica ocorreu nos quatro textos quanto aos imigrantes japoneses, como no Contracto, por meio de **levas, Aos que se collocarem na lavoura cafeeira**; no Decreto-Lei nº 4.166/42, **devidas, praticados, atacadas e afundadas**; nos textos midiáticos, em **Chegaram, Sahiram, As suas** e em **VENDENDO, Vendiam, expurgados**. Apesar de o imigrante japonês não estar explicitado, ou incluído, pode-se retomá-lo facilmente ao longo dos textos.

Verifica-se, portanto, que a construção identitária do imigrante japonês relaciona-se a categorias de inclusão e de exclusão. Nos textos das leis, pela característica própria de não poder ocorrer a presença de ambiguidade ou de duplo sentido, ocorre a predominância da Inclusão. No Contrato e no Decreto-Lei nº 4.166/42, ficam claras as presenças do **Governo do Estado de São, da Companhia, do imigrante e suas famílias, do fazendeiro, dos súditos japoneses, alemães e italianos**. O mesmo ocorre com a identificação de atividades típicas e rotineiras, como a de “**agricultor**” do imigrante japonês, e com o termo “**família**”, como categorias de identificação quanto à identificação individual e quanto à participação em grupo.

Já no texto *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, ocorre a Inclusão quanto aos súditos japoneses. Quanto à Exclusão, há o predomínio de Exclusão quanto aos outros agentes sociais, ou a Colocação em Segundo Plano em alguns casos, o que faz com os outros agentes percam a sua identificação ou não tenham visibilidade. Em alguns casos de uso de passiva, há o bloqueio de acesso a quem tomou as determinações e quem as executou, como em **adotado** em *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães* (Quadro nº 10). Há também os casos de uso de substantivos, como **remoção, transferência e remessa** (Quadro nº 11), que tornam invisíveis os atores sociais responsáveis pelas ações.

6.1.2 Distribuição de papéis

A categoria analítica Distribuição de papéis refere-se aos papéis atribuídos aos atores sociais desempenhados nas representações, o que rearranja as relações entre os participantes. Ela ocorre pela Ativação (em que o ator social desempenha um papel ativo) ou pela Passivação (em que o ator social desempenha um papel passivo ou é assujeitado da ação ou é finalidade).

Quadro nº 12 - Categoria analítica Distribuição de papéis - Ativação – Representação Social

CONTRACTO – 10/11/1907
Contracto que assigna a Companhia Imperial de Integração de Tokio , Japão, com o Governo do Estado , para introdução ..., presentes o Sr. Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, dr. Carlos J. Botelho, secretario dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas e o Sr. Rio Midsuno , presidente da Companhia Imperial de Emigração, com sede em Tokio, Japão, e com poderes bastantes para representá-la no presente acto , conforme a certidão assignada pelo secretário da legação do Imperio do Japão no Brazil, archivada na Directoria de Terras, Colonização e Immigração, da Secretaria da Agricultura, declarou o mesmo Sr. Rio Midsuno que vinha assignar , 1ª. – A Companhia obriga-se a angariar e transportar do Japão a Santos 3.000 imigrantes japonezes, agricultores, § 3º. – Para a localização dos imigrantes japonezes em nucleos coloniaes, o Governo fundará os núcleos que forem necessários, 10ª. – O Governo fornecerá gratuitamente o alojamento dos imigrantes no primeiro anno do seu estabelecimento no núcleo colonial, 12ª. – A Companhia obriga-se a angariar até 6 interpretes japonezes
OS JAPONEZES EM SÃO PAULO
Foram os próprios imigrantes que compravam as suas roupas São muito dóceis e sociáveis, tendo manifestado uma grande vontade de aprender a nossa língua, -(vontade de integração)
Decreto-Lei ° 4.166/42
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA ,...considerando....decreta... o Brasil respeitava ato o Governo alemão até hoje não cumpriu esse compromisso durante mais de um século, o Brasil ofereceu aos nacionais
MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES
CENAS QUE A REPORTAGEM OBSERVOU DURANTE O EMBARQUE APELO DO DELEGADO AUXILIAR DE POLÍCIA A medida adotada pelo major Vieira de Melo, superintendente da Ordem Pública e Social esforçando-se a polícia para a perfeita execução dessa providência inédita no país Os alemães foram os primeiros a embarcar e muitos deles preferiram viajar espontaneamente

Fonte: autoria da autora

O Quadro nº 12 apresenta-nos outros atores sociais como sujeitos ativos, como o **Governo de São Paulo, a Companhia**, no Contracto; **o Presidente da República, o Brasil**, no Decreto-Lei nº 4.166/42; a **Reportagem, o major Vieira de Melo, a polícia, os alemães**, na reportagem *Mais de 1.500 súditos alemães e japoneses*. O imigrante japonês aparece como

sujeito ativo somente na reportagem *Os japonezes em São Paulo*, que abordava a sua descrição.

Quadro nº 13 - Categoria analítica Distribuição de papéis - Passivação – Representação Social

CONTRACTO – 10/11/1907
<p>introducção em São Paulo de 3.000 imigrantes japoneses. A Companhia obriga-se a angariar e transportar do Japão a Santos 3.000 imigrantes japonezes, agricultores, constituídos em famílias compostas de 3 até 10 pessoas aptas para o trabalho da lavoura, considerando-se aptas para esse trabalho os homens ou mulheres de 12 até 45 anos de idade</p> <p>2ª. – Poderão ser recebidos pelo Governo imigrantes extranhos à profissão agrícola</p> <p>3ª. – Os imigrantes deverão ser introduzidos por levas de 1.000 no Maximo, em cada anno, a partir de 1908.</p> <p>As levas seguintes deverão ser angariadas e transportadas</p> <p>7ª. – Fica salvo ao fazendeiro o direito de descontar nos salários dos respectivos imigrantes, a importância que tiver restituído ao Governo, ficando a este a faculdade de cobrar dos imigrantes que se tiverem localizado nos núcleos coloniaes</p> <p>9ª. – Os imigrantes serão collocados na lavoura cafeeira ou em núcleos coloniaes.</p> <p>11ª. – Os imigrantes não poderão obter lotes em núcleos coloniaes, emquanto não tiverem feito, pelos menos, a primeira colheita nas fazendas em que se tiverem collocado à sua chegada, e enquanto não estejam “quites” nas mesmas fazendas, ou outras em que se tenham collocado.</p> <p>14ª. – A Companhia será obrigada a repatriar á sua custa os imigrantes que se reconhecer não estarem nas condições do contracto e do regulamento vigente.</p>
OS JAPONEZES EM SÃO PAULO
<p>Está S. Paulo com os primeiro imigrantes japonezes. Estes 781 japonezes agora introduzidos.... Dos introduzidos pela companhia (781) 532 sabem ler e escrever e foram recolhidos no amplo salão do refeitório da hospedaria, No dia seguinte ao de sua chegada, foram todos vacinados em duas horas, assistido á conferencia de suas bagagens, e nem uma só vez foram apanhados em mentiras</p>
Decreto-Lei ° 4.166/42
<p>Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil atos de guerra são praticados contra o continente americano o navio brasileiro "Taubaté" foi atacado, no mar Mediterrâneo, por forças de guerra da Alemanha unidades desarmadas da marinha mercante brasileira, viajando com fins de comércio pacífico, foram atacadas e afundadas com infração de normas jurídicas consagradas O Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados, uma íntima participação na sua</p>

economia

Art. 2º **Será transferida** para o Banco do Brasi... uma parte de todos os depósitos bancários, ou obrigações de natureza patrimonial superiores a dois contos de réis, de que sejam titulares súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 6º Em qualquer pagamento, superior a 2:000\$0, **feito** a súdito alemão, japonês e italiano, far-se-à menção do depósito previsto no artigo 2º

Parágrafo único. Os bens das sociedades culturais e recreativas formadas de alemães, japoneses e italianos poderão **ser utilizados**, no interesse público, com autorização do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES

A remoção de japoneses e alemães, **iniciada** anteontem, quando foram **embarcados**

E os japoneses, em número consideravelmente maior, também já **foram expurgados**,

Todos, porém, já foram **notificados**

quanto à **imediata transferência de súditos japoneses e alemães** para a capital e **subseqüente distribuição** para o interior do Estado,

esforçando-se a polícia para a perfeita execução dessa providência inédita no país e que não revela **qualquer ato de punição mas inspirada nos altos interesses de segurança nacional**.

E **os japoneses**, em número consideravelmente maior, também já foram **expurgados**, em sua maioria,... Todos, porém, já foram **notificados** de maneira que dentro de poucas horas todo o litoral estará **varrido** dos súditos nipônicos.

Todos os detalhes de **transferência desses estrangeiros** decorreram sem atropel

Aliás, os investigadores **encarregados do serviço** agem ponderadamente, evitando qualquer constrangimento aos estrangeiros.

foram **embarcados** para a capital 775 súditos japoneses e alemães, aqueles em número extraordinariamente maior.

O serviço de embarque decorreu em boa ordem

Mostravam-se conformados com **a medida policial**

Um ancião, antigo morador da Ponta da Praia, comentava, entristecido, que residia em Santos há 25 anos e durante todo esse tempo não havia se afastado da cidade. Atendeu **prontamente á instrução para o embarque**, conformando-se com a situação, mas receberia com angústia **qualquer ordem de fixação de residência** fora da capital do Estado

Aliás, a maioria deles prefere residir em São Paulo.

Após **o competente registro**, os estrangeiros são conduzidos aos alojamentos, onde há limpeza e conforto

Há cerca de 4000 japoneses e alemães **recolhidos** à Imigração.

A remessa de nipônicos e alemães para o interior do Estado começou na noite de hoje Não serão **removidos** para cidades onde exista quartel do Exército,

Fonte: autoria da autora

Nos quatro textos analisados, ainda quanto aos imigrantes japoneses, há quase que um predomínio da Passivação, em que eles são atores sociais assujeitados da ação ou beneficiados por ela. No *Contracto*, temos **angariadas e transportadas, nos salários dos respectivos imigrantes, faculdade de cobrar dos imigrantes**; em *Japonezes em São Paulo*, **Dos introduzidos pela companhia, foram recolhidos, todos vacinados**; no Decreto-Lei nº 4.166/42, em **aos nacionais daqueles Estados, uma íntima participação na sua economia, Será transferida**; em *MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES*, **transferência desses estrangeiros, qualquer ordem de fixação de residência, competente registro**.

Em momentos em que são representados pela Ativação, na realidade, eles incorporam deveres, como o pagamento: no *Contracto*, **Os imigrantes não poderão obter lotes, enquanto não tiverem feito, pelos menos, a primeira colheita nas fazendas em que se tiverem collocado à sua chegada, e enquanto não estejam “quites” nas mesmas fazendas, ou outras em que se tenham collocado**; no Decreto-Lei nº 4.166/42, **por atos de agressão**.

No Decreto-Lei nº 4.166/42, verificam-se, em diferentes partes da argumentação, os atores sociais **Estado Brasileiro, o navio brasileiro “Taubaté” e as unidades desarmadas da marinha mercante brasileira** como assujeitados das ações de agressão, ataques e afundamento.

Trago as palavras de De Fina, Schiffrin e Bamberg (2006) quanto ao tema “agência”, que possui dois lados. O primeiro é o posicionamento dos falantes em práticas situadas e construídas em que eles são situados sem envolvimento agentivo pelas forças históricas e pela história na forma de discurso dominante; o segundo, o posicionamento dos falantes por si próprios como agentes construtivos e interativos, trocando os significados pelos que eles constroem suas identidades frente a outros ou frente aos discursos dominantes. Portanto, “posicionar” permite investigar os mecanismos linguísticos e as estratégias discursivas em que falantes dão lugar a si próprios em posições de aceitação ou de rejeição de ideologias de raça. Na minha pesquisa, identificou-se o primeiro caso, pois os imigrantes japoneses não têm ação agentiva e não há a presença da sua fala nos discursos.

6.1.3 Generalização x Especificação

A categoria analítica Generalização ocorre em representações dos atores sociais como classes e a Especificação, com identidades específicas e individuais.

Quadro nº 14 - Categoria analítica Generalização – Representação Social

<p>CONTRACTO – 10/11/1907</p>
<p>Contracto que assigna a Companhia Imperial de Integração de Tokio, Japão, com o Governo do Estado,</p> <p>1ª. – A Companhia obriga-se a angariar constituídos em famílias compostas de 3 até 10 pessoas aptas para o trabalho da lavoura, considerando-se aptas para esse trabalho os homens ou mulheres de 12 até 45 anos de idade.</p> <p>2ª. – Poderão ser recebidos pelo Governo immigrantes extranhos à profissão agrícola A responsabilidade pelo pagamento dessas importâncias, pertencerá a todos os membros de cada família, as quaes serão collectivamente responsáveis pelo debito dos respectivos chefes.</p> <p>9ª. – Os immigrants serão collocados na lavoura cafeeira ou em núcleos coloniaes</p> <p>11ª. – Os immigrants não poderão obter lotes em núcleos coloniaes,presente termo de contracto, que depois de lido e julgado conforme pelas já nomeadas, vai assignada pelas mesmas</p>
<p>OS JAPONEZES EM SÃO PAULO</p>
<p>os primeiros immigrants japonezes Os empregados da alfândega declaram</p>
<p>Decreto-Lei nº 4.166/42</p>
<p>atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil</p> <p>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,...continente americano... Repúblicas americanas...unidades desarmadas da marinha mercante brasileira... navegação brasileira... interesses vitais do Brasil...populações civis... os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil... Os Ministérios da Justiça e Negócios Interiores e da Fazenda...Getúlio Vargas.</p> <p>Governo alemão...forças armadas alemãs...a aliança, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália...estas potências... aos nacionais daqueles Estados...os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas... Os súditos alemães, japoneses e italianos... Os bens das sociedades culturais eu recreativas formadas de alemães, japoneses e italianos.</p>
<p>MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES</p>
<p>PRATICAMENTE NÃO HÁ MAIS SÚDITOS DO JAPÃO E DA ALEMANHA EM NOSSA CIDADE</p> <p>transferência de súditos japoneses e alemães para a capital e subsequente distribuição para o interior do Estado, esforçando-se a polícia A remoção de japoneses e alemães,</p>

Os alemães foram os primeiros a embarcar
E **os japoneses**, em número consideravelmente maior, também já foram expurgados, em sua maioria, havendo, entretanto, **milhares deles** residentes na larga faixa litorânea que ainda aguardam embarque nos seus centros domiciliares
Todos os detalhes de transferência **desses estrangeiros** decorreram sem atropelo,
... **Os japoneses** – quase todos proprietários de chácaras –
Há cerca de **4000 japoneses e alemães** recolhidos à Imigração.
Esses estrangeiros, quando perguntados qual a cidade em que pretendem continuar suas atividades, optam impreterivelmente pela capital.
A remessa de **nipônicos e alemães** para o interior do Estado

Fonte: autoria da autora

A Generalização ocorre em referências genéricas dos atores sociais e ocorre pelo uso de plural sem artigo, de singular com artigo definido ou indefinido ou de tempo verbal de ações habituais ou universais. Quanto ao uso do plural sem o artigo, no Contracto, temos **famílias e imigrantes extranhos à profissão agrícola**. Outras ocorrências de Generalização são os casos de **a todos os membros**, no Contracto, e de **milhares deles**, na notícia *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*.

No primeiro, segundo e o quarto texto, são claras as representações dos imigrantes japoneses como uma determinada classe, referenciados de forma genérica: no Contracto e no *Japonezes em São Paulo*, **os imigrantes**; no texto *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, **os japoneses, esses estrangeiros, nipônicos e alemães**.

Quanto ao terceiro texto, o Decreto-Lei nº 4.166/42, no Quadro nº 14 - Categoria analítica Generalização – Representação Social, por meio de referências genéricas, constroem-se, ao longo do texto, duas classes: **a do Presidente da República e o Brasil e a dos súditos japoneses e alemães**, inimigos entre si.

Quadro nº 15 - Categoria analítica Especificação – Representação Social

CONTRACTO – 10/11/1907
3.000 imigrantes japoneses. 3ª. – Os imigrantes deverão ser introduzidos por levas de 1.000 no Maximo,
OS JAPONEZES EM SÃO PAULO
Dos introduzidos pela companhia (781) 532 sabem ler e escrever, isto é, 68 por cento ,... das 781, só 16 pessoas não são de trabalho, sendo, portanto, 2 por cento os não trabalhadores, e esta insignificante porcentagem não é constituída por velhos ou pessoas invalidas, mas por crianças que amanhã serão optimos elementos de trabalho.

Decreto-Lei nº 4.166/42

MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES
MAIS DE 1500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES FORAM REMOVIDOS quando foram embarcados para a capital nada menos de 1549 pessoas daquelas nacionalidades , predominando, entretanto, o elemento amarelo . As 10 horas de ontem, em composição especial da Inglesa, foram embarcados para a capital 775 súditos japoneses e alemães , aqueles em número extraordinariamente maior Um ancião , antigo morador da Ponta da Praia, comentava, entristecido, que residia em Santos há 25 anos... Há cerca de 4000 japoneses e alemães recolhidos à Imigração.

Fonte: autoria da autora

A categoria analítica Especificação de Representação Social de Van Leeuwen ocorre quando há uso de número e ela se apresentou em três dos quatro textos. No *Contracto*, discriminando o número de imigrantes “conduzidos” por ano, como em **3.000 imigrantes japoneses e levas de 1.000**; na notícia *Os japonezes em São Paulo*, para caracterizar os alfabetizados e os que não podem trabalhar - **(781) 532** sabem ler e escrever, isto é, **68 por cento,...**; **das 781, só 16** pessoas; no Decreto-Lei nº 4.166/42, não se levantou nenhum registro; na reportagem *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, há a especificação da quantidade dos súditos japoneses e alemães entre os estrangeiros e os de outras nacionalidades, especificando mais ainda o **elemento amarelo**. Não se pode esquecer que o termo **o perigo amarelo** já estava sendo permanentemente divulgado, o que pode ter levado à especificação **elemento amarelo** como uma forma de se ressaltar e de legalizar a **remoção**.

6.1.4 Assimilação x Individualização

As categorias Assimilação e Individualização referem-se à forma como os atores sociais são mencionados. No caso da Assimilação, quando eles são apresentados como grupos, pode ocorrer pela Agregação e pela Coletivização.

Quadro nº 16 - Categoria analítica Assimilação - Agregação – Representação Social

CONTRACTO
<p>para introdução em São Paulo de 3.000 imigrantes japoneses. (grupo interessado na imigração japonesa)</p> <p>3.000 imigrantes japonezes, agricultores, constituídos em famílias compostas de 3 até 10 pessoas aptas para o trabalho da lavoura, AGREGAÇÃO</p>
OS JAPONEZES EM SÃO PAULO
<p>Estes 781 japonezes agora introduzidos agrupam-se em 164 famílias, sendo cada família constituída, em média, por 4,5 indivíduos....</p> <p>O numero de crianças é insignificante, e o de velhos nullo. Crianças de menos de três annos vieram 8; de três a sete annos vieram 4; de sete a doze annos, 4, e de mais de doze annos 765. Todo o individuo de mais de doze annos traz já as mãos callejadas, signal evidente de trabalho habitual. Com estes japonezes introduzidos pela companhia acima referida, vieram também 11 de mais de doze annos e 1 de três a sete annos, espontâneos, isto é, com passagem paga á sua custa.</p> <p>... para menos de oitocentas pessoas, mil e cem malas,...</p> <p>.</p>
Decreto-Lei nº 4.166/42

MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES
<p>MAIS DE 1500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES FORAM REMOVIDOS quando foram embarcados para a capital nada menos de 1549 pessoas daquelas nacionalidades, predominando, entretanto, o elemento amarelo.</p> <p>foram embarcados para a capital 775 súditos japoneses e alemães, aqueles em número extraordinariamente maior</p> <p>No período da tarde, nova composição especial conduziu para a capital 774 japoneses, Durante o dia de ontem, em dois trens especiais, chegaram ao edifício da Imigração 1549 nipônicos e alemães, aqueles em maior parte</p> <p>...Sabe-se de um deles que, para se desfazer de sua chácara em Santa Maria, vendeu três porcos, uma carroça e um muar pela quantia de mil cruzeiros. E galinhas? Essas foram vendidas a três e dois cruzeiros a cabeça.</p> <p>Durante o dia de ontem, em dois trens especiais, chegaram ao edifício da Imigração 1549 nipônicos e alemães, aqueles em maior parte.</p> <p>Há cerca de 4000 japoneses e alemães recolhidos à Imigração</p>

Fonte: autoria da autora

No caso da Assimilação pela Agregação, ela ocorre quando os atores sociais são apresentados em grupos como dados estatísticos ou pela quantificação e é usada para regulamentarem práticas e para produzir consensos. Isso ocorreu nos Textos 1, 2 e 4.

No Contracto, temos **3.000 imigrantes japonezes e famílias compostas de 3 até 10**

peças. Interessante observar que os termos repetem-se no texto *Os japonezes em São Paulo* **781 japonezes agora introduzidos agrupam-se em 164 famílias, sendo cada família constituída, em média, por 4,5 indivíduos.** No texto *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, os súditos japoneses e alemães representados por números e em grupo são desumanizados, o que regulamenta a prática de sua remoção em vinte e quatro horas.

O Quadro nº 16 - Categoria analítica Assimilação - Agregação – Representação Social permite-nos confirmar que o uso numérico para retratar o imigrante japonês pode ter sido feito para regulamentar as práticas, pois elas alcançaram um determinado número de pessoas e não somente algumas individualmente, portanto, elas são legais.

Quadro nº 17 - Categoria analítica Assimilação – Coletivização – Representação Social

CONTRACTO
<p>3ª. – Os imigrantes deverão ser introduzidos por levas de 1.000 no Maximo, em cada anno, a partir de 1908 – coletivização pela pluralização – coletivização – pluralização</p> <p>...nenhuma somma a mais poderá ser cobrada pela companhia dos fazendeiros ou industrias em cujas propriedades o imigrante se tenha localizado – coletivização - pluralização</p> <p>conforme o numero de pessoas da família – coletivização – substantivo contável</p> <p>11ª. – Os imigrantes não poderão obter lotes em núcleos coloniaes, enquanto não tiverem feito – coletivização plural</p>
OS JAPONEZES EM SÃO PAULO
<p>Os japonezes em São Paulo</p> <p>Os imigrantes japonezes vieram</p> <p>É preciso notar que se trata de gente de humilde camada social do Japão</p> <p>Todos os japonezes vindos são geralmente baixos</p> <p>.... Si esta gente, que é toda de trabalho..</p>
Decreto-Lei nº 4.166/42
<p>por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil</p> <p>são praticados contra o continente americano;</p> <p>CONSIDERANDO que, ao passo que o Brasil respeitava, com a máxima exatidão e lealdade, as regras de neutralidade universalmente aceitas no direito internacional, o navio brasileiro "Taubaté" foi atacado, no mar Mediterrâneo, por forças de guerra da Alemanha;</p> <p>CONSIDERANDO que, assumindo solenemente a obrigação de reparar o dano causado por esse ato o Governo alemão até hoje não cumpriu esse compromisso;</p>

CONSIDERANDO que as informações que possui o Governo denotam que a responsabilidade dos atentados deve ser atribuída às **forças armadas alemãs**, mas que, por outro lado, **a aliança**, para fins de guerra, existente entre **a Alemanha, o Japão e a Itália**, torna estas **potências** necessariamente solidárias na agressão;
CONSIDERANDO que, durante mais de um século, o **Brasil** ofereceu aos **nacionais daqueles Estados**, uma íntima participação na sua economia;
CONSIDERANDO que, nas condições da guerra moderna, **as populações civis** se acham estreitamente...

Art. 1º Os bens e direitos **dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas**, respondem pelo prejuízo que, para, **os bens e direitos do Estado Brasileiro**, e para a vida, **os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil**,

Os súditos alemães, japoneses e italianos, e quem possuir bens a eles pertencentes comunicarão, dentro de quinze dias após a publicação desta lei, às repartições incumbidas do recolhimento, a natureza, a qualidade e o valor provável daqueles bens.

MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES

PRATICAMENTE NÃO HÁ **MAIS SÚDITOS DO JAPÃO E DA ALEMANHA** quanto à imediata transferência de **súditos japoneses e alemães** para a capital e subsequente distribuição para o interior do Estado, havendo, entretanto, **milhares deles** residentes na larga faixa litorânea...

Os alemães foram os primeiros a embarcar
E os japoneses,

Fonte: autoria da autora

Os atores sociais também podem ser representados como grupo pela categoria analítica de Representação Social Assimilação por meio da Coletivização, que pode ocorrer pela pluralização e pelos substantivos contáveis.

Quanto ao processo de pluralização, a Coletivização ocorreu nos quatro textos: no *Contracto* e no *Os japonezes em São Paulo*, pelos termos **os imigrantes** e **os japonezes**; no Decreto-Lei nº 4.166/42 e no *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, pelos termos **os súditos alemães, japoneses e italianos, os nacionais daqueles Estados e súditos japoneses e alemães**.

Também a Assimilação pela Coletivização, por meio de substantivos contáveis ou que denotam coletividade, ocorreu nos quatro textos. No *Contracto*, pelo substantivo **família**, que denota o grupo de pessoas a assumir as dívidas contratuais; no *Os japonezes em São Paulo*, pelo substantivo **gente**; no Decreto-Lei nº 4.166/42, com os substantivos **Estado brasileiro, Brasil, Japão, Alemanha, Itália, populações civis, aliança**; no *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, pelo numeral substantivo **milhares**.

Quadro nº 18 - Categoria analítica Individualização – Representação Social

CONTRACTO
..., presentes o Sr. Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, dr. Carlos J. Botelho, secretario dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas e o Sr. Rio Midsuno, presidente da Companhia Imperial de Emigração , com sêde em Tokio, Japão, e com poderes bastantes para representá-la no presente acto , 7 ^a . – Fica salvo ao fazendeiro o direito de descontar nos salários...
OS JAPONEZES EM SÃO PAULO

Decreto-Lei nº 4.166/42
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES

Fonte: autoria da autora

Quanto à Categoria analítica de Representação social Individualização, os atores sociais podem ser representados como indivíduos e, nos textos analisados, ocorreram poucos casos, como demonstra o Quadro nº 18 - Categoria analítica Individualização – Representação Social. São atores sociais com prestígio e legitimados pela sociedade, como o **presidente do Estado; o secretario dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas; o presidente da Companhia Imperial de Emigração , o Presidente da República.**

6.1.5 Associação x Dissociação

Os atores sociais podem ser representados pelas categorias analíticas Associação e Dissociação. Pela Associação, os atores sociais são representados como grupos formados por atores sociais e/ou grupos de atores sociais; pela Dissociação, os atores sociais compõem grupos que se desfazem. Após a apresentação dos Quadros nº 19 e nº 20, analiso conjuntamente as categorias Associação e Dissociação.

Quadro nº 19 - Categoria analítica Associação – Representação Social

CONTRACTO – 10/11/1907
Contracto que assigna a Companhia Imperial de Integração de Tokio, Japão, com o Governo do Estado, 3.000 imigrantes japonezes, agricultores, constituídos em famílias compostas de 3 até 10 pessoas aptas para o trabalho da lavoura, 3 ^a . – Os imigrantes deverão ser introduzidos por levas de 1.000 no Maximo, em

<p>cada anno, a partir de 1908.</p> <p>nenhuma somma a mais poderá ser cobrada pela companhia dos fazendeiros ou industrias em cujas propriedades o immigrante se tenha localizado.</p> <p>pertencerá a todos os membros de cada família, as quaes serão collectivamente responsáveis pelo debito dos respectivos chefes.</p> <p>conforme o numero de pessoas da familia,</p> <p>União – grupo de pessoas</p> <p>11ª. – Os immigrants não poderão obter lotes em núcleos coloniaes, enquanto não tiverem feito</p>
<p>OS JAPONEZES EM SÃO PAULO</p>
<p>Está S. Paulo com os primeiros immigrants japonezes</p> <p>O vapor Kassato Marú trouxe para o Estado de S. Paulo 781 japonezes, que constituem a primeira leva</p> <p>Estes 781 japonezes agora introduzidos agrupam-se em 164 familias,</p> <p>Com estes japonezes introduzidos pela companhia acima referida, ...</p> <p>Estavam todos, homens e mulheres, vestidos á europea:</p> <p>apresentando todos, homens e mulheres,</p> <p>Todos os japonezes vindos são geralmente baixos</p> <p>A raça é muito differente, mas não é inferior.</p>
<p>Decreto-Lei nº 4.166/42</p>
<p>praticados contra o continente americano</p> <p>após a conjugação dos esforços das Repúblicas americanas para a defesa da sua soberania, da sua integridade territorial e dos seus interesses econômico</p> <p>a aliança, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália, torna estas potências necessariamente solidárias na agressão</p> <p>o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados, uma íntima participação na sua economia</p> <p>Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil,</p>
<p>MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES</p>
<p>MAIS DE 1500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES FORAM REMOVIDOS, ONTEM, PARA A CAPITAL.</p> <p>quanto à imediata transferência de súditos japoneses e alemães para a capital e subsequente distribuição para o interior do Estado,</p> <p>A remoção de japoneses e alemães, iniciada anteontem, continuou durante o dia de ontem,</p> <p>nada menos de 1549 pessoas daquelas nacionalidades, predominando, entretanto, o elemento amarelo.</p> <p>foram embarcados para a capital 775 súditos japoneses e alemães</p> <p>chegaram ao edifício da Imigração 1549 nipônicos e alemães, aqueles em maior parte.</p>

Há cerca de **4000 japoneses e alemães** recolhidos à Imigração

Os japoneses em sua maioria vieram acompanhados de **suas famílias. Há muitas crianças** na Hospedaria da Imigração.

A remessa de **nipônicos e alemães** para o interior do Estado começou na noite de hoje

Fonte: autoria da autora

No Contracto, podem ser identificados dois grupos: um que é composto pela **Companhia Imperial de Integração de Tokio, com o Governo do Estado, pela companhia dos fazendeiros ou industrias**, interessados na imigração japonesa para substituir os trabalhadores escravos e os imigrantes europeus que não mais aceitavam as condições de trabalho, e o outro grupo composto pelos **3.000 imigrantes japonezes, agricultores, constituídos em famílias, todos os membros de cada família.**

No texto *Os japonezes em São Paulo*, temos a Associação em quem os atores sociais imigrantes japoneses são representados como um grupo formado por eles e suas famílias.

No Decreto-Lei nº 4.166/42, temos a presença de dois grupos: de um lado, o **continente americano, as Repúblicas americanas, o Brasil**; do outro lado, a **aliança, a Alemanha, o Japão e a Itália, os nacionais daqueles Estados; os súditos alemães, japoneses e italianos.**

No *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemão*, temos o grupo formado pela Associação dos **súditos japoneses e alemães.**

As categorias analíticas Dissociação/Associação enquadram-se na “Identificação relacional” apresentada por Van Leeuwen e Machin (2011), pela qual a identidade é definida em termos de relações das pessoas com as outras. Ratifico que a Associação ocorre quando há menção a grupos formados por atores sociais e/ou grupos de atores sociais e Dissociação representam os atores sociais como associações desfeitas ao longo do texto.

Como as ações produtoras da realidade são efetuadas pelos grupos que se correlacionam estrategicamente no espaço social, os agentes sociais apresentam-se ou são apresentados individual e/ou coletivamente por referentes ideológicos (BOURDIEU, 2008), o que ressalta características positivas ou negativas. Segundo a categoria Associação, no período da Segunda Guerra Mundial, a forma simbólica de união entre o Brasil e outros países americanos e a forma simbólica de união entre a Alemanha, a Itália, o Japão e os nacionais daqueles países têm conotações positivas para o primeiro grupo e negativas para o segundo grupo nesse contexto. Nos Textos 1, 2 e 4, também se verifica pela categoria analítica Associação a ênfase de uma relação interpessoal essencial na cultura japonesa: a família.

Eu gostaria de ressaltar um ponto interessante na primeira parte do Decreto-Lei nº 4.166/42: durante a leitura dessa parte, verifica-se a inserção do Brasil no cenário internacional, a

chamada glocalização segundo Fairclough (2006), em que as lutas e os problemas sociais e locais são recontextualizados por meio de discursos e tornam-se universais ou problemas universais são recontextualizados como locais. Isso verifica-se em termos como **Brasil, continente americano, repúblicas americanas**, o que confirma a inserção do posicionamento brasileiro quanto à Segunda Guerra Mundial que ocorria no continente europeu..

Quadro nº 20 - Categoria analítica Dissociação – Representação Social

<p>CONTRACTO – 10/11/1907</p>
<p>2ª. – Poderão ser recebidos pelo Governo immigrantes extranhos à profissão agrícola, taes como pedreiros, carpinteiros ou ferreiros, comtanto que não excedam a 5% do total a introduzir no Estado.</p> <p>Companhia Imperial de Integração de Tokio, Japão, com o Governo do Estado, para introdução em São Paulo de 3.000 immigrants japoneses. (grupo interessado na imigração japonesa) – VIRA COMPANHIA E ESTADO COM OBRIGAÇÕES DIFERENCIADAS.</p> <p>Fazendeiro separado da indústria</p>
<p>OS JAPONEZES EM SÃO PAULO</p>
<p>São poucos os indivíduos que vieram avulsos (37), isto é, não fazendo parte de famílias.</p> <p>Dos introduzidos pela companhia (781) 532 sabem ler e escrever</p> <p>Os immigrants japonezes vieram de onze províncias diferentes, que são as seguintes:</p> <p>Alguns dos homens foram soldados na ultima guerra</p>
<p>Decreto-Lei nº 4.166/42</p>
<p>o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados, uma íntima participação na sua economia</p> <p>Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.</p>
<p>MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES</p>
<p>Os alemães foram os primeiros a embarcar e muitos deles preferiram viajar espontaneamente e a expensas próprias.</p> <p>Praticamente, não há mais alemães na cidade. E os japoneses, em número consideravelmente maior, também já foram expurgados,</p> <p>No período da tarde, nova composição especial conduziu para a capital 774 japoneses, fazendo-se muitos deles acompanhar de suas famílias.</p> <p>A reportagem teve ocasião de abordar alguns súditos nipônicos um pouco antes do seu embarque.</p>

Entretanto, o critério adotado parece ser dos mais justos, porquanto **cada pessoa ou família** é destinada a uma cidade apropriada para o desenvolvimento da profissão de seu chefe.

Fonte: autoria da autora

O Quadro nº 20 - Categoria analítica Dissociação – Representação Social apresenta-nos como essa categoria ocorre nos quatro textos. No Contracto, temos a dissociação de grupos representados inicialmente como grupos integrados: é o caso dos **immigrantes estranhos à profissão agrícola, taes como pedreiros, carpinteiros ou ferreiros**, diferenciados dos outros imigrantes, os **agricultores**; a **Companhia Imperial de Integração de Tokio, Japão, com o Governo do Estado**, com interesse comum para introdução em São Paulo de 3.000 imigrantes japoneses, mas com obrigações diferenciadas ao longo do texto do Contracto; o **fazendeiro**, em um determinado momento representado como grupo com o ator social **indústria**.

No texto *Os japonezes em São Paulo*, na descrição dos primeiros imigrantes japoneses, temos os **poucos os indivíduos que vieram avulsos (37)**, isto é, **não fazendo parte de famílias; (781) 532** sabem ler e escrever; e **Os imigrantes japonezes vieram de onze províncias diferentes**, diferenciando suas origens; **Alguns dos homens foram soldados na ultima guerra**, distinguindo-os dos demais.

No Decreto-Lei nº 4.166/42, de participantes da economia brasileira, como agentes econômicos (**peças físicas ou jurídicas**), passam a ser um grupo de **nacionais daqueles Estados**, de **súditos alemães, japoneses e italianos**, **peças físicas ou jurídicas**, que **respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das peças físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil**, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.

Na reportagem *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, temos o grupo de súditos que ora se desfaz no embarque - **Os alemães foram os primeiros** a embarcar - e o grupo família que também se desfaz com a remoção dos súditos japoneses - **os japoneses, em número consideravelmente maior, também já foram expurgados; fazendo-se muitos deles acompanhar de suas famílias; cada pessoa ou família é destinada a uma cidade apropriada para o desenvolvimento da profissão de seu chefe.**

6.1.6 Indeterminação e Diferenciação

Apresento a seguir as categorias analíticas Indeterminação, Determinação e Diferenciação do Outro. Indeterminação ocorre quando os atores sociais são representados como indivíduos ou grupos não especificados ou anônimos; a Determinação, quando se especifica a identidade de indivíduos ou grupos; e a Diferenciação do Outro é a representação de atores que explicitamente cria a diferença entre o “self” e o “outro”.

Quadro nº 21- Categoria analítica Indeterminação – Representação Social

CONTRACTO – 10/11/1907
Imigrantes
OS JAPONEZES EM SÃO PAULO

Decreto-Lei nº 4.166/42
<p>...após a conjugação dos esforços das Repúblicas americanas para a defesa da sua soberania, da sua integridade territorial e dos seus interesses econômicos , unidades desarmadas da marinha mercante brasileira, viajando com fins de comércio pacífico, foram atacadas e afundadas com infração de normas jurídicas consagradas;</p> <p>CONSIDERANDO que tais atos constituem uma agressão não provocada de que resultam ameaça à navegação brasileira e prejuízo direto a interesses vitais do Brasil;</p> <p>CONSIDERANDO que as informações que possui o Governo denotam que a responsabilidade dos atentados deve ser atribuída às forças armadas alemãs</p>
MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES
<p>MAIS SÚDITOS DO JAPÃO E DA ALEMANHA EM NOSSA CIDADE</p> <p>imediate transferência de súditos japoneses e alemães para a capital e subsequente distribuição para o interior do Estado,</p> <p>A remoção de japoneses e alemães,</p> <p>nada menos de 1549 pessoas daquelas nacionalidades</p> <p>não há mais alemães na cidade</p> <p>e muitos deles preferiram viajar espontaneamente</p> <p>havendo, entretanto, milhares deles residentes na larga faixa litorânea que ainda aguardam embarque nos seus centros domiciliares. Todos, porém, já foram notificados fazendo-se muitos deles acompanhar de suas famílias</p> <p>A reportagem teve ocasião de abordar alguns súditos nipônicos</p> <p>Aliás, a maioria deles prefere residir em São Paulo</p> <p>numerosos japoneses trataram de se desfazer dos seus bens.</p> <p>Sabe-se de um deles que, para se desfazer de sua chácara em Santa Maria, vendeu três porcos, uma carroça e um muar pela quantia de mil cruzeiros.</p> <p>Há cerca de 4000 japoneses e alemães recolhidos à Imigração</p>

porquanto **cada pessoa ou família** é destinada a uma cidade apropriada para o desenvolvimento da profissão de seu chefe
Os **japoneses em sua maioria** vieram acompanhados de suas famílias. Há **muitas** crianças na Hospedaria da Imigração.

Fonte: autoria da autora

No Quadro nº 21- Categoria analítica Indeterminação – Representação Social, temos a Indeterminação no registro de imigrantes japoneses como forma de se referir a eles de uma forma não especificada ou anônima, como no Contracto, por meio de **immigrantes**, e na *notícia Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães* pela presença de diversos pronomes indefinidos, como **menos de 1549 pessoas daquelas nacionalidades, mais alemães, muitos deles, cada pessoa ou família**. Essa forma de representá-los traz deveres para todos os imigrantes japoneses.

No Decreto-Lei nº 4.166/42, há atores sociais representados também de forma anônima: **Repúblicas americanas, unidades desarmadas da marinha mercante brasileira, navegação brasileira, forças armadas alemãs**. Tais representações ocultam a identidade desses atores sociais, o que é feito com um determinado objetivo a fim de legitimar a ideologia do Governo dominante à época.

A seguir, apresento o Quadro nº 22 - Categoria analítica Determinação – Representação Social e o Quadro nº 23- Categoria analítica Diferenciação do outro – Representação Social, cujas análises serão feitas conjuntamente, pois suas diferenças são muito sutis.

Quadro nº 22 - Categoria analítica Determinação – Representação Social

CONTRACTO – 10/11/1907
“Aos seis dias do mez de Novembro de mil novecentos e sete, no palácio do Govoero, presentes o Sr. Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, dr. Carlos J. Botelho, secretario dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas e o Sr. Rio Midsuno, presidente da Companhia Imperial de Emigração , 1ª. – A Companhia obriga-se a angariar e transportar do Japão a Santos 3.000 imigrantes japonezes, agricultores , constituídos em famílias... Identidade do grupo: agricultores,
OS JAPONEZES EM SÃO PAULO
Os japonezes Está S. Paulo com os primeiros immigrantes japonezes É preciso notar que se trata de gente de humilde camada social do Japão Estes 781 japonezes agora introduzidos agrupam-se em 164 familias, sendo cada família constituída, em média, por 4,5 individuos.
Decreto-Lei nº 4.166/42
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

ao passo que o Brasil respeitava, com a máxima exatidão e lealdade, ... o navio brasileiro "Taubaté" foi atacado, no mar Mediterrâneo, por forças de guerra da **Alemanha**;

...a obrigação de reparar o dano causado por esse ato o **Governo alemão** até hoje não cumpriu esse compromisso;

mas que, por outro lado, a **aliança**, para fins de guerra, existente **entre a Alemanha, o Japão e a Itália**, torna estas potências necessariamente solidárias na agressão;

MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES

APELO DO **DELEGADO AUXILIAR DE POLÍCIA**

A medida adotada pelo **major Vieira de Melo, superintendente da Ordem Pública e Social**,

esforçando-se a **polícia**

nada menos de 1549 pessoas **daquelas nacionalidades**, predominando, entretanto, o **elemento** **amarelo**.

Todos os detalhes de transferência **desses estrangeiros** decorreram sem atropelo

Há cerca de **4000 japoneses e alemães** recolhidos à **Imigração**.

Fonte: autoria da autora

No Quadro nº 22 - Categoria analítica Determinação – Representação Social, percebe-se a especificação da identidade de indivíduo ou de grupos nos quatro textos. Quanto às autoridades, eles são especificados individualmente, como o **Sr. Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, dr. Carlos J. Botelho, secretario dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas e o Sr. Rio Midsuno, presidente da Companhia Imperial de Emigração**, no Contracto; o **Presidente da República**, no Decreto-Lei nº 4.166/42; o **Delegado Auxiliar de Polícia, a polícia, o major Vieira de Melo, superintendente da Ordem Pública e Social**, no *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*. Os imigrantes japoneses, em 1907 e em 1908, têm a sua identidade grupal definida pelos termos **agricultores e humilde camada social do Japão**. Já no período da Segunda Guerra Mundial, sua identidade grupal é determinada pelos seguintes termos: no Decreto-Lei nº 4.166/42, **Alemanha; Governo alemão, a aliança entre a Alemanha, o Japão e a Itália**; no *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, **daquelas nacionalidades, o elemento amarelo, desses estrangeiros, 4000 japoneses e alemães** recolhidos à **Imigração**. Tais termos enfatizam a condição de estrangeiros, ratificado pela palavra (Hospedaria da) **Imigração**.

Quadro nº 23- Categoria analítica Diferenciação do outro – Representação Social

<p>CONTRACTO – 10/11/1907</p>
<p>Imigrantes: agricultores, trabalho na lavoura, collocados na lavoura cafeeira, serão fornecidas casas Fazendeiros – donos das terras, das lavouras, colocam os imigrantes, fornecem casas eguais aos dos imigrantes europeus Fazendeiros + industriais = donos dos meios de produção Governo do Estado de São Paulo + União</p>
<p>OS JAPONEZES EM SÃO PAULO</p>
<p>Estavam todos, homens e mulheres, vestidos à europeia Os penteados fazem lembrar-nos os que temos visto em pinturas japonezas, mas sem os grampos colossaes que as mesmas pinturas nos apresentam. nem uma ponta de cigarro, nem um cuspo, perfeito contraste com as cuspinheiras repugnantes e pontas de cigarro esmagadas com os pés dos outros immigrants. Um japonês de 14 anos não é mais alto que uma criança das nossas de 8 anos de idade. A estatura média japonesa é inferior à nossa estatura baixa Essas bandeiras eram trazidas aos pares: uma branca com um circulo vermelho no meio e a outra auri-verde: a do Japão e a do Brasil. Têm recebido bem a nossa alimentação, feita à nossa moda e com os nossos temperos manifestado uma grande vontade de aprender a nossa língua, mal se encontrando de longe em longe um pedacinho de papel ou um phosphoro queimado, que algumas vezes são dos serventes da hospedaria. Não parece bagagem de gente pobre, contrastando flagrantemente com os bahús de folha e trouxas dos nossos operários. Os empregados da alfândega declaram que nunca viram gente que tenha, com tanta ordem e com tanta calma, assistido à conferencia de suas bagagens, e nem uma só vez foram apanhados em mentiras. Si esta gente, que é toda de trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veiu pela imigração gente tão assejada) A raça é muito differente, mas não é inferior. Não façamos, antes do tempo, juízos temerários a respeito da acção do japonês no trabalho nacional.</p>
<p>Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de Março de 1942</p>
<p>CONSIDERANDO que, durante mais de um século, o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados uma íntima participação na sua economia; Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.</p>
<p>MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES</p>

A remessa **de nipônicos e alemães** para o interior do Estado começou na noite de hoje. Não serão removidos para cidades onde exista **quartel do Exército**, sendo, porém, as demais localidades de livre escolha

esforçando-se **a polícia** para a perfeita execução dessa providência inédita no país e que não revela **qualquer ato de punição**, mas **inspirada nos altos interesses de segurança nacional**.

Praticamente, não há **mais alemães** na cidade. E **os japoneses**, em número consideravelmente maior, também já foram **expurgados**, em sua maioria, havendo, entretanto, milhares deles residentes na larga faixa litorânea que ainda aguardam embarque nos seus centros domiciliares. Todos, porém, já foram notificados de maneira que dentro de poucas horas **todo o litoral estará varrido dos súditos nipônicos**

Todos os detalhes de transferência **desses estrangeiros** decorreram sem atropelo, em ambiente de tranqüilidade e de respeito, não se registrando qualquer incidente. Aliás, os **investigadores** encarregados do serviço agem ponderadamente, evitando qualquer constrangimento aos **estrangeiros**..

Após o competente registro, os **estrangeiros** são conduzidos aos alojamentos

Fonte: autoria da autora

A categoria analítica de Representação Social de Diferenciação do Outro é a representação de atores que explicitamente cria a diferença entre o “Self” e o “Outro”. O Quadro nº 23- Categoria analítica Diferenciação do outro – Representação Social apresenta-nos a sua ocorrência nos quatro textos. No Contracto, temos os **Imigrantes: agricultores, trabalho na lavoura, collocados na lavoura cafeeira, serão fornecidas casas** e os **Fazendeiros – donos das terras, das lavouras, colocam os imigrantes, fornecem casas eguais aos dos imigrantes europeus; o Fazendeiros + industriais = donos dos meios de produção; o Governo do Estado de São Paulo + União**.

Na reportagem *Os japonezes em São Paulo*, a categoria analítica de Diferenciação do Outro é predominante, pois se ressaltam as características exóticas e diferenciadas do povo oriental, que os brasileiros não conheciam:

Quadro nº 24 – Características do Self e do Outro – *Os japonezes em São Paulo*

Nós – Self	Outros – imigrantes japoneses
	em pinturas japonezas, mas sem os grampos colossaes
que uma criança das nossas de 8 anos de idade.	Um japonês de 14 anos não é mais alto A estatura média japonesa

é inferior á nossa estatura baixa	
e a outra auri-verde	uma branca com um circulo vermelho no meio
bem a nossa alimentação, feita à nossa moda e com os nossos temperos manifestado uma grande vontade de aprender a nossa língua,	todos, homens e mulheres, vestidos á europea
os bahús de folha e trouxas dos nossos operários.	contrastando flagrantemente

Segundo Pardo Abril (2007a), identificam-se as ideologias presentes no discurso pelo reconhecimento das atitudes, opiniões, crenças e, em geral, pelos sistemas de saberes que se deixam entrever nas distintas expressões sobre os fenômenos sociais, no caso, a imigração japonesa.

Pelo Quadro nº 22 - Categoria analítica Determinação – Representação Social, observa-se como foram caracterizados o grupo que compartilha a ideologia (nós) e o grupo que se opõe a essa ideologia (outros, eles). Esses dois grupos estão bem caracterizados e diferenciados. No Contracto, já se constrói a identidade do imigrante japonês como de “agricultores” e do lado brasileiro, o fazendeiro. Na reportagem *Os japonezes em São Paulo*, ressalta-se a característica desses imigrantes serem originários da “humilde camada social do Japão”. No texto do Decreto-Lei nº 4.166/42, como o ataque foi executado pela Alemanha, determina-se a aliança entre os países do Eixo para justificar ações contra os imigrantes japoneses. E no texto da notícia *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, temos a especificação da identidade da autoridade policial, a ênfase nos estrangeiros e no elemento amarelo.

Quando falamos em construção de identidade, vem o conceito da diferença, do “Outro”, do que não somos. E temos os dois lados da diferença: que pode ser construída negativamente, como a exclusão e marginalização daqueles que são definidos como “Outro” ou como estrangeiros; que pode ser celebrado como uma fonte/origem de diversidade, de heterogeneidade e de hibridade, que é o que ocorreu conforme se vê no Quadro nº 22 - Categoria analítica Determinação – Representação Social e principalmente no Quadro nº 23 - Categoria analítica Diferenciação do outro – Representação Social. Os imigrantes japoneses e os súditos alemães e italianos são representados como o estrangeiro, o inimigo: no *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, é enfatizada a sua categoria de inimigo e de perigoso pelos termos **quartel do Exército, a polícia, qualquer ato de punição, inspirada nos altos interesses de segurança**

nacional, expurgados,

6.1.7 – Nomeação e categorização

As categorias analíticas Nomeação e Categorização são escolhas linguísticas que determinam aspectos ideológicos dos discursos.

A Nomeação ocorre quando os atores sociais são representados em termos de sua identidade única. Já a Categorização ocorre quando eles são identificados em termos de função ou de identidade que partilham com outros, pela Funcionalização (quando atores sociais são referidos em termos de uma atividade) e pela Identificação (quando atores sociais são referidos em termos das principais categorias pelas quais uma sociedade ou instituição diferencia as classes de pessoas, como sexo, idade, origem, classe social).

Quadro nº 25 - Categoria analítica Nomeação – Representação Social

CONTRACTO – 10/11/1907
Sr. Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, dr. Carlos J. Botelho, secretario dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas e o Sr. Rio Midsuno, presidente da Companhia Imperial de Emigração
E, para constar, eu, Luiz Ferraz, chefe da secção de ...pediente da Directoria de Terras, Colonização e Immigração da Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas
OS JAPONEZES EM SÃO PAULO
Os japonezes em São Paulo
Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de Março de 1942
CONSIDERANDO que, durante mais de um século, o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados, uma íntima participação na sua economia; dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, Getúlio Vargas
MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES
MAIS DE 1500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES FORAM REMOVIDOS <i>PRATICAMENTE NÃO HÁ MAIS SÚDITOS DO JAPÃO E DA ALEMANHA EM NOSSA CIDADE</i> A medida adotada pelo major Vieira de Melo, superintendente da Ordem Pública e Social A remoção de japoneses e alemães os estrangeiros são conduzidos aos alojamentos,

Fonte: autoria da autora

O Quadro nº 25 - Categoria analítica Nomeação – Representação Social mostra-nos diferentes atores sociais sendo nomeados pela sua identidade única. Nos textos Contracto, Decreto-Lei nº 4.166/42 e *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, verifica-se a Nomeação por meio da identidade única dos seguintes atores sociais: **Sr. Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, dr. Carlos J. Botelho, secretario dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas e o Sr. Rio Midsuno, presidente da Companhia Imperial de Emigração, Luiz Ferraz, Getúlio Vargas e major Vieira de Melo**, autoridades já legitimadas pelos cargos que ocupam. No caso do imigrante japonês, ocorre a sua nomeação pela sua identidade de ser imigrante, o “outro”, **os estrangeiros**, como identidade única.

A análise dos Quadros nº 26 e 27 será feita conjuntamente por se tratar da Categoria analítica Categorização, pela qual os atores são representados pela função que desempenham ou pela identidade partilhadas com os outros.

Quadro nº 26 - Categoria analítica Categorização - Funcionalização – Representação Social

CONTRACTO – 10/11/1907
<p>1ª. – A Companhia obriga-se a angariar e transportar do Japão a Santos 3.000 imigrantes japonezes, agricultores,</p> <p>2ª. – Poderão ser recebidos pelo Governo imigrantes extranhos à profissão agrícola, taes como pedreiros, carpinteiros ou ferreiros, comtanto que não excedam a 5% do total a introduzir no Estado.</p> <p>cobrada pela companhia dos fazendeiros ou industrias</p>
OS JAPONEZES EM SÃO PAULO

Decreto-Lei nº 4.166/42
<p>CONSIDERANDO que, após a conjugação dos esforços das Repúblicas americanas para a defesa da sua soberania, da sua integridade territorial e dos seus interesses econômicos, unidades desarmadas da marinha mercante brasileira, viajando com fins de comércio pacífico, foram atacadas e afundadas com infração de normas jurídicas consagradas;</p> <p>Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados</p> <p>CONSIDERANDO que, durante mais de um século, o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados, uma íntima participação na sua economia;</p>

MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES
A medida adotada pelo major Vieira de Melo, superintendente da Ordem Pública e Social Os japoneses – quase todos proprietários de chácaras – expuseram a venda quase tudo quanto possuíam

Fonte: autoria da autora

Quadro nº 27 - Categoria analítica Categorização - Identificação – Representação Social

CONTRACTO – 10/11/1907
se aptas para esse trabalho os homens ou mulheres de 12 até 45 anos de idade.
OS JAPONEZES EM SÃO PAULO
O numero de crianças é insignificante, e o de velhos nullo. Crianças de menos de três annos vieram 8; de três a sete annos vieram 4; de sete a doze annos, 4, e de mais de doze annos 765. 532 sabem ler e escrever, isto é, 68 por cento, sendo necessário notar que, dos 249 tidos como analphabetos, muitos delles sabem ler mal e escrever um pouco. Estavam todos, homens e mulheres, Homens e mulheres trazem calçado Imigrantes japonezes A raça é muito differente, mas não é inferior
Decreto-Lei nº 4.166/42
CONSIDERANDO que, durante mais de um século, o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados , uma íntima participação na sua economia Art. 4º Os súditos alemães, japoneses e italianos , ORIGEM
MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES
imediate transferencia de súditos japoneses e alemães ORIGEM Os japoneses em sua maioria vieram acompanhados de suas famílias. Há muitas crianças na Hospedaria da Imigração.IDADE Verificaram-se dois casos de moléstias: o de uma criança atacada de sarampo e de uma velhinha acometida de maleita.IDADE Um ancião , antigo morador da Ponta da Praia, comentava, entristecido, que residia em Santos há 25 anos e durante todo esse tempo não havia se afastado da cidade.IDADE

Fonte: autoria da autora

Esses quadros mostram-nos o tipo de identificação que Van Leeuwen (VAN LEEUWEN; MACHIN, 2011, p. 46; VAN LEEUWEN, 1996) define como “classificação”, pelo qual “a identidade das pessoas são definidas em termos de categorias maiores pelos significados que uma dada sociedade ou instituição diferencia classes de pessoas”, cujas categorias são histórica e culturalmente variáveis. Elas caracterizam as pessoas pelo que são e pelo que fazem. E De Fina (2006) apresenta a categorização como processo discursivo central na construção e na negociação de identidade em virtude de refletir as formas que caracterizam os modos pelos quais

os membros de uma cultura organizam a experiência em categorias com características associadas. Portanto, analisar a forma como esses processos são geridos no discurso, como as categorias de identificação são produzidas e feitas relevantes pelos participantes na interação, é relevante e demonstra a questão cultural.

Retomando Van Leeuwen e Machin (2011), a categoria analítica Categorização – Identificação é considerada por esses autores como uma das formas dominantes de categorizar pessoas, pois as instituições e nações (daí, questões étnicas e categorias nacionais) classificam as pessoas pelo que “são” e são permanentes (como as categorias de sexo, idade, origem, classe social), enquanto que Funcionalização o faz pelo que eles fazem. O Quadro nº 27 - Categoria analítica Categorização - Identificação – Representação Social apresenta o imigrante japonês pelo sexo (**homens ou mulheres**), pela idade (**12 até 45 anos de idade, crianças, velhos, três anos, de três a sete anos, criança, velhinha**), pela origem (**nacionais daqueles Estados, alemães, japoneses e italianos**), pelo termo **raça**. Esse padrão segue as formas como as instituições classificam as pessoas.

No Quadro nº 26 - Categoria analítica Categorização - Funcionalização – Representação Social, levantou-se o uso da Funcionalização ora para definir a identidade dos imigrantes japoneses, como **agricultores, pedreiros, carpinteiros ou ferreiros**, em 1907; no período da Segunda Guerra Mundial, ora como **súditos japoneses**, que “trabalham” em prol da economia japonesa, e por isso, como devedores das dívidas em virtude de ações que afetassem a economia brasileira; ora como **donos de chácaras e pessoas físicas e jurídicas**, reafirmando o seu papel dentro da sociedade brasileira.

Temos aqui o que Fairclough (2006a, p. 88) chama de Equivalência e Diferença, que se trata

da hegemonia política como operação simultânea de uma “lógica da diferença” ou de uma “lógica da equivalência”. Essas são respectivamente tendências em direção à criação e à proliferação das diferenças entre objetos, entidades, grupos de pessoas etc e ao colapso ou à submissão das diferenças para representação de objetos, entidades, grupos de pessoas etc como equivalente umas às outras.

Por meio delas, o processo social de classificação apresenta efeitos causais de tal forma que processos políticos e relações são predominantemente apresentados, compreendidos e transformados em termos de uma divisão bipolar, no nosso caso, “Nós” (**o Brasil, o continente americano....**) e os “Outros” (**súditos japoneses, italianos e alemães**) em 1942; e “nós” (**Brasil, fazendeiros, Estado.....**) e os “Outros” (**Companhia, os japoneses, a família...**) em 1908. Dessa forma, temos a classificação e a categoria como modelos que fazem as pessoas pensarem e

agirem como agentes sociais de acordo com os seus papéis: elas permitem identificar como as entidades de vários tipos (pessoas, objetos, organizações etc) são diferenciadas nos textos e como as diferenças entre elas desmoronam-se pelas relações textuais de equivalência.

6.1.8 Personalização x Impersonalização

Apresento as categorias de Representação Social - Personalização e Impersonalização. A Personalização é a representação de atores sociais como seres humanos e a Impersonalização é a representação de atores sociais por outros meios que não incluem o traço humano.

A categoria Impersonalização pode ocorrer pela Abstração e pela Objetivação. Quanto à categoria analítica Impersonalização – Objetivação, ela ocorre pela Espacialização, Autonomização do Enunciado, Instrumentalização e Somatização.

Quadro nº 28 - Categoria analítica Personalização – Representação Social

CONTRACTO – 10/11/1907
Santos 3.000 imigrantes japonezes, agricultores , constituídos em famílias compostas de 3 até 10 pessoas aptas para o trabalho da lavoura , considerando-se aptas para esse trabalho os homens ou mulheres de 12 até 45 anos de idade
OS JAPONEZES EM SÃO PAULO
Estes 781 japonezes agora introduzidos agrupam-se em 164 famílias , sendo cada família constituída, em média, por 4,5 indivíduos . São poucos os indivíduos que vieram avulsos (37) , isto é, não fazendo parte de famílias . Todo o individuo de mais de doze annos que se trata de gente de humilde camada social do Japão
Decreto-Lei nº 4.166/42
CONSIDERANDO que, durante mais de um século, o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados , uma íntima participação na sua economia; Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas , respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras
MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES
<i>PRATICAMENTE NÃO HÁ MAIS SÚDITOS DO JAPÃO E DA ALEMANHA EM NOSSA CIDADE</i> capital nada menos de 1549 pessoas daquelas nacionalidades, predominando, entretanto, o elemento amarelo . Os alemães foram os primeiros a embarcar e muitos deles preferiram viajar

espontaneamente e a expensas próprias.

Todos os detalhes de transferência desses **estrangeiros** decorreram sem atropelo . Seus **documentos de identidade** são recolhidos pelas autoridades policiais encarregadas de sua custódia

Um **ancião, antigo morador** da Ponta da Praia, comentava, entristecido, os **estrangeiros** são conduzidos aos alojamentos,

Os japoneses em sua maioria vieram acompanhados de suas famílias. Há muitas **crianças** na Hospedaria da Imigração.

Fonte: autoria da autora

Schiffrin (2006) auxilia-nos quanto à análise de sintagma nominal presente na representação social do imigrante japonês. Os sintagmas nominais utilizados referem-se a ele como “humano” e “animado”. Contudo, como a visão é de “raça inferior”, as relações sociais levantadas no texto permitem comprovar o tipo de interação social implementado.

O Quadro nº 28 - Categoria analítica Personalização – Representação Social comprova que o imigrante japonês, mesmo visto como “raça inferior” em decorrência da ideologia eugênica europeia, era referenciado como sendo um ser humano. Os quatro textos demonstram isso, pois o ligam a características comuns ao ser humano: ser parte de uma **família, aptas para o trabalho da lavoura**, qualificados (**agricultores**); a caracterização **de homens, mulheres, crianças e ancião**, classificação quanto à faixa etária e ao sexo; **indivíduos**, ligadas ao setor produtivo (**aptas para o trabalho, camada social, pessoas físicas e jurídicas, com capacidade de ter moradia**), com características cívicas e raciais (**nacionais daqueles Estados, nacionalidades, estrangeiros, elemento amarelo**), portador de documento civil (**documentos de identidade**). Logo, eram vistos como sendo de “raça inferior”, mas com características humanas.

Quadro nº 29 - Categoria analítica Impersonalização - Abstração – Representação Social

CONTRACTO – 10/11/1907

OS JAPONEZES EM SÃO PAULO
Delicadeza fina , reveladora de uma educação apreciável . Foram os próprios imigrantes que compravam as suas roupas, adquiridas com seu dinheiro , e só trouxeram roupa limpa, nova, causando impressão agradável . As mulheres calçavam luvas brancas de algodão surpreendeu a todos o estado de limpeza absoluta em que ficou o salão: sem um grito de gaiatice, um sinal de impaciência ou uma voz de protestocom tanta ordem, tanto silêncio e tanta espontaneidade , no mesmo tempo. São muito dóceis e sociáveis ,

Depois de cada refeição (que dura de uma e meia a duas horas), o pavimento do salão **está como antes della**. Os dormitórios quase **não precisam ser varridos**, mal se encontrando de longe em longe um pedacinho de papel ou um phosphoro queimado, ...

Têm nas suas mulheres **a maior confiança**,... pois **todos trazem dinheiro** em 10 yens, 20, 80, 40, 50 ou mais yens, mas todos trazem um pouco.

Não parece bagagem de gente pobre, contrastando flagrantemente com os bahús de folha e trouxas dos nossos operários.

São do **maior asseio com o seu corpo**, tomando **repetidos banhos** e trazendo sempre roupas limpas.

Nas mil e cem malas que trouxeram, **a alfândega não encontrou um único objecto nas condições de pagar imposto**, embora a conferencia tenha sido feita com todo o rigor e durado quase dois dias inteiros.

Os empregados da alfândega declaram que nunca **viram gente que tenha, com tanta ordem e com tanta calma**, assistido á conferencia de suas bagagens, e **nem uma só vez foram apanhados em mentiras**.

Si esta gente, que é **toda de trabalho**, for neste o que é **no asseio, (nunca veio pela imigração gente tão assejada)**, na **ordem e na docilidade**, a riqueza paulista terá no japonês um **elemento de produção** que nada deixará a desejar.

Decreto-Lei nº 4.166/42

que **atos de guerra** são praticados

Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo **prejuízo**

foram **atacadas e afundadas com infração de normas jurídicas consagradas**; resultam **ameaça à navegação brasileira e prejuízo direto a interesses vitais do Brasil**;

MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES

Os alemães foram os primeiros a embarcar e muitos deles preferiram viajar espontaneamente e a expensas próprias

entretanto, milhares deles residentes na larga faixa litorânea que **ainda aguardam embarque nos seus centros domiciliares**. Todos, porém, já **foram notificados de maneira que dentro de poucas horas todo o litoral estará varrido dos súditos nipônicos**.

ORDEM E DISCIPLINA

Todos os detalhes de transferência desses estrangeiros decorreram **sem atropelo, em ambiente de tranqüilidade e de respeito, não se registrando qualquer incidente**. Aliás, **os investigadores encarregados do serviço agem ponderadamente, evitando qualquer constrangimento aos estrangeiros**.

O serviço de embarque decorreu **em boa ordem**

Mostravam-se **conformados** com a medida policial. Um ancião, antigo morador da Ponta da Praia, comentava, **entristecido**, que residia em Santos há 25 anos e durante todo esse tempo não havia se afastado da cidade. **Atendeu prontamente** á instrução para o embarque, **conformando-se** com a situação, mas receberia **com angústia** qualquer ordem de fixação de residência fora da capital do Estado

Vendiam a qualquer preço, pois não havia tempo para regateamento

Fonte: autoria da autora

A categoria analítica Impersonalização – Abstração ocorre quando os atores sociais são representados por meio de qualidade que lhes é atribuída pela representação. Nos dois momentos, verifica-se a ideologia do imigrante japonês como cordata, ordeiro, limpo e honesto, independente das circunstâncias. No *Os japonezes em São Paulo*, temos a presença de *vários substantivos e adjetivos*, como **Delicadeza fina, educação apreciável, limpeza absoluta, sem um grito de gaiatice, tanta ordem, tanto silêncio e tanta espontaneidade, dóceis e sociáveis, maior asseio com o seu corpo; a alfândega não encontrou um único objecto nas condições de pagar imposto, nem uma só vez foram apanhados em mentiras.**

No período da Segunda Guerra Mundial, durante a remoção, tais características se repetem: **ORDEM E DISCIPLINA, sem atropelo, em ambiente de tranqüilidade e de respeito, em boa ordem.**

Contudo, na notícia *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães* e no Decreto-Lei nº 4.166/42, há a ideologia também de perigoso pelos trechos negritados, como **ainda aguardam embarque nos seus centros domiciliares, foram notificados de maneira que dentro de poucas horas todo o litoral estará varrido dos súditos nipônicos** e como **prejuízo, atacadas e afundadas com infração de normas jurídicas consagradas**, respectivamente. Apesar de o imigrante japonês estar ainda **entristecido, conformado e atendeu prontamente**, ele não se comportou de modo diferente frente às medidas tomadas pelo Governo brasileiro e por muitos brasileiros.

A categoria analítica Impersonalização também ocorre pela Objetivação, com a representação dos atores sociais por referência a local ou coisa diretamente associada à sua pessoa ou à atividade a que estão ligados. Dessa forma, a Impersonalização – Objetivação pode ocorrer de quatro formas: Espacialização, Autnomização do Enunciado, Instrumentalização e Somatização, como veremos a seguir.

Quadro nº 30 - Categoria analítica Impersonalização – Objetivação - Espacialização– Representação Social

CONTRACTO – 10/11/1907
companhia, o contracto para introduccção de immigrantes japonezes serão restituídas ao Governo pelo fazendeiro, em cuja propriedade agrícola se localizarem
OS JAPONEZES EM SÃO PAULO
Os immigrantes japonezes vieram de onze províncias diferentes , que são as seguintes: As suas roupas européas foram todas adquiridas no Japão
Decreto-Lei nº 4.166/42
O Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados a aliança, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália , torna estas potências necessariamente solidárias na agressão
MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES
<i>PRATICAMENTE NÃO HÁ MAIS SÚDITOS DO JAPÃO E DA ALEMANHA EM NOSSA CIDADE</i>

Fonte: autoria da autora

Na Impersonalização – Objetivação – Espacialização, os atores são representados por referência a lugar a que são associados e, no caso da nossa análise, verifica-se a ênfase na nacionalidade, nas diferentes províncias dos imigrantes japoneses e no país Japão nos quatro textos analisados, o que implementa e reforça a ideologia de estrangeiros e ligados ao Japão. No *Os japonezes em São Paulo*, no trecho **As suas roupas européas foram todas adquiridas no Japão**, temos as referências ao continente europeu e ao país asiático.

Quadro nº 31 - Categoria analítica Impersonalização – Objetivação – Autonomização do Enunciado – Representação Social

CONTRACTO – 10/11/1907
companhia, o contracto para introducção de immigrantes japonezes A primeira leva deverá chegar a este Estado no correr do mez de Maio próximo vindouro. As levas seguintes deverão ser angariadas e transportadas de maneira a chegarem a Santos em Abril de 1909 e 1910. À medida que for sendo realizada a introducção de cada leva
OS JAPONEZES EM SÃO PAULO

que contractou com o Estado de S. Paulo a **introdução** de 3.000 famílias das 781, só 16 pessoas não são **de trabalho**, sendo, portanto, 2 por cento os não trabalhadores, e esta insignificante porcentagem não é constituída por velhos ou pessoas invalidas, mas por crianças que amanhã serão **ótimos elementos de trabalho** Si esta gente, que é **toda de trabalho**, for neste o que é no asseio, (nunca veio pela imigração gente tão assejada),

Decreto-Lei nº 4.166/42

que **atos de guerra** são praticados
Art. 1º **Os bens e direitos** dos súditos alemães, japoneses e italianos, o Brasil **ofereceu aos nacionais** respondem **pelo prejuízo atos de guerra** foram atacadas e afundadas **com infração de normas jurídicas consagradas**; resultam **ameaça à navegação brasileira e prejuízo direto a interesses vitais do Brasil**; **a responsabilidade dos atentados** deve ser atribuída às forças armadas alemãs, mas que, por outro lado, **a aliança**, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália, torna estas potências necessariamente solidárias na agressão;

MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES

Imediata transferência de súditos japoneses e alemães para a capital e **subseqüente distribuição** para o interior do Estado perfeita execução dessa **providência inédita no país** e que não revela **qualquer ato de punição**, mas inspirada nos **altos interesses de segurança nacional** **A remoção de japoneses e alemães**, iniciada anteontem, continuou durante o dia de ontem, quando foram embarcados para a capital nada menos de 1549 pessoas daquelas nacionalidades, predominando, entretanto, **o elemento amarelo**. **Todos os detalhes de transferência desses estrangeiros** decorreram sem atropelo, em ambiente de tranqüilidade e de respeito... os investigadores encarregados do **serviço** agem ponderadamente, evitando qualquer **constrangimento aos estrangeiros** Atendeu prontamente á **instrução para o embarque**, conformando-se com **a situação**, mas receberia com angústia qualquer **ordem de fixação de residência** fora da capital do Estado **A remessa de nipônicos e alemães para o interior do Estado** começou na noite de hoje

Fonte: autoria da autora

Na categoria Impersonalização - Objetivação – Autonomização do Enunciado, os atores sociais são representados pela referência a seus enunciados, dando autoridade impessoal aos enunciados. Esse tipo de representação ocorreu nos quatro textos por meio de substantivos ou trechos dos textos, como, em 1907, **introdução, leva**; em 1908, **ótimos elementos de trabalho, toda de trabalho**; em 1942, **os bens e direitos, prejuízo**; em 1943, **imediata transferência, subsequente transferência, providência inédita no país, qualquer ato de**

punição, a remessa de nipônicos e alemães. Pela Autonomização do Enunciado, ocorre a impessoalização das ações.

Quanto aos trechos identificados na reportagem *Mais de 1500 súditos japoneses e alemães* pela categoria analítica Impersonalização – Objetivação – Autonomização do Enunciado, como **atos de guerra, infração de normas jurídicas consagradas, ameaça à navegação brasileira, responsabilidade dos atentados**, eles possuem características inerentes ao contexto de batalha e de guerra, ao contexto militar. Dessa maneira, legitimam-se ações como as tomadas na época.

Quadro nº 32 - Categoria analítica Impersonalização – Objetivação - Instrumentalização – Representação Social

CONTRACTO – 10/11/1907
2ª. – Poderão ser recebidos pelo Governo immigrants extranhos à profissão agrícola , taes como pedreiros, carpinteiros ou ferreiros
11ª. – Os immigrants não poderão obter lotes em núcleos coloniaes , emquanto não tiverem feito, pelos menos, a primeira colheita nas fazendas em que se tiverem collocado à sua chegada, e emquanto não estejam “quites” nas mesmas fazendas , ou outras em que se tenham collocado.
OS JAPONEZES EM SÃO PAULO
Todo o individuo de mais de doze annos traz já as mãos callejadas, signal evidente de trabalho habitual.
Decreto-Lei nº 4.166/42

MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES
Os japoneses – quase todos proprietários de chácaras – expuseram a venda quase tudo quanto possuíam.

Fonte: autoria da autora

A categoria analítica Impersonalização – Objetivação – Instrumentalização ocorre quando os atores sociais são representados pelos instrumentos com os quais desempenham a atividade a que estão ligados e ela não ocorreu somente no Decreto-Lei nº 4.166/42. Nos outros textos analisados, essa categoria analítica liga a imagem do imigrante japonês à atividade agrícola e braçal. Inicialmente, em 1907 e em 1908, pelos seguintes trechos: **profissão agrícola, obter lotes em núcleos coloniaes, a primeira colheita nas fazendas, mesmas fazendas; as mãos callejadas, signal evidente de trabalho habitual.** No período da Segunda Guerra Mundial, esse traço é reforçado pelo trecho **quase todos proprietários de chácaras.**

Quadro nº 33 - Categoria analítica Impersonalização – Objetivação - Somatização – Representação Social

CONTRACTO – 10/11/1907

OS JAPONEZES EM SÃO PAULO
<p>Todos os japonezes vindos são geralmente baixos: cabeça grande, troncos grandes e reforçados, mas pernas curtas.</p> <p>Um japonês de 14 anos não é mais alto que uma criança das nossas de 8 anos de idade. A estatura média japonesa é inferior á nossa estatura baixa. Mas vieram alguns homens mais altos, regulando a sua estatura pela nossa média. O que, sobretudo, atráe a nossa atenção é a robustez, e reforçado dos corpos masculinos, de músculos pouco volumosos (admira, mas é verdade!), mas fortes e de esqueleto largo, peito amplo.</p> <p>Os seus cabellos negros, que parecem negrejar ...</p>
Decreto-Lei nº 4.166/42

MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES

Fonte: autoria da autora

Pela categoria analítica Impersonalização – Objetivação – Somatização, os atores são representados por uma parte de seu corpo. Hall (2006) considera a raça uma categoria discursiva e não ideológica, que organiza as formas de falar dos sistemas de representação e das práticas sociais por meio de diferenças em termos de características físicas e corporais como marcas simbólicas.

Segundo Van Leeuwen e Machin (2011) e Hall (2006), as referências biológicas eram as principais formas para descrever as práticas racistas na era colonial. Tais características foram ressaltadas na reportagem *Os japonezes em São Paulo*, de 1907, e possibilitaram também marcar o imigrante japonês no período da Segunda Guerra Mundial em virtude de os traços físicos não permitirem o seu ocultamento. A categorização biológica utiliza exageros estandarizados das características físicas e biológicas invariáveis para conotar associações positivas e negativas (LEÓN; LEÓN, 2011, p. 82). Tal representação, denominada por Van Leeuwen de “Identificação física” (VAN LEEUWEN; MACHIN, 2011). pode estar relacionada a elementos culturais ou isolada desses elementos. Como em 1908, predominava a ideologia eugenista, há um certo exagero na sua descrição: **(admira, mas é verdade!).**

6.1.9 Sobredeterminação

A categoria analítica de Representação Social – Sobredeterminação ocorre quando os atores sociais são representados como se participassem de mais de uma prática social ao mesmo tempo. Ela pode ocorrer pela Inversão, Simbolização, Conotação e Generalização e Abstração.

Quadro nº 34 - Categoria analítica Sobredeterminação - Inversão – Representação Social

CONTRACTO – 10/11/1907

OS JAPONEZES EM SÃO PAULO

Decreto-Lei nº 4.166/42
<p>CONSIDERANDO que atos de guerra são praticados contra o continente americano;</p> <p>CONSIDERANDO que tais atos constituem uma agressão não provocada de que resultam ameaça à navegação brasileira e prejuízo direto a interesses vitais do Brasil;</p> <p>CONSIDERANDO que, durante mais de um século, o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados, uma íntima participação na sua economia;</p> <p>CONSIDERANDO que as informações que possui o Governo denotam que a responsabilidade dos atentados deve ser atribuída às forças armadas alemãs, mas que, por outro lado, a aliança, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália, torna estas potências necessariamente solidárias na agressão;</p>
MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES

Fonte: autoria da autora

Na análise dos textos, foi levantada somente a categoria analítica Sobredeterminação – Inversão, pela qual atores são associados a duas práticas que se opõem, no Decreto-Lei nº 4.166/42: cria-se a ideologia da participação dos imigrantes japoneses como trabalhando no Brasil em prol dos interesses da nação japonesa na Segunda Guerra Mundial por meio de trechos como **o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados, uma íntima participação na sua economia; atos de guerra são praticados contra o continente americano; a aliança, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália, torna estas potências necessariamente solidárias na agressão.** Por conseguinte, torna o imigrante japonês no Brasil também solidário pelas agressões sofridas.

6.2 COSTURANDO AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO IMIGRANTE JAPONÊS

Os dados levantados pelas categorias analíticas de Representação Social de Van Leeuwen permite-nos responder à Pergunta 1:

Pergunta 1: Como os meios de comunicação de massa representam os atores sociais da imigração japonesa?

Na análise, comprovaram-se as características do núcleo da representação social: simbólico, quanto ao conjunto de atributos mediante os quais se avalia e posiciona um modo de compreensão e de apreensão da realidade (imigrante japonês: o exótico, o diferente, o lavrador); associativo, quando as representações sociais involucram um conjunto de valores associativos entendidos como o conjunto de relações semânticas que se estabelecem no interior de um discurso e têm significados sociais (imigrante japonês – inimigo); expressivo, quando as representações sociais recuperam em seu núcleo os elementos conceituais que se reiteram com maior frequência em um grupo, e, portanto, em seus núcleos se identificam valores expressivos (ABRIC, 2001).

Como as pessoas elaboram as suas representações com base na sua percepção de mundo - por efeito da esquematização e na tematização, um conjunto de eventos e seres do entorno são capturados e organizados simbolicamente - e com base no conhecimento preexistente, ao se organizarem significados novos no marco das velhas representações, elas respondem à transformação da estrutura representacional e redimensionam os elementos significativos semanticamente, posto que os papéis gerador e organizativo do núcleo facilitam os processos de significação do novo e de estabelecimento de relações entre o preexistente e o novo. Nos quadros acima analisados, levantaram-se representações do imigrante japonês como sendo de raça inferior, exótico, participante do processo de migração. Ressaltaram-se as suas condições de trabalhador rural, de imigrante, de estrangeiro, de devedor.

Na Segunda Guerra Mundial, a sua imagem passa a ser de inimigo, contra o qual medidas drásticas são necessárias e benéficas ao povo brasileiro que precisa se proteger dele. O que se verifica é o seguinte: ocorrendo trocas nos marcos conceituais, ocorrem transformações sociais e de interação dentro de uma comunidade, pois se alteraram as representações sociais. Já

no ano de 2008, a imagem do imigrante japonês é outra, o de integrado, o de participante da construção do País em todas as esferas. Isso demonstra a importância de estudos sobre representação social como a realizada nesta pesquisa: ao se desvelar o caráter racial ou preconceituoso da representação social do imigrante japonês nos dois momentos pesquisados, com as respectivas consequências contundentes nas suas vidas familiar, econômica, social e cultural, com o olhar nas comemorações do Centenário da Imigração Japonesa, procura-se mostrar o papel do imigrante na sociedade brasileira a fim de provocar mudanças significativas no olhar e nas opiniões das pessoas, capazes de orientar a sua conduta, sobre um problema sociocultural e econômico mundial de todos os tempos: a imigração.

Identificaram-se também expressões de imprensa concretas e materializadoras do dizer em função da configuração dos significados que esses representam nos distintos tipos de discurso quanto às representações sociais resultantes do saber estabilizado e do sentido comum que circula no tecido social.

Para responder à Pergunta 2, faço a análise dos textos com o uso dos Modos de Operação de ideologia de Thompson e a categoria analítica de Interdiscursividade de Fairclough.

Pergunta 2: Qual é a ideologia presente nas notícias midiáticas e como elas se manifestam ao retratar o imigrante japonês?

Apresento inicialmente a Análise de Discurso Crítica - ADC segundo Fairclough.

Em 2012, Fairclough apresenta uma versão de Análise de Discurso Crítica com algumas variações das versões anteriores (FAIRCLOUGH, 1989, 1992, 2010) e com a qual tem trabalhado. Ele reforça que Análise de Discurso Crítica – ADC traz a tradição crítica da análise social em estudos da linguagem e contribui para a análise social crítica com foco nos discursos e em suas relações entre discurso e outros elementos sociais (relações de poder, ideologias, instituições, identidades sociais e outros), estando a ADC dentro da análise crítica social.

6.3 CONCEITOS PRIMÁRIOS DA ADC – NORMAN FAIRCLOUGH

Fairclough, em 2012, apresenta o discurso com vários sentidos, sendo um deles o da construção de significado como um elemento do processo social, ao qual ele denomina de “semiose”, com a análise discursiva conectada a várias “modalidades semióticas”. Apresenta a semiose como elemento do processo social, dialeticamente relacionado a outros, internalizando os outros, mas sem ser por eles reduzidos. Assim, a Análise de Discurso Crítica tem como foco a semiose e as relações entre semiótica e outros elementos e práticas sociais, pois se varia a natureza das relações entre instituições e organizações de acordo com o tempo e o espaço. Essa relação entre semiose e outros elementos de práticas sociais e outros eventos sociais ocorre das seguintes formas: como uma faceta da ação; na construal (representação) de aspectos do mundo; e na constituição de identidade. E há as suas correspondentes categorias semióticas, o gênero, o discurso e o estilo (Fairclough, 2012).

Quanto às Ordens de Discurso, é a dimensão semiótica da rede de práticas sociais constituidoras dos campos sociais, das instituições e das organizações. Já o Texto é a dimensão semiótica de eventos.

Como gênero, entendendo a forma de agir e de interagir, no meu trabalho, tenho as notícias de jornais, suas formas de interagir semiótica e comunicativamente. Já o discurso, como modos semióticos de construir aspectos do mundo (físico, social ou mental) que podem geralmente ser identificados com diferentes posições ou perspectivas de diferentes grupos de atores sociais. No meu caso, a construção da representação do imigrante japonês por meio de diferentes discursos associados com diferentes práticas sociais. E o estilo é a constituição da identidade, do modo de ser.

Na visão transdisciplinar da metodologia, Fairclough (2012) apresenta-nos as seguintes etapas:

1. foco em um mal social, que, neste caso, é a imigração, especificamente a imigração japonesa;
2. identificação dos obstáculos para enfrentar a injustiça social, que faço pelo uso das categorias analíticas selecionadas a fim de abordar as relações dialéticas entre semiose e outros elementos sociais. A categoria analítica de Fairclough será a da análise interdiscursiva;
3. consideração da necessidade da injustiça social pela ordem social;
4. identificação dos obstáculos para enfrentar a injustiça social.

Quanto às etapas 3 e 4, elas não serão desenvolvidas neste trabalho.

6.4 ORDENS DE DISCURSOS DESVENDADOS NOS DADOS

Segundo Fairclough (2006b), ordens do discurso são o momento das práticas sociais e a linguagem das estruturas sociais, como configurações relativamente estabilizadas de diferentes discursos, diferentes gêneros e diferentes estilos. E os agentes sociais mobilizam ordens de discurso na produção de textos, em caminhos potencialmente inovadores com consequências potencialmente inovadoras. Isso se confirma nos quadros abaixo que demonstram as ordens discursivas presentes nos textos analisados.

Como a categoria analítica de Fairclough será a interdiscursividade, apresento inicialmente o quadro com todas as ordens de discursos ou domínios discursivos levantados nos quatro textos analisados, o que demonstra a relação entre a semiose e outros elementos de práticas sociais e outros eventos sociais, permitindo a representação de aspectos do mundo e a constituição de identidades.

Quadro nº 35 - Levantamento das Ordens de Discurso

Tipo de ordem discursiva	Contracto	<i>Os japonezes em São Paulo</i>	Decreto-Lei no. 4.166/42	<i>Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães</i>
Discurso jurídico	X	---	X	X
Discurso da administração pública	X	---	X	X
Discurso da administração geral	X	X	X	
Discurso sobre processo migratório	X	X	X	X
Discurso da vida privada	X	X	X	X
Discurso sobre processo agrário	X			X

Discurso bancário	X	---	X	
Discurso racial		X		X Súdito x elemento amarelo
Discurso científico racial	X	X		
Discurso do processo produtivo	X	X		X
Discurso da área da educação		X		
Discurso da descrição de vestimenta		X		
Discurso sobre hábitos de limpeza		X		
Discurso da cultura japonesa		X		
Discurso militar		X	X	
Discurso sobre características psicológicas		X		X
Discurso médico		X		X
Discurso monetário	X		X	X

Fonte: autoria da autora

Uso o termo “texto” como um modo especial para significar que alguém disse ou escreveu algo e o termo “intertextualidade” quando um texto refere-se ou alude a outro texto, por meio de diferentes formas. A intertextualidade pode ocorrer das seguintes formas: uma delas é quando um texto é escrito em um estilo ou outro tipo de linguagem; a outra é quando a intertextualidade ocorre por meio de palavras. Pode ocorrer também pela incorporação ou mixagem de diferentes “vozes” ou estilos, ocasionando o que Gee denomina de “mistura textual” (GEE, 2011).

Busco novamente a contribuição de Pêcheux (2000, p. 162) quando ele denomina

interdiscurso ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas. Portanto, ocorre que

...nessas condições que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (parole) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas.

Acompanho Fairclough (2006b) quanto aos textos serem resultado das relações dialéticas entre o poder causal das mais ou menos estabilizados ordens do discurso e o poder causal dos agentes sociais para agir e produzir “objetos” potencialmente inovadores (no caso, textos) com/dos recursos e dentro de limites particulares. Isso possibilita analisar o texto sob o ponto de vista se e como (convencional ou inovadoramente) eles combinam diferentes discursos, diferentes gêneros e diferentes estilos, tornando-se “interdiscursivamente híbridos” até a forma como eles se combinam, articulando formas inovadoras em termos de discursos, gêneros e estilos existentes e produzindo novos discursos, gêneros e estilos híbridos. Assim, novas ordens de discursos articulam os existentes e novos discursos, gêneros e estilos ao mesmo tempo em que provocam mudanças nas relações entre práticas sociais, instituições e organizações sociais, campos social e escalas sociais dentro de um espaço particular, o Brasil nos anos de 1907/1908 e na Segunda Guerra Mundial.

6.4.1 As nossas notícias

A minha pesquisa tem como objeto análise de notícias, pois entendo, como Richardson (2007), que o discurso jornalístico como um todo deve ser relacionado explicitamente com poder, ideologia e hegemonia, devendo, portanto, perguntar-se se um sentido particular ou a escrita/escolha de uma determinada palavra, ou frase ou segmento do texto para se referir ao imigrante japonês depende/dependeu de um pressuposto sobre gênero, raça, religião. Ao agir dessa forma, há como levantar os efeitos prejudiciais – ideológica e materialmente – das reportagens jornalísticas contemporâneas.

Uma das características dos textos *Os japonezes em São Paulo e Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães* é o de serem mediados pela “comunicação de massa”, ou seja, instituições que usam tecnologia de produção de cópias para disseminar a comunicação, o que possibilita uma movimentação do significado de diversas formas. Conforme o Capítulo 5 - Viagem da e

pela mídia, verifica-se uma evolução quanto à mecanização dos meios de comunicação de massa já nos primórdios do século XX e uma grande variedade de fontes de notícias (documentos escritos, entrevistas) em uma grande rede textual de diferentes tipos de texto que perpassam diferentes domínios da vida social e diferentes escalas da vida social. Na análise dos textos, levantam-se tanto os diferentes domínios, como a economia, o jurídico, as ciências, o monetário, como as diferentes escalas, como o regional (no litoral de Santos), o local (Estado de São Paulo), o nacional (o Brasil) e o global (envolvendo outros países e o continente americano), em um encadeamento e tessitura de diferentes textos e gêneros textuais, que unem eventos sociais a práticas sociais diferentes, países diferentes, tempos diferentes.

Passo a apresentar os discursos levantados nos textos analisados. Como muitos Discursos inter-relacionam-se, nesses casos, eles serão analisados conjuntamente.

6.4.2 Discurso Jurídico x Discurso Administração Pública

Quadro nº 36- Discurso Administração Pública

DISCURSO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CONTRACTO – 10/11/1907
Diário Oficial Actos do Poder Executivo Secretário dos Negocios da Agricultura, commercio e Obras Públicas Regulamento federal União Thesouro
Os japonezes em São Paulo

Decreto-Lei nº 4.166/42
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA assumindo solenemente a obrigação de reparar o dano causado por esse ato o Governo alemão até hoje não cumpriu esse compromisso = do Estado Brasileiro - repartições encarregadas da arrecadação de impostos devidos à União Governo brasileiro Governo federal
Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães
Delegado auxiliar superintendente da Ordem Pública e Social altos interesses de segurança nacional

autoridades policiais
quartel do Exército
prefeitos municipais

Fonte: autoria da autora

Quadro nº 37 - Discurso Jurídico

DISCURSO JURÍDICO	
CONTRACTO – 10/11/1907	
Contracto	
Assigna	
Certidão	
Contractantes	
Rescisão	
Representante legal	
Regulamento	
Garantia da execução do presente contracto	
Testemunhas	
Os japonezes em São Paulo	

Decreto-Lei nº 4.166/42	
Decreto-Lei	
Dispõe	
Indenizações	
solidárias	
Normas jurídicas	
Decreta	
Art.	
Os bens e direitos	
Garantia de indenizações	
A ação ou omissão, dolosa ou culposa	
Punida	
Pena	
Reclusão	
Multa	
Execuções	
Responsabilidade	
Ato ilícito	
proibida	
doações, heranças ou legados não oneroso	
lei	
entra em vigor	
na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.	
Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães	

Polícia
Medida policial

Fonte: autoria da autora

Vemos a presença do Discurso Jurídico no Contracto, no Decreto-Lei nº 4.166/42 e em *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, com a coincidência do Discurso Administração Pública, o que os legitima por trazer entidades governamentais explicitamente, como **Secretário dos Negocios da Agricultura, commercio e Obras Públicas, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Delegado auxiliar, superintendente da Ordem Pública e Social, o Exército**. Em caso de qualquer atitude no sentido de não se cumprirem as determinações, tal atitude gera sanções e punições, conforme os trechos seguintes:

Contracto que assigna a Companhia Imperial de Integração de Tokio, Japão, com o Governo do Estado, para introdução em São Paulo de 3.000 immigrants japoneses”

...

10ª. – O Governo fornecerá gratuitamente o alojamento dos immigrants no primeiro anno do seu estabelecimento no nucleo colonial, devendo as demais condições de localização obedecer ao disposto no regulamento federal, reservando-se o Governo o direito de haver da União os auxílios prometidos à colonização (CONTRACTO – 10/11/1907).

O Discurso Jurídico reforça esse aspecto presente predominantemente no Contracto e no Decreto-Lei nº 4.166/42, pelo termos **Assigna, Certidão, Contractantes, Rescisão, Representante legal, Regulamento, Garantia da execução do presente contracto em 1907 e Decreto-Lei, Dispõe, Indenizações, solidárias, Normas jurídicas, Pena, Reclusão, Multa, Execuções, Responsabilidade, Ato ilícito**, em 1942.

Quanto ao Decreto-Lei nº 4.166/42, o próprio formato de texto legal já o legitima, complementado pelo seu texto inicial, em que temos o ator social maior dos Poderes Legislativo e Executivo à época – o Presidente da República -, respaldado pelo Texto Maior – a Constituição da República Federativa do Brasil -: **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, combinado com o artigo 166, § 2º da Constituição;**... somado ao termo **Decreta**. Não há mais o que dizer quanto às suas forças legislativa e judiciária, com repercussão em todas as práticas sociais, com a sua respectiva legitimação.

A construção narrativa com o uso de **considerando**, ao mesmo tempo que legitima, antecipa a mudança do objeto discursivo de referência e enfatiza os novos conteúdos e unidades conceituais, concretizada pelo termo **Decreta**. No processo de leitura, quando se lê o art. 1º, tudo o que foi lido passa a ter um registro secundário.

6.4.3 Discurso Cívico x Discurso Militar

Quadro nº 38 - Discurso Cívico

DISCURSO CÍVICO
CONTRACTO – 10/11/1907

Os japonezes em São Paulo
Bandeiras
Decreto-Lei nº 4.166/42
Soberania e integridade territorial A redução, em contrário aos usos e costumes locais <i>Parágrafo único.</i> Os bens das sociedades culturais e recreativas formadas de alemães, japoneses e italianos poderão ser utilizados, no interesse público,
Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães

Fonte: autoria da autora

Quadro nº 39 - Discurso Militar

DISCURSO MILITAR
CONTRACTO – 10/11/1907

Os japonezes em São Paulo
Soldados Guerra Condecorações Medalhas Actos de heroísmo
Decreto-Lei nº 4.166/42
atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil atos de guerra são praticados contra o continente americano regras de neutralidade universalmente aceitas no direito internacional a conjugação dos esforços das Repúblicas americanas para a defesa da sua soberania, da sua integridade territorial e dos seus interesses econômicos, unidades desarmadas da marinha mercante brasileira, viajando com fins de comércio pacífico, foram atacadas e afundadas com infração de normas jurídicas consagradas atacadas e afundadas (por quem;) resultam ameaça à navegação brasileira e prejuízo direto a interesses vitais do Brasil que a responsabilidade dos atentados deve ser atribuída às forças armadas alemãs, mas

que, por outro lado, a aliança, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália, torna estas potências necessariamente solidárias na agressão das operações de guerra armas atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália
Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães
Sem ocorrência

Fonte: autoria da autora

Temos os Discursos Militar e Cívico presentes nos *Os japonezes em São Paulo* e no Decreto-Lei nº 4.166/42.

No primeiro texto, há somente uma ocorrência do Discurso Cívico com o substantivo **bandeiras**, que os japoneses portavam na sua chegada ao Brasil; Quanto ao segundo texto, ele se apresenta pelos termos **Soberania e integridade territorial, no interesse público**,

Quanto ao Discurso Militar, na notícia de 1907, ele ocorre pela caracterização de alguns imigrantes japoneses que foram **soldados** e portavam **condecorações e medalhas**. No Decreto-Lei nº 4.166/42, verifica-se o predomínio dos Discursos Cívico e Militar em virtude do contexto – Segunda Guerra Mundial – e do objetivo do Decreto – legitimar as ações sociais tomadas em relação aos imigrantes japoneses, alemães e italianos, que passam a ser denominados de “súditos” -: **atos de agressão, atos de guerra, regras de neutralidade, defesa da sua soberania, da sua integridade territorial e dos seus interesses econômicos, unidades desarmadas da marinha mercante brasileira, responsabilidade dos atentados, forças armadas alemãs, fins de guerra, operações de guerra, armas**.

6.4.4 Discurso Processo Migratório x Discurso Vida Privada

Quadro nº 40 - Discurso Processo Migratório

DISCURSO - PROCESSO MIGRATÓRIO
CONTRACTO – 10/11/1907
Immigrantes Japonezes Introduzir/introdução Levas Porto de embarque Hospedaria Alojamento dos imigrantes

Colonização Transporte de imigrantes
Os japonezes em São Paulo
imigrantes vapor depois de 52 dias de viagem do Japão a Santos dois portos leva porto de procedência Companhia Japonesa de Imigração e Colonização Províncias Hospedaria dos Imigrantes Navio japonês vagões
Decreto-Lei nº 4.166/42
durante mais de um século, o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados, uma íntima participação na sua economia; súditos alemães, japoneses e italianos
Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães
Súditos Japoneses Alemães Do Japão e da Alemanha Embarque A remoção de japoneses e alemães, embarcados para a capital nada menos de 1549 pessoas daquelas nacionalidades os alemães...embarcar de transferência desses estrangeiros Imediata transferência e subsequente distribuição para o interior do Estado Aguardam embarque Hospedaria de Imigração para a capital 774 japoneses, fazendo-se muitos deles acompanhar de suas famílias. O serviço de embarque Súditos nipônicos Há cerca de 4000 japoneses e alemães recolhidos à Imigração. Esses estrangeiros remessa de nipônicos e alemães para o interior do Estado

Fonte: autoria da autora

Quadro nº 41 - Discurso Vida Privada

DISCURSO - VIDA PRIVADA	
CONTRACTO – 10/11/1907	
Famílias Chefes	
Os japonezes em São Paulo	
Famílias Crianças Velhos Homens e mulheres	
Decreto-Lei nº 4.166/42	
Vida	
Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães	
<p>para a capital 774 japoneses, fazendo-se muitos deles acompanhar de suas famílias. ancião, antigo morador da Ponta da Praia,</p> <p>Os japoneses em sua maioria vieram acompanhados de suas famílias. Há muitas crianças na Hospedaria da Imigração.</p> <p>As famílias que não dispõem de recursos serão encaminhadas aos prefeitos municipais e terão toda a assistência até normalizar a situação particular de cada um</p>	

Fonte: autoria da autora

Quanto ao Discurso Processo Migratório, ele está presente nos quatro textos analisados, com menos intensidade no Decreto-Lei nº 4.166/42, talvez pelo seu formato – texto legislativo e judiciário. Os dados demonstram a ênfase do processo imigratório e na imagem do imigrante japonês como o “Outro”, o estrangeiro, demonstrado pela presença das palavras **imigração** ou **imigrante** em todos os textos. Nos textos de 1907 e de 1908, há o substantivo **colonização**, característica dos movimentos migratórios da época. A importância da **Hospedaria dos Imigrantes** nos dois períodos é caracterizada pela sua ocorrência nos textos, o que também enfatiza a característica de imigrantes, o Outro.

Devido ao fato de o movimento migratório japonês para o Brasil somente aceitar grupos familiares, diferentemente de outros movimentos migratórios japoneses para outros países, verifica-se a presença do Discurso da Vida Privada, comprovada pela presença da palavra **família, composta de crianças, de velhos, de homens e mulheres**, no Contracto, no Decreto-Lei nº 4.166/42 e em *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*.

6.4.5 Discurso Médico

Quadro nº 42- Discurso Médico

DISCURSO MÉDICO
CONTRACTO – 10/11/1907

Os japonezes em São Paulo
vaccinados vacinação revaccinados. Doença inttestinal Grippe Dores de cabeça Ligeiras constirpações
Decreto-Lei nº 4.166 – 11/03/1942

Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães
Verificaram-se dois casos de moléstias: o de uma criança atacada de sarampo e de uma velhinha acometida de maleita. Os médicos providenciaram imediatamente o isolamento desses enfermos, os quais estão sendo cuidado com todo o carinho profissional.

Fonte: autoria da autora

Tem-se o Discurso Médico somente nos textos midiáticos *Os japonezes em São Paulo* e *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*. No primeiro texto, sobre a chegada dos japoneses no Brasil, enfatizam-se as diferenças culturais quanto à alimentação: **Doença inttestinal, Grippe, Dores de cabeça, Ligeiras constirpações**. Um outro ponto é o da necessidade de **vacinação e revacinação**, fator confirmado pelo Atestado de Vacinação, um dos documentos necessários para ser aprovado para a condição de emigrante no Japão, o que é reiterado.

Já no texto *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, o Discurso Médico é utilizado para mostrar o **carinho profissional** com que são atendidos os imigrantes japoneses evacuados de suas localidades de residência para, inicialmente, a Hospedaria da Imigração. Interessante verificar no discurso midiático a remoção de uma **criança com sarampo e de uma velhinha acometida de maleita**, o que demonstra a rapidez da remoção dos súditos japoneses e alemães do litoral de São Paulo e permite imaginar o cenário do acontecido. Para amenizar, são atendidos com **carinho profissional**.

6.4.6 Discursos econômicos – Migrante Econômico

Um dos motivos pelos quais o ser humano migra é de origem econômica, sendo esse fator primordial para os grandes movimentos migratórios ao longo da história do homem. No presente trabalho, a análise conjunta dos quatro textos possibilitou-me verificar a força da economia pelos discursos presentes: Discurso do Processo Agrário, Discurso do Processo Produtivo, Discurso Monetário, Discurso Bancário, Discurso da Administração Geral – Contábil – Monetário.

E pelo levantamento dos discursos presentes nos textos, verifica-se como eles interferem em diferentes práticas sociais.

Quadro nº 43 - Discurso Administração Geral – Contábil - Monetário

DISCURSO - ADMINISTRAÇÃO GERAL – CONTÁBIL - MONETÁRIO	
CONTRACTO – 10/11/1907	
Contracto	
Companhia	
Condições	
Debatidas e ajustadas	
Descontar dos salários	
Quites	
Angariar	
Assignatura	
Os japonezes em São Paulo	
Contractou	
Companhia	
Decreto-Lei nº 4.166/42	
Comércio	
Economia	
Os bens e direitos	
pessoas físicas ou jurídicas	
a alienação	
oneração	
bens imóveis, títulos e ações nominativas	
Bens moveis em geral de valor considerável	
Balancos trimestrais	
Obrigações de natureza patrimonial	
Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães	
Vendendo tudo	

A qualquer preço

Colhidos de surpresa, pela medida da Ordem Política e Social, numerosos japoneses trataram de se desfazer dos seus bens.

– expuseram a venda quase tudo quanto possuíam. Vendiam a qualquer preço, pois não havia tempo para regateamento.

Sabe-se de um deles que, para se desfazer de sua chácara em Santa Maria, vendeu três porcos, uma carroça e um muar pela quantia de mil cruzeiros. E galinhas? Essas foram vendidas a três e dois cruzeiros a cabeça.

As famílias que não dispõem de recursos serão encaminhadas aos prefeitos municipais e terão toda a assistência até normalizar a situação particular de cada um.

Fonte: A autoria da autora

Quadro nº 44 - Discurso Bancário

DISCURSO BANCÁRIO
CONTRACTO – 10/11/1907
Depositará Caução Multas Depositado Quantia
Os japonezes em São Paulo

Decreto-Lei nº 4.166/42
transferida Banco do Brasil tiver agência, parte de todos os depósitos bancários titulares importância recolhimento recibo isento de selo escrituração especial levantado
Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães

Fonte: autoria da autora

Quadro nº 45 - Discurso Processo Agrário

DISCURSO - PROCESSO AGRÁRIO	
CONTRACTO – 10/11/1907	
Trabalho da lavoura Agricultores Fazendeiros Propriedade agrícola Núcleo colonias Lote ocupado Lavoura cafeeira Alqueire de 50 litros Acto da posse Colheita fazendas	
Os japonezes em São Paulo	
Agricultores Todo o individuo de mais de doze annos traz já as mãos callejadas, signal evidente de trabalho habitual.	
Decreto-Lei nº 4.166/42	
Sem ocorrências	
Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães	
No Marapé, na Ponta da Praia, e em Santa Maria, houve verdadeira corrida para a venda de suínos, galináceos, muares, etc... Os japoneses – quase todos proprietários de chácaras – expuseram a venda quase tudo quanto possuíam. Vendiam a qualquer preço, pois não havia tempo para regateamento. Sabe-se de um deles que, para se desfazer de sua chácara em Santa Maria, vendeu três porcos, uma carroça e um muar pela quantia de mil cruzeiros. E galinhas? Essas foram vendidas a três e dois cruzeiros a cabeça.	

Fonte: autoria da autora

Quadro nº 46 - Discurso Processo Produtivo

DISCURSO - PROCESSO PRODUTIVO	
CONTRACTO – 10/11/1907	
3.000 immigrants japonezes, agricultores, constituídos em famílias compostas de 3 até 10 personas aptas para o trabalho da lavoura , considerando-se aptas para esse trabalho os homens ou mulheres de 12 até 45 annos de idade. Governo immigrants extranhos à profissão agrícola, taes como pedreiros, carpinteiros ou ferreiros , comtanto que não excedam a 5% do total a introduzir no Estado.	

nenhuma somma a mais poderá ser cobrada pela companhia dos fazendeiros ou industrias
Os japonezes em São Paulo
Mãos callejadas Sinal evidente de trabalho habitual Trabalhadores a riqueza paulista terá no japonéz um elemento de producção que nada deixará a desejar Si esta gente, que é toda de trabalho Não façamos, antes do tempo, juízos temerários a respeito da acção do japonéz no trabalho nacional
Decreto-Lei nº 4.166 – 11/03/1942

Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães

Fonte: autoria da autora

O Discurso Processo Agrário está presente em três textos, reforçando um determinado papel do imigrante japonês na economia nacional: o de **agricultor: trabalho de lavoura, agricultores, propriedade agrícola, mãos callejadas, chácaras, venda de suínos, galináceos**. Esse papel, mesmo hoje, é reforçado. Quem já não falou ou ouviu: quem sabe plantar é japonês; essa fruta é gostosa, porque foi um japonês quem plantou; quer um jardim bonito, chama um japonês... E muitos dos nossos “japoneses” já são netos ou bisnetos de imigrante japonês.

Quanto ao Discurso Processo Produtivo, encontramos-lo no Contrato e no *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*. A ocorrência no Contracto, texto de 1907, reforça o processo produtivo predominante da economia brasileira da época, o processo produtivo com ênfase na **produção agrária** e na **lavoura cafeeira**. Quanto ao texto *Os japonezes em São Paulo*, de 1908, temos os termos **mãos callejadas, elemento de produção**, o que relaciona o trabalho da época, a lavoura. Levantei, ainda, nesse mesmo texto, a ênfase da importância do Estado de São Paulo na economia nacional pelos seguintes trechos: **a riqueza paulista terá no japonéz um elemento de producção que nada deixará a desejar. A raça é muito diferente, mas não é inferior. Não façamos, antes do tempo, juízos temerários a respeito da acção do japonéz no trabalho nacional.**

Pelos Discursos Bancário e Monetário, verifica-se a inserção de instituição bancária no processo migratório e, durante a Segunda Guerra Mundial, em ações pelas quais os japoneses tiveram seus bens bloqueados como forma de **...indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros**

residentes no Brasil. Hoje, não se pode ter ideia do que isso representou para os imigrantes japoneses, italianos e alemães e suas famílias não somente naquele período, mas em suas vidas. Até hoje, a grande maioria dos bens confiscados não foram devolvidos, apesar de raríssimos casos como o processo da Sra. Ilse Weineck Alperstedt, que tramita no Superior Tribunal de Justiça como Ilse Weineck Alperstedt – Espólio.

Em 2011, a Câmara dos Deputados fez uma série de três reportagens abordando o que os imigrantes japoneses, alemães e italianos e suas famílias sofreram durante a Segunda Guerra Mundial, principalmente o problema dos bens confiscados. A reportagem *Segunda Guerra Mundial – uma breve história do conflito* denominou esse confisco de “tesouro escondido no Brasil”, cujos tamanho e dimensão ninguém sabe. Somente para se ter uma ideia, o Tesouro e o Banco do Brasil não se manifestam e nem se posicionam, apesar de reconhecerem a existência desses bens. Ao longo do tempo, pouquíssimos e raríssimos bens foram devolvidos, como o da Associação Japonesa de Santos, confiscada e devolvida à comunidade em 2006, mas somente na forma de cessão. Outro ponto interessante abordado pela reportagem e levantado por Kimura em sua pesquisa sobre as restrições aos japoneses no Paraná é a existência de registros do fato de que alguns imigrantes tenham sido levados para trabalhar na fazenda do interventor do Estado, Manuel Ribas. E tanto aqui, como nos Estados Unidos, os bens (tanto móveis como imóveis, como casas), a grandíssima maioria, hoje ainda pertencem aos bancos ou não foram definitivamente devolvidos aos imigrantes e seus familiares.

Continuando a análise sobre como os discursos refletem na vida das pessoas, temos a presença do Discurso Administração Geral – Contábil – Monetário presente nos quatro textos analisados: a inserção de termos relativos à área comercial com ênfase em contratos e deveres dos imigrantes nos textos de 1907 e 1908, como **debatidas e ajustadas, descontar dos salários, angariar, quites**, e, nos textos da Segunda Guerra Mundial, termos usados como forma de compensação e indenização, ou seja, de deveres dos imigrantes. No Decreto-Lei nº 4.166/42, **bens e direitos, pessoas físicas ou jurídicas, alienação, oneração, obrigações de natureza patrimonial**; na notícia *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, pelo **vendendo tudo a qualquer preço, colhidos de surpresa...vendiam tudo a qualquer preço, pois não havia tempo para regateamento**, o que os levou à condição de **famílias que não dispõem de recursos serão encaminhadas aos prefeitos municipais e terão toda a assistência até normalizar a situação particular de cada um**. Isso em 1942, trinta e quatro após os primeiros imigrantes aqui chegarem, uma vida de muito trabalho, a concretização da liberdade da condição inicial de colonos e libertos dos contratos de imigração.

Portanto, pode-se considerar o imigrante japonês no início da imigração japonesa como o “migrante econômico”, termo de BAUMAN (2005a). E nos quatro textos, fica clara a distinção entre os de “dentro” e os de “fora”. No texto da Segunda Guerra Mundial, confirma-se a presença da forma simbólica “refugo humano”.

6.4.7 Discurso – Retrato do imigrante japonês

Analiso agora os Discursos Racial, Científico-Racial, Área da Educação, Descrição de Vestimenta, Hábitos de Limpeza, Cultura Japonesa, Características Psicológicas e Classe Social e Econômica.

Segundo Van Dijk (2003, p. 46), a categorização e a diferenciação do grupo dominado podem ocorrer pela descrição da aparência física e de outras atribuições culturais, como se verifica pelas descrições física e psicológica nos textos analisados.

Quadro nº 47 - Discurso Área da Educação

DISCURSO - ÁREA DA EDUCAÇÃO
CONTRACTO – 10/11/1907
Ler e escrever Analfabetos Um ou dois livros uma caixa de papel para cartas nankim para escrever
Os japonezes em São Paulo

Decreto-Lei nº 4.166/42

Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães

Fonte: autoria da autora

Analiso conjuntamente o Quadro nº 47 - Discurso Área da Educação e o Quadro nº 52 - Discurso Classe Social e Econômica. Eles proporcionam o retrato do japonês quanto à educação e ao nível socioeconômico. O fato de serem predominantemente originários de áreas rurais já delinea a identidade do imigrante japonês. Temos, ainda, outra característica interessante: pequenos rurais e/ou proprietários-arrendatários. Acredito que, somado a isso o fato de serem em grande maioria alfabetizados, já se forma uma identidade diferenciado do imigrante japonês, pelos

termos **caixa de papel para cartas e nankim para escrever**, o que demonstra e reforça a grande maioria serem alfabetizados na língua japonesa e buscarem a criação de escolas japonesas no Brasil para seus descendentes. Pais alfabetizados não querem seus filhos analfabetos.

Outro ponto levantado sobre a primeira leva dos imigrantes japoneses em junho de 1908:

na verdade, nem todos eram agricultores. Muitos eram policiais, vigias, funcionários públicos, professores de ensino primário, pequenos comerciantes e até mesmo artistas de trabalho, não afeitos ao trabalho no campo (REZENDE, 1991, p. 64).

Quadro nº 48 - Discurso Características Psicológicas

DISCURSO – CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS
CONTRACTO – 10/11/1907

Os japonezes em São Paulo
calma, assistido à conferencia de suas bagagens, e nem uma só vez foram apanhados em mentira no asseio, (nunca veiu pela immigração gente tão asseiada), na ordem e na docilidade Amáveis Delicadeza fina Educação apreciável muito dóceis e sociáveis no refeitório não deixam cahir um grão de arroz ou uma colher de caldo. Têm nas suas mulheres a maior confiança Nas mil e cem malas que trouxeram, a alfândega não encontrou um único objecto nas condições de pagar imposto Os empregados da alfândega declaram que nunca viram gente que tenha, com tanta ordem e com tanta calma, assistido á conferencia de suas bagagens e nem uma só vez foram apanhados em mentiras na melhor ordem sem um grito de gaiatice, um signal de impaciência ou uma voz de protesto. sem reluctancia alguma nem pudores piegas
Decreto-Lei nº 4.166/42

Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães
Ordem e disciplina decorreram sem atropelo, em ambiente de tranqüilidade e de respeito não se registrando qualquer incidente Aliás, os investigadores encarregados do serviço agem ponderadamente, evitando qualquer constrangimento aos estrangeiros Boa ordem

Mostravam-se conformados com a medida policial entristecido que residia em Santos há 25 anos e durante todo esse tempo não havia se afastado da cidade. Atendeu prontamente à instrução para o embarque receberia com angústia qualquer ordem de fixação de residência fora da capital do Estado Colhidos de surpresa, pela medida da Ordem Política e Social, numerosos japoneses trataram de se desfazer dos seus bens.

Fonte: autoria da autora

Quanto ao Quadro nº 48 - Discurso Características Psicológicas, há vários adjetivos e substantivos que atribuem valores aos acontecimentos e aos atores sociais envolvidos. Acompanho Celis (2011) que o recurso da atribuição, além de descrever acontecimentos narrados, expõe as qualidades do que se referencia, permitindo levar a cabo juízos axiológicos que provocam a mobilização das opiniões dos interlocutores. No texto *Os japonezes em São Paulo*, é utilizada uma série de adjetivos quanto ao perfil do japonês, um povo exótico e distante. Sobral não economiza adjetivos quanto à caracterização do imigrante japonês, todos de uma forma positiva: **calma, nem uma só vez foram apanhados em mentira, na ordem e na docilidade, Amáveis, Delicadeza fina, Educação apreciável, muito dóceis e sociáveis**

Em 1943, a reportagem confirma as características do imigrante japonês de 1908: **Ordem e disciplina, em ambiente de tranqüilidade e de respeito, boa ordem**. Mesmo na situação pela qual passavam, mostravam-se **conformados com a medida policial, entristecido, com angústia**.

Interessante a ênfase na docilidade, na ordem e na disciplina nas duas reportagens com 34 anos de diferença, confirmados pelos termos **ordem e disciplina**.

Quadro nº 49 - Discurso Cultura Japonesa

DISCURSO - CULTURA JAPONESA
CONTRACTO – 10/11/1907

Os japonezes em São Paulo
Pinturas japonezas um frasco de conservas um de molho para temperar comida as indispensáveis e exquisitas travesseiras, pequeninas e altas, de madeira forrada de velludo ou de bambu fino, flexível

cobertores acolchoados um ou dois livros (cheios de garatujas, direi eu pausinhos (que podem ser de alumínio), para comer arroz, De roupas japonezas, um kimôninho pintalgado
Decreto-Lei nº 4.166/42

Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães

Fonte: autoria da autora

O Quadro nº 49 - Discurso Cultura Japonesa demonstra o olhar de exotismo que o imigrante japonês e a cultura japonesa provocavam nos brasileiros. Tratava-se de uma raça ainda não conhecida e que, por muitos anos, ainda provocou o estranhamento nos brasileiros pelos seus traços e hábitos. Na descrição da bagagem, Sobral ressalta as diferenças em diversas áreas, como a comida (**conservas, tempero de comida**), mobiliário (**travesseiras, cobertores, pausinhos**), a escrita, o vestuário (**kimôninho**). Essa diferença é ressaltada pelos termos **exquisitas, garatujas e kimôninho**. Ressalto como esses termos e hábitos já estão tão integrados à cultura e aos hábitos brasileiros.

Quadro nº 50 - Discurso Vestimenta

DISCURSO – VESTIMENTA
CONTRACTO – 10/11/1907

Os japonezes em São Paulo
Vestidos à europea Chapéu ou bonet Sáia e camiseta Chapéu simples Calçado kimôninho
Decreto-Lei nº 4.166/42

Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães

Fonte: autoria da autora

No Quadro nº 50 - Discurso Vestimenta, verifica-se o reforço da ideologia eugenista pela preocupação do uso de roupas europeias no texto *Os japonezes em São Paulo*: **Vestidos à europeia, Chapéu ou bonet, Sáia e camiseta, Chapéu simples**. A fim de quebrar a ideologia de exotismo da raça amarela, os imigrantes japoneses, ainda no Japão, compravam as vestimentas à moda ocidental a fim de minimizar as diferenças. Para tanto, tampouco trouxeram as vestimentas usadas por eles no Japão no seu dia-a-dia.

Quadro nº 51 - Discurso Hábitos de Limpeza

DISCURSO – HÁBITOS DE LIMPEZA
CONTRACTO – 10/11/1907

Os japonezes em São Paulo
<p>Na maior ordem limpeza inexcelável não se viu no pavimento um só cuspe, uma casca de fructa Roupa limpa e nova Impressão agradável Luvas brancas de algodão Estado de limpeza absoluta perfeito contraste com as cuspinheiras repugnantes e pontas de cigarro esmagadas com os pés dos outros immigrants. com tanta ordem, tanto silencio e tanta espontaneidade São do maior asseio com o seu corpo ...caixa de pós dentrificios... São do maior asseio com o seu corpo tomando repetidos banhos e trazendo sempre roupas limpas. Todos têm uma caixa de pós dentrificios, escova para dentes, raspadeira para a língua, pente para o cabelo e navalha de barba. Barbeiam-se sem sabão, só com água. Os dormitórios quase não precisam ser varridos, mal se encontrando de longe em longe um pedacinho de papel ou um phosphoro queimado, que algumas vezes são dos serventes da hospedaria.</p>
Decreto-Lei nº 4.166/42

Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães

Fonte: autoria da autora

Quanto ao Discurso Hábitos de Limpeza, presente somente na notícia *Os japonezes em São Paulo*, além da ênfase nos hábitos dos japoneses, há também uma referência ao “Outro” e ao

“Nòs”: neste caso, a referência positiva é para o imigrante japonês e a referência negativa é para o “Outro” – **os pés dos outros imigrantes** - e para o “Nós”, brasileiros – **às vezes são dos serventes da hospedaria**. Interessante ressaltar também o uso de **luvas brancas de algodão** para designar a limpeza, o que parece ser proveniente da ideologia racista, pois a limpeza era/é associada ao branco.

Quadro nº 52- Discurso Classe Social e Econômica

DISCURSO CLASSE SOCIAL E ECONÔMICA	
CONTRACTO – 10/11/1907	

Os japonezes em São Paulo	
de gente de humilde camada social do Japão Foram os próprios imigrantes que compravam as suas roupas As mulheres calçavam luvas brancas de algodão. todos trazem dinheiro em 10 yens, 20, 80, 40, 50 ou mais ens, mas todos trazem um pouco. Não parece bagagem de gente pobre, contrastando flagrantemente com os bahús de folha e trouxas dos nossos operários	
Decreto-Lei nº 4.166/42	
Bens	
Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães	
Colhidos de surpresa, pela medida da Ordem Política e Social, numerosos japoneses trataram de se desfazer dos seus bens. – expuseram a venda quase tudo quanto possuíam. Vendiam a qualquer preço, pois não havia tempo para regateamento. Sabe-se de um deles que, para se desfazer de sua chácara em Santa Maria, vendeu três porcos, uma carroça e um muar pela quantia de mil cruzeiros. E galinhas? Essas foram vendidas a três e dois cruzeiros a cabeça. As famílias que não dispõem de recursos serão encaminhadas aos prefeitos municipais e terão toda a assistência até normalizar a situação particular de cada um.	

Fonte: autoria da autora

A análise do Quadro nº 52 - Discurso Classe Social e Econômica permite-nos concluir que os imigrantes japoneses, apesar de o grupo ser composto de **gente de humilde camada social do Japão**, não eram de classe tão humilde no sentido geral, pois **eles compravam as suas roupas, as mulheres calçavam luvas brancas de algodão, todos trazem dinheiro em 10 yens, 20, 80, 40, 50 ou mais yens, mas todos trazem um pouco** e não portavam **bagagem de gente pobre**. Aqui, também há o realce do “Outro – imigrante japonês” e do “Nós” pelo seguinte trecho: **Não**

parece bagagem de gente pobre, contrastando flagrantemente com os bahús de folha e trouxas dos nossos operários (OS JAPONEZES EM SÃO PAULO, 1908).

No período da Segunda Guerra Mundial, a classe social dos imigrantes japoneses no Brasil já era diferente, o que se comprova nos dois textos da época: eles já tinham **bens**, dos quais **trataram de se desfazer dos seus bens, tudo quanto possuíam**. Caso a situação econômica dos imigrantes japoneses e dos seus descendentes não tivesse mudado, não haveria a necessidade de aprovação de um decreto-lei para o bloqueio de seus bens.

Quadro nº 53 - Discurso Científico – Raça

DISCURSO CIENTÍFICO - RAÇA
CONTRACTO – 10/11/1907

Os japonezes em São Paulo
<p>geralmente baixos cabeça grande, troncos grandes e reforçados, mas pernas curtas. Um japonês de 14 anos não é mais alto que uma criança das nossas de 8 anos de idade. A estatura média japonesa é inferior á nossa estatura baixa. Mas vieram alguns homens mais altos, regulando a sua estatura pela nossa média. robustez, e reforçado dos corpos masculinos, de músculos pouco volumosos (admira, mas é verdade!), mas fortes e de esqueleto largo, peito amplo. Os seus cabellos negros</p>
Decreto-Lei nº 4.166/42

Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães

Fonte: autoria da autora

Para Moore, Kosek e Pandian (2003), como raça e natureza trabalham juntos, discursos sobre eles providenciam recursos para expressar verdades, forjar identidades e justificar desigualdades, com suas recombinações mutantes geralmente assombrando as políticas culturais da identidade e da diferença, em um contexto de exercício do poder entre os territórios nacionais e comunidades diaspóricas como elementos materiais e simbólicos. Discursos racionalizados marcam seres vivos e territórios geográficos com a força de suas distinções, pois a nação providencia marcadores móveis de identidade e de diferença, os quais naturalizam o terreno e racionalizam ordens de exclusão como leis de necessidades.

Temos a presença dos Discursos Científico – Raça, Cultura Japonesa e Raça, relacionadas às “identificações físicas” e à “categorização cultural” de Van Leeuwen e Machin (2011), cujas presenças por si só são suficientes para ressaltar as diferenças culturais e raciais.

No Quadro nº 53 - Discurso Científico – Raça, Sobral, no seu texto de 1908, desenvolve uma descrição da raça japonesa, totalmente nova aos olhos dos brasileiros, ressaltando as suas características físicas. Tem-se aqui a presença do “Nós” e do “Outro”, nos seguintes trechos: **...não é mais alto que uma criança das nossas de 8 anos, ... japoneza é inferior à nossa estatura baixa. Mas vieram alguns homens mais altos, regulando a sua estatura pela nossa média... .**

Quadro nº 54 - Discurso Racial

DISCURSO RACIAL
CONTRACTO – 10/11/1907

Os japonezes em São Paulo
Imigrantes Japoneses A raça é muito diferente, mas não é inferior Não façamos, antes do tempo, juízos temerários a respeito da acção do japonez no trabalho nacional
Decreto-Lei nº 4.166/42

Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães
embarcados para a capital nada menos de 1549 pessoas daquelas nacionalidades elemento amarelo Há cerca de 4000 japoneses e alemães recolhidos à Imigração Esses estrangeiros. remessa de nipônicos e alemães para o interior do Estado

Fonte: autoria da autora

Já no Quadro nº 54 - Discurso Racial, presentes nos dois artigos midiáticos, verifica-se a ênfase nas diferenças raciais com outra ideologia. No artigo *Os japonezes em São Paulo*, de 1907, confirma-se a presença da ideologia eugenista europeia, que valoriza o “branco, o europeu”. Pelos trechos **A raça é muito diferente, mas não é inferior. ... Não façamos, antes do tempo, juízos temerários a respeito da acção do japonez no trabalho nacional**, temos a ideologia de raça inferior e perigosa. Na notícia *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, reforça-se, na identidade dos imigrantes japoneses, a característica do “Outro” pelos termos **daquelas nacionalidades, esses estrangeiros, recolhidos à Imigração**. Temos o uso dos termos **elemento**

amarelo para reforçar a ideologia do perigoso, pois se usavam também os termos **perigo amarelo**. Tais elementos possibilitaram a implementação da legislação que tinha como objetivos a “indenização e a proteção”. O que se verifica aqui é a construção semântica, ao longo do tempo, não presente em um dicionário da palavra “súdito”: a de inimigo por meio da metonímia.

6.5 COSTURANDO OS DISCURSOS E OS DOMÍNIOS

Para Pardo Abril (2007a, p. 194), quanto à relação das ideologias com as representações sociais,

Por um lado, as representações sociais conformam a ideologia como seu agrupamento e organização podem originar sistemas de crenças capazes de orientar o comportamento dos membros de uma sociedade a partir do estabelecimento de ideais. Por outro lado, a ideologia gera representações em virtude de seus nexos com outras ideologias ou por efeito de suas características, é dizer, sua capacidade para regular e dar coerência a saberes coletivos e ser marco de referência para todas as formas de experiência, determinando a conexão da práxis humana e a permanência da ação.

E nesse processo, temos duas formas de representação antagônicas, que garantem a distinção entre “Nós” e os “Outros”, ou entre poder e resistência. Assim, as representações sociais descrevem e explicam a realidade, dirigem formas de dizer e de fazer dos membros de um grupo; como recurso de raciocínio e de ação social, tornam coeso um grupo, associam-se às atitudes, às crenças e aos juízos de um grupo localizado historicamente (nesta pesquisa, o imigrante japonês), recuperando sentido em torno da práxis social (no meu caso, imigração), portanto, permitem rastrear temáticas mais específicas (a imigração japonesa). E as ideologias dão sentido ao mundo e fundamentam a ação social. Contudo, elas têm uma característica comum: criam-se, transformam e desaparecem em virtude dos processos cognitivos implicados nos distintos momentos; distribui-se de maneira mais heterogênea nos grupos (aqui, a elite dominante, o governo, o povo brasileiro) e estabiliza-se em discursos institucionalizados (nosso caso, os discursos jurídicos e do Poder Executivo, da mídia, da ciência), articulados a doutrinas e a práticas arraigadas historicamente e consensuadas socialmente (a das ciências, a visão eugenista europeia sobre as raças, os contratos de imigração, a escravidão).

E quem são os atores do jogo? Eles agrupam-se em três áreas principais: a área do capital (atores da economia global, como os fazendeiros; Banco do Brasil, incluindo corporações, sistema financeiro, a Companhia Imperial de Integração de Tokio, associações empresariais, acionistas), a área da sociedade civil (no caso, os imigrantes japoneses, os brasileiros) e a área do Estado (o Poder Executivo estadual, como Governo do Estado de São Paulo, e o federal, como a União, o Presidente da República, as Secretarias; Legislativo, as autoridades policiais).

Veremos como as diversas ideologias sobre o imigrante japonês e o imigrante japonês apresentam-se.

Na sociedade, há vários planos discursivos ou locais sociais (ciência, política, meios de comunicação, educação, vida cotidiana, vida empresarial...), com seus respectivos fios discursivos que se emaranham entre si, repercutem um nos outros, utilizam-se uns a outros. Nesta pesquisa, temos o fragmento discursivo do discurso da ciência no discurso midiático, como a notícia *Os japonezes em São Paulo*, do jornal *Correio Paulistano*, de 25 de junho de 1908, pela descrição física do imigrante japonês; do discurso político e do discurso jurídico no Contrato assinado pela Companhia Imperial de Integração de Tóquio, Japão, com o Governo do Estado de São Paulo.

Verifica-se, ainda, o discurso geral de uma sociedade como parte do discurso global ou mundial, como nos casos do Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, que *Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil* e da notícia *Mais de 1500 súditos japoneses e alemães foram removidos, ontem, para a capital*, do Jornal *A Tribuna*, de 10 de julho de 1943, que fazem parte do discurso global sobre os países do Eixo. Tem-se aqui o discurso social global como uma rede cujas raízes se entrelaçam e manifestam uma profunda interdependência, o que é comprovada pelas fontes de notícias da época. Além dessa rede global, verifica-se, ainda, a rede nacional pelos diferentes discursos sobre a imigração, como os fios discursivos político, jurídico, midiático. Esse cenário leva a um determinado discurso cotidiano sobre a imigração japonesa e o imigrante japonês.

Nas notícias publicadas, verifica-se o globalismo, que é a estratégia do discurso globalmente dominante e em torno do qual muitos outros discursos se agrupam, como o discurso da eugenia europeia quanto à raça e o discurso relativo à posição dos países contrários ao Eixo, no caso, o Brasil acompanha o discurso dos Estados Unidos e dos países europeus com exceção da Itália e da Alemanha.

Temos aqui a “recontextualização” segundo Fairclough (2006b) no sentido de que os imigrantes japoneses e a imigração japonesa, inicialmente institucionalizados e posicionados com determinadas representações dentro de imaginário nos anos de 1907/1908, em um determinado contexto de luta e de histórias, foram apropriados ativamente em novos contextos, no caso da Segunda Guerra Mundial. Verificam-se aqui os discursos recontextualizados e operacionalizados, executados em novas práticas e formas da atividade social – imigração japonesa, inculcando novas identidades para o imigrante japonês, o de inimigo, materializadas

em ações que repercutem em suas vidas sob características econômicas, políticas, sociais e/ou culturais para recontextualização do contexto.

Os textos mostram também como a ideologia fornece conjuntos de representações e discursos que direcionam as nossas vidas e as nossas relações, com efeitos e desdobramentos em lutas particulares (HALL, 2010). E aqui têm-se a mídia e outras instituições significantes com vários e mesmos papéis: de produzir, de refletir e de sustentar o consenso, e, assim, de criar o consentimento. E quando se fala de criar consenso, abordam-se as ideologias dominantes.

Identifiquei, nos textos apresentados, o sujeito sociológico de Hall (2006, p. 12-13), que é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. Os japoneses chegaram em 1907, contexto em que o Brasil possuía a política racista eugenista europeia e em um período em que predominavam ainda formas de racismo e de exaltação da “superioridade branca” na política, na economia, na literatura e nas ciências, com numerosos estudos científicos. Isso se refletia nos meios de comunicação de massa. No artigo de 1907, *Os japonezes em São Paulo*, sobre os imigrantes japoneses, vemos a descrição física, psicologia e cultural dos sujeitos e do conteúdo das malas, estabilizando os sujeitos (no caso, os japoneses) e o seu mundo cultural.

Vemos, ainda, o conceito de sujeito pós-moderno de Hall (2006), cuja identidade é definida historicamente e não biologicamente. Temos o imigrante japonês assumindo identidades diferentes em diferentes momentos, não unificadas ao redor de um “eu” coerente. Encontraram-se, portanto, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno de Hall (2006), com as identificações continuamente deslocadas dentro de sistemas de significação e de representação que se multiplicam, trazendo a multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis.

Verifica-se, ainda, o que Giddens (1990, p. 21) denomina de “desalojamento do sistema social”, em que ocorre a “extração” das relações sociais dos contextos locais de interação e sua reestruturação ao longo de escalas indefinidas de espaço-tempo. Ocorrem, ainda, um ritmo e alcance diferenciados de mudança em virtude de diferentes áreas do globo se interconectarem entre si, provocando ondas de transformação social que atingem a natureza das instituições modernas, o que se verifica nos textos referentes ao período da Segunda Guerra Mundial. Temos, assim, as sociedades da modernidade tardia caracterizadas pela “diferença”: atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais com a produção de uma variedade de diferentes “posições de sujeito” – isto é, identidades – para os indivíduos, que podem ser, sob certas circunstâncias, conjuntamente articulados parcialmente, pois a estrutura da identidade permanece aberta. Levanta-se, assim, uma identidade deslocada, que desarticula identidades estáveis do

passado e abre possibilidade de novas identidades e a produção de novos sujeitos: uma identidade politizada, cujo processo se constitui como uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de *diferença*.

Constatai o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados segundo Pêcheux (2000, p. 160), que envolve a “transparência da linguagem” como “evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram”. Ele depende do “todo complexo das formações ideológicas” na visão de que

o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc, não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, 2000, p. 160).

Assim, elas mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, em referência às formações ideológicas. Tomo o conceito desse autor de formação discursiva como aquilo que, numa formação ideológica dada determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito a respeito dos sujeitos-falantes, no meu caso, nas notícias estudadas, no Contrato e no Decreto-Lei nº 4.166/42.

Ocorre aqui o sentido das palavras constituindo-se em cada formação discursiva, nas relações que essas palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. E ocorre também a tentativa de mudança de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra, no caso do Contrato e da notícia *Os japonezes em São Paulo*, quanto ao papel do japonês no trabalho nos cafezais e no trabalho nacional.

Verifica-se, ainda, a possível posição “independente” das instituições midiáticas e dos seus agentes. Essa posição independente ocorria em relação aos interesses políticos, econômicos ou do Estado, defendendo uma ideologia diferenciada e oferecendo uma explicação parcial, como se fosse compreensiva e adequada. No entanto, a sua legitimidade depende daquela parte da verdade, composta de definições que favorecem a hegemonia dos poderosos, que é real e é confundida com o todo, e não uma ficção diplomática. Encontrei essa independência ao longo da notícia *Os japonezes em São Paulo*, pela narrativa criada com ênfase nos pontos positivos dos imigrantes japoneses e principalmente pelos seguintes termos:

Si esta gente, que é toda de trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veio pela imigração gente tão assejada), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonês um elemento de produção que nada deixará a desejar.
A raça é muito diferente, mas não é inferior. Não façamos, antes do tempo, juízos

temerários a respeito da ação do japonês no trabalho nacional” (SOBRAL, Correio Paulistano, 1908).

Em muitos momentos da minha pesquisa, concordei com Coracini (2010, p. 34) quanto à noção de memória,

na abordagem discursiva, de ser constituída de esquecimentos, que, por sua vez, silenciam sentidos outros, pois sempre que afirmamos algo ou interpretamos um acontecimento, um texto, enfim, deixamos de lado outros sentidos – seja de forma proposital, consciente, porque queremos atender a certos objetivos (políticos, por exemplo), seja de forma inconsciente, sem saber que silenciamos, que calamos o autor.

Portanto, como há prazos a serem cumpridos, não houve como dar voz a tantas vozes quanto ao racismo ao imigrante japonês.

6.6 DESVELANDO A IDEOLOGIA DOS DADOS

Para ainda responder à Pergunta 2, analisarei os textos por meio dos Modos de Operação da Ideologia de Thompson.

Pergunta 2: Qual é a ideologia presente nas notícias midiáticas e como elas se manifestam ao retratar o imigrante japonês?

6.6.1 Legitimação

O primeiro modo de operação da ideologia segundo Thompson (1995, p. 82-83) é a Legitimação, que é o processo de tornar as relações legítimas e dignas de apoio. Para esse autor, “relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem representadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio” e sua representação como legítimas pode ser vista como uma *exigência de legitimação* baseada em certos fundamentos, expressos e efetivados em certas formas simbólicas e em circunstâncias dadas, divididos em três tipos: fundamentos racionais (apelam à legalidade de regras dadas), fundamentos tradicionais (apelam à sacralidade de tradições imemoriais) e fundamentos carismáticos (apelam ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça autoridade).

Durante a análise do modo de operação Legitimação, lembro-me da luta pelo sentido, em que ocorre a luta pelo acesso aos próprios meios de significação. Verifica-se uma enorme diferença entre as testemunhas credenciadas e os porta-vozes e entre aqueles que precisam lutar

para ganhar acesso, por mínimo que seja, ao mundo do discurso público. A desvantagem é monumental, pois os primeiros têm acesso privilegiado e direto ao mundo do discurso público, cujos enunciados ostentam a representatividade e a autoridade que lhes permitem estabelecer o arcabouço fundamental ou os termos de um debate; os segundos com acesso limitadíssimo ou sem acesso, cujos enunciados são fragmentários e deslegitimados. No meu estudo, tenho como os primeiros o Governo de São Paulo, os fazendeiros, os industriais, a Companhia de Imigração, o Brasil, as pessoas físicas e jurídicas brasileiras; como representantes dos segundos, temos os imigrantes japoneses, suas famílias, os agricultores, os profissionais liberados, os súditos japoneses, pessoas físicas e jurídicas, os nacionais alemães, japoneses e italianos, que tinham que atuar de acordo com os termos estabelecidos no Contracto e no Decreto-Lei nº 4.166/42, sem possibilidade nenhuma de resistência ou de acordo, como se vê na notícia *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*.

O modo de operação de Ideologia Legitimação ocorre por meio de três estratégias: Racionalização, Universalização e Narrativização, conforme apresento a seguir.

6.6.1.1 Legitimação - Racionalização

O primeiro modo de operação pela Legitimação ocorre pela estratégia Racionalização.

Quadro nº 55 - Modo de operação Legitimação - Racionalização – Thompson

CONTRACTO – 10/11/1907
Análise abaixo
Os japonezes em São Paulo
Análise abaixo
Decreto-Lei nº 4.166/42
<p>CONSIDERANDO que atos de guerra são praticados contra o continente americano;</p> <p>CONSIDERANDO que, ao passo que o Brasil respeitava, com a máxima exatidão e lealdade, as regras de neutralidade universalmente aceitas no direito internacional, o navio brasileiro "Taubaté" foi atacado, no mar Mediterrâneo, por forças de guerra da Alemanha;</p> <p>CONSIDERANDO que, assumindo solenemente a obrigação de reparar o dano causado por esse ato o Governo alemão até hoje não cumpriu esse compromisso;</p> <p>CONSIDERANDO que, após a conjugação dos esforços das Repúblicas americanas para a defesa da sua soberania, da sua integridade territorial e dos seus interesses econômicos, unidades desarmadas da marinha mercante brasileira, viajando com fins de comércio pacífico, foram atacadas e afundadas com infração de normas jurídicas</p>

consagradas;

CONSIDERANDO que tais atos constituem uma agressão não provocada de que resultam ameaça à navegação brasileira e prejuízo direto a interesses vitais do Brasil;

CONSIDERANDO que as informações que possui o Governo denotam que a responsabilidade dos atentados deve ser atribuída às forças armadas alemãs, mas que, por outro lado, a aliança, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália, torna estas potências necessariamente solidárias na agressão;

CONSIDERANDO que, durante mais de um século, o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados, uma íntima participação na sua economia;

CONSIDERANDO que, nas condições da guerra moderna, as populações civis se acham estreitamente ligadas à sorte das armas e que a sua atividade é, mais do que em qualquer outra época da história, um elemento determinante do êxito das operações de guerra;

Art. 2º Será transferida para o Banco do Brasil, ou, onde este não tiver agência, para as repartições encarregadas da arrecadação de impostos devidos à União, uma parte de todos os depósitos bancários, ou obrigações de natureza patrimonial superiores a dois contos de réis, de que sejam titulares súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 6º Em qualquer pagamento, superior a 2:000\$0, feito a súdito alemão, japonês e italiano, far-se-à menção do depósito previsto no artigo 2º.

Art. 7º Quando a prestação em favor de súdito alemão, japonês ou italiano não for devida em moeda corrente, a repartição incumbida da arrecadação, estimará o seu valor em espécie, segundo os critérios de que se serve o fisco para a imposição de tributos.

Art. 8º As execuções contra, o patrimônio dos súditos alemães, japoneses e italianos só poderão fundar-se em dívidas contraídas em virtude de prova constituída na forma da lei, anteriormente à data desta lei, salvo quando a responsabilidade civil decorrer de ato ilícito.

Art. 9º Ressalvado o caso de execução judicial fundada em título constituído antes da data desta lei, fica proibida a alienação, ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis, títulos e ações nominativas, e dos moveis em geral de valor considerável, pertencentes a súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, sendo nula de pleno direito qualquer alienação, ou oneração, feita a partir da data desta lei.

Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães

ORDEM E DISCIPLINA

Todos os detalhes de transferência desses estrangeiros **decorreram sem atropelo, em ambiente de tranqüilidade e de respeito, não se registrando qualquer incidente. Aliás, os investigadores encarregados do serviço agem ponderadamente, evitando qualquer constrangimento aos estrangeiros.**

OS EMBARQUES DE ONTEM

As 10 horas de ontem, em composição especial da Inglesa, foram embarcados para a capital 775 súditos japoneses e alemães, aqueles em número extraordinariamente maior. **Seus documentos de identidade são recolhidos pelas autoridades policiais**

encarregadas de sua custódia, recebendo-os posteriormente, depois do registro na Hospedaria de Imigração.

No período da tarde, nova composição especial conduziu para a capital 774 japoneses, fazendo-se muitos deles acompanhar de suas famílias.

O serviço de embarque decorreu em boa ordem.

Após o competente registro, os estrangeiros são conduzidos aos alojamentos, onde há limpeza e conforto. A alimentação é farta e saborosa.

Há cerca de 4000 japoneses e alemães recolhidos à Imigração.

Esses estrangeiros, quando perguntados qual a cidade em que pretendem continuar suas atividades, optam impreterivelmente pela capital. **Entretanto, o critério adotado parece ser dos mais justos, porquanto cada pessoa ou família é destinada a uma cidade apropriada para o desenvolvimento da profissão de seu chefe.**

Os japoneses em sua maioria vieram acompanhados de suas famílias. Há muitas crianças na Hospedaria da Imigração.

Verificaram-se dois casos de moléstias: o de uma criança atacada de sarampo e de uma velhinha acometida de maleita. **Os médicos providenciaram imediatamente o isolamento desses enfermos, os quais estão sendo cuidado com todo o carinho profissional.**

REMESSA PARA O INTERIOR DO ESTADO

A remessa de nipônicos e alemães para o interior do Estado começou na noite de hoje. **Não serão removidos para cidades onde exista quartel do Exército, sendo, porém, as demais localidades de livre escolha. As famílias que não dispõem de recursos serão encaminhadas aos prefeitos municipais e terão toda a assistência até normalizar a situação particular de cada um.**

Fonte: autoria da autora

O modo de operação da ideologia Legitimação - Racionalização ocorre quando um “produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais e, com isso, persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (THOMPSON, 1995, p. 82-83).

No caso no Contracto, ocorre o seguinte: o contrato como um todo vai construindo a cadeia de raciocínio que envolve as regras da imigração e dos direitos e deveres das partes envolvidas, como a Companhia, o Governo do Estado de São Paulo, os fazendeiros, os industriais, os imigrantes, suas famílias: a assinatura, a arregimentação de japoneses para a imigração no Japão, a viagem, a chegada, a colocação em lavouras cafeeiras e colônias agrícolas, os deveres. Com isso, a forma simbólica Imigração japonesa é criada para um determinado fim: resolver o problema de falta de mão de obra nas lavouras, e a regulamentação e a defesa dos interesses de uma das elites dominantes à época, os fazendeiros. Esse contrato legitima as relações sociais e comerciais entre os envolvidos.

A reportagem *Os japonezes em São Paulo*, de Sobral, constrói uma cadeia de raciocínio

de justificativa da vinda do “imigrante japonês”. Ele é uma voz que representa uma elite (os meios de comunicação de massa), a qual representa uma elite política a favor da imigração japonesa a fim de resolver o problema de falta de mão de obra, em um ambiente em que a posição eugenista e “branqueadora” da raça brasileira era muito forte e contrária à imigração japonesa conforme já discutido sobre a Imigração Japonesa nos idos do final do século XIX e início do século XX (aliás, por um bom tempo mais). Ainda de acordo com o discurso eugenista, seguiu a descrição da raça “exótica e inferior” do japonês (apesar de não utilizar esses termos), fazendo uma descrição detalhada dos imigrantes. Contudo, a fim de construir a forma simbólica “imigrante japonês – limpo, trabalhador, respeitoso, calmo”, o autor Sobral desenvolve toda uma cadeia de raciocínio no decorrer da reportagem, com a apropriação da interdiscursividade de diferentes ordens do discurso, a fim de legitimar o seu pensamento final: “A raça é muito diferente, mas não é inferior. Não façamos, antes do tempo, juízos temerários a respeito da acção do japonês no trabalho nacional”.

Quanto ao Contracto e, principalmente, ao Decreto-Lei nº 4.166/42, eles podem ser caracterizados pelos seus formatos e gênero como sendo os de fundamentos racionais, pois apelam à sua legalidade. Verifica-se ainda, no Decreto-Lei no. 4.166/42, o traço dos Estados modernos segundo Bauman (2011): por meio da narrativa, o Estado de Getúlio Vargas trabalha os conceitos de incerteza e de vulnerabilidade humanas como cimentos do seu poder político. Com o medo e a angústia gerados, ele promete proteger brasileiros, conseguindo a obediência e o apoio político e eleitoral, legitimando as suas ações.

Na análise da reportagem *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, levantou-se que a ideologia nesses trechos é a construção da forma simbólica que o imigrante japonês, ora designado como “súdito japonês”, e seus familiares são tratados com todo o respeito e que o Governo, por meio de todas as suas instituições legais, tomava as devidas providências a fim de que a remoção ocorresse na mais perfeita “ordem, com carinho, respeito da forma mais justa”. Isso parece as notícias que lemos e ouvimos diariamente hoje a respeito da “defesa legal dos direitos dos cidadãos”, por meio dos diversos discursos, como o político, o midiático, o cotidiano.

Na análise da ideologia pelo modo de operação da ideologia Legitimação, comprovou-se a construção coletiva de explicação e de raciocínios sobre o imigrante japonês com função institucional para dar suporte a uma ordem social particular, legitimando o discurso governamental de nacionalização do Governo Getúlio Vargas e as ações políticas decretadas. Ocorreu aqui o que Pardo Abril (2011) alerta sobre o processo de legitimação atribuir validade

cognitiva aos significados sociais de que dispõe uma comunidade. Ocorreram a legitimação e a construção de valores, crenças e saberes sobre o imigrante japonês nos dois períodos estudados (1907-1908 e Segunda Guerra Mundial) para normatizar e legitimar ações individuais e coletivas. A título de ilustração, eu trouxe algumas imagens de processos do acervo do DEOPS/SP, sob a guarda do Arquivo do Estado de São Paulo (TAKEUCHI, 2002) no Capítulo 4 – História – Imigração – Imigração Japonesa.

6.6.1.2 Legitimação - Universalização

A outra estratégia do modo de operação da ideologia Legitimação é a Universalização, que se baseia em tentar tornar universais os interesses (particulares, individuais) de alguns indivíduos.

Baseando-me neste quadro, pretendo refletir sobre o consenso como meio e como regulador pelos quais o alinhamento (equalização) necessário entre poder e consentimento é obtido. Os meios de comunicação de massa, a elite dominante, o Estado e outras instituições buscam moldar o consenso da maioria a fim de enquadrá-lo à vontade dos poderosos, então, os interesses particulares (de classes) podem ser representados como idênticos à vontade consensual do povo. Apresento, a seguir, o Quadro nº 56 - Modo de operação Legitimação - Universalização - Thompson, categoria analítica que tem como objetivo desvelar como ou quando os interesses de classes ou de determinada instituição passam a ser defendidos como os interesses de todos.

Quadro nº 56 - Modo de operação Legitimação - Universalização – Thompson

CONTRACTO – 10/11/1907
1ª. – A Companhia obriga-se a angariar e transportar do Japão a Santos 3.000 imigrantes japonezes, agricultores, constituídos em famílias compostas de 3 até 10 pessoas aptas para o trabalho da lavoura, considerando-se aptas para esse trabalho os homens ou mulheres de 12 até 45 anos de idade.
2ª. – Poderão ser recebidos pelo Governo imigrantes extranhos à profissão agrícola, taes como pedreiros, carpinteiros ou ferreiros, comtanto que não excedam a 5% do total a introduzir no Estado.
6ª. – Do preço a que se refere a clausula antecedentes, lbs. 4-0-0 para os imigrantes de mais de 12 annos, lbs. 2-0-0 para os mais de 7 annos até 12 e de lbs. 1-0-0 para os de mais de 3 annos até 7, serão restituídas ao Governo pelo fazendeiro, em cuja propriedade agrícola se localizarem os imigrantes ao sahirem da Hospedaria.
7ª. – Fica salvo ao fazendeiro o direito de descontar nos salários dos respectivos

immigrantes, a importância que tiver restituído ao Governo, na fôrma da clausula antecedente, ficando a este a faculdade de cobrar dos immigrants que se tiverem localizado nos núcleos coloniaes, juntamente com o preço do lote occupado, as importâncias a que se refere a clausula 6ª.

9ª. – Os immigrants serão collocados na lavoura cafeeira ou em núcleos coloniaes.

11ª. – Os immigrants não poderão obter lotes em núcleos coloniaes, enquanto não tiverem feito, pelos menos, a primeira colheita nas fazendas em que se tiverem collocado à sua chegada, e enquanto não estejam “quites” nas mesmas fazendas, ou outras em que se tenham collocado.

Interesses de fazendeiros servem aos interesses de todos

Os japonezes em São Paulo

Todo o individuo de mais de doze annos traz já as mãos callejadas, signal evidente de trabalho habitual

Pelas cifras supra, vê-se que, das 781, só 16 pessoas não são de trabalho, sendo, portanto, 2 por cento os não trabalhadores, e esta insignificante porcentagem não é constituída por velhos ou pessoas invalidas, mas por crianças que amanhã serão optimos elementos de trabalho.

Si esta gente, que é toda de trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veiu pela imigração gente tão assejada), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonez um elemento de producção que nada deixará a desejar.

A raça é muito differente, mas não é inferior. Não façamos, antes do tempo, juízos temerários a respeito da acção do japonez no trabalho nacional.

Decreto-Lei nº 4.166/42

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da attribuição que lhe confere o artigo 180, combinado com o artigo 166, § 2º da Constituição

CONSIDERANDO que, nas condições da guerra moderna, as populações civis se acham estreitamente ligadas à sorte das armas e que a sua actividade é, mais do que em qualquer outra época da história, um elemento determinante do êxito das operações de guerra;

DECRETA:

Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.

Art. 3º O produto dos bens em depósito servirá de garantia ao pagamento de indenizações devidas pelos atos de agressão a que se refere o artigo 1º, caso o governo responsável não as satisfaça cabalmente.

Art. 11. Passam à administração do Governo Federal os bens das pessoas jurídicas de direito público que praticarem atos de agressão a que se refere o artigo 1º desta lei, bem como dos seus súditos, pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas no estrangeiro e que, não estejam na posse de brasileiros.

Parágrafo único. Os bens das sociedades culturais e recreativas formadas de alemães, japoneses e italianos poderão ser utilizados, no interesse público, com autorização do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães

A medida adotada pelo major Vieira de Melo, superintendente da Ordem Pública e Social, quanto à imediata transferência de súditos japoneses e alemães para a capital e subsequente distribuição para o interior do Estado, processa-se em nossa cidade com plena regularidade, esforçando-se a polícia para a perfeita execução dessa providência inédita no país e que não revela qualquer ato de punição, mas inspirada nos altos interesses de segurança nacional

ORDEM E DISCIPLINA

Todos os detalhes de transferência desses estrangeiros decorreram sem atropelo, em ambiente de tranqüilidade e de respeito, não se registrando qualquer incidente. Aliás, os investigadores encarregados do serviço agem ponderadamente, evitando qualquer constrangimento aos estrangeiros.

NA HOSPEDARIA DA IMIGRAÇÃO

São Paulo, 9 (Da Sucursal) – Continuam a chegar a esta capital os súditos japoneses e alemães que residiam em Santos e na região do litoral sul e norte do Estado. Durante o dia de ontem, em dois trens especiais, chegaram ao edifício da Imigração 1549 nipônicos e alemães, aqueles em maior parte.

Após o competente registro, os estrangeiros são conduzidos aos alojamentos, onde há limpeza e conforto. A alimentação é farta e saborosa.

Há cerca de 4000 japoneses e alemães recolhidos à Imigração

REMESSA PARA O INTERIOR DO ESTADO

A remessa de nipônicos e alemães para o interior do Estado começou na noite de hoje. Não serão removidos para cidades onde exista quartel do Exército, sendo, porém, as demais localidades de livre escolha. As famílias que não dispõem de recursos serão encaminhadas aos prefeitos municipais e terão toda a assistência até normalizar a situação particular de cada um.

Fonte: autoria da autora

Verificam-se, no presente quadro, situações em que um interesse particular ou de um grupo de pessoas ou de classes passa a ser o “interesse geral” e o “interesse dominante”.

No início da imigração japonesa, nos dois textos da época, os interesses dos **fazendeiros e dos industriais**, mas quase que exclusivamente dos fazendeiros, são defendidos pelas entidades envolvidas e de diversas formas presentes nas cláusulas contratuais do Contracto. No caso, temos os interesses dos fazendeiros que se tornam os interesses da nação (**Governo do Estado de São Paulo, União, Tesouro**) e toda a máquina administrativa tem interesse em apoiá-los. No caso dos imigrantes, há o **interesse da Companhia e dos imigrantes defendidos pela Companhia Imperial da Imigração**.

No período da Segunda Guerra Mundial, o interesse “dominante” passa a ser o de proteção das **populações civis, do Estado Brasileiro** quanto às ações **praticadas pela Alemanha, pelo Japão e pela Itália.**

Para Thompson (1995), o modo de operação da ideologia Legitimação – Universalização permite-nos verificar o caráter de certa flexibilização do acordo, que está presente em vários artigos do Contracto de 1907, conforme se verifica no Quadro seguinte.

Quadro nº 57 - Modo de operação Legitimação - Universalização – Flexibilização – Thompson

CONTRACTO – 10/11/1907
2 ^a . – Poderão ser recebidos pelo Governo immigrants extranhos à profissão agrícola, taes como pedreiros, carpinteiros ou ferreiros, comtanto que não excedam a 5% do total a introduzir no Estado.(Fechamento)
4 ^a . – À medida que for sendo realizada a introdução de cada leva, ficará, tanto ao Governo com á Companhia, o direito de desistência do presente contracto.
7 ^a . – Fica salvo ao fazendeiro o direito de descontar nos salários dos respectivos immigrants, a importância que tiver restituído ao Governo, na fôma da clausula antecedente, ficando a este a facultade de cobrar dos immigrants que se tiverem localizado nos núcleos coloniaes, juntamente com o preço do lote occupado, as importâncias a que se refere a clausula 6 ^a ..
13 ^a . – A Companhia obriga-se:
§ 2 ^o . – A facultar ao Governo em cada vapor empregado no transporte de immigrants, até seis passagens de primeira classe, de ida e volta, de Santos até o Japão.

Fonte: autoria da autora

Já no caso do Decreto-Lei nº 4.166/42, o objetivo é assegurar o consentimento da Nação ao Estado. Portanto, necessita-se do consentimento da nação para a sua legitimação social, pois a legitimação formal ele já o tem pelo formato do texto, um decreto-lei. É importante ressaltar que a sanção do Decreto-Lei ocorreu em um contexto de várias medidas restritivas que já ocorriam no Governo de Getúlio Vargas (1930-1945) conforme apresentado no Capítulo 5 – Viagem da e pela mídia.

Quanto à reportagem *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, não podemos nos esquecer de que se vive um período de ditadura, em que a independência e a imparcialidade da mídia estavam muito restritas e restringidas pelo Governo e pelo sistema política ora dominante, conforme apresentado também no Capítulo 5 – Viagem da e pela mídia. Assim, os meios de comunicação de massa estavam dentro de um campo de força em que os interesses sociais

dominantes eram representados no/pelo interior do Estado Novo do Governo de Getúlio Vargas.

6.6.1.3 Legitimação - Narrativização

A terceira estratégia do modo de operação da ideologia Legitimação é a Narrativização. A sua análise não se dará por partes dos textos, pois ela ocorre ao longo do texto. A Legitimação pela Narrativização ocorre por “histórias contadas ao longo do tempo para justificar o exercício de poder por aqueles que o possuem e serve, também, para justificar, diante dos outros, o fato de que eles não têm poder” (THOMPSON, 1995, P. 83). Pelos quatro textos, verificam-se textos narrativos que criam a ideologia de que as ações e decisões tomadas estão corretas e legais.

Segundo esse autor, “pelo fato de contar histórias e de recebê-las contadas por outros (escutando, lendo, olhando), podemos ser envolvidos em um processo simbólico que pode servir, em certas circunstâncias, para criar e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 1995, p. 83). No início da imigração japonesa, já havia a forma simbólica de “raça inferior da raça japonesa” criada pela ideologia eugenista europeia e incorporada pela ideologia dominante no Brasil, dificultando as negociações para o início da imigração japonesa. Tal ideologia perdurou por décadas e propiciou a retratação do imigrante japonês como o “perigo amarelo”.

E isso também está muito presente nos textos referentes à Segunda Guerra Mundial, de dois momentos diferentes, um de março de 1942 e outro de julho de 1943, em que se criou, ao longo do tempo, a forma simbólica do imigrante japonês como inimigo (independente do tempo que já estava no Brasil) e criou a ideologia de perigo do imigrante japonês e de seus familiares, mesmo as crianças. Essa narratividade legitimou as ações tomadas: retirada em 24 horas. Conforme Takeuchi (2002), famílias foram separadas, como o caso da família Takeuti, de Santos. Os pais foram separados dos filhos por serem “súditos japoneses” em julho de 1943, deixando filhos com a idade de 10, 13, 17, 18, 19, 21 e 27 anos sob os cuidados da irmã mais velha, a maioria menores de idade. Um dos filhos solicitou o retorno da mãe à cidade de Santos, pois havia um filho gravemente doente, conforme o requerimento de transferência, de 10 de outubro de 1945, e havia filhos que necessitavam de sua direção e de sua companhia.

Apesar de os filhos serem brasileiros e a mãe nunca ter se envolvido com assuntos políticos, vivendo exclusivamente para os filhos e família, teve o seu pedido negado, pois o Delegado-Chefe do Serviço de Salvo-condutos alegou que os filhos de Miya Takeuti tinham 29, 23, 21, 20, 19, 15 e 12 anos. Foram os seguintes os termos:

Esses pedidos foram indeferidos pelo Delegado Auxiliar, à vista do parecer de V.Sa. que se manifestou a respeito com as seguintes palavras: “Não resolve a situação a vinda da

requerente, porquanto seja casada, tem de se separar do marido. Somos contrários à mudança” (TAKEUCHI, 2002, p. 43).

E essas palavras foram enviadas ao Delegado de Ordem Política e Social de Santos, Delegacia da 7ª. Divisão Policial, Santos, em 9 de março de 1944, e constam do Prontário 15.278 – Paulo Tomio Takeuti.

Tal estratégia de narrativização foi utilizada ao longo dos anos, o que legitimou todas as ações tomadas e reforçou a ideologia de “inimigo”, de “perigo amarelo”, podendo-se e devendo-se tomar todas as atitudes “necessárias” para a defesa de todos, brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil. E quando se fala em estrangeiros, são desconsiderados os alemães, italianos e japoneses. Durante a pesquisa, levantei um dado interessante: o japonês à época foi o único que não conseguiu se proteger por meios “judiciais”. Outro ponto, as determinações não atingiram tão duramente a comunidade italiana conforme se verifica na notícia de julho de 1943, em que os estrangeiros e familiares removidos foram os súditos alemães e japoneses. Mais outros pontos que se levantam na reportagem *Mais de 1500 súditos japoneses e alemães*: a maioria dos alemães movimentou-se “às suas expensas” e “.... o elemento amarelo”.

Podemos também identificar a Legitimação com a estratégia da Narrativização pelo formato do texto, diferente ao de leis ou decretos, como uma narrativa que formaliza as relações sociais, do ponto de vista econômico e da vida privada das imigrantes japoneses (responsabilidade pela dívida do chefe de família, moradia, pagamento, número de membros da família, entre os imigrantes, os fazendeiros, a Companhia, o Estado e a União).

6.6.2 Legitimação legal

Quanto às leis, considero pertinente trazer o pensamento de Bauman (2005a) de que a lei existe no espaço ordenado após o caos, a desordem e a anarquia, governado pela norma que tem essa denominação à medida que proíbe e exclui do domínio do permitido os atos autorizados se não fosse a presença da lei. Com a retirada da lei, ocorre a anarquia. E a presença da lei cria “uma categoria universal de marginalizados; excluídos, e o direito de estabelecer um ‘fora dos limites’, fornecendo assim o lugar de despejo dos que foram excluídos, reciclados em refúgio humano” (BAUMAN 2005a, p. 26)”. Ocorre, assim, a exclusão legitimada, que limita a preocupação dos Outros com o marginalizado/excluído para mantê-los fora do domínio governado pela norma que ela mesma circunscreveu. Leis por si só são textos que legitimam as relações de dominação, pois sua função é a de legalizar as relações entre pessoas e entidades,

portanto, são dignas de apoio, estando caracterizadas pelo fundamento racional de Weber (THOMPSON, 1995, p. 82), aquele que apela à legalidade das regras. Considero que o Contracto e o Decreto-Lei nº 4.166/42 possibilitaram a exclusão legitimada dos “súditos japoneses” e seus familiares por muito tempo.

Ainda, no caso do Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, trata-se de um texto já naturalmente legitimado em virtude de fundamento racional, o que faz apelo à legalidade das regras, conforme os trechos a seguir: **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, combinado com o artigo 166, § 2º da Constituição, ... DECRETA:.**

6.6.3 Dissimulação

O segundo modo de operação da ideologia é a Dissimulação, em que as relações de dominação são sustentadas e estabelecidas por serem ocultadas, negadas ou obscurecidas. Isso pode também ocorrer ao serem representadas de uma forma que desvie a atenção do leitor ou ao passarem por cima de relações e processos existentes. Ele ocorre por meio de três estratégias: Deslocamento, Eufemização e Tropo. Passo à sua análise.

6.6.3.1 Dissimulação – Deslocamento

Quadro nº 58 - Modo de operação Dissimulação - Deslocamento – Thompson

CONTRACTO – 10/11/1907

Os japonezes em São Paulo
<p>Dos introduzidos pela companhia (781) 532 sabem ler e escrever, isto é, 68 por cento, sendo necessário notar que, dos 249 tidos como analfabetos, muitos delles sabem ler mal e escrever um pouco. Na realidade, os analfabetos, empregando esta palavra na sua accepção literal, não chegam a 100, o que eleva muito aquella porcentagem.</p> <p>Estavam todos, homens e mulheres, vestidos à europea: elles de chapéu ou bonet, e ellas de sáia e camizeta pegada à sáia, apertada na cintura por um cinto, e de chapéu de senhora, um chapéu simples, o mais simples que se pode conceber, preso na cabeça por um elástico e ornado com um grampo. Os penteados fazem lembrar-nos os que temos visto em pinturas japonezas, mas sem os grampos colossaes que as mesmas pinturas nos apresentam.</p> <p>Alguns dos homens foram soldados na última guerra (russo-japoneza), e traziam ao peito as suas condecorações.</p> <p>Um delles trazia três medalhas, uma das quaes de ouro, por actos de heroísmo</p>

As **suas roupas européas** foram todas adquiridas no Japão e ali confeccionadas nas grandes fabricas japonezas. A **vestimenta européa** conquista terreno no império do sol nascente. ... As mulheres calçavam **luvas brancas de algodão**.

perfeitamente em harmonia com a **gravata** que todos usam

De roupas japonezas, só vi um kimôninho pintalgado numa criança de collo.

Decreto-Lei nº 4.166/42

CONSIDERANDO que **atos de guerra** são praticados **contra o continente americano**;

CONSIDERANDO que, **assumindo solenemente a obrigação de reparar o dano causado** por esse ato o Governo alemão até hoje **não cumpriu esse compromisso**;

CONSIDERANDO que tais atos constituem **uma agressão não provocada** de que resultam **ameaça à navegação brasileira e prejuízo direto a interesses vitais do Brasil**;

CONSIDERANDO que as informações que possui o Governo denotam que a **responsabilidade dos atentados deve ser atribuída às forças armadas alemãs**, mas que, por outro lado, a **aliança, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália**, torna estas potências necessariamente **solidárias na agressão**;

Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães

MAIS DE 1500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES FORAM REMOVIDOS, ONTEM, PARA A CAPITAL.

PRATICAMENTE NÃO HÁ MAIS SÚDITOS DO JAPÃO E DA ALEMANHA EM NOSSA CIDADE

A medida adotada pelo major Vieira de Melo, superintendente da Ordem Pública e Social, (...) esforçando-se a polícia para a perfeita execução dessa providência inédita no país e que não **revela qualquer ato de punição**, mas **inspirada nos altos interesses de segurança nacional**.

E os japoneses, em número consideravelmente maior, também já foram **expurgados**, em sua maioria, havendo, entretanto, milhares deles residentes na larga faixa litorânea que **ainda aguardam embarque nos seus centros domiciliares**. Todos, porém, já foram **notificados** de maneira que dentro de poucas horas **todo o litoral estará varrido dos súditos nipônicos**.

As 10 horas de ontem, em **composição especial** da Inglesa, foram **embarcados** para a capital 775 súditos japoneses e alemães, aqueles em número extraordinariamente maior. **Seus documentos de identidade são recolhidos pelas autoridades policiais encarregadas de sua custódia**, recebendo-os posteriormente, depois do registro na **Hospedaria de Imigração**.

REMESSA PARA O INTERIOR DO ESTADO

A **remessa de nipônicos e alemães** para o interior do Estado começou na noite de hoje. **Não serão removidos para cidades onde exista quartel do Exército**, sendo, porém, as demais localidades de livre escolha.

Fonte: autoria da autora

A estratégia de Deslocamento do modo de operação da ideologia Dissimulação ocorre quando um termo costumeiramente usado para se referir a objeto ou à pessoa é utilizado

referenciando-se a outro objeto e, assim, transferem-se a este as conotações positivas ou negativas.

No caso do *Contracto*, não há casos explícitos de modo de operação da ideologia Dissimulação – Deslocamento por se tratar de um instrumento jurídico, em que se deve diminuir o máximo entendimentos ocultados, negados ou obscurecidos.

Quanto à reportagem *Os japonezes em São Paulo*, chama a atenção da presença da ideologia eugenista europeia por meio da preocupação em se vestir à moda “europeia” (**vestidos à europeia, chapéu e bonet, chapéu de senhora**) e em mostrar que o Japão já estava se transformando, como em **A vestimenta européa conquista terreno no império do sol nascente**. Esse cenário é reforçado pelo uso de **luvas brancas de algodão**. Também em 1907, verifica-se o deslocamento da conotação positiva do imigrante japonês portar **condecorações, medalha de ouro com atos de heroísmos**. Soma-se a isso serem alfabetizados na sua grande maioria (**532 sabem ler e escrever**) e tem-se uma conotação positiva da representação social do imigrante japonês.

Já na Segunda Guerra Mundial, nos dois textos analisados, transfere-se a conotação negativa de inimigo à imagem do imigrante japonês. No Decreto-Lei nº 4.166, de 11/03/1942, apesar de ser um texto legislativo e judiciário, reforça-se a imagem de “perigoso”, “desonesto”, “agressor”, “inimigo”, com a conotação negativa dos países do Eixo (**atos de guerra...contra o continente americano, uma agressão não provocada, prejuízo direto a interesses vitais do Brasil**).

Na reportagem *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, por meio de seleção de vocabulário, para o imigrante japonês, também há a conotação negativa de “inimigo”, “perigoso” e de “Imigrante”, o “Outro: **expurgados, notificados, composição especial, documentos de identidade são recolhidos pelas autoridades policiais encarregados de sua custódia, não serão removidos para cidades onde exista quartel do Exército**. Logo, deve ser banido e, assim, **todo o litoral estará varrido dos súditos japoneses**. Aqui, temos o termo “varrer”, que tem o sentido de limpar a sujeira.

E nos dois textos da Segunda Guerra Mundial, temos a conotação altamente positiva das ações adotadas e do Governo Brasileiro pelos seguintes termos: no Decreto-Lei nº 4.166/42: **o Brasil respeitava, com a máxima exatidão e lealdade, indenização devida por atos de agressão**; no *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*: **esforçando-se a polícia para a perfeita execução dessa providência inédita... não revela qualquer ato de punição; detalhes de transferência desses estrangeiros decorreram sem atropelo, em ambiente de**

tranquilidade e de respeito, agem ponderadamente.

A ideologia presente nos textos da Segunda Guerra Mundial é: o Governo brasileiro, apesar de agredido, pensando na proteção dos interesses dos brasileiros e da vida dos brasileiros e dos outros estrangeiros que aqui viviam, adota medidas necessárias.

6.6.3.2 Dissimulação – Eufemização

Quadro nº 59 - Modo de operação Dissimulação - Eufemização – Thompson

CONTRACTO – 10/11/1907
<p>9ª. – Os immigrants serão colocados na lavoura cafeeira ou em núcleos coloniaes.</p> <p>§ 1º. – Aos que se collocarem na lavoura cafeeira, serão fornecidas casas eguais às que costumam ser facultadas aos immigrants europeus.</p> <p>§ 2º. – O preço da colheita será de 450 a 500 réis por alqueire de 50 litros; e os serviços extraordinários serão pagos à razão de 2\$000 a 2\$500 réis por dia.</p> <p>§ 3º. – Para a localização dos immigrants japonezes em nucleos coloniaes, o Governo fundará os núcleos que forem necessários, à margem da Estrada de Ferro Central do Brazil.</p> <p>§ 4º. – Nesses núcleos os lotes variarão de 10 a 15 hectares, conforme o numero de pessoas da familia, não excedendo o preço da terra de 40\$000 réis o hectare.</p> <p>10ª. – O Governo fornecerá gratuitamente o alojamento dos immigrants no primeiro anno do seu estabelecimento no núcleo colonial, devendo as demais condições de localização obedecer ao disposto no regulamento federal, reservando-se o Governo o direito de haver da União os auxílios promettidos à colonização.</p> <p>11ª. – Os immigrants não poderão obter lotes em núcleos coloniaes, emquanto não tiverem feito, pelos menos, a primeira colheita nas fazendas em que se tiverem collocado à sua chegada, e emquanto não estejam “quites” nas mesmas fazendas, ou outras em que se tenham collocado.</p>
Os japonezes em São Paulo

Decreto-Lei nº 4.166/42
<p>Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil.</p> <p>CONSIDERANDO que, ao passo que o Brasil respeitava, com a máxima exatidão e lealdade, as regras de neutralidade universalmente aceitas no direito internacional, o navio brasileiro "Taubaté" foi atacado, no mar Mediterrâneo, por forças de guerra da Alemanha;</p> <p>CONSIDERANDO que, após a conjugação dos esforços das Repúblicas americanas para a defesa da sua soberania, da sua integridade territorial e dos seus interesses econômicos, unidades desarmadas da marinha mercante brasileira, viajando com fins</p>

de comércio pacífico, foram atacadas e afundadas com infração de normas jurídicas consagradas;

Dispõe sobre as **indenizações devidas** por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil.

CONSIDERANDO que, durante mais de um século, o **Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados, uma íntima participação na sua economia;**

Art. 1º **Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo** que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.

Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães

esforçando-se a polícia para a perfeita execução dessa providência inédita no país e que **não revela qualquer ato de punição**, mas inspirada nos altos interesses de segurança nacional.

ORDEM E DISCIPLINA

Todos os detalhes de transferência desses estrangeiros decorreram sem atropelo, em ambiente de tranqüilidade e de respeito, não se registrando qualquer incidente. Aliás, os investigadores **encarregados do serviço agem ponderadamente, evitando qualquer constrangimento** aos estrangeiros.

Após o competente registro, os estrangeiros são conduzidos aos alojamentos, **onde há limpeza e conforto. A alimentação é farta e saborosa.**

Esses estrangeiros, quando perguntados qual a cidade em que pretendem continuar suas atividades, optam impreterivelmente pela capital. Entretanto, **o critério adotado parece ser dos mais justos**, porquanto cada pessoa ou família é **destinada a uma cidade apropriada para o desenvolvimento da profissão de seu chefe.**

Os médicos providenciaram imediatamente o isolamento desses enfermos, **os quais estão sendo cuidado com todo o carinho profissional.**

As famílias que **não dispõem de recursos serão encaminhadas aos prefeitos municipais e terão toda a assistência até normalizar** a situação particular de cada um.

Fonte: autoria da autora

O modo de operação da ideologia Dissimulação também se dá pela estratégia da Eufemização, processo de atribuir conotação positiva a ações, a instituições ou a relações sociais, associando-se a eles uma valoração positiva.

Segundo Richardson (2007, p. 134), as “práticas ideológicas justificam, amenizam e (na análise final) naturalizam as contradições e a exploração das sociedades capitalistas”, trabalhando, por meio de signos e da circulação das ideias, representações e retratos da realidade social em prol (nem sempre, mas em grande parte dos momentos) dos interesses da classe dominante. E aí temos o jornalismo mediando a ideologia da classe dominante por meio de seu

conteúdo. Isso se confirma na análise em três dos quatro textos apresentados, nos quais há a defesa dos interesses dos fazendeiros, do Estado de São Paulo, da Companhia Imperial de Integração de Tokio, da riqueza paulista, do trabalho nacional, da segurança nacional, da União e de outras entidades e órgãos. No Quadro nº 59, nota-se a eufemização dos agentes sociais das classes dominantes e do Estado e das ações por eles executadas, tudo em prol da defesa dos seus interesses e da defesa e proteção do povo e do território brasileiros, portanto, justificando-os e amenizando-os, fomentando-se, portanto, as relações de dominação.

Segundo o Contracto, aos imigrantes serão **fornechas casas eguais às que costumam ser facultadas aos immigrants europeus, os serviços extraordinários serão pagos à razão de 2\$000 a 2\$500 réis por dia; para a localização dos immigrants japonezes em nucleos colonias, o Governo fundará os núcleos que forem necessários, à margem da Estrada de Ferro Central do Brazil; O Governo fornecerá gratuitamente o alojamento dos immigrants no primeiro anno do seu estabelecimento no núcleo colonial.** Esse era o teor do contrato assinado pelos imigrantes japoneses e não foi isso o que eles encontraram na sua chegada às fazendas e nos primeiros anos de vida no Brasil, conforme citado no Capítulo 4 – História – Imigração – Imigração Japonesa

Nos textos de 1942 e 1943, verifica-se a utilização da eufemização para justificar os interesses da classe dominante, no caso, o Governo Getúlio Vargas: no Decreto-Lei nº 4.166/42, temos **Brasil respeitava, com a máxima exatidão e lealdade, as regras de neutralidade universalmente aceitas no direito internacional; após a conjugação dos esforços das Repúblicas americanas para a defesa da sua soberania, da sua integridade territorial e dos seus interesses econômicos, indenizações devidas.** No *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, a eufemização ocorre em vários trechos, como **Após o competente registro, os estrangeiros são conduzidos aos alojamentos, onde há limpeza e conforto. A alimentação é farta e saborosa; o critério adotado parece ser dos mais justos, porquanto cada pessoa ou família é destinada a uma cidade apropriada para o desenvolvimento da profissão de seu chefe; ...os quais estão sendo cuidado com todo o carinho profissional.**

6.6.3.3 Dissimulação - Tropo

A terceira estratégia do modo de operação da ideologia Dissimulação é o Tropo, em que ocorre o uso figurativo da linguagem ou de formas simbólicas para a dissimulação de relações sociais, que pode ocorrer pela Sinédoque, Metonímia e Metáfora.

Quadro nº 60 - Modo de operação Dissimulação - Tropo – Thompson

CONTRACTO – 10/11/1907

Os japonezes em São Paulo
<p>...a riqueza paulista terá no japonês um elemento de produção que nada deixará a desejar.</p> <p>, juízos temerários a respeito da acção do japonês no trabalho nacional</p> <p>SINÉDOQUE: fazendeiros x sistema produtivo paulista x trabalho nacional</p>
Decreto-Lei nº 4.166 – 11/03/1942
<p>SINÉDOQUE– parte pelo todo ou todo pela parte</p> <p>CONSIDERANDO que as informações que possui o Governo denotam que a responsabilidade dos atentados deve ser atribuída às forças armadas alemãs, mas que, por outro lado, a aliança, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália, torna estas potências necessariamente solidárias na agressão;</p> <p>SINÉDOQUE: forças alemãs x Aliança do Eixo</p> <p>CONSIDERANDO que, durante mais de um século, o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados, uma íntima participação na sua economia;</p> <p>SINÉDOQUE: economia x Brasil</p> <p>Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.</p> <p>SINÉDOQUE: bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas e jurídicas x Alemanha, Japão e Itália</p> <p>METÁFORA</p> <p>Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil.</p> <p>Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas</p>

físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.

METÁFORA: Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas x responsabilidade pelos atos de agressão

Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães

MAIS DE 1500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES FORAM REMOVIDOS, ONTEM, PARA A CAPITAL.

PRATICAMENTE NÃO HÁ MAIS SÚDITOS DO JAPÃO E DA ALEMANHA EM NOSSA CIDADE

SINÉDOQUE: Súditos japoneses e alemães x Japão e Alemanha

A medida adotada pelo major Vieira de Melo, superintendente da Ordem Pública e Social, ...mas inspirada nos altos interesses de **segurança nacional**.

SINÉDOQUE: Autoridade policial x Brasil

METONÍMIA

A remoção de **japoneses** e alemães, iniciada anteontem, continuou durante o dia de ontem, quando foram embarcados para a capital nada menos de 1549 pessoas daquelas nacionalidades, predominando, entretanto, o **elemento amarelo**. ... Praticamente, não há mais alemães na cidade. E os japoneses, em número consideravelmente maior, também já foram **expurgados**, em sua maioria, havendo, entretanto, milhares deles residentes na larga faixa litorânea que ainda aguardam embarque nos seus centros domiciliares. Todos, porém, já foram **notificados** de maneira que dentro de poucas horas **todo o litoral estará varrido dos súditos nipônicos**.

METONÍMIA: Elemento amarelo x Japão x súdito japonês x imigrante japonês x inimigo x limpeza do litoral.

Fonte: autoria da autora

A estratégia Dissimiluação – Trope – Sinédoque é a junção semântica da parte e do todo, ou seja, usar a parte para se referir ao todo ou vice-versa. Nos textos analisados, temos exemplos significativos do uso dessa estratégia para se criar essa junção, como nos exemplos seguintes:

- **fazendeiros x sistema produtivo paulista x trabalho nacional;**
- **economia x Brasil**
- **forças alemãs x Aliança do Eixo**
- **bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas e jurídicas x Alemanha, Japão e Itália**

- **major Vieira de Melo, superintendente da Ordem Pública e Social – Governo brasileiro;**

- **Súditos japoneses – Japão;**

- **Súditos alemães – Alemanha;**

- **Autoridade policial x Brasil.**

Segundo Thompson (1995, p. 84), essa “técnica pode dissimular relações sociais, por meio da confusão ou da inversão das relações entre coletividades e suas partes, entre grupos particulares e formações sociais e políticas mais amplas”. É o que se verifica quando termos genéricos foram usados para se referir a países criando vínculos que possibilitaram medidas que afetaram as vidas dos imigrantes ligadas aos países do Eixo, na Segunda Guerra Mundial, e no início da Imigração japonesa ao se criar o vínculo entre os fazendeiros como representantes do Brasil.

Outra estratégia do modo de operação da ideologia Dissimulação – Tropo é a Metonímia, em que ocorre o uso de um termo que ocupa o lugar de um atributo de uma coisa como se fosse a própria coisa. Há um caso de Metonímia, que ocorreu no texto *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães: elemento amarelo x Japão x súdito japonês x imigrante japonês x inimigo x limpeza do litoral*. Apesar de não haver características relacionadas, ser imigrante japonês passou a ser soldado do Japão e, portanto, inimigo. O que se verifica aqui é a construção semântica ao longo do tempo não presente em um dicionário da palavra “súdito”: a de inimigo por meio da metonímia.

A terceira estratégia do modo de operação da ideologia Dissimulação – Tropo é a Metáfora, que é a aplicação de um termo ou frase a um objeto ou ação à qual ele, literalmente, não pode ser aplicada. Localizei a seguinte no Decreto-Lei nº 4.166/42: **os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas x responsabilidade pelos atos de agressão**. Concordo com Thompson (1995) que expressões metafóricas levantam uma tensão dentro de uma sentença pela combinação de termos extraídos de campos semânticos diferentes, tensão essa que, se bem sucedida, gera um sentido novo e duradouro. Dessa forma, ela dissimula relações sociais por meio de sua representação, ou da representação de indivíduo e de grupos nelas implicados, como possuidores de características que eles, literalmente, não possuem, acentuando, com isso, certas características às custas de outras e impondo sobre eles um sentido positivo ou negativo, que, no caso, foi o caráter negativo.

Verifico, pela análise do modo de operação da ideologia Dissimulação nos textos da pesquisa, que ele foi utilizado para mobilizar a sociedade nos contextos de 1907-1908 e da

Segunda Guerra Mundial em torno da representação do imigrante japonês como “raça inferior” e como “inimigo” para sustentar e reproduzir inúmeras relações de dominação, não somente a do Estado, mas também em diferentes níveis da sociedade.

6.6.4 Unificação

O terceiro modo de operação da ideologia é a Unificação, que consiste em unir os indivíduos por meio de uma forma simbólica de unidade que interliga as suas identidades em uma identidade coletiva, tornando-os parte de uma unidade da qual não necessariamente fazem parte, mas da qual passam a acreditar que participam. Ele pode ocorrer pelas estratégias da Estandarização ou Padronização e da Simbolização da Unidade.

6.6.4.1 Unificação – Simbolização da Unidade

Quadro nº 61 - Modo de operação Unificação – Simbolização da Unidade – Thompson

CONTRACTO – 10/11/1907
7ª. – Fica salvo ao fazendeiro o direito de descontar nos salários dos respectivos imigrantes, a importância que tiver restituído ao Governo, na fôrma da clausula antecedente, ficando a este a faculdade de cobrar dos imigrantes que se tiverem localizado nos núcleos coloniaes, juntamente com o preço do lote occupado, as importâncias a que se refere a clausula 6ª. A responsabilidade pelo pagamento dessas importâncias pertencerá a todos os membros de cada família, as quaes serão collectivamente responsáveis pelo debito dos respectivos chefes.
Os japonezes em São Paulo
Estes 781 japonezes agora introduzidos agrupam-se em 164 familias, sendo cada família constituída, em média, por 4,5 individuos. São poucos os individuos que vieram avulsos (37), isto é, não fazendo parte de famílias.
Decreto-Lei nº 4.166/42
CONSIDERANDO que as informações que possui o Governo denotam que a responsabilidade dos atentados deve ser atribuída às forças armadas alemãs, mas que, por outro lado, a aliança, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália, torna estas potências necessariamente solidárias na agressão; CONSIDERANDO que, durante mais de um século, o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados, uma íntima participação na sua economia; Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro,

e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.

§ 1º O depósito a que se refere este artigo será da totalidade, quando se tratar de obrigação do Governo Brasileiro para com súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 10. Os súditos alemães, japoneses e italianos não poderão recusar doações, heranças ou legados não onerosos.

Parágrafo único. Os bens das sociedades culturais e recreativas formadas de alemães, japoneses e italianos poderão ser utilizados, no interesse público, com autorização do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães

Súditos japoneses e alemães

Fonte: autoria da autora

A estratégia Simbolização da Unidade ocorre pela construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidos por meio de um grupo, ou pluralidade de grupos, e podem estar ligados à narrativização na medida em que símbolos da unidade podem ser uma parte integrante da narrativa das origens que conta uma história compartilhada e projeta um destino. Essa estratégia pode ocorrer não somente em estados-nação, mas também em pequenas organizações e grupos sociais mantidos agrupados, em parte, por um processo contínuo de unificação simbólica em que se cria uma identidade coletiva continuamente reafirmada. Segundo Thompson (1995), pode-se unir indivíduos de um modo em que, ao se suprirem as diferenças e divisões, a Simbolização da Unidade pode servir, em determinadas circunstâncias particulares para estabelecer e sustentar relações de dominação.

No Contracto, temos a forma simbólica “imigrantes japoneses” com o destino comum: o trabalho na lavoura, reforçando a dominação da então classe dominante, os fazendeiros. Nos textos do Decreto-Lei nº 4.166/42 e do *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, reforça-se a unidade dos súditos japoneses e alemães, com um destino comum: serem retirados e transferidos para lugares “seguros para a segurança nacional” e pagarem pelos prejuízos advindos de ações executados pelos países do Eixo, o que reforça a dominação do Estado do Governo de Getúlio Vargas. Não foram consideradas as diferenças possíveis entre os “súditos” e os países do Eixo e criou-se a forma simbólica de “inimigo” no nível simbólico comum.

6.6.4.2 Unificação – Estandarização ou Padronização

Quadro nº 62- Modo de operação Unificação – Estandarização ou Padronização – Thompson

CONTRACTO – 10/11/1907
<p>1ª. – A Companhia obriga-se a angariar e transportar do Japão a Santos 3.000 imigrantes japoneses, agricultores, constituídos em famílias compostas de 3 até 10 pessoas aptas para o trabalho da lavoura, considerando-se aptas para esse trabalho os homens ou mulheres de 12 até 45 annos de idade.</p> <p>2ª. – Poderão ser recebidos pelo Governo imigrantes extranhos à profissão agrícola, taes como pedreiros, carpinteiros ou ferreiros, comtanto que não excedam a 5% do total a introduzir no Estado.</p> <p>7ª. – Fica salvo ao fazendeiro o direito de descontar nos salários dos respectivos imigrantes, a importância que tiver restituído ao Governo, na fôma da clausula antecedente, ficando a este a faculdade de cobrar dos imigrantes que se tiverem localizado nos núcleos coloniaes, juntamente com o preço do lote occupado, as importâncias a que se refere a clausula 6ª.</p> <p>9ª. – Os imigrantes serão collocados na lavoura cafeeira ou em núcleos coloniaes.</p>
Os japonezes em São Paulo
<p>Todo o individuo de mais de doze annos traz já as mãos callejadas, signal evidente de trabalho habitual.</p> <p>Pelas cifras supra, vê-se que, das 781, só 16 pessoas não são de trabalho, sendo, portanto, 2 por cento os não trabalhadores, e esta insignificante porcentagem não é constituída por velhos ou pessoas invalidas, mas por crianças que amanhã serão optimos elementos de trabalho</p> <p>Vieram para S. Paulo no dia 19, desembarcando nesse mesmo dia do vapor que os trouxe. As suas camaras e mais accomodações apresentavam uma limpeza inexcedível</p> <p>Ao desembarcarem na Hospedaria de Immigrantes sahiram todos dos vagões na maior ordem e, depois de deixarem estes, não se viu no pavimento um só cuspe, uma casca de fructa, em summa, uma cousa qualquer que denotasse falta de asseio por parte de quem nelles veiu.</p> <p>Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável.</p> <p>Foram os próprios imigrantes que compravam as suas roupas, adquiridas com seu dinheiro, e só trouxeram roupa limpa, nova, causando impressão agradável. As mulheres calçavam luvas brancas de algodão.</p> <p>Têm feito as suas refeições sempre na melhor ordem</p> <p>No dia seguinte ao de sua chegada, foram todos vaccinados em duas horas,, apresentando todos, homens e mulheres, os braços à vacinação, sem reluctancia alguma nem pudores piegas. Nunca se vaccinou alli tanta gente, com tanta ordem, tanto silencio e tanta espontaneidade, no mesmo tempo. Muitissimos tinham sido já vaccinado e muito revaccinados</p>

<p>Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável.</p> <p>Foram os próprios immigrants que compravam as suas roupas, adquiridas com seu dinheiro, e só trouxeram roupa limpa, nova, causando impressão agradável. As mulheres calçavam luvas brancas de algodão.</p> <p>Têm feito as suas refeições sempre na melhor ordem</p> <p>São muito dóceis e sociáveis, tendo manifestado uma grande vontade de aprender a nossa língua, e no refeitório não deixam cair um grão de arroz ou uma colher de caldo.</p> <p>Têm nas suas mulheres a maior confiança</p> <p>São do maior asseio com o seu corpo, tomando repetidos banhos e trazendo sempre roupas limpas.</p> <p>um frasco de conservas, um de molho para temperar comida, um ou outra raiz medicinal, as indispensáveis e exquisitas travesseiras, pequeninas e altas, de madeira forrada de velludo ou de bambu fino, flexível; cobertores acolchoados, casacões contra o frio, ferramentas pequenas (por sinal que as de carpinteiro são muito diferentes das nossas), um ou dois livros, (cheios de garatujas, direi eu), uma caixa de papel para cartas, nankim para escrever, pausinhos (que podem ser de alumínio), para comer arroz,</p> <p>a alfândega não encontrou um único objecto nas condições de pagar imposto, embora a conferencia tenha sido feita com todo o rigor e durado quase dois dias inteiros.</p> <p>Os empregados da alfândega declaram que nunca viram gente que tenha, com tanta ordem e com tanta calma, assistido á conferencia de suas bagagens, e nem uma só vez foram apanhados em mentiras.</p> <p>Si esta gente, que é toda de trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veio pela imigração gente tão assejada), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonês um elemento de produção que nada deixará a desejar.</p>
Decreto-Lei nº 4.166/42

Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães
<p>predominando, entretanto, o elemento amarelo.</p> <p>Os japoneses – quase todos proprietários de chácaras – expuseram a venda quase tudo quanto possuíam. Vendiam a qualquer preço, pois não havia tempo para regateamento. Sabe-se de um deles que, para se desfazer de sua chácara em Santa Maria, vendeu três porcos, uma carroça e um muar pela quantia de mil cruzeiros. E galinhas? Essas foram vendidas a três e dois cruzeiros a cabeça.</p>

Fonte: autoria da autora

Tem-se, ainda, pelo modo de operação da Unificação, a estratégia da Estandarização ou Padronização, em que as formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica e, portanto, partilhado por todos.

No caso do Contracto, temos os imigrantes japoneses com a ênfase no trabalho como **agricultores e na lavoura cafeeira e nos núcleos coloneaes**. Isso se repete no texto *Mais de*

1.500 súditos japoneses e alemães, em que temos **quase todos proprietários de chácaras**, enfatizando-se a identidade do imigrante japonês ligada à área rural. Quanto ao texto de Sobral, *Os japonezes em São Paulo*, verifica-se a construção de identidade desse imigrante ligado às formas simbólicas de honestidade, de limpeza, de educação, de ordem e de trabalhador.

Assim, temos a Unificação pela Padronização criando uma ideologia de identidade coletiva da imigração japonesa e do imigrante japonês ligada à lavoura, à agricultura. Ainda hoje ouve-se dizer que “quem sabe plantar é japonês, plantação de japonês dá e muito; quer saber de plantas, fala com um japonês...”

6.6.5 Fragmentação

Apresento, a seguir, o quarto modo de operação Fragmentação, processo que fragmenta os indivíduos que compõem grupos que poderiam ameaçar os grupos dominantes, pois, ao segmentá-los, fica mais fácil dominá-los. Ele pode ocorrer pela Diferenciação ou Expurgo do Outro e as duas estratégias foram levantadas nos textos analisados.

6.6.5.1 Fragmentação – Diferenciação

Quadro nº 63 - Modo de operação Fragmentação - Diferenciação – Thompson

CONTRACTO – 10/11/1907
1ª. – A Companhia obriga-se a angariar e transportar do Japão a Santos 3.000 imigrantes japonezes, agricultores, constituídos em famílias compostas de 3 até 10 pessoas aptas para o trabalho da lavoura, considerando-se aptas para esse trabalho os homens ou mulheres de 12 até 45 anos de idade.
7ª. – Fica salvo ao fazendeiro o direito de descontar nos salários dos respectivos imigrantes, a importância que tiver restituído ao Governo, na fôrma da clausula antecedente, ficando a este a faculdade de cobrar dos imigrantes que se tiverem localizado nos núcleos coloniaes , juntamente com o preço do lote ocupado, as importâncias a que se refere a clausula 6ª.
9ª. – Os imigrantes serão collocados na lavoura cafeeira ou em núcleos coloniaes.
§ 1º. – Aos que se collocarem na lavoura cafeeira , serão fornecidas casas eguais às que costumam ser facultadas aos imigrantes europeus. (fragmentou e diferenciou os imigrantes entre si)
11ª. – Os imigrantes não poderão obter lotes em núcleos coloniaes , enquanto não tiverem feito, pelos menos, a primeira colheita nas fazendas em que se tiverem collocado à sua chegada, e enquanto não estejam “quites” nas mesmas fazendas, ou

outras em que se tenham collocado.
Os japonezes em São Paulo

Decreto-Lei nº 4.166/42
Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas , respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália. CONSIDERANDO que, durante mais de um século, o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados , uma íntima participação na sua economia;
Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães
A medida adotada pelo major Vieira de Melo, superintendente da Ordem Pública e Social, quanto à imediate transferência de súditos japoneses e alemães para a capital e subsequente distribuição para o interior do Estado, REMESSA PARA O INTERIOR DO ESTADO A remessa de nipônicos e alemães para o interior do Estado começou na noite de hoje. Não serão removidos para cidades onde exista quartel do Exército , sendo, porém, as demais localidades de livre escolha. As famílias que não dispõem de recursos serão encaminhadas aos prefeitos municipais e terão toda a assistência até normalizar a situação particular de cada um.

Fonte: autoria da autora

A estratégia Diferenciação do modo de operação da ideologia Fragmentação consiste em enfatizar as diferenças e divisões entre as pessoas e grupos, desunindo-os e desmantelando as relações que poderiam ameaçar o poder dominante. Essa estratégia não foi levantada no texto *Os japonezes em São Paulo*, pois o texto mais descrevia o imigrante japonês por ser um elemento humano novo e exótico.

No Contracto, os imigrantes chegam juntos, com suas famílias, mas o próprio Contracto legaliza a fragmentação em grupos menores (**cobrar dos imigrantes que se tiverem localizado nos núcleos coloniaes, collocados na lavoura cafeeira ou núcleos coloniaes** – não se pode esquecer as distâncias entre as fazendas), em grupos que ficam “quites” e, portanto, os “não quites” (...**emquanto não estejam “quites”**...). O § 1º. – **Aos que se collocarem na lavoura cafeeira, serão fornecidas casas eguais às que costumam ser facultadas aos immigrants europeus** fragmenta e diferencia os imigrantes entre si, no caso, os imigrantes europeus e os imigrantes japoneses seguindo a ideologia eugenista da época.

Nos textos da Segunda Guerra Mundial, os imigrantes japoneses tiveram a sua diferença até em relação aos outros estrangeiros, o que permitiu a **remessa para o interior em cidades**

onde exista quartel do Exército: Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas e jurídicas; aos nacionais daqueles Estados, remessa de nipônicos e alemães.

6.6.5.2 Fragmentação – Expurgo do Outro

Quadro nº 64 - Modo de operação Fragmentação – Expurgo do Outro – Thompson

CONTRACTO – 10/11/1907

Os japonezes em São Paulo

Decreto-Lei nº 4.166/42
Deslocamento – papel de “inimigo” para o imigrante japonês CONSIDERANDO que atos de guerra são praticados contra o continente americano; CONSIDERANDO que tais atos constituem uma agressão não provocada de que resultam ameaça à navegação brasileira e prejuízo direto a interesses vitais do Brasil ; CONSIDERANDO que as informações que possui o Governo denotam que a responsabilidade dos atentados deve ser atribuída às forças armadas alemãs , mas que, por outro lado, a aliança, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália, torna estas potências necessariamente solidárias na agressão ;
Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães
Praticamente não há mais súditos do Japão e da Alemanha em nossa cidade esforçando-se a polícia para a perfeita execução dessa providência inédita no país e que não revela qualquer ato de punição, mas inspirada nos altos interesses de segurança nacional predominando, entretanto, o elemento amarelo . de maneira que dentro de poucas horas todo o litoral estará varrido dos súditos nipônicos . Seus documentos de identidade são recolhidos pelas autoridades policiais encarregadas de sua custódia , recebendo-os posteriormente, depois do registro na Hospedaria de Imigração Não serão removidos para cidades onde exista quartel do Exército , sendo, porém, as demais localidades de livre escolha.

Fonte: autoria da autora

Quanto à segunda estratégia da Fragmentação, o Expurgo do Outro envolve a construção de um inimigo que é retratado como inimigo coletivo e que o grupo deve combater unido. É uma estratégia de união do grupo contra um mal ameaçador. Essa estratégia é muito

clara nos dois textos da Segunda Guerra Mundial, em que se buscam termos do Discurso Jurídico e do Discurso Militar para reforçar a identidade de inimigo para o imigrante japonês, agora o “súdito japonês”, com o envolvimento dos aparelhos da polícia e do Exército.

Segundo Bauman (2005a), nos primeiros anos do século XX, o “medo do crime” ligado à imigração tinha diminuído em geral. Contudo, houve um incentivo a esse medo conforme levantado nos textos da Segunda Guerra Mundial, em que se vê a representação dos imigrantes japoneses como um perigo para a segurança. Essa representação do imigrante, no caso, o japonês, é um conveniente foco alternativo das apreensões da instabilidade e da vulnerabilidade das posições sociais e torna-se um escoadouro para a descarga da ansiedade e da raiva.

No caso da notícia do jornal *A Tribuna, Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, ocorre a ligação da imagem dos súditos japoneses e alemães, ou seja, do imigrante japonês à inquietação pública do crescimento da insegurança pública nacional. Logo, passam a ser os vilões que devem “compensar” os crimes cometidos pela Alemanha, Japão e Itália, em uma situação em que é o refugio humano proveniente de lugares distantes e descarregado em “nosso próprio quintal”. Quanto a ser refugio, isso nos remete à fala dos parlamentares antes do início da imigração japonesa.

6.6.6 Reificação

O quinto modo de operação da ideologia é a Reificação, que consiste na retratação de uma situação transitória, histórica, como se fosse permanente, natural e atemporal, retirando do fato o seu caráter histórico e tornando-o permanente (THOMPSON, 1995, p. 87-88).

Com a Reificação, elimina-se ou ofusca-se o caráter sociohistórico dos fenômenos, o que pode ser feito por meio das seguintes estratégias: Naturalização, Nominalização, Passivização e Eternalização. A estratégia Eternalização não ocorreu nos textos analisados. Apresento os excertos textuais.

6.6.6.1 Reificação – Naturalização

Quadro nº 65 - Modo de operação Reificação - Naturalização – Thompson

CONTRACTO – 10/11/1907
<p>1ª. – A Companhia obriga-se a angariar e transportar do Japão a Santos 3.000 imigrantes japonezes, agricultores, constituídos em famílias compostas de 3 até 10 pessoas aptas para o trabalho da lavoura, considerando-se aptas para esse trabalho os homens ou mulheres de 12 até 45 anos de idade.</p> <p>7ª. – Fica salvo ao fazendeiro o direito de descontar nos salários dos respectivos imigrantes, a importância que tiver restituído ao Governo, na fôrma da clausula antecedente, ficando a este a faculdade de cobrar dos imigrantes que se tiverem localizado nos núcleos coloniaes, juntamente com o preço do lote occupado, as importâncias a que se refere a clausula 6ª.</p> <p>A responsabilidade pelo pagamento dessas importâncias, pertencerá a todos os membros de cada família, as quaes serão collectivamente responsáveis pelo debito dos respectivos chefes.</p> <p>11ª. – Os imigrantes não poderão obter lotes em núcleos coloniaes, enquanto não tiverem feito, pelos menos, a primeira colheita nas fazendas em que se tiverem collocado à sua chegada, e enquanto não estejam “quites” nas mesmas fazendas, ou outras em que se tenham collocado.</p>
Os japonezes em São Paulo
<p>Estes 781 japonezes agora introduzidos agrupam-se em 164 famílias, sendo cada família constituída, em média, por 4,5 individuos.</p> <p>O numero de crianças é insignificante, e o de velhos nullo. Crianças de menos de três annos vieram 8; de três a sete annos vieram 4; de sete a doze annos, 4, e de mais de doze annos 765. Todo o individuo de mais de doze annos traz já as mãos callejadas, signal evidente de trabalho habitual</p> <p>Pelas cifras supra, vê-se que, das 781, só 16 pessoas não são de trabalho, sendo, portanto, 2 por cento os não trabalhadores, e esta insignificante porcentagem não é constituída por velhos ou pessoas invalidas, mas por crianças que amanhã serão optimos elementos de trabalho.</p>
Decreto-Lei nº 4.166/42
<p>CONSIDERANDO que atos de guerra são praticados contra o continente americano;</p> <p>CONSIDERANDO que, ao passo que o Brasil respeitava, com a máxima exatidão e lealdade, as regras de neutralidade universalmente aceitas no direito internacional, o navio brasileiro "Taubaté" foi atacado, no mar Mediterrâneo, por forças de guerra da Alemanha;</p> <p>CONSIDERANDO que, assumindo solenemente a obrigação de reparar o dano causado por esse ato o Governo alemão até hoje não cumpriu esse compromisso;</p> <p>CONSIDERANDO que, após a conjugação dos esforços das Repúblicas americanas</p>

para a defesa da sua soberania, da sua integridade territorial e dos seus interesses econômicos, unidades desarmadas da marinha mercante brasileira, viajando com fins de comércio pacífico, foram atacadas e afundadas com infração de normas jurídicas consagradas;

CONSIDERANDO que tais atos constituem uma agressão não provocada de que resultam ameaça à navegação brasileira e prejuízo direto a interesses vitais do Brasil;

CONSIDERANDO que as informações que possui o Governo denotam que a responsabilidade dos atentados deve ser atribuída às forças armadas alemãs, mas que, por outro lado, a aliança, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália, torna estas potências necessariamente solidárias na agressão;

CONSIDERANDO que, durante mais de um século, o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados, uma íntima participação na sua economia;

CONSIDERANDO que, nas condições da guerra moderna, as populações civis se acham estreitamente ligadas à sorte das armas e que a sua atividade é, mais do que em qualquer outra época da história, um elemento determinante do êxito das operações de guerra;

DECRETA:

Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.

Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães

A medida adotada pelo major Vieira de Melo, superintendente da Ordem Pública e Social, quanto à imediata transferência de súditos japoneses e alemães para a capital e subsequente distribuição para o interior do Estado, processa-se em nossa cidade com plena regularidade, esforçando-se a polícia para a perfeita execução dessa providência inédita no país e que não revela qualquer ato de punição, mas inspirada nos altos interesses de segurança nacional

Todos os detalhes de transferência desses estrangeiros decorreram sem atropelo, em ambiente de tranquilidade e de respeito, não se registrando qualquer incidente. Aliás, os investigadores encarregados do serviço agem ponderadamente, evitando qualquer constrangimento aos estrangeiros.

Após o competente registro, os estrangeiros são conduzidos aos alojamentos, onde há limpeza e conforto. A alimentação é farta e saborosa.

Entretanto, o critério adotado parece ser dos mais justos, porquanto cada pessoa ou família é destinada a uma cidade apropriada para o desenvolvimento da profissão de seu chefe.

A remessa de nipônicos e alemães para o interior do Estado começou na noite de hoje. Não serão removidos para cidades onde exista quartel do Exército, sendo, porém, as demais localidades de livre escolha. As famílias que não dispõem de recursos serão encaminhadas aos prefeitos municipais e terão toda a assistência até normalizar a situação particular de cada um.

Fonte: autoria da autora

A estratégia Reificação – Naturalização consiste em tornar natural ou inevitável uma criação social. Na leitura dos quadros levantados, verifica-se a naturalização do seguinte:

- a. Contrato: trabalho acima dos 12 anos, desconto nos salários de tarifas diversas mais a cobrança do lote ocupado, dívida solidária, obrigação da colheita e “quitação” junto ao fazendeiro;
- b. *Os japonezes em São Paulo*: trabalho acima dos 12 anos e **crianças que amanhã serão ótimos elementos de trabalho**;
- c. Decreto-Lei nº 4.166/42: o confisco dos bens dos súditos japoneses, alemães e italianos;
- d. *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*: a remoção, a restrição da liberdade de locomoção e os confiscos indireto e direto dos bens.

Ao ler os textos, o leitor não identifica as ideologias presentes e considera naturais as ações e as suas consequências. Nos dois primeiros textos, percebe-se a transferência do discurso racista em um período pós-abolição da escravidão. Nos textos da Segunda Guerra Mundial, verifica-se a naturalização do confisco dos bens, da remoção e da restrição de liberdade de locomoção, os quais são considerados imorais e ilegais no simbolismo coletivo.

As duas últimas estratégias do modo de operação da ideologia Reificação – Nominalização e Passivização - serão analisadas conjuntamente.

6.6.6.2 Reificação – Nominalização

Quadro nº 66 - Modo de operação Reificação - Nominalização – Thompson

CONTRACTO – 10/11/1907
Introdução (por quem) / introdução (do que) A primeira leva
Os japonezes em São Paulo
O vapor Kassato Marú trouxe para o Estado de S. Paulo 781 japonezes, que constituem a primeira leva da quantidade
Decreto-Lei nº 4.166/42
Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. CONSIDERANDO que, após a conjugação dos esforços das Repúblicas americanas para a defesa da sua soberania, da sua integridade territorial e dos seus interesses econômicos, que tais atos constituem uma agressão não provocada de que resultam ameaça à

navegação brasileira Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas , Art. 8º As execuções contra o patrimônio dos súditos alemães, japoneses e italianos só poderão fundar-se em dívidas contraídas em virtude de prova constituída na forma da lei, anterior
Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães
A remoção de japoneses e alemães , - nominalização Imediata transferência de transferência desses estrangeiros qualquer ordem de fixação de residência o critério adotado A remessa de nipônicos e alemães para o interior do Estado começou na noite de hoje.

Fonte: autoria da autora

6.6.6.3 Reificação - Passivização

Quadro nº 67 - Modo de operação Reificação - Passivização – Thompson

CONTRACTO – 10/11/1907
9ª. – Os imigrantes serão collocados na lavoura cafeeira ou em núcleos coloniaes. § 1º. – Aos que se collocarem na lavoura cafeeira, serão fornecidas casas eguais às que costumam ser facultadas aos imigrantes europeus. a primeira colheita nas fazendas em que se tiverem collocado à sua chegada, reservando-se o Governo o direito de haver da União os auxílios prometidos à colonização pelos menos, a primeira colheita nas fazendas em que se tiverem collocado à sua chegada, e enquanto não estejam “quites” nas mesmas fazendas, ou outras em que se tenham collocado .
Os japonezes em São Paulo
Estes 781 japonezes agora introduzidos agrupam-se em 164 famílias, (mais embaixo tem “companhia”
Decreto-Lei nº 4.166/42
atos de guerra são praticados contra o continente americano Art. 2º Será transferida para o Banco do Brasil, fica proibida a alienação, ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis, títulos e ações nominativas, <i>Parágrafo único.</i> Os bens das sociedades culturais e recreativas formadas de alemães, japoneses e italianos poderão ser utilizados , no interesse público, com autorização do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.
Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães

REMOVIDOS

Expurgados

notificados

recolhidos

recolhidos

perguntados

critérios adotados

destinados

Não serão **removidos** para cidades onde exista quartel do Exército, sendo, porém, as demais localidades de livre escolha

As famílias que não dispõem de recursos serão **encaminhadas** aos prefeitos municipais e terão toda a assistência até normalizar a situação particular de cada um.

Fonte: autoria da autora

As outras duas estratégias de Reificação encontradas foram a Nominalização e a Passivização.

A Nominalização ocorre quando “quando sentença, ou parte delas, descrições da ação e dos participantes nela envolvidos são transformados em nomes” (THOMPSON, 1995, p. 88), o que dá caráter de acontecimento ao que era ação, e a Passivização ocorre quando os verbos da voz ativa são colocados na voz passiva, apagando-se o sujeito que pratica a ação. Assim, os processos tornam-se coisas. Essas estratégias desviam a atenção do ouvinte ou do leitor em certos temas em prejuízo de outros, apagam os atores e a ação e tendem a representar processos como coisas ou acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito que produza essas coisas. Dessa forma, eliminam referência a contextos espaciais e temporais específicos, diluem atores e ações, apresentando o tempo como uma extensão eterna do tempo presente, sendo algumas das formas com que se restabelece a dimensão da sociedade “sem história” no coração da sociedade histórica.

No caso da Passivização, os dados levantados mostram as estratégias ofuscando e até eliminando os atores responsáveis por diversas ações. O foco são os imigrantes japoneses e os súditos japoneses e não quem os trouxe, quem fornecerá as casas, quem prometeu, quem os transferiu, quem os notificou. No Decreto-Lei nº 4.166/42, a ênfase no termo “bens” reforça o caráter material e retira o caráter humanitário das pessoas envolvidas. Portanto, o uso da Passivização ocorreu tanto para se retirar a atribuição direta de responsabilidade, em que não se localiza o agente específico, bem como para desumanizar a ação/o fato.

Quanto à Nominalização, no caso do período da Segunda Guerra Mundial, verifica-se que os rumos das vidas dos imigrantes japoneses e de seus familiares (muitos deles brasileiros)

sofreram reveses com o uso de certos termos-chaves como a remoção, a segurança nacional, pois esses sentidos foram conectados aos sentidos anteriores (de estranho, de diferente, de exótico) e extrapolou-os em novos sentidos, criando-se novos sujeitos políticos (inimigos, devedores, responsáveis pelos prejuízos) com repercussões nas vidas social, política, econômica e social e na construção identitária do imigrante japonês no Brasil e de seus familiares brasileiros. Portanto, o termo “imigrante japonês” passa a incorporar novos sentidos conotativos: o de súdito japonês, o de inimigo dos brasileiros e o de estrangeiros residentes no Brasil, o que comprova o fortalecimento da ideologia das elites dominantes na/pela linguagem, classificando e identificando um determinado agente social e construindo a sua identidade e o seu sentimento de pertença à classe de “inimigos”.

6.7 DESVELADA A IDEOLOGIA – FAIRCLOUGH E THOMPSON

As análises efetuadas com as categorias analíticas de Fairclough e as de modos de operação da ideologia de Thompson (1995) permitem-nos responder à Pergunta 2:

Pergunta 2: Qual é a ideologia presente nas notícias midiáticas e como elas se manifestam ao retratar o imigrante japonês?

Para responder a ela, faço um cruzamento entre as inúmeras contribuições dos autores com os dados levantados.

Concordo com Van Dijk (2007) que uma das áreas mais fascinantes das humanidades e das Ciências Sociais é a análise das “representações sociais” construídas acerca do mundo em que vivemos, sendo objeto de investigação no estudo do discurso por ser por meio do discurso que se adquirem seus conteúdos e estruturas e ser por meio da interação discursiva que as expressamos e as comunicamos. Para ele, analisar o discurso é a forma mais importante de estudar essas representações “mentais”, as quais seriam inobserváveis. O estudo de como as representações sociais se manifestam na sociedade possibilita-nos analisar e distinguir tanto conhecimentos, crenças, atitudes, prejuízos, ideologia e outras representações sociais compartilhadas com e entre outros membros de um grupo ou comunidade, como as formas pelas quais elas controlam (e são controladas por) nosso discurso e outras práticas sociais em situações

concretas de interação social, como as levantadas nos textos analisados.

A análise da interdiscursividade permitiu-me reconhecer as facetas da vida social pelas formas de interconexão entre as diferentes redes de práticas sociais e de domínios discursivos. Esse enfoque permitiu a combinação entre as perspectivas centradas nas estruturas e as centradas nas ações, pois busca desvendar as relações dialéticas entre a semiose e os demais elementos que constituem a prática social, que se concretiza na realização das posições específicas de um ator particular (no caso, o imigrante japonês) dentro de um conjunto de práticas sociais como as levantadas pelos diferentes discursos presentes nos textos analisados.

Pela análise da tessitura local das relações semânticas, verifica-se a nova relação semântica da palavra “súdito”. Com a construção textual dos textos, essa palavra passa a ter um novo significado, não aqueles encontrados no dicionário, mas aquele específico do contexto do Governo Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial: o inimigo, o responsável pelos prejuízos. Busco aqui a contribuição de Zizek (1996, p.17) a fim de melhor compreender o papel da ideologia como os mecanismos discursivos gerando a “evidência” do Sentido como um dos estratagemas fundamentais da ideologia à referência a alguma evidência: “os fatos nunca ‘falam por si’, mas são sempre *levados a falar* por uma rede de mecanismos discursivos”, por um universo simbólico. Como outro exemplo, temos **Praticamente não há mais súditos do Japão e da Alemanha em nossa cidade**, que passa a ideologia de que a segurança existe por não mais haver súditos japoneses e alemães por perto.

A análise demonstra que as ideologias dos dois períodos estudados estão – de modo direto ou indireto - mescladas com a política, operam dentro dos limites do Estado, órgão regulador e controlador do metabolismo social como um todo. Dessa forma, são parciais nessa formação estatal, em todos os planos da vida social, da construção da imagem do imigrante japonês. Temos aqui o espaço intersubjetivo concreto da comunicação simbólica que é estruturado por vários dispositivos textuais (conscientes e inconscientes).

Nos dois períodos estudados, confirmei os mecanismos da coerção econômica e da norma legal cumprindo o seu papel de sempre “materializar” propostas ou crenças que são intrinsecamente ideológicas. No caso, o Contracto e o Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, há a proposta de que as relações entre os fazendeiros e os imigrantes japoneses são fruto de uma justa relação comercial e a crença de que as determinações do Decreto são produto das então circunstâncias sociais entre o Brasil e os países do Eixo, ideologias das classes dominantes dos referidos períodos.

Pardo (2007b) ressalta o caráter tríade dos meios de comunicação de massa como

instâncias produtoras, reproduzidas ou transformadoras de cultura e história: como atores, participam da dinâmica social; como dispositivos, exibem sua potencialidade tecnológica e institucional para propor, estabilizar e normalizar significados; como cenários, são lugares de socialização, confrontação política e social. Apresento como esses papéis se concretizam.

Nas notícias publicadas, verifica-se o globalismo, que é a estratégia do discurso globalmente dominante e em torno do qual muitos outros discursos se agrupam, como o discurso da eugenia europeia quanto à raça e o discurso relativo à posição dos países contrários ao Eixo. No caso, o Brasil acompanha o discurso dos Estados Unidos e dos países europeus, com exceção da Itália e da Alemanha.

Temos aqui a “recontextualização” segundo Fairclough (2006b) no sentido de que os imigrantes japoneses e a imigração japonesa, inicialmente institucionalizados e posicionados com determinadas representações dentro de imaginário nos anos de 1907/1908, em um determinado contexto de luta e de histórias, foram reapropriados ativamente em novos contextos, no caso da Segunda Guerra Mundial. Verificam-se aqui os discursos recontextualizados e operacionalizados, executados em novas práticas e formas da atividade social – imigração japonesa, inculcando novas identidades para o imigrante japonês, o de inimigo, materializadas em ações que repercutem em suas vidas sob características econômicas, políticas, sociais e/ou culturais para recontextualização do contexto.

Na análise dos textos, verificou-se a profunda assimetria entre os poderes dos principais atores econômicos (fazendeiros, economia nacional, Secretaria da Fazenda), políticos (Governo de São Paulo, União, Banco do Brasil, entidades policiais,...) e sociais e os imigrantes japoneses. Na análise, foram confirmadas as legitimações social, institucional e política das ações tomadas.

O presente trabalho confirma que as diversas faces da identidade constroem-se e são construídas pelas formas linguísticas situadas em específicos locais e tempos, portanto, o discurso cristaliza a cultura como um conjunto de pacotes de conhecimento à disposição de grupos, os quais estruturam e hierarquizam as relações em uma sociedade e recuperam-se em representações (modelos, representações sociais e ideologias), em uma construção discursiva e negociada de identidades.

6.8 E O RACISMO, ONDE ESTÁ?

Com as respostas às Perguntas 1 e 2:

Pergunta 1: Como os meios de comunicação de massa representam os atores sociais da imigração japonesa?

Pergunta 2: Qual é a ideologia presente nas notícias midiáticas e como elas se manifestam ao retratar o imigrante japonês?

Passo a responder a Pergunta 3:

Pergunta 3: Ao longo dos cem anos, a construção da identidade do imigrante japonês foi polêmica? Houve racismo ou preconceito no processo?

A presente pesquisa demonstra que as escolhas linguísticas desenvolvem e constroem posições com respeito a categorias sociais, tais como o gênero, etnicidade ou raça. Para a análise da presença do racismo nos discursos sobre o migrante, busco novamente as contribuições de vários autores embasando as respostas à Pergunta 3.

O que se verificou, nos textos analisados, foram alguns dos princípios organizadores globais do discurso racista no nível dos significados globais ou tópicos conforme Van Dijk (Van Dijk, 2007, 2008), como

- ênfase os aspectos positivos do Nós, do grupo de dentro;
- ênfase os aspectos negativos do Eles, do grupo de fora;
- não ênfase ou ignorância dos aspectos positivos do Eles;
- não ênfase ou mitigação dos aspectos negativos do Nós.

Segundo Wodak (2008), ao se abordarem os conceitos de inclusão e de exclusão, deve-se ter em mente que a discriminação racial pode ocorrer de diferentes formas sob a perspectiva de marginalizado e vulnerável. Portanto, na visão de “fora”, há arenas públicas em que podem

ocorrer políticas executadas, como os discursos parlamentares, as falas públicas e as notícias midiáticas, representando os “Nós” de uma forma positiva, como se vê na primeira parte do Decreto-lei nº 4.166/42, como tolerante e preocupado em defender os bens e a vida dos brasileiros, com vários argumentos e temas padronizados que servem para justificar e para legitimar as opiniões e crenças (no caso, o imigrante amarelo como inimigo, o “perigo amarelo”), no sentido de proteção da segurança nacional. Temos o sistema de exclusão com o uso do discurso para marginalizar, excluir e limitar os direitos humanos de um grupo minoritário de migrantes, representados como os “Outros”, com a legitimação de processos e decisões tomadas pelo Estado politicamente poderoso, no caso, o Governo de Getúlio Vargas. Tais características ocorreram nos textos da Segunda Guerra Mundial, Decreto-Lei nº 4.166/42 e *Mais de 1.500 japoneses e alemães*, portanto, são textos com discurso racista em relação ao imigrante japonês e seus familiares.

A presença do racismo não está presente somente nas ideologias de supremacia racial dos brancos e na execução de atos discriminatórios, como a agressão evidente ou flagrante, na conversa informal e nos meios de comunicação de massa: ele também se expressa pelas opiniões, atitudes e ideologias cotidianas, mundanas e negativas, e os atos aparentemente sutis e outras condições discriminatórias contra as minorias. Localiza-se, portanto, o caso de o sistema social do racismo, em nível local de interação e de experiência como racismo cotidiano, violar regulamentos, normas e valores da conduta apropriada de interação social, o que não pode ser justificado razoavelmente. São práticas sociais que podem ser: institucionalizadas ou não, sutis ou óbvias, abertas ou sobrepostas, intencionais ou não. Como práticas institucionalizadas, há o Contracto e o Decreto-Lei nº 4.166/42, que legitimam a violação de normas e de valores que regem as práticas sociais de mercado com o tipo de “colonato” imposto ao imigrante japonês e seus familiares quando da chegada ao Brasil (uma espécie de “escravidão oculta”) e com o embargo de bens dos súditos japoneses, alemães e italianos, os quais repercutiram no cotidiano do dia a dia dos japoneses quanto ao seu deslocamento, o seu direito de ir e de vir, o uso da língua japonesa para se comunicar (o que gerava prisões em virtude de a pessoa não conseguir se comunicar em português). Com as práticas institucionalizadas, ocorreram os outros tipos de práticas óbvias, abertas e intencionais, já legitimadas, como o caso da compra de bens a preços irrisórios, pois “não havia tempo para regateamento”.

Verificam-se, neste momento, as condições especiais de Van Dijk (2007, 2008) em que as formas utilizadas pelos discursos racistas dominantes enfatizam as características negativas dos grupos étnicos de fora e podem gerar determinados efeitos nas mentes dos receptores, com a

formação de modelos mentais de acontecimentos sobre notícias lidas ou ouvidas sobre o imigrante japonês. Ocorre, assim a representação negativa de acontecimentos e do ator social imigrante japonês propiciando atitudes mais negativas e ideológicas sobre os Outros, representado, neste momento, pelo imigrante japonês.

Ressalto a possibilidade de se ter a criação de leituras e de apropriações próprias, possíveis desestabilizadores de significados dominantes. Entendo que, nos períodos estudados (1907/1908 e Segunda Guerra Mundial), isso não deve ter ocorrido pelos contextos históricos e sociais de um governo ditatorial daqueles momentos. Contudo, pode-se considerar a reportagem do *Correio Paulistano* como discurso resistente ao discurso dominante da época. Originário de um meio de comunicação, ou seja, de uma elite simbólica, a notícia tem como objetivo minimizar o discurso predominante da hegemonia branca por meio do realce das características físicas e psicológicas do imigrante japonês. Isso pode ser visto pela

Si esta gente, que é toda de trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veio pela imigração gente tão assejada), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonês um elemento de produção que nada deixará a desejar.
A raça é muito diferente, mas não é inferior. Não façamos, antes do tempo, juízos temerários a respeito da acção do japonês no trabalho nacional” (OS JAPONEZES EM SÃO PAULO, 1908).

Vimos que esse trecho visa ressaltar as “qualidades do Outros”, como eles contribuem para a economia, um dos princípios que o discurso racista não utiliza.

Nos períodos estudados, o poder ideológico das elites e do Governo era muito grande, aliado ao poder ideológico das instituições internacionais quanto ao controle das dimensões produtiva e distribuição da informação, das palavras, das imagens e dos fatos publicados. Eles filtram e moldam realidades cotidianas, fornecem critérios e referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum (Silverstone, 2002). Eles nos dão as palavras para dizer e as ideias para exprimir como participantes da realidade diária; eles dependem do senso comum, reproduzem-no e recorrem a ele; contudo, eles exploram-no e distorcem-no, definindo as identidades.

Dessa forma, a mídia está no cerne da experiência e no coração de nossa capacidade ou incapacidade de compreender o mundo em que vivemos, estando diariamente onipresente. Escapar à representação da mídia não é mais possível em praticamente todas as áreas da vida: ela traz conforto, segurança, informação, entretenimento; ela está presente nas dimensões social, cultural, política e econômica. Daí, a necessidade de estudá-la a fim de entender a capacidade humana de compreender o mundo, de produzir e de partilhar seus significados, oferecidos e produzidos pelas instituições cada vez mais globais em seu alcance e em suas sensibilidades e

insensibilidades. Tais palavras se encaixam perfeitamente nos períodos estudados, como no início do século XX quanto à ideologia eugenista e na Segunda Guerra Mundial em que as notícias publicadas eram encaminhadas pelas agências de notícias da época de origem americana e inglesa, com o papel das corporações na política econômica mundial como maiores fornecedores de notícias, de informações, de entretenimento e de conhecimento sobre o mundo em geral; como a principal fonte de informação de visões e ideias, de um senso do que é correto e do que é possível, e também como os principais fornecedores de credibilidade e de legitimidade para os poderosos serem o que são. Assim, as notícias recebidas das agências de notícias internacionais disseminando o discurso de outros países, seus valores, atitudes e identidades, no caso, o discurso eugenista racista.

Não se pode esquecer o papel “independente” da mídia: “Quarto Poder” ou “Quarto Estado”. Coloco a palavra “independente” entre aspas, pois sabemos que a mídia não é tão independente quanto parece ou deseja ser. Isso se verifica na dependência que tem de governos e da elite dominante quanto aos anúncios, na dependência das grandes agências de notícias quanto ao recebimento de notícias “frescas” e assim por diante, como no caso das notícias da Segunda Guerra Mundial que eram recebidas de agências americanas e britânicas e produziam representações e significados para os brasileiros sobre os eventos ocorridos na Europa, na Ásia e na Oceânia. Isso pode ter ocorrido quando do afundamento dos navios brasileiros, que provocou a entrada formal do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Contudo, não se pode negar o papel da mídia de serviço público, ao providenciar informação acurada e desapaixonada, e, onde necessário, ao expor e ao criticar os problemas sociais. Ela dá visibilidade ou invisibilidade aos fatos e aos sujeitos sociais, sendo que o significado das mensagens da mídia e os usos para as matérias simbólicas mediadas dependem crucialmente dos contextos de recepção.

O estudo mostra-nos, ainda, que as formas institucionais de produção, de distribuição e de consumo midiáticos são guiadas por normas profissionais, regras formal e informal da radiodifusão, sendo a política e a economia das mídias de massa enquadradas pelas suposições pré-constituídas, ideologias e políticas. Constroem uma totalidade relacional de sequências de significantes, em e através da qual a identidade de sujeitos, objetos e ações sociais são moldadas e remoldadas dentro da formação discursiva da mídia de massa, consideradas como importantes aparatos ideológicos estatais.

Machin e Van Leeuwen (2007) ressaltam que não só as notícias, bem como as práticas a elas associadas, como a organização de suas instituições, de seus formatos e de gêneros, têm

origem na cultura europeia e americana, sendo a agência de notícias a primeira mídia global. Ao analisar o papel dos meios de comunicação de massas na reprodução do racismo nas sociedades europeias e norte-americanas atuais, para Van Dijk (2003), nenhuma elite de poder (nem seu discurso), particularmente a política, poderia ser tão influente sem as funções de mediação. Esse quadro repete-se em todas as sociedades e em todas as áreas das sociedades modernas.

E no Capítulo 5 – Viagem da e pela Mídia, verificou-se esse mesmo cenário presente nos meios de produção, de distribuição e de consumo midiático dos meios de comunicação brasileiros nos períodos estudados.

Para Machin e Van Leeuwen (2007), os jornais do século XIX ainda não separavam “fato” e “comentário”, tomando posicionamentos políticos. No meio do século XIX, novas agências supriam os jornais com novos itens de outros lugares, com a informação apresentada em estilo neutro em formato a ser vendável a editores de diferentes persuasões políticas, o que originou o “jornalismo de informação” no lugar do jornalismo de argumento e de debate político. Contudo, apesar do surgimento de novas agências ao longo do século XIX, as três maiores da época formavam um cartel e monopolizavam o fluxo das informações. Passou-se a ter os dois maiores conjuntos de categorias de identidade ou “modelos de identidade”: um imposto pelos Estados-nação, reforçado nas notícias midiáticas nacionais, sistemas de educação e outras instituições nacionais, com a definição das pessoas primariamente como cidadãos; outro, de acordo com o interesse das corporações globais e disseminado por meio de práticas de marketing e de mídia globais, com a definição das pessoas primariamente como consumidores deles nas suas vidas diariamente. Isso se verificou novamente nos dois períodos estudados: a mídia, a elite dominante, os Governos (nacionais e internacionais) ditando as normas e os modelos de identidade.

Quanto ao conteúdo, temos a similaridade do tema abordado pelos meios de comunicação de massa, o que leva à noção de homogeneidade cultural. Tanto o Decreto-Lei n° 4.166, de 11 de março de 1942, como a notícia *Mais de 1500 súditos japoneses e alemães foram removidos, ontem, para a capital*, do Jornal *A Tribuna*, de 10 de julho de 1943, apresentam o imigrante japonês com o mesmo olhar: o Outro, o Vilão, o inimigo, que deve aceitar as determinações advindas do Decreto (assinado pelo Presidente da República) e do Superintendente da Ordem Pública e Social, com o intuito de se preservar a segurança nacional. Essa homogeneidade é reforçada com o texto judiciário, o que legitima o seu conteúdo, em que as ações, que, em outros momentos, seriam consideradas não apropriadas para as relações sociais, são legitimadas e aceitas.

Quando se refere ao papel da mídia nos assuntos étnicos, o seu papel é crucial pela sua natureza ideológica e estrutural, pois se sentem os efeitos imediatos de mensagens midiáticas específicas sobre os imigrantes japoneses nos leitores específicos e em circunstâncias específicas (o início da imigração japonesa e a Segunda Guerra Mundial) por se tratarem da principal fonte de informação e de crenças utilizadas para conformar a estrutura interpretativa de tais eventos. Acompanho Van Dijk (2003) ao não desconsiderar a formação pessoal de opiniões distintas às das mensagens midiática, mas esta depende de circunstâncias e experiências pessoais, como condições e atitudes econômicas, sociais e culturais com as quais a pessoa se identifica com relação a um grupo determinado. Isso ocorreu com alguns imigrantes japoneses, que receberam algum tipo de apoio de amigos ou de vizinhos brasileiros nos períodos de nacionalização e da Segunda Guerra Mundial.

Além da influência ideológica e da mediação da mídia sobre as audiências, em virtude do seu específico e quase exclusivo papel no processo de comunicação e de produção do discurso público, os meios de comunicação de massa também informam outras elites, obtendo sua legitimação e construindo consenso e consentimento. Assim, eles reproduzem o racismo pela relação com outras instituições de elite e pela influência estrutural sobre a conformação e a mudança de pensamento social, com o destaque de a grande população branca não dispor de outras fontes de informação sobre assuntos étnicos, o que mostra a hegemonia dos meios midiáticos no setor.

Quanto ao poder de informação sobre o assunto imigração japonesa, os jornais *A Tribuna* e o *Correio Paulistano* cumpriam o seu papel de divulgação da ideologia dominante: o de ser o imigrante japonês o Outro, o exótico, o diferente físico e psicologicamente nos dois períodos estudados. Eles tanto divulgam como defendem um determinado posicionamento étnico. Nos dois momentos, as notícias e os documentos (o Contrato de 1907 e o Decreto-Lei n° 4.166, de 11 de março de 1942) constroem o consenso e buscam o consentimento (legal e social) quanto às ações tomadas.

6.9 RACISMO NA REPRESENTAÇÃO DO IMIGRANTE JAPONÊS?!

Segundo Krzyzanowski e Wodak (2010, p. 97-98), quanto à identidade do migrante em geral, ela é algo especial, mas não é fácil definir o porquê é especial e nem é fácil analisar identidades em contexto de migração de uma forma adequada tanto teórica, quanto metodologicamente. Segundo eles, a dificuldade reside em dois aspectos:

primeiro, os específicos dinâmicas e contextos, tanto sociopolíticos e individuais, das vidas dos migrantes fazem a identidade do migrante um objeto de difícil análise, pois o processo migratório implica constante mobilidade e instabilidade, em uma busca interminável para constantemente mudar o outro, bem como ter de lidar com os constantes requerimentos legais e burocráticos para a aceitação social e divergentes parâmetros para reconhecimento. Portanto, as identidades daqueles que migram não podem simplesmente serem explanadas com um conceito por não serem estáveis. ... Segundo, embora migração é (corretamente) visto por muitos como algo que é entendida pelo grupos e coletivos e frequentemente é referenciada por etiquetas como diásporas, migrantes grupais, minorias étnicas e assim por diante, recentes estudos sugerem que migração continua como uma experiência única, singular e subjetiva que resiste à generalização. Nenhuma das identidades individuais, nem ‘comunidades imaginadas’, permite respostas suficientes para o que significa identidades dos migrantes, como sua construção procede e como suas dinâmicas influenciam vários padrões da identificação individual e coletiva”.

Nesta pesquisa, verificou-se o primeiro aspecto quanto à mobilidade e à instabilidade em geral, principalmente o de dependência de documentos legais. Concordo com o segundo aspecto quanto à singularidade da identidade de migrante para afirmações contundentes sobre o que significa a identidade dos migrantes, como sua construção procede e como suas dinâmicas influenciam os padrões da identificação individual e coletiva, muitas vezes confrontando com as diferentes condições estruturais da sociedade, como os direitos de cidadania, de residência, o que limita seu pertencer à comunidade-alvo, no nosso caso, a comunidade brasileira. Posso exemplificar com o seguinte exemplo: os aspectos pessoais e emocionais das identidades dos primeiros imigrantes japoneses confrontaram contundentemente com o que lhes foi dito sobre o Brasil ainda no Japão e com o que encontraram. Antes de sair do Japão, durante o período de arregimentação, ouviram falar do Brasil como o local onde, em pouco tempo, ganhariam rios de dinheiro, conforme abaixo:

Para atrair o maior número de pessoas possível, as agências investiam em propagandas que nem sempre correspondiam à realidade. No caso do Brasil – país totalmente desconhecido e exótico para os japoneses – informações atraentes eram superavaliadas. O café era descrito como “a árvore que dá ouro”, e a produtividade da planta seria tamanha que os galhos envergavam com o peso dos frutos, e que bastava facilmente colhê-los com as mãos. Se tudo corresse do modo que as agências divulgavam, em um mês uma família com três membros trabalhando no cafezal receberiam o equivalente a 135 ienes no câmbio da época (uma quantia fantástica, considerando que o salário mensal de um policial no Japão era de 10 ienes)” (História da Imigração – parte 1).

Abaixo, apresento novamente uma das propagandas utilizadas para convencer o japonês a emigrar para o Brasil:

Figura 44 – Cartaz de arrecimentação – imigração japonesa - Japão



Fonte: http://www.imigracaojaponesa.com.br/?page_id=66

A propaganda retrata o emigrante com sua esposa e seus filhos; nas mãos, o instrumento de trabalho na lavoura.

Como à época vigorava a visão eugenista, o imigrante japonês se preparou para mostrar que não era uma **raça inferior**, o que muitos trechos do artigo *Os japonezes em São Paulo* demonstram. Os dados dos Quadros dos Discursos Racial, Área da Educação, Características Psicológicas, Classe Social e Econômica, Hábitos de Limpeza confirmam esse posicionamento e demonstram a preocupação com a ideologia eugenista vigente e predominante à época, o que é comprovado pelas **roupas europeas, as luvas brancas, malas impecáveis**. Não se pode esquecer que o Contracto previa a locação em **casas iguaes aos dos imigrantes europeus**.

Aqui, chegam e são inseridos em fazendas com **habitações** que há muito já não eram ocupados – quando não eram as senzalas abandonadas - e estavam abandonadas. Situação idêntica aos cafezais que não eram cuidados e cuja produção estava muito baixa.

Logo, ocorreu um choque de identidades coletivas e individuais com o novo cenário

encontrado, o que dificultou a sua inserção na sociedade receptora.

Retomo as perguntas da minha tese já respondidas anteriormente neste Capítulo:

Pergunta 1: Como os meios de comunicação de massa representam os atores sociais da imigração japonesa?

Pergunta 2: Qual é a ideologia presente nas notícias midiáticas e como elas se manifestam ao retratar o imigrante japonês?

Pergunta 3: Ao longo dos cem anos, a construção da identidade do imigrante japonês foi polêmica? Houve racismo ou preconceito no processo?

Pela análise dos quatro textos, defendo a seguinte tese:

em diferentes momentos, ao longo dos cem anos da imigração japonesa, o discurso sobre a imigração japonesa e sobre o ator social imigrante japonês na mídia tem caráter racial e sofre mudanças conforme as circunstâncias políticas e econômicas, com repercussões na construção da identidade do imigrante japonês

O imigrante japonês teve a sua identidade definida por meio de categorias que definem o que são e o que fazem e por meio de categorias convenientes às ideologias dominantes às épocas estudadas.

CONSIDERAÇÕES...

A minha pesquisa - **Cem anos de imigração japonesa: a construção midiática da identidade do imigrante japonês** teve como objetivo mostrar a seguinte tese:

em diferentes momentos, ao longo dos cem anos da imigração japonesa, o discurso sobre a imigração japonesa e sobre o ator social imigrante japonês na mídia tem caráter racial e sofre mudanças conforme as circunstâncias políticas e econômicas, com repercussões na construção da identidade do imigrante japonês

Por meio de metodologia qualitativa, foram analisados quatro textos, dois do período do início da imigração japonesa e dois do período da Segunda Guerra Mundial conforme se seguem:

- 1 – o Contracto que assigna a Companhia Imperial de Integração de Tokio, Japão, com o Governo do Estado, para introdução em São Paulo de 3.000 immigrants japoneses, publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Anno 17º. – 19º. Da República – no. 252, em 10 de novembro de 1907;**
- 2 – a reportagem *Os japonezes em São Paulo*, de autoria de J. Amandio Sobral, publicada no *Correio Paulistano*, em 25 de junho de 1908;**
- 3 – o Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de Março de 1942, que *Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil*;**
- 4 – a reportagem *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães foram removidos, ontem, para a capital*, publicada no jornal *A Tribuna*, em 20 de julho de 1943.**

Seguindo as palavras de Marc Bloch a todos os membros da sociedade, a minha pesquisa teve o objetivo de “compreender o presente pelo passado” e, correlativamente, “compreender o passado pelo presente”, pois “a ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente, comprometendo, no presente, a própria ação” (LE GOFF, 2001, p. 25), em um processo que se transforma e se aperfeiçoa.

Nesse processo, a análise dos textos possibilitou-me responder às seguintes perguntas:

Pergunta 1: Como os meios de comunicação de massa representam as identidades dos atores sociais da imigração japonesa?

Pergunta 2: Qual é a ideologia presente nas notícias midiáticas e como elas se manifestam ao retratar o imigrante japonês?

Pergunta 3: Ao longo dos cem anos, a construção da identidade do imigrante japonês foi polêmica? Houve racismo ou preconceito?

Em resposta à Pergunta 1: Como os meios de comunicação de massa representam os atores sociais da imigração japonesa?, as Categorias Analíticas de Representação Social dos Atores Sociais de Van Leeuwen possibilitam exibir as estratégias utilizadas para a manutenção da discriminação e da segregação do imigrante japonês com a construção da sua identidade: no início da imigração japonesa, o de ser de uma “raça inferior”; na Segunda Guerra Mundial, o de inimigo perigoso como “súdito japonês”.

E a Análise de Discurso Crítica, na análise da imigração japonesa e do imigrante japonês, demonstrou que, em determinados momentos, fenômenos sociais repercutiram nos âmbitos da vida coletiva, como o econômico, o político, o jurídico, o cultural e o social. Sobre o papel dos meios de comunicação de massa na construção da realidade social, por meio de recursos e estratégias linguísticas levantadas na análise, eles fragmentaram, ocultaram e serviram, intencionalmente ou não, aos propósitos e interesses de setores sociais comprometidos com a ideologia dominante. Reconhecem-se tanto os vínculos entre os meios de comunicação de massa e os setores econômicos e políticos da época, como aqueles entre os meios de comunicação nacional e internacional nos dois períodos estudados, comprovados pela divulgação das ideologias nacionais e internacionais, como a ideologia eugenista da raça.

Retomo o conceito de identidade cultural para a identidade do imigrante japonês como

pertencente ao passado, ao futuro e ao presente, em constante transformação. Veio de algum lugar (o Japão), posicionado conforme os diferentes caminhos e em constante transformação, pertencendo a um lugar, a um período histórico e a uma coletividade. E a identidade cultural do imigrante japonês no Brasil está definida pelos textos estudados e pela evolução da história da imigração japonesa no Brasil.

As leituras feitas nos textos apresentados mostram a existência de conflitos de identidade localizados dentro de mudanças sociais, políticas e econômicas. Novas identidades foram geradas pelos diferentes contextos e diferentes relações sociais de que participaram os imigrantes japoneses, com a presença de diferentes componentes, dos discursos políticos, como o Contrato e o Decreto-Lei nº 4.166/42, em pontos particulares no tempo, como em 1907 e no período da Segunda Guerra Mundial.

A pesquisa possibilitou reafirmar a importância da mídia na construção da memória contemporânea, cujos textos no espaço público definem a identidade, a comunidade e, na base dessas duas, a crença e a ação. Ela constrói um passado público, assim como um passado para o público por meio das memórias da mídia que são memórias mediadas, que incluem e excluem por meio da interpretação de eventos e de versões midiáticas reconstruídas do passado. Dessa forma, deve-se estudar a mídia e a sua política para a compreensão de qual é a contribuição dos meios de comunicação de massa no exercício do poder na sociedade, pois apenas em sua inteligibilidade o mundo e os outros que vivem nele se tornam humanos.

Enfatizo o papel da mídia no controle da realidade ou no exercício do poder e o fato de não se poder escapar à mídia por ela estar presente em todos os aspectos de nossa vida cotidiana. Movimentamo-nos pelos diferentes espaços midiáticos e para dentro e fora do espaço da mídia, alimentando-nos das suas estruturas, dos seus pontos de referência. Isso foi verificado na descrição da prática discursiva da mídia. Não há mais limites entre o público e o privado: por meio das narrativas midiáticas e das narrativas dos discursos cotidianos, eles se entrelaçam. Precisamos, portanto, estudar a mídia, pois as consequências da mediação midiática são enormes. Ao refletir criticamente sobre os principais cenários, atores e instâncias sociais, podemos melhorar as condições de exercício da democracia, reduzir as brechas sociais e construir uma sociedade mais solidária e equitativa com a diminuição dos preconceitos raciais e étnicos quanto ao migrante, no caso do meu trabalho, quanto ao imigrante japonês.

As formas simbólicas “raça inferior” e “inimigo” foram reforçadas por supostos e formas de argumentação que possibilitaram a reprodução de etiquetas e estereótipos que implementaram ações que resultaram em prejuízos sociais.

Durante a pesquisa, verifiquei que o discurso sobre o imigrante japonês modificou-se em virtude da mudança do significado quanto ao seu papel na sociedade brasileira. Confirmaram-se as palavras de Jager (2003): trocou-se o discurso, trocou-se a identidade, de imigrante japonês que veio trabalhar na lavoura e na construção do país, o exótico e o diferente, participante do processo de migração, com ênfase na sua condição de trabalhador rural, de imigrante, de estrangeiro, de devedor, para o de inimigo e parte do Eixo. Passou-se à condição de imigrante japonês o inimigo, o “elemento amarelo”, o “perigo amarelo”, aquele que ataca, aquele que destrói.

Verifiquei também a universalização da representação do imigrante japonês nos textos analisados, como no período da Segunda Guerra Mundial, que apresentaram a mesma representação social desse agente social.

Quanto à Pergunta 2: Qual é a ideologia presente nas notícias midiáticas e como elas se manifestam ao retratar o imigrante japonês?, para respondê-la, utilizei a categoria de interdiscursividade de Fairclough e as categorias analíticas dos modos de operação da ideologia de Thompson.

Segundo a Análise de Discurso Crítica - ADC, reconhecem-se e explicam-se as formas pelas quais são reproduzidos e mantidos os exercícios de poder e a ADC contribui para o desentranhamento de representações sobre os temas estratégicos, no meu caso, os discursos de legislação, contratual e midiático sobre as representações do imigrante japonês no reforço de estereótipos que implicaram ações de discriminação como formas de ser e de proceder dos políticos e das instituições, propostas e legitimadas por eles com o uso persuasivo de manipuladores da linguagem, dos quais muitas vezes os interlocutores não estavam plenamente conscientes.

Ressalto que, ao se estabelecer a relação discurso-representação social, essa inclui as expressões simbólicas não verbais. O que se verifica aqui é o conjunto de rótulos que se constituiu em rótulos das formas de ser do grupo de imigrantes japoneses ao serem denominados “súditos japoneses”, que se subentende “inimigo”.

Por meio da Análise de Discurso Crítica de Fairclough (2012), da categoria analítica interdiscursividade, levantei que a construção da representação social e da ideologia referente ao imigrante japonês e à imigração ocorreu por intermédio de diferentes discursos associados a diferentes práticas sociais, como os discursos levantados no Capítulo 6 – Análise de Dados. Exemplifico com os Discursos Processo Agrário, Processo Produtivo, Administração Geral – Contábil – Monetário, Bancário e Administração Geral, ligados às práticas sociais Economia e

Administração; os Discursos Jurídico, Administração Pública, Cívico e Militar, ligados às práticas sociais Política e Administração Pública; o Discurso Médico ligado á prática social Medicina. Tais discursos posicionaram o imigrante japonês em diferentes posições a depender da perspectiva utilizada. Nos textos analisados, pelo levantamento das ordens discursivas, há a inserção da rede de práticas sociais.

Com isso, chega-se ao Estilo correspondente à constituição da identidade, ou modos de ser, no caso, do imigrante japonês, veiculado pelos meios de comunicação de massa: de trabalhador rural, com obrigações e deveres, o exótico, de raça inferior, em 1907, para o de inimigo e perigoso, devedor e agressor nos anos 1940.

Considerando as ordens discursivas nos textos analisados, verifiquei a inserção da rede de práticas sociais para o interior dos textos. Ocorreu a recontextualização dos discursos em vários campos sociais (como o jurídico, o campo político, o da vida privada), com apropriação de diversos discursos pela mídia. Ocorreu também a operacionalização dos discursos ao se inculcarem novas formas de ser ou identidades, como a incorporação da qualidade de “inimigos e perigosos” na representação do imigrante japonês, o que gerou novas formas de interação legitimadas, comprovadas pela categoria analítica Expurgo do Outro, com a criação da imagem de um inimigo que todos os brasileiros devem combater conjuntamente, e que justificou a coação por meio de texto legal.

No rastreamento das ideologias, uma das estratégias utilizadas é a identificação na linguagem do conjunto de expressões usadas por pessoas distintas (o Poder Legislativo, o Poder Executivo estadual e federal, a mídia, os poderes constituídos como a polícia), em localidades espacio-temporais variadas (no período que antecede e durante a Segunda Guerra Mundial), com a realização de múltiplas conexões com a realidade referenciada e com interpretações de diversa índole. Assim, pôde-se perceber as maneiras como um ou vários grupos se comportam, sentem e pensam frente a um fenômeno ou situação social (a imigração japonesa), com as atitudes como eixo de reconhecimento ideológico e transmissores de posicionamentos epistêmicos, emotivos e conativos.

Segundo Delanty, Jones e Wodak (2008), há traço distintivo da “alterização”, a confluência do racismo e da xenofobia, em que há um “novo” racismo diferente de velhos tipos que se expressavam em termos de discursos neofascistas, como algumas noções de superioridade racial ou biológica ou cor da pele, encontrados na reportagem *Os japonezes em São Paulo*, com ideologia eugenista. Já na reportagem *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães* e no Decreto-

Lei nº 4.166/42, percebe-se um repertório de justificativas tipicamente empregadas com o uso de características sociais ou incompatibilidades ou diferenças culturais, como se vê na caracterização do imigrante japonês como o “súdito japonês”, ou como nos discursos vigentes à época de realce da “não integração do japonês” em virtude das dificuldades de comunicação, pois muitos imigrantes japoneses não conseguiam se comunicar em português, o que gerava inúmeras hostilidades. O chamado “novo racismo”, com traços xenofóbicos (o medo do outro), já se manifestava e provocava prejuízos nas relações sociais de uma forma que, muitas vezes, era inconsciente ou rotinizado, excluindo o imigrante japonês e os seus direitos.

Identificou-se também o racismo institucional ou discriminação institucional (DELANTY; JONES; WODAK, 2008), pois ocorreram desvantagens e desigualdades raciais. Diferente do prejudicar, estereotipar ou do fanatismo ou do preconceito racial pela existência de políticas e práticas sistemáticas, penetrantes com efeitos de desfavorecimento de certos grupos raciais, a discriminação racial não corre necessariamente por ações e motivações raciais de trabalhadores das instituições, mas pelos próprios arranjos institucionais que provocam a exclusão. Verifica-se isso no Decreto-Lei no. 4.166/1942.

Este trabalho ratifica a característica de o racismo, tanto como ação social e como ideologia, manifestar-se discursivamente: por um lado, como opiniões discriminatórias, estereótipos, fanatismo e crenças, produzem-se e reproduzem-se por meio e através do discurso, em que práticas discriminatórias são preparadas, implementadas, justificadas e legitimadas. Por outro lado, os discursos oferecem um espaço para criticar, para deslegitimar e para arguir contra opiniões e práticas racistas na busca de estratégias antirracistas, como ocorreu no artigo *Os japonezes em São Paulo*, de Sobral, de 1908, quando da chegada dos primeiros imigrantes japoneses. O autor ressaltou positivamente ao longo do texto as características físicas, psicológicas e sociais deles e finaliza seu artigo com a ênfase da não discriminação racial e da necessidade de revisão de crenças quanto a esses imigrantes.

As análises também demonstram que ocorrem mudanças de inclusão e exclusão de acordo com os contextos situacional e sócio-político. No minha análise, ocorreu com alguns estrangeiros, como os italianos, os alemães e os japoneses, que foram agrupados como um único grupo e receberam a designação de “migrantes e estrangeiros”, apesar de diferenças entre os três grupos, como diferenças de países de origem, religião, objetivos, afiliação política, tradições culturais. Com isso, eles foram estigmatizados como os “Outros”, o que provocou a exclusão, a “privação de acesso” por meio do poder simbólico utilizado pelas elites sociais nas duas épocas estudadas. No início da migração, pelo Contrato, os migrantes japoneses não poderiam escolher

o local onde se fixariam, todos os membros e chefes da família assumiram o débito e tinham que saldá-lo coletivamente. Logo, por meio de um documento legal, assinado em 1907, legitima-se a força instituída de quase escravidão. No período da Segunda Guerra Mundial, pelo Decreto-Lei nº 4.166/42, outro documento legal, os bens acima de um determinado valor foram bloqueados (e foram devolvidos? Não!!!). Segundo o que se lê na reportagem *Mais de 1.500 súditos japoneses e alemães*, diversos direitos humanos e sociais foram retirados.

Busco Mészáros (2004) quanto ao fato de a ideologia ser determinada pela época. No caso da Segunda Guerra Mundial, temos o conflito social fundamental.

Ainda em resposta à pergunta 3, identifico aqui a categorização, o estereótipo, o prejuízo e a discriminação afetando todos os membros do grupo imigrante japonês em virtude de ideologias sociais do grupo dominante, ou seja, a elite brasileira e os meios de comunicação, meio de difusão das ideologias dominantes à época. Isso se verifica nos dois momentos estudados pelas caracterizações físicas, psicológicas, de caráter, idioma, diferenças culturais. Assim, confirmou-se a presença de práticas sociais raciais com prejuízos para os membros do grupo minoritário, no caso, o imigrante japonês. Isso ocorre principalmente nos textos do período da Segunda Guerra Mundial.

Dessa forma, em resposta à Pergunta 3: Ao longo dos cem anos, a construção da identidade do imigrante japonês foi polêmica? Houve racismo ou preconceito?, a minha pesquisa mostrou-me que a representação do racismo está enraizada nas crises econômicas do final do século XIX e no período da Segunda Guerra Mundial na história da imigração japonesa, com violações aos direitos humanos. Na análise, verifica-se a busca por hegemonia: pelos textos publicados, busca-se universalizar sentidos particulares com o intuito de atingir e de manter dominação quanto à visão da imigração japonesa e do imigrante japonês, tornando a realidade inquestionável e irrefutável. À vista de tudo o que foi apresentado: **Houve racismo, sim!**

Esta pesquisa possibilitou-me refletir sobre a sociedade, as dinâmicas entre os indivíduos (no caso, os imigrantes japoneses e os brasileiros) e as coletividades no Brasil em dois momentos históricos particulares, nos finais do século XIX e início do século XX e na Segunda Guerra Mundial. Ela desvela por meio das categorias analíticas apresentadas as ideologias apropriadas e reproduzidas pelos sujeitos que coexistem na sociedade e reproduzem as relações de poder e de dominação quanto à identidade do imigrante japonês e pode-se concluir que houve racismo ao longo dos cem anos na representação social desse imigrante, o que gerou diversas ações em diversas esferas dentro da comunidade brasileira de então por meio da consolidação de formas de discriminação, de desigualdade e de exclusão social, repercutindo no

exercício de direitos humanos, da cidadania, da construção identitária em virtude de representações no âmbito simbólico.

Confirmou-se o papel dos meios de comunicação social de atores políticos, sociais e culturais estratégicos, construindo verdades universais, e capazes de influir no desenvolvimento de fenômenos como as guerras mundiais, no caso, a Segunda Guerra Mundial, e de problemas sociais, no caso, a imigração, especificamente a imigração japonesa. Entendo que o meu trabalho, considerando-se um tempo em que circulam imagens ideologizadas dos sujeitos, objetos e acontecimentos, aspira ser uma pequena contribuição à construção de uma sociedade mais solidária e, por conseguinte, mais equitativa e influente, por levar a uma reflexão sobre o racismo em geral.

Durante os anos de pesquisa, senti o que Gregolin (2000) aborda quanto ao que o leitor sente ao acompanhar o percurso de temas e figuras na análise discursiva da mídia sobre um determinado acontecimento:

apanhado nas redes desse discurso mediático, tem a ilusão de viver a História como um participante ativo que tece, no cotidiano, os fios significativos que organizam sua teia. Ele tem de defrontar-se com o olhar do outro, com a materialidade desse olhar inscrita tanto nas formas como na historicidade do discurso. ...nessa materialidade pode ser lida a História na mídia: materialidade cambiante, que não está nem só no texto nem só no seu exterior, mas no movimento de sentidos que se cria no fio do discurso e que remete para outros textos e outros discursos e que constitui este instigante objeto cuja essência é a memória da sociedade (GREGOLIN, 2000, p. 32-33).

E durante a pesquisa, o tema muito mexeu comigo por eu ser filha de imigrantes japoneses. Meus pais viveram os tempos de guerra e, pouquíssimas vezes, principalmente o meu pai, contou-me algumas histórias vivenciadas por eles. Ele, imigrante aos quatro anos de idade, morreu em 1975 e mal falava o português e a minha mãe, nascida no Brasil e segunda filha com a irmã mais velha nascida no Japão, hoje com 85 anos, logo, estava com uns 12 anos no ano de 1940, até hoje não fala o português corretamente. Para se ter uma ideia da dificuldade de comunicação, eu, quando tinha sete anos e fui para uma escola pública na Liberdade, não sabia falar o português. Isso provocou uma reunião com a professora da escola que disse a eles que deveriam retirar o idioma japonês de casa ou deveriam retirar os filhos da escola. Eles tentaram retirar o idioma japonês, só que havia um problema: a língua materna deles era o japonês e, como não frequentaram escolas brasileiras por terem de trabalhar e de enfrentar inúmeras dificuldades, como a distância das escolas e a necessidade de trabalhar de domingo a domingo, de manhã, de tarde, à noite, só estudaram o básico da língua portuguesa. Contudo, pela experiência de vida e de batalha, são gigantes na educação e no trabalho. Como disse Sobral em 1907, **Si esta gente, que é toda de trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veio pela**

immigração gente tão assejada), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonez um elemento de produção que nada deixará a desejar. E essa é uma pequenina parte da história de milhares de imigrantes, seja de que origem ou raça seja.

Nos anos do doutorado, sempre me lembrei das palavras de Pardo (2011) quanto ao posicionamento sociológico e político dos investigadores que se concretiza na denúncia das formas em que se materializa o abuso de poder no uso dos distintos sistemas semióticos e suas formas de comunicação. Este trabalho visa contribuir para a transformação da sociedade com o desvelamento das lógicas que sustentam o posicionamento dos grupos hegemônicos, que servem como marcos de legitimação de ações que vão à custa da dignidade e da cidadania dos grupos marginalizados, no caso, o imigrante japonês e o imigrante em geral, que são pessoas que se deslocam por diversos e diferentes motivos.

Em todos os movimentos migratórios, as representações e identidades mudaram e mudam. Segundo Bauman (2009, 2008), a identidade na sociedade dos consumidores passou da “atribuição” (as pessoas “nasciam em” suas identidades) para a da “realização” (a construção da identidade passa a ser tarefa e responsabilidade delas), de projeto para toda a vida para atributo momentâneo, remodeladas em diferentes formatos e continuamente montada e desmontada. E tal processo pode ser alcançado por meio de uma soma em dinheiro: fugir do próprio eu e adquirir um outro feito sob encomenda, em que temos data de vencimento, momentaneamente atualizados. Portanto, mudar de identidade significa descartar o passado e procurar novos começos, lutando para renascer: novas famílias, carreiras, identidades. Complementa Rajagopalan (2003) que a volatilidade e a instabilidade são as marcas registradas das identidades no mundo pós-moderno, na era da informação, com informações advindas de fontes de todos os tipos, algumas bem-vindas, outras nem tanto. E isso verifica-se no estudo das identidades de migrantes em geral.

Ao refletir sobre os processos migratórios, no meu caso, o processo migratório japonês, acredito que a minha tese reflete o conceito de Tradução (ROBINS, 1991; HALL, 2006) quanto às identidades, processo que descreve as formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal, que retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Etimologicamente, a palavra “tradução” vem do latim e significa “transferir”, “transportar entre fronteiras”. No caso dos nossos japoneses “brasileiros”, o que se viu no decorrer dos 100 anos de imigração japonesa foi o seguinte: vieram para o Brasil para ficar por um tempo, ganhar dinheiro e voltar para o Japão, sua terra natal. Contudo, com o

decorrer do tempo, a terra que seria abandonada era a terra onde seus filhos nasceram e onde alguns tinham enterrado parentes, filhos ou amigos de jornada. Como abandoná-los? Isso gerou uma grande crise, obrigando-os a negociar com a nova cultura em que viviam e vivem, sem simplesmente serem assimilados completamente por ela e sem perder completamente suas identidades. Até hoje há, no nosso grande Brasil, onde há comunidades de japoneses e de nikkeis, um Clube ou Associação cultural em que se preservam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias da cultura japonesa. Contudo, eles são o produto de várias histórias e da interconexão das culturas brasileira e japonesa. Em termos de Hall (2006), pertencem a várias “casas” ao mesmo tempo e são pessoas “traduzidas”: são o produto das novas diásporas criadas pelas migrações pós-coloniais; habitam, no mínimo, duas identidades; falam duas linguagens culturais, que traduzem e negociam entre elas. São brasileiros “japoneses” que adotaram o Brasil como o país onde querem viver e ser enterrados nele pelo grande amor que têm por ele.

Trago a fala de Bloch (2001) em seu último livro escrito e inacabado antes de ser fuzilado na Segunda Guerra Mundial: “os historiadores são obrigados a refletir sobre hesitações e arrependimentos”. Não como historiadora, nem como analista do discurso, mas como cidadã e como ser humano que quer viver em um mundo em que não exista racismo, não exista diferença de qualquer tipo que seja e quer esse mundo para as próximas gerações. Esta pesquisa possibilitou um olhar sobre um problema presente nas nossas vidas – o racismo – e como o contexto pode diminuí-lo ou aumentá-lo ao longo da história. Possibilitou também a esta pesquisadora entender o presente de uma forma que pudesse transmitir a seus leitores um olhar sobre o migrante e o diferente que possibilite a construção de um futuro melhor, sem racismo, pela transformação dos seus olhares e pelas suas responsabilidades como leitores e escolhas advindas de leituras midiáticas.

Não há como negar a falta de “democracia racial” brasileira. Contudo, como o estrangeiro se constitui pela cultura receptora (a cultura brasileira), ele (o imigrante japonês) também se constituiu na cultura receptora, a cultura brasileira. Os traços culturais da cultura japonesa estão presentes em muitas práticas sociais brasileiras: na língua, na comida, nos temperos, nas relações sociais, nos esportes, nas empresas, no desenvolvimento de produtos e de tecnologia e em muitas outras. Quem já não comeu sushi, sashimi, yakisoba? Quem já não ouviu falar do judô? Aliás, os nossos campeões são brasileiros não descendentes. Quem já não fez um origami? Quem, ao ver um “japonês”, brincando, não falou “arigatou”? Quem já não pegou os “ohashi”, os famosos palitinhos para comer, e não brincou de comer ou de colocá-los na cabeça

para prender o cabelo? As contribuições japonesas já fazem parte da cultura brasileira e do nosso dia a dia.

São diversas as identidades assumidas pelo imigrante japonês, como “de aldeão sedentário há séculos no Japão, no Brasil, o imigrante adere ao *momentum* da nossa história, convertendo-se em bandeirante desbravador de terras e em pioneiro introdutor de novas tecnologias” (Uma epopeia moderna, s/data, sem autor), mas principalmente a do nosso japonês brasileiro, aquele que brinca o carnaval, que adora as nossas praias, adora a nossa feijoada, a nossa rabada, o nosso cuscuz, o nosso pão de queijo.

Finalizo esta pesquisa com as palavras do nissei Cassio Kenro Shimomoto, em 1935, ao expressar a mentalidade da comunidade nikkei de então, em meio ao contexto de enorme oposição à imigração japonesa no Governo Getúlio Vargas:

Nós, os brasileiros descendentes de japoneses, daremos no futuro o nosso testemunho real de sentirmos os nossos corações pulsarem fortes, cheios de amor à pátria brasileira, apesar de nas nossas veias correr o sangue nipônico (HARADA, 2009).

Tão atuais essas palavras ditas há 78 anos.

Domou arigatou gosaimasu! (Muito obrigado!)

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean Claude. **Prácticas sociales y representaciones**. México: Ediciones Coyoacán, S.A. de C.V, 2001.

ANDO, Zenpati; WAKISAKA, Katsunori. Sinopse histórica da imigração japonesa no Brasil. In: **O japonês em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros, 1971.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil – 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Daños colaterales: desigualdades sociales em la era global**. 1ª. Ed. Buenos Aires: Fondo de la Cultura Económica, 2011.

_____. **A arte da vida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

_____. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005a.

_____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005b.

_____. **Amor líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001a.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001b.

_____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BARRETO, Francisco César de Sá. A instabilidade como condição para mudanças institucionais qualitativas. In: DOMINGUES, Ivan. **Conhecimento e disciplinaridade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; IEAT, 2001.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Ed.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e

interesses do conhecimento – evitando confusões. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Ed.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. Belo Horizonte, Editora UFMG, [1994] 2010

BRASIL. **Contracto que assigna a Companhia Imperial de Integração de Tokio, Japão, com o Governo do Estado, para introdução em São Paulo de 3.000 immigrants japoneses**. Dezembro de 1907. Museu Histórico da Imigração Japonesa.

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890**. Regularisa o serviço da introdução e localização de immigrants na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=528&tipo_norma=DEC&data=18900628&link=s. Acesso em dezembro de 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942**. Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. Original - Acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4166-11-marco-1942-414196-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BLOCH, Marc Leopold B. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, Pierre. **¿Qué significa hablar? Economía de los actos lingüísticos**. Madrid: Akal Ed., 2008.

BREWER, John; HUNTER, Albert. **Multimethod research: A Synthesis of styles**. Newbury Park, CA: Sage, 1989.

BRIGGS, Asa; Burke, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CAMERON, Deborah. “Respect, please”. Investigating race, power and language. In: CAMERON, Deborah et al. **Researching language: issues of power and method**. London ; New York : Routledge, 1992.

CAMERON, Deborah et al. **Researching language: issues of power and method**. London: New York: Routledge, 1992.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, Ruth C. L. Prefácio. In: CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade – A era da**

informação: economia, sociedade e cultura. V.2. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A., 2002.

_____. **Estrutura familiar e mobilidade social:** estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade – A era da informação:** economia, sociedade e cultura. V.2. São Paulo, Editora Paz e Terra S.A., 2002

CELIS, Juan Ruiz (Compilador) **Aproximaciones interdisciplinares al estado de los studios del discurso.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Instituto de Estudios en Comunicación y Cultura, IEDO, 2011.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.) **A miséria do mundo.** 5ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CHILTON, Paul; WODAK, Ruth. Prefácio. In: CHILTON, Paul; WODAK, Ruth (Ed.), **A new agenda in (Critical) Discourse Analysis:** theory, methodology and interdisciplinarity. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005.

CHRISTIANS, Clifford G. A ética e a política na pesquisa qualitativa. In: Denzin, Norman K; Lincoln, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre, Arned, 2010.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity:** rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CORACINI, Maria José. Entre a memória e o esquecimento: fragmentos de uma história de vida. In: CORACINI, Maria José; GHIRALDELO, Claudete M. (Orgs.) **Nas malhas do discurso:** memória, imaginário e subjetividade. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

_____. **A celebração do outro:** arquivo, memória e identidade: línguas maternas e estrangeiras, plurilingüismo e tradução. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

_____. (Org.) **Identidade & discurso:** (des)construindo subjetividades. Campinas: Editora da UNICAMP, Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª. Ed.. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CORREA, Adolfo S. C. Opinión de um lector cualquiera. In: PARDO A., Neyla G. **Discurso, impunidad y prensa.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, , 2007.

DE FINA, Anna Group identity, narrative and self-representations. In DE FINA, Anna;

SCHIFFRIN, Deborah; BAMBERG, Michael. **Discourse and identity**. New York: Cambridge University Press, 2006.

DE FINA, Anna; SCHIFFRIN, Deborah; BAMBERG, Michael. **Discourse and identity**. New York: Cambridge University Press, 2006.

DELANTY, Gerard; WODAK, Ruth; JONES, Paul. (Ed.) **Identity, Belonging and Migration**. Liverpool: Liverpool University Press, 2008.

DENZIN, Norman K. **The research act**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1989.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DICIONÁRIO ON LINE DO PORTUGUÊS. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/racismo/>. Acesso em 10 de outubro de 2012.

DOMINGUES, Ivan. **Conhecimento e disciplinaridade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; IEAT, 2001a.

_____. Um desafio intelectual. In: DOMINGUES, Ivan. **Conhecimento e disciplinaridade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; IEAT, 2001b.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: Uma introdução**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Bontempo, 1997.

FAIRGLOUCH, Norman. Critical Discourse Analysis. In: GEE, James P; HARDFORD, Michael. **The Routledge Handbook of Discourse Analysis**. Abingdon: Routledge, 2012.

_____. **Critical Discourse Analysis**. The critical study of Language. United Kingdom, Pearson, 2010.

_____. **Analysing Discourse – Textual analysis for social research**. London, Routledge, 2006a

- _____. **Language and Globalization**. London e New York: Routledge, 2006b.
- _____. Critical discourse analysis in transdisciplinary research. In: CHILTON, Paul; WODAK, Ruth (Ed.). **A new agenda in (Critical) Discourse Analysis: theory, methodology and Interdisciplinarity**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005.
- _____. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- _____. **Discurso e mudança social**. Tradução de M. I. Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- _____. **Media Discourse**. London: Arnold, 1995
- _____. **Critical Language Awareness**. London: Longman Publishing, 1992.
- FAIRCLOUGH, Norman; WODAK, Ruth. Critical discourse analysis. In: VAN DIJK, Teun A. **Discourse Studies: A Multidisciplinary Introduction**. Londres:Sagen, 1997.
- FEATHERSTONE, Mike. **O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade**. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1997.
- FINE, Michelle; WEIS, Lois; WESEEN, Susan; WONG, Loonmun. Para quem? Pesquisa qualitativa, representações e responsabilidades sociais. In: DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009
- _____. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- _____. *An Introduction to Qualitative Research*. London: Sage, 1998.
- FOWLER, Roger. **Language in the News: Discourse and Ideology in the Press**. New York, London: Routledge, 1991.
- GEE, James P. **Social linguistics and Literacies: Ideology in Discourses**, Fourth Edition. London: Taylor & Francis, 2011.
- GERGEN, Kenneth J. **Realities and relationship sounding in social construction**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.

GIDDENS, Anthony. **The Consequences of Modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990)

GIEVE, Simon; MAGALHÃES, Izabel. **Power, Ethics and validity**: Issues in the relationship between researcher na researched. Lancaster : Lancaster University, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GILROY, Paul. Diaspora and the detours of identity. In: WOODWARD, Kathryn. **Identity and difference**. United Kingdom: The Open University, 2001.

GREGOLIN, Maria do R. V. **Filigranas do discurso**: as vozes da história. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/Unesp: São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

HALL, Stuart. A redescoberta da “ideologia”: o retorno do recalcado nos estudos de mídia. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, IGOR (Orgs.) **Mikhail Bakhtin**: Linguagem, Cultura e Mídia. São Carlos: Pedro & João Ed., 2010.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

_____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. Cultural identity and diáspora. In: WOODWARD, Kathryn. **Identity and difference**. United Kingdom: The Open Universty, 2001.

_____. Encoding and decoding in the television discourse. In: **Education and culture**, vol. 6. Estrasburgo: Council of Europe, 1975

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês**: história de sua vida no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz : Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HARADA, Kiyoshi. As tensões geradas pela Segunda Grande Guerra. In: HARADA, Kiyoshi. **O Nikkei no Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009a.

_____. O processo de evolução e de integração dos nikkeis. In: HARADA, Kiyoshi. **O Nikkei no Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009b.

HARZIG, Christiane; HOERDER, Dirk. **What is Migration History?** Cambridge: Polity Press, 2011.

HIRSCHKOP, Ken. Bakhtin, discurso e democracia.. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor (Orgs.) **Mikhail Bakhtin**: Linguagem, Cultura e Mídia. São Carlos:

Pedro & João Editores, 2010.

HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO - PARTE 1. Disponível em: http://www.imigracaojaponesa.com.br/?page_id=66. Acesso em julho de 2011.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IEDEMA, Rick; CALDAS-COULTHARD, Carmem Rosa. Introduction: Identity trouble: critical discourse and contested identities. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; IEDEMA, Rick (Eds.). **Identity Trouble: Critical Discourse and Contested Identities.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010

JÄGER, Siegfried. Discurso y conocimiento: aspectos teóricos y metodológicos de la crítica del discurso y del análisis de dispositivos. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (comp.) **Métodos de análisis crítico del discurso.** 1ª. Ed. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.

JODELET, Denise. La representación social: fenómenos, conceptos y teoría. In: MOSCOVICI, S. **Psicología social II. Pensamiento y vida social. Psicología social y problemas sociales.** Barcelona: Paidós, 1984.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual.** São Paulo: EPU, 2003.

KRISTEVA, Julia. **História da linguagem.** Lisboa: Edições 70, 1969.

KRZYZANOWSKI, Michael; JONES, P. Identity, Belonging and Migration: Beyond Constructing 'Others'. In: DELANTY, Gerard; WODAK, Ruth; JONES, Paul. (Ed.) **Identity, Belonging and Migration.** Liverpool: Liverpool University Press, 2008.

KRZYZANOWSKI, Michael; WODAK, Ruth. Multiple identities, migration and belonging: "Voices of Migrants". In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; IEDEMA, Rick (Eds.), **Identity Trouble: Critical Discourse and Contested Identities.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

KUWAE, Luiza Hiroko Yamada. **O papel da Mídia na construção social do escândalo político.** 153 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas: Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2006.

LE GOFF, Jacques. Uma ciência em marcha, uma ciência na infância. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. **A história nova.** 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Prefácio. In: BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício do**

historiador. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editora, 2001

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. **A história nova.** 5ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LEÓN, David Leonardo Garcia; LEÓN, Javier Enrique Garcia. Análisis crítico de la representaciõn de la mujer en los anũcios publicitarios de la prensa caribeña. In: CELIS, Juan Ruiz (Compilador) **Aproximaciones interdisciplinares al estado de los studios del discurso.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011.

LESSER, Jeffrey. **O choque de civilizações.** Seminário Cultura e Intolerância. SESC Vila Mariana, novembro de 2003. Disponível em: www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/74.rtf. Acesso em março de 2012.

_____. **Negotiating National Identity: Middle Eastern and Asian Immigrants and the Struggle for Ethnicity in Brazil.** Abril de 2000. Disponível em: www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/74.rtf. Acesso em março de 2012.

LOBO, Eulália Maria L. **História do Rio de Janeiro** (do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MACHIN, David; VAN LEEUWEN, Theo. **Global media discourse: a critical introduction.** London and New York: Routledge, 2007;

MAIS DE 1.500 SÚDITOS JAPONESES E ALEMÃES FORAM REMOVIDOS, ONTEM, PARA A CAPITAL. A Tribuna, s/local, 10 jul 1943.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Comunicação & Identidade: quem você pensa que é?** São Paulo: Paulus, 2010.

MATTELART, Armand; MATTERLART, Michèle. **Theories of Communication: A Short Introduction.** London, Thousand Oaks and New Delhi: Sage Publications, 1998.

MASON, Jennifer. **Qualitative researching.** London, SAGE Publications Ltd, 2002.

MELO, José Marques de. Prefácio. In: BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. Metodologia da pesquisa em Comunicação: itinerário brasileiro. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2 ed. – 3ª. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MEYER, Michael. Entre la teoría, el método y la política: la ubicación de los enfoques relacionados con el ACD. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (comp.) **Métodos de análisis crítico del discurso**. 1ª. Ed. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.

MOORE, Donald S.; KOSEK, Jake; PANDIAN, Anand. The Cultural Politics of Race and Nature: Terrains of Power and Practice. In: MOORE, Donald S.; KOSEK, Jake; PANDIAN, Anand. (Eds.) **Race, nature and the politics of difference**. USA: Duke University Press, 2003

MOREIRA, Sônia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOSCOVICI, S.; HEWSTONE, M. **De la ciência ao sentido común. Psicologia social I**. Barcelona: Paidós, 1986.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org.) **Imprensa e poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

NEWCOMB, Horace. Sobre aspectos dialógicos da comunicação de massa. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, IGOR (Orgs.) **Mikhail Bakhtin: Linguagem, Cultura e Mídia**. São Carlos: Pedro & João Ed., 2010.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Companhias interessadas na introdução de asiáticos em São Paulo nos primeiros anos da República**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros, 1979.

_____. **A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908 – 1922)**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1973.

OHNO, Massao. (Ed.) **Centenário da Imigração Japonesa no Brasil**. São Paulo: Editora Escala, s/data.

PARDO, Maria Laura. Prefácio. In: ABRIL, Neyla G. Pardo. **Cómo hacer análisis crítico del discurso – Uma perspectiva latinoamericana**. Santiago: Frasis, 2007.

PARDO, Neyla Graciela. Aproximación al estado del arte de los estudios del discurso. In: CELIS, Juan Ruiz (Compilador) **Aproximaciones interdisciplinares al estado de los estudios del discurso**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Instituto de Estudios en Comunicación y Cultura, IEDO, 2011.

_____. Los bordes en la significación discursiva y la mediación mediatizada. In: **Revista Comunicación y Ciudadanía**, nº 1, enero-junio 2009. Bogotá: Universidad Externado de Colômbia. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3707921>. Acesso em: 21022012.

_____. **Cómo hacer análisis crítico del discurso** – Uma perspectiva latinoamericana. Frasis, Santiago de Chile, 2007a.

_____. **Discurso, impunidad y prensa**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007b.

PARDO ABRIL, Neyla G; VARGAS, Edwar Eugenio H. Construcción simbólica del acceso a la justicia. Um análisis de representación mediática. In: CELIS, Juan Ruiz (Compilador) **Aproximaciones interdisciplinarias al estado de los estudios del discurso**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3ª. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PRIOR, Lindsay. *Using Documents in Social Research*. London: Sage, 2003.

PRIOR, Lindsay. Following in Foucault's Footsteps. Text and Context in Qualitative Research, in: SILVERMAN, David (Ed.). **Qualitative Reserarch – Theory, Method and Practice**. Thousand Oaks: US. Sage Publications, 1997.

REZENDE, Tereza Hatsue de. **Ryu Mizuno: saga japonesa em terras brasileiras**. Curitiba: SEEC, Brasília: INL, 1991.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. Mikhail Bakhtin e os estudos da comunicação. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor (Orgs.) **Mikhail Bakhtin: Linguagem, Cultura e Mídia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

RICHARDSON, Lillie. *Fields of play: Constructing an academic life*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1997.

RICHARDSON, John E. *Analysing newspapers: na approach from Critical Discourse Analysis*. Hampshire:Palgrave Macmillan, 2007.

ROBINS, K. Tradition and translation: national culture in its global context. In: CORNER, J; HARVEY, S. (Orgs.). **Enterprise and Heritage: Crosscurrents of National Culture**. Londres: Routledge, 1991.

SACKS, Harvey. **Lectures on conversation**. Vol. 1, 2. Oxford: Blackwell, 1992.

SAITO, Hiroshi. Participação, mobilidade e identidade. In: SAITO, Hiroshi (Org.) **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: T.A.Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo, Contexto, 2007.

- _____. **Romanceiro da imigração japonesa.** São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1993.
- SCHIFFRIN, Deborah. From linguistic reference to social reality. In: FINA, Anna de; SCHIFFRIN, Deborah; BAMBERG, Michael. **Discourse and identity.** New York: Cambridge University Press, 2006.
- SCHWARCZ, Lília M. Por uma historiografia da reflexão. In: BLOCH, Marc L. B. **Apologia da história. Ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- SCHUTZ, Alfred. **Collected paper.** Vols. I, II. Dem Haag Nijhoff, 1962.
- SEABRA, Roberto. Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da Internet. In. MOTTA, Luiz Gonzaga (org.) **Imprensa e poder.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- SILVA, E. Mirra de Paula. Os caminhos da transdisciplinaridade. In: DOMINGUES, Ivan. **Conhecimento e disciplinaridade.** Belo Horizonte: Editora UFMG; IEAT, 2001.
- SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In. VAN DIJK, Teun (Org.) **Racismo e discurso na América Latina.** São Paulo: Contexto, 2008.
- SILVEIRA, Joel. **O Estado Novo e o Getulismo.** Entrevista a Gilberto Negreiros. In: Folha de S. Paulo, Série Jornalistas contam a História, 1979.
- SILVEIRA, Regina Célia P. da. Cultura e mídia em textos multimodais. In: VIEIRA, Josenia A.; BENTO, André L.; ORMUNDO, Joana da S. (Orgs). **Discursos nas práticas sociais: Perspectivas em Multimodalidade e em Gramática Sistêmico-Funcional.** São Paulo: Annablume, 2010.
- SILVERMAN, David (Ed.) **Doing qualitative research, a practical handbook.** London: Sage Publications, 2000.
- _____. **Qualitative Research – Theory, Method and Practice.** Thousand Oaks: US. Sage Publications, 1997.
- _____. **Interpreting Qualitative Data.** Methods for Analysing Talk, Text and Interaction. Londres, Sage, 1993.
- SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo - SP: Edições Loyola, 2002.
- SIMPÓSIO SOBRE OS 70 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA.** 16 e 17 de maio de 1978.

Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, Brasília, 1978.

SOBRAL, J. Amandio. Os japonezes em São Paulo. **Correio Paulistano**, São Paulo, 25 jun 1908.

TABOADA, Maria Beatriz. Nombrar el país: uma aproximación crítica al discurso de livros de texto para la enseñanza media argentina. In: CELIS, Juan Ruiz (Compilador). **Aproximaciones interdisciplinares al estado de los studios del discurso**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, , 2011.

TAKEUCHI, Márcia Y. O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945). São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

THOMPSON, John. A nova visibilidade. **Matrizes**, vol. 1, n. 2, p. 18-38, abr 2008.

_____. The new visibility. **Theory, Culture e Society**, 22(6), p. 31-51, 2005.

_____. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. **Ideology and Modern Culture**: Critical Social Theory in the Era of Mass Communication. Cambridge: Polity; Stanford: Stanford University Press, 1990.

_____. **Studies in the Theory of Ideology**. Cambridge: Polity; Berkeley: University of California Press, 1984.

TORA! TORA! TORA. Filme. Disponível em: <http://www.history.co.uk/shows/tora-tora-tora/about.html>. Acesso em: setembro de 2010.

TORFING, Jacob. **New Theories of Discourse**: Laclau, Mouffe and Zizek. Oxford : Basil Blackwell, 1999.

Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: HUCITEC: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e poder**. Barcelona: Gedisa, 2009.

_____. (Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. (Coord.). **Racismo y discurso em América Latina**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

_____. **Racismo y discurso de las elites.** Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

_____. **Ideologia. Uma aproximação multidisciplinaria.** Barcelona: Gedisa, 1999.

VAN LEEUWEN, Theo. **Discourse and Practice: new tools for Critical Discourse Analysis.** New York: Oxford University Press. Inc, 2008.

_____. Three models of interdisciplinarity. In: CHILTON, Paul; WODAK, Ruth (Ed.). **A new agenda in (Critical) Discourse Analysis: theory, methodology and Interdisciplinarity.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005.

_____. A representação dos atores sociais. In: RIBEIRO, Emília P. (Org.) **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional.** Lisboa: Caminho, 1997.

_____. The representation of social actors. In. CALDAS-COUTHARD, Carmen Rosa; COULTHARD, Malcolm. **Texts and practices: readings in critical discourse analysis.** London: Routledge, 1996.

VIDICH, Arthur J.; LYMAN, Stanford M. Métodos qualitativos – sua história na Sociologia e na Antropologia. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Tradução: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2010.

VIEIRA, Josenia A. Um olhar da Análise de Discurso Crítica sobre a Gramática. In: **Revista Discursos Contemporâneos em Estudo**, vol. 1, n. 1, 2011. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

_____. A contribuição do letramento multimodal para os multiletramentos. In: **Linguagem em foco**, v. 2, n. 2. Fortaleza: EdUECE, 2010.

VOLOCHINOV, Valentin N. Discourse in life and discourse in poetry. In: SHUKMAN, Ann. (Org.) **Bakhtin School Papers.** Oxford: RPT Publications, 1983.

WATSON, Rod. Ethnomethodology and Textual Analysis. In: SILVERMAN, David (Ed.). **Qualitative Research – Theory, Method and Practice.** Thousand Oaks, CA, US: Sage Publications, 1997.

WEISS, Gilbert; WODAK, Ruth. Introduction: Theory, Interdisciplinarity and Critical Discourse Analysis. In: WEISS, Gilbert; WODAK, Ruth. **Critical discourse analysis: theory and interdisciplinarity.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Keywords.** Nova York: Fontant, 2001,

WODAK, Ruth. “Us’ and “Them”: Inclusion/Exclusion – Discrimination via Discourse. In: DELANTY, G.; WODAK, R.; JONES, P. (Eds.). **Identity, Belonging and Migration.** Liverpool:

University of Liverpool Press, 2011.

_____. “Us’ and “Them”: Inclusion/Exclusion – Discrimination via Discourse. In: DELANTY, G.; WODAK, R.; JONES, P. (Ed.) **Identity, Belonging and Migration**. Liverpool, Liverpool University Press, 2008.

_____. De qué trata el análisis crítico del discurso (ACD). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (comp.) **Métodos de análisis crítico del discurso**. 1ª. Ed. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003a.

_____. El enfoque histórico del discurso. In. WODAK, Ruth; MEYER, M (Comp.) **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003b.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael (comp.) **Métodos de análisis crítico del discurso**. 1ª. Ed. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.

WOODWARD, Kathryn. Concepts of identity and difference. In: WOODWARD, Kathryn. **Identity and difference**. United Kingdom: The Open Universty, 2001.

WOLFF, S. Analysis of documents and Records. In: FLICK, U.; KARDOFF, E.V.; STEINKE, I. (Eds) **A companion to Qualitative Research**. London: Sage, 2009.

YESTE, Elena. Los médios revisitando el pasado: los limites de la memória. **Análisi: quaderns de comunicació**, no. 38, 2009. Disponível em: <http://www.raco.cat/indes.php/Analisi/article/view/142473/194028>. Acesso em março 2011.

YOSHIOKA, Reimei. Síntese histórico-evolutiva da emigração japonesa no mundo. In: HARADA, Kiyoshi. **O Nikkei no Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

ZIZEK, S. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.